



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

The background of the cover is a black and white photograph of the facade of the Minas Gerais Legislative Assembly building. It is a grand neoclassical structure with multiple levels of arches, columns, and a central pediment. Two flags are visible on tall poles flanking the entrance.

Mensagem à Assembléia Legislativa 2002

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Superintendência Central de Planejamento Econômico-Social

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da
quarta sessão legislativa ordinária
da décima quarta legislatura

BELO HORIZONTE/MG
2002

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Superintendência Central de Planejamento Econômico-Social
Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Santo Agostinho
Belo Horizonte - MG
30.140-082

Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e
Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento
Econômico-Social.

Mensagem à Assembleia Legislativa: apresentada na reunião
inaugural da quarta sessão legislativa ordinária da décima quarta
legislatura. Belo Horizonte:

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2001.

358 p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	008
2. QUADRO MACROECONÔMICO	013
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	015
A Economia Brasileira em 2001	015
Perspectivas da Economia Brasileira para 2002	023
A Economia Mineira em 2001.....	023
Perspectivas da Economia Mineira para 2002	030
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS	031
Introdução	031
Comportamento da Receita Estadual	033
Comportamento da Despesa Estadual	037
Comportamento da Dívida Estadual	040
3. SETOR PÚBLICO ESTADUAL	043
3.1. Governadoria do Estado	044
3.2. Casa Civil	062
3.3. Comunicação Social	069
3.4. Governo e Assuntos Municipais	074
3.5. Planejamento e Coordenação Geral	079
3.6. Fazenda	099
3.7. Recursos Humanos e Administração	115
3.8. Educação	122
3.9. Saúde	139
3.10. Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente	157

S U M Á R I O

3.11. Cultura	168
3.12. Esportes	178
3.13. Habitação e Desenvolvimento Urbano	184
3.14. Justiça e Direitos Humanos.....	191
3.15. Segurança Pública	198
3.16. Polícia Militar	205
3.17. Bombeiro Militar	215
3.18. Ciência e Tecnologia	221
3.19. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	236
3.20. Agropecuária	251
3.21. Indústria e Comércio	264
3.22. Turismo	273
3.23. Transportes, Obras Públicas e Saneamento	384
3.24. Minas e Energia	300
4. ANEXO	319
Causas de Desvio	320

1. APRESENTAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Ao iniciar mais um período legislativo, em cumprimento à determinação da Constituição Estadual e também com o objetivo de assegurar às senhoras e aos senhores deputados e aos cidadãos em geral o pleno exercício dos seus direitos de informação e fiscalização, conforme as aspirações de um governo democrático, envio a essa Egrégia Assembléia Legislativa mensagem em que presto contas das ações executadas pela administração no exercício de 2001, reafirmando o compromisso de dar transparência às iniciativas e realizações empreendidas.

O cenário brasileiro repercutiu as conseqüências do racionamento energético, ataques terroristas nos Estados Unidos, crise na Argentina, desaceleração da economia mundial, retração internacional da demanda por produtos brasileiros, medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos, dificuldades de equacionar mecanismos de financiamento para cobrir déficit na balança de pagamentos, que contribuíram para a volatilidade da taxa nominal de câmbio e elevação substancial das taxas reais de juros, com influência claramente negativa no nível de atividade econômica.

A economia mineira reflete a tendência da economia brasileira com a produção afetada principalmente pelo segmento de energia elétrica, que apresentou quedas sucessivas e crescentes, deixando clara a importância da crise energética. Na composição do PIB mineiro, a indústria extrativa mineral bem como a de transformação e os serviços de utilidade pública foram os setores que mais sofreram o impacto da desaceleração econômica.

Na busca contínua pela eficiência no setor público, o Governo Estadual vem se modernizando, demonstrando à sociedade, de forma mais transparente, a origem e a aplicação dos recursos públicos. Um exemplo é o Plano de Fiscalização, que concentra os esforços da ação fiscalizadora nos setores econômicos de maior representatividade, e a reestruturação do SIAFI/MG, que passa a vigorar a partir de 2002. O SIAFI integra todas as áreas de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade e controle, com todos os órgãos e entidades do setor público estadual.

O Ano 2001 foi decretado o Ano da Ciência e Tecnologia em Minas Gerais. Com isso, o projeto de implantação de parques tecnológicos em várias regiões do Estado e a mudança da política de destinação de recursos para a pesquisa, gerenciados pela FAPEMIG, priorizaram o interesse científico e tecnológico do Estado.

A Polícia Militar de Minas Gerais, no esforço de criar um novo comprometimento no exercício do seu trabalho, vem colocando em prática o projeto Polícia de Resultados, buscando conhecer melhor os problemas para agir com mais eficiência. Para isso, construiu um banco de dados que permite acompanhar os fatos criminais por municípios, o que amplia a prevenção. Com recursos do Ministério da Justiça, a Polícia Militar está substituindo os seus equipamentos obsoletos e, em convênio com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, vem realizando a capacitação de pessoal e compra de veículos.



Na Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, o Programa Estadual de Recuperação Social – PERSpectiva, fundamentado na qualificação profissional e na educação, contou com a parceria da sociedade civil organizada, instituições de ensino, organizações públicas e iniciativa privada. Foram desenvolvidos projetos nas unidades penitenciárias e nos centros de atendimento ao adolescente infrator, disponibilizando áreas destinadas às oficinas de trabalho, buscando preparar o indivíduo para a retomada do convívio social. Foi implantado também o Núcleo de Atendimento à Vítima de Crime Violento.

Entre as ações reconhecidas como relevantes no setor Saúde destacam-se o fornecimento pela FUNED de 400 milhões de medicamentos, suprindo toda a rede do SUS; a disponibilização de dois mil leitos hospitalares e mil asilares pela FHEMIG; e o desempenho da HEMOMINAS na distribuição de 80% do sangue transfusionado no Estado. Registram-se ainda a formulação do Plano Diretor de Regionalização e a interligação, via rede de comunicações de dados, das 26 Diretorias Regionais de Saúde com os níveis estadual e federal da saúde pública.

Na política educacional, destacam-se a proposta de Lei Orgânica do Sistema Mineiro de Educação, e a implantação do Programa Bolsa Familiar para a Educação (Bolsa Escola) em 30 municípios do Vale do Jequitinhonha, atendendo a 15.964 famílias da região. Realizou-se o concurso público para prover 53.196 vagas, a implementação do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, para avaliar escolas da rede estadual e das redes municipais que aderiram ao programa, e o Programa de Capacitação de Professores e Dirigentes, que atingiu cerca 12 mil dirigentes e de 105 mil professores do ensino fundamental da rede pública do Estado e das APAEs.

Entre as ações coordenadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente e órgãos vinculados estão o Plano Estadual de Qualificação, que contratou 150 entidades executoras e treinou 286.271 trabalhadores nos 853 municípios mineiros, com vistas à ampliação das oportunidades de trabalho de pessoas vulneráveis econômica e socialmente, e a Revisão de Benefício de Prestação Continuada, que somou 48.690 benefícios, atendendo aos idosos com 67 anos ou mais e a pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente.

Atuando no combate à desnutrição e na promoção da saúde materno-infanto-juvenil, o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) coordenou a Primeira Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais e foi também o organizador do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar em Belo Horizonte, ao qual estiveram presentes representantes dos CONSEAs de vários estados.

Somando-se aos esforços de combate à fome e reafirmando o compromisso de apoio à reforma agrária, o governo de Minas, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, transformou o Instituto de Terras (ITER) em autarquia, com vistas à geração de emprego e renda e ao fortalecimento da agricultura familiar, da habitação, saneamento e meio ambiente.



Com o objetivo de adequar o papel da SUDENOR e da CODEVALE a agências de fomento da região Norte e Nordeste do Estado, promoveu-se a fusão das duas instituições e criou-se o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE).

O governo do Estado investiu no projeto Jaíba II R\$ 30,5 milhões para fornecimento, montagem e teste de materiais e equipamentos de irrigação absorvendo 2.500 empregos diretos na região durante as obras. Foram construídos 164 quilômetros de canais principais e secundários, 114 quilômetros de rede de drenagem, 337 quilômetros de sistema viário e quatro núcleos de serviços e habitação.

No BDMG, houve empenho em incrementar iniciativas de micro e pequeno portes e criação de programa específico de apoio aos municípios na melhoria da qualidade de vida de suas populações, com destaque para o Gera Minas, Pronaf e Credpop. Implementou-se também o Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Municípios do Estado de Minas Gerais (NOVO SOMMA), a ser operado com recursos próprios do Banco, advindos do processo de capitalização dos ex-fundos estaduais SOMMA E FUNDEURB, aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Os fundos estaduais de desenvolvimento foram responsáveis pela liberação de R\$ 408 milhões, com perspectiva de criação de 17 mil novas oportunidades de emprego, atendendo a cerca de 4 mil clientes.

Em 2001, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração procedeu à unificação dos sistemas de pagamento da administração indireta, que permitirá um eficaz controle da folha de pagamento, assegurando a retidão dos gastos com benefícios e vantagens, eliminando situações irregulares e recuperando valores pagos indevidamente. Também está concluído o projeto do novo "Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos de Minas Gerais", que visa a dotar o Estado de um sistema previdenciário atuarial e financeiramente sustentável.

Fizeram parte das principais obras da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas a construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata e a conclusão da pavimentação dos trechos Ouro Preto-Ouro Branco e Catas Altas, que permitirá interligar todo o Circuito do Ouro com o Circuito Trilha dos Inconfidentes. Para aumentar a segurança do usuário, realizou-se a sinalização horizontal de 170 quilômetros de rodovias e a colocação de 3.100 placas de sinalização vertical. Com os recursos do FUNTRANS foram realizados serviços de manutenção em 126 quilômetros de rodovias e executados 187 quilômetros de lama asfáltica.

Atuando na área de saneamento, a COPASA investiu R\$ 176,1 milhões em sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e preservação do meio ambiente. A inauguração da estação de tratamento de esgotos do Ribeirão Arrudas em Belo Horizonte contribuirá para a melhoria das condições do Rio das Velhas e do São Francisco. Já a operação das estações de Ipatinga e Varginha beneficiarão as bacias dos rios Doce e Verde.

No setor de Minas e Energia foram empreendidos esforços na consolidação do programa de energias complementares, com destaque para a instalação de energia



solar fotovoltaica em 100 municípios de Minas e a conclusão da primeira fase do levantamento aerogeofísico de Minas Gerais.

A COMIG concluiu as obras de reforma, restauração e reequipagem total do Grande Hotel de Araxá, importante para o turismo na região.

O esforço de não-privatização da CEMIG garantiu a minimização do impacto da crise energética no Estado. A CEMIG investiu em 2001 R\$ 541,3 milhões na geração, transmissão e distribuição de energia. Registra-se a inauguração da usina de Porto Estrela, acrescentando 112 megawatts ao sistema de geração. Encontram-se em construção as usinas de Queimado, Funil e Aimorés, e prevê-se para 2002 o início das obras das usinas hidrelétricas de Pai Joaquim, Irapé, Capim Branco I e II, bem como as termelétricas de Barreiro, Igarapé II e Sulminas. O Programa de Desenvolvimento Rural LUMIAR/Luz no Campo investiu R\$ 90,7 milhões, atendendo a 30.420 consumidores.

Na área do turismo, definiu-se a Política Estadual do Turismo, que contribuiu para a formação das cadeias produtivas e dos circuitos turísticos e o projeto dos Armazéns de Minas, para divulgação e venda dos produtos regionais, dentro de um conceito de ampla parceria da iniciativa pública e privada.

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as entidades a ela vinculadas vêm implementando as ações que beneficiam o pequeno produtor, para melhorar a qualidade de vida da população rural. Levando-se em conta que o fator restritivo da agricultura é a dificuldade de acesso a insumos de qualidade, foi lançado o Plano Referencial de Qualidade, com propostas de fortalecimento e revitalização de setores/produtos básicos da agropecuária mineira.

Para atender à demanda por novas tecnologias, estão sendo conduzidos pela EPAMIG 116 projetos de pesquisa agropecuária. A EMATER manteve assessoramento a 4.345 programas negociados com os agricultores familiares. O Programa de Erradicação da Febre Aftosa alcançou resultados expressivos em todo o Estado, que foi reconhecido como área livre de febre aftosa pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). Responsável pelo programa, o IMA priorizou o serviço de fiscalização do comércio no uso de agrotóxicos, perfazendo 15.920 fiscalizações, e implantou três programas de certificação de origem e/ou qualidade: Programa Mineiro de Certificação de Origem e Qualidade do Café, da Bovinocultura e Agroindustriais.

A conjuntura nacional ainda não permite entusiasmos para este ano legislativo que se inicia. As restrições continuam, motivo suficiente para um desdobrar de esforços. Minas marca presença no cenário brasileiro pela austeridade nos gastos públicos e pelo esforço inequívoco de enfrentamento dos desafios com a altivez de um governo que acredita no futuro e nas potencialidades do nosso Estado. Desta forma, juntemos nossas forças e façamos jus à confiança que a população deste Estado depositou em todos nós.

ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO
Governador do Estado de Minas Gerais

2. QUADRO MACROECONÔMICO

A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2001

A política econômica praticada no país, dentro da ortodoxia emanada das instituições financeiras internacionais, tem como prioridade a desregulamentação radical dos mercados, desconsiderando o processo inevitável de desnacionalização dos centros de decisão e poder.

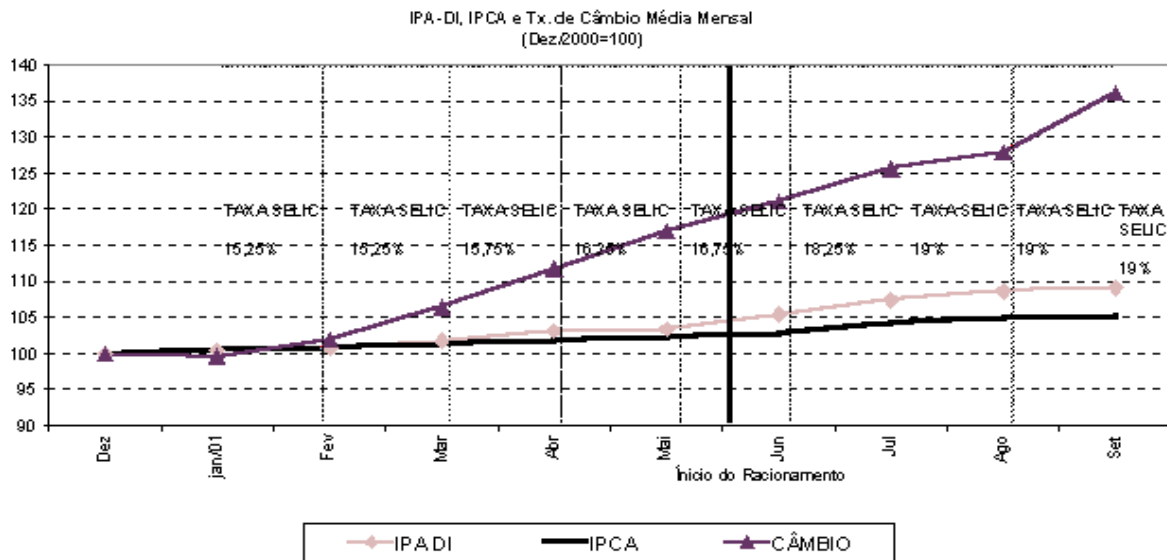
Capitaneado por técnicos formados nos quadros das instituições financeiras internacionais, a política fiscal da União se voltou para gerar superávits primários asseguradores do pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Cortes nas áreas sociais e na manutenção da infraestrutura rodoviária foram feitos, e o plano de transposição das águas do Rio São Francisco, o mais ousado no âmbito do Projeto Avança Brasil, foi abandonado sem previsão de retomada.

O resultado primário consolidado do setor público não-financeiro apresentou superávit de R\$ 27,4 bilhões no período janeiro-novembro de 2001, contribuindo para um superávit de R\$ 37,6 bilhões do Tesouro Nacional do qual se deduzem o déficit de R\$ 10,1 bilhões da Previdência e o de R\$ 600 milhões do Banco Central. O superávit primário representou 2,48% do PIB. O pagamento de juros da dívida, até outubro, representou R\$ 81,5 bilhões, projetando-se para o acumulado até novembro R\$ 89,5 bilhões, ou 8,3% do PIB, o que leva o déficit nominal do governo federal até novembro para R\$ 62,2 bilhões ou 5,74% do PIB.

Estudos realizados indicam que o déficit nominal, desde o segundo trimestre de 2000, vem sendo coberto pela senhoriagem, que vem a ser o volume de moeda emitido, e para o qual passa a ser funcional a existência de uma inflação não muito baixa, porém sem ultrapassar a barreira psicológica dos dois dígitos, o que poderia levar à reindexação generalizada da economia.

No início de 2001 já se sentiam os primeiros sinais da recessão mundial, não obstante o esfuziante otimismo dos condutores da política econômica nacional, que mostravam o Brasil ao largo da tormenta global. Foi quando, na reunião de março do Conselho de Política Monetária (COPOM), veio a notícia da elevação das taxas de juros de 15,25% para 15,75%. É que a área técnica do governo federal, ao final da estação chuvosa, previra a crise energética e a necessidade do racionamento, sendo necessário sinalizar ao setor industrial, que vinha apresentando altas taxas de crescimento, que era preciso reduzir o ritmo.

Gráfico 1



Fonte: IBGE

IPADI: Índice Preços Atacado - Disponibilidade Interna; IPCA - Índice Preços ao Consumidor - Ampliado

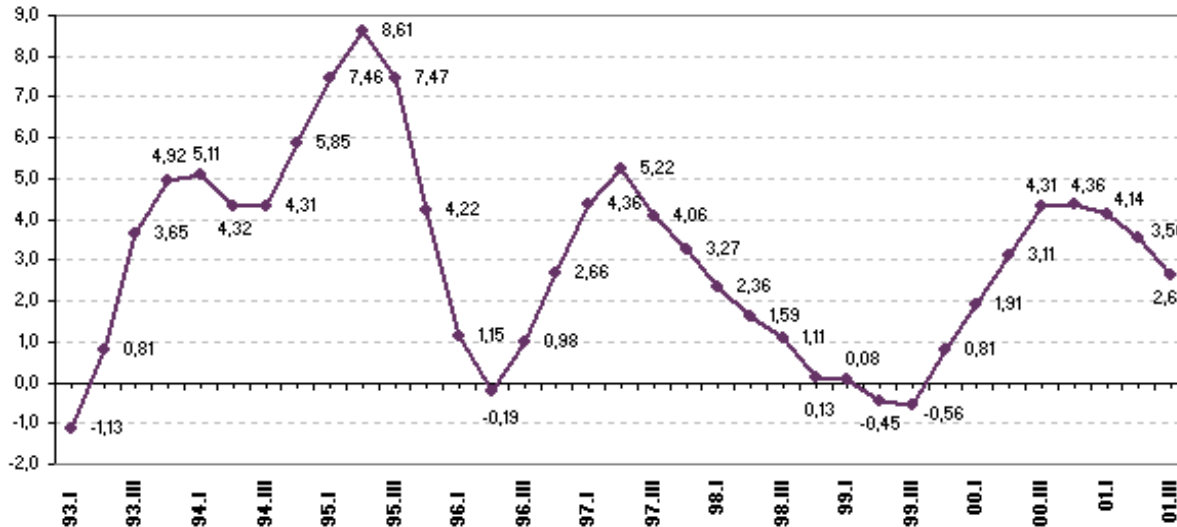
Se o racionamento conteve a oferta, a elevação da taxa de juros segurou a demanda. A crise argentina, que também eclodiu no primeiro trimestre, associou-se aos problemas da Turquia para dificultar a rolagem, no mercado mundial, dos títulos de todos os países emergentes, entre os quais o Brasil, pois já se propagava a desconfiança sobre os resultados do receituário ortodoxo naqueles países. A consequência foi a conturbação do mercado de câmbio que vivenciou o “overshooting”, representado pela disparada do dólar muito acima da evolução dos preços internos. O nervosismo provocado pelos atentados de setembro nos EUA contribuiu para agravar a crise cambial. A turbulência forçou as autoridades monetárias a recorrerem ao FMI, com o objetivo de criar uma “blindagem” do câmbio, o que exigiu pelo menos US\$ 6 bilhões para conter as investidas dos especuladores.

A pressão cambial refletiu-se nos índices de preços no atacado. Na indústria, a causa foi o encarecimento das matérias-primas importadas, principalmente naqueles ramos, como o de eletrônica, nos quais o índice de nacionalização é menor. Na agricultura, foram atingidos os setores em que os preços são determinados pelas exportações, como foi o caso da soja e seus derivados, e aqueles que dependem de matéria-prima importada, como a cadeia de panificação.

A fórmula encontrada para segurar os preços no varejo, impedindo o “pass through”, ou contaminação das pressões do câmbio sobre os preços ao consumidor via preços no atacado, foi o controle dos meios de pagamento, especialmente M1, constituído pelo papel-moeda em poder do público e pelos depósitos bancários à vista, controlados via depósitos compulsórios no Banco Central, e especialmente a taxa de juros Selic, que veio aumentando mês a mês até julho, quando se estabilizou em 19% até dezembro.

Gráfico 2

Taxa acumulada em quatro trimestres do PIB a preços de mercado



Fonte: IBGE

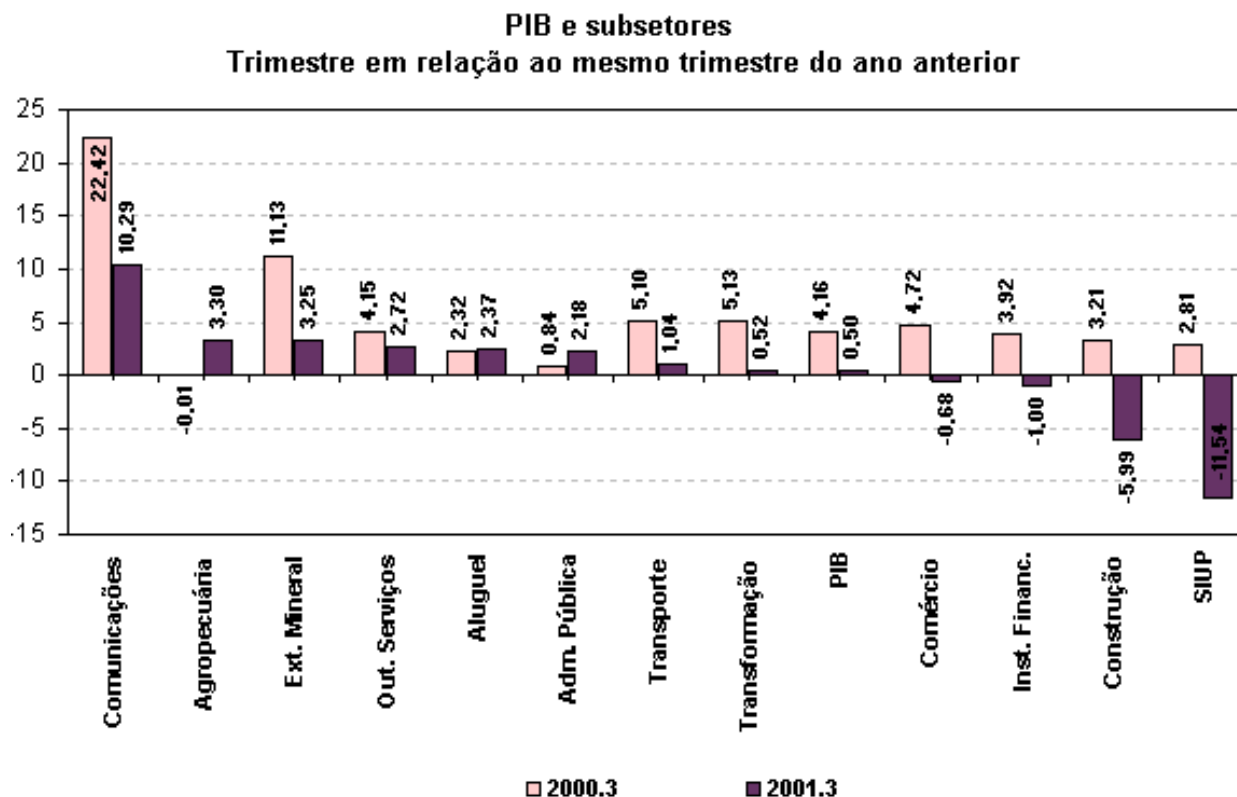
Embora se atribua ao racionamento de energia, à crise argentina e aos atentados terroristas a frustração da expectativa de crescimento sustentado gerada no início de 2001, uma análise mais atenta indica que o PIB brasileiro já apresentava desaceleração a partir do terceiro trimestre de 2000.

A explicação mais completa para esta desaceleração está na queda da massa salarial verificada pelo IBGE a partir do ano 2000, pelo efeito do crescente desemprego e a falta de uma política de amparo e segurança social. O aumento da inadimplência no comércio naquele período, e do número de falências e concordatas, demonstra como a perda da massa salarial afeta a atividade econômica a partir do consumo.

INDÚSTRIA

A indústria foi, sem dúvida, a principal vítima da convergência dos choques de oferta, como a crise de energia, de demanda, como o aumento das taxas de juros, e cambial, com a subida de preços das matérias-primas importadas, num momento em que a forte concorrência impedia qualquer repasse de custos para os preços.

Gráfico 3



Fonte: IBGE

SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública - especialmente energia elétrica

Regionalmente, a crise de energia manifestou-se nos baixos índices de crescimento da indústria na Região Sudeste, à exceção de São Paulo que se beneficiou da produção de bens de capital para a indústria de geração de energia. A indústria da Região Sul, onde não houve racionamento, acabou se beneficiando da crise e cresceu acima da média nacional.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária passou a ser a principal fonte de boas notícias para a economia brasileira, tendo colhido uma safra recorde, possibilitada pelo bom regime de chuvas das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, responsáveis por 80% da produção de grãos do País. Além do clima, a agropecuária beneficiou-se dos bons ventos do câmbio sobrevalorizado, e, ao final do primeiro semestre, veio a certificação de zona livre de aftosa para a maior parte dos rebanhos bovinos da Região Sudeste. Uma crescente cortina de propaganda de três décadas contra as condições fitossanitárias de nossos rebanhos, ocultando propósitos protecionistas das associações de criadores europeus, terminou por levar os governos estaduais a intensificar a campanha de erradicação da febre aftosa, o que acabou por voltar o feitiço contra o feiticeiro, pois no mesmo momento, na Europa, os rebanhos estavam sendo dilacerados pelo “mal da vaca louca”.

Uma boa notícia para a agricultura brasileira foi o aumento da demanda mundial de soja, que passou a ser utilizada como insumo para a produção de ração animal, substituindo, como fonte de proteína, as carcaças de ovelhas, que se constituíam veículo para o “mal da vaca louca” na Europa. Outro grande benefício para a soja

brasileira foi a ampliação da consciência dos mercados consumidores contra os organismos geneticamente modificados (OGM), ditos transgênicos, que derrubou os preços do produto norte-americano e favoreceu o nacional. Apesar da omissão do governo federal, alguns governos estaduais, como o do Rio Grande do Sul, envidaram esforços para impedir que grandes multinacionais disseminassem a cultura dos transgênicos. Nos principais mercados consumidores, especialmente Europa e Japão, pesquisas expressam uma resistência de 71% da população contra tais produtos, por entenderem que há informação insuficiente sobre seus efeitos no consumo e no meio ambiente.

Em virtude desta elevação de preços, por vários motivos, o cultivo da soja tem penetrado na floresta amazônica, em áreas recém-desmatadas dos estados de Mato Grosso e Amazonas, onde tem obtido elevada produtividade. O escoamento do produto tem-se dado pelo porto de Itacoatiara no Rio Amazonas, acessado pelo Rio Madeira em embarcações menores. Outro cultivo que tem apresentado grande resultado no Centro-Oeste é o do algodão, de melhor qualidade que o das regiões tradicionais, como Bahia e Região Sul.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o bom momento na agropecuária brasileira se explica melhor pela desvalorização cambial que pelos preços internacionais, que experimentam uma tendência de queda de longo prazo, devido ao saturamento de commodities, ou bens desprovidos de valor agregado, no mercado internacional. Na realidade, houve um grande crescimento de volumes que compensou a queda de preços.

COMÉRCIO

De janeiro a setembro de 2001, o índice de inadimplência cresceu 86%. Em outubro, o volume de cheques sem fundos alcançou seu recorde histórico. Foram devolvidos 14,3 cheques em cada mil compensados, um aumento de 31% sobre outubro de 2000. No comércio de São Paulo a inadimplência líquida (diferença entre os registros positivos e os cancelados pelo Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) foi de 8,5% contra 6,8% em outubro e 6,4% em novembro de 2000. O índice de protestos (pessoas físicas e jurídicas) também apresentou tendência crescente, já que o segmento de telefonia, fixa e móvel, continua liderando o ranking.

O risco da inadimplência está empurrando o varejo para o parcelamento no cartão de crédito, pois a insolvência está crescendo também no pagamento dos crediários. O parcelamento está sendo usado até mesmo na venda de alimentos nos supermercados. Para dispêndio imediato com alimentação, o consumidor está sendo levado a comprometer sua renda futura, que sempre foi utilizada para adquirir os bens semiduráveis de consumo. Já os bens duráveis, como automóveis, vêm tendo seu prazo de financiamento alongado para até 60 meses, no limite de sua depreciação como garantia. Enquanto o consumidor brasileiro vai comprometendo sua renda futura, nos EUA os consumidores manifestam uma tendência contrária de se libertar das armadilhas de plástico.

Enquanto existem centenas de bancos, há um pequeno número de grandes operadoras de cartão, que colocam seus terminais eletrônicos em cada ponto de cobrança das lojas.

Isto permite uma maior especialização em análise e controle de crédito, o que lhes dá imenso poder de mercado. Hoje, no Brasil, existem 32 milhões de cartões de crédito e 40 milhões de cartões de débito, ao passo que o número de cheques compensados caiu de 4,1 bilhões, em 1994, para 2,6 bilhões em 2000, tendência que já se verificou nos EUA e Europa.

SETOR EXTERNO

A balança comercial brasileira apresentou, em 2001, superávit de US\$ 3,1 bilhões, com as exportações somando US\$ 58,2 bilhões e as importações US\$ 55,1 bilhões. Apesar de os valores exportados representarem recorde histórico, três quartas partes da variação positiva se devem aos produtos básicos. No caso destes produtos, tem havido significativa retração nos preços, e um maior aumento de volume, conforme abaixo.

Tabela 1
Exportação Brasileira - Variação dos Índices de Preço e Quantum
Janeiro/Novembro - 2001/2000

Período	Exportação Total		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
Var (%)	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Jan-Nov 2001/2000	-2,9	10	-8,2	32,4	-9,3	7,7	0,8	2,8

Fonte: FUNCEX – MDIC

Pelos dados, houve um crescimento físico de 32,4% na exportação de produtos básicos, apesar da queda de 8,2% nos preços. Na exportação total, um crescimento físico de 10% e uma queda nos preços, comparados com o mesmo período do ano anterior de 2,9%.

Os produtos básicos, que em 2000 representavam 22,8%, em 2001 passaram a representar 26,4%, o que demonstra uma perda de agregação de valor na pauta de exportações, principalmente quando os preços destes produtos estão caindo no mercado externo em decorrência do aumento da oferta e da recessão mundial. Os destaques em 2001, em percentual sobre o valor, são: soja em grão (+24,6%), farelo de soja (+25,1%), carne de frango (+60,3%), fumo em folhas (+13,3%), carne bovina (+46,4%), petróleo bruto (+353,5%), milho em grão (de US\$ 9 milhões em 2000 para US\$ 497 milhões em 2001) e carne suína (+112,3%).

Nos semimanufaturados houve queda nos preços ainda maior que nos básicos, -9,3%, superior ao crescimento físico, +7,7%. Em consequência, sua representatividade na pauta caiu de 15,4% para 14,2% em 2001. Os destaques foram açúcar bruto (+84,1%), couros e peles (+15,3%), e a redução se deu nos itens celulose (-22,2%), semimanufaturados de ferro e aço (-20,5%), e alumínio bruto (-28,5%).

Nos manufaturados houve um pequeno crescimento de 1,1%, e sua participação relativa apresentou queda de 59,% em 2000 para 56,6% em 2001. Os aumentos mais expressivos foram óleos combustíveis (+205,7%), açúcar refinado (+100,5%), gasolina (+23,2%), motores e geradores (+21,5%), chassis com motor (+12,6%), automóveis (+10,4%). Apresentaram baixos percentuais, mas elevadas bases, os itens: aparelhos

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

transmissores/receptores (+US\$ 1.762 milhões, +7,8%), motores para veículos (+US\$ 1.112 milhões, +4,5%) e aeronaves (+US\$ 2.839 milhões), apesar da queda de 7% neste último item.

Tabela 2

Exportação por Fator Agregado

Janeiro-Dezembro-2001

US\$ milhões FOB

	Janeiro-Dezembro		Variação 2001/00		Participação %	
	2000	2001	Absoluto.	Rel (%)	2000	2001
Manufaturados	32.528	32.900	372	1,1	59,0	56,5
aeronaves		2.839		(7,0)		
automóveis		1.951		10,4		
Ap. transm. receptores		1.762		7,8		
calçados		1.684		4,1		
motores para veículos		1.112		4,5		
açúcar refinado		879		100,5		
óleos combustíveis		798		205,7		
gasolina		500		23,2		
motores/geradores		458		21,5		
chassis c/motor		411		12,6		
Semimanufaturados	8.499	8.244	(255)	(3,0)	15,4	14,2
açúcar em bruto		1.401		84,1		
couros e peles		872		15		
celulose		1.246		(22,2)		
semimanuf. ferro/aço		1.081		(20,5)		
alumínio em bruto		676		(28,5)		
Básicos	12.562	15.342	2.780	22,1	22,8	26,4
soja em grão		2.726		24,6		
farelo de soja		2.065		25,1		
carne de frango		1.292		60,3		
fumo em folhas		921		13,3		
carne bovina		738		46		
petróleo bruto		721		353,5		
milho em grão	9	497				
carne suína		346		112,3		
Combust. p/ cons. bordo		1.057		8,3		
Total	58.223	55.086	3.137	5,7	100,0	100,0

Fonte: Ministério Desenvolvimento, Indústria Comércio Exterior/SECEX

A análise do Balanço de Pagamentos permite perceber a vulnerabilidade dos fundamentos macroeconômicos predominantes, quando o País teve que novamente

recorrer ao FMI no segundo trimestre, para proteger o real de ataques especulativos, conjugando-se a crise argentina, a crise energética e o quadro recessivo mundial.

Tabela 3
Balanço de Pagamentos
US\$ milhões

Discriminação	Jan-Out	
	2000	2001
Balança comercial (FOB)	134	1.498
Exportações	46.037	49.376
Importações	45.902	47.878
Serviços	-5.853	-6.541
Rendas	-14.665	-16.144
Transferências unilaterais correntes	1.235	1.334
Transações correntes	-19.149	-19.852
Conta capital e financeira	13.162	24.606
Conta capital	228	243
Conta financeira	12.934	24.363
Investimento direto (líquido)	22.861	18.478
No exterior	-1.892	1.881
No país	24.752	16.597
Participação no capital	22.549	13.475
Empréstimos intercompanhias	2.203	3.122
Investimentos em carteira	6.229	2.447
Derivativos	-122	-379
Outros investimentos	-16.034	3.816
Erros e omissões	1.557	-360
Resultado do balanço	-4.430	4.393
Memo:		
Transações correntes/PIB	-3,87	-4,70
Amortizações de médio e longo prazos	28.282	28.922

Fonte: Banco Central do Brasil

O problema estrutural continua sendo a incapacidade de gerar poupança interna e a total dependência dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), que acabam por gerar crescentes remessas de lucros e dividendos para o exterior. Da mesma forma que na Argentina, enquanto durou o processo de privatizações no Brasil, o fluxo de IDE foi superior ao da contrapartida em lucros e dividendos, mas assim que agravou o quadro de recessão e insegurança mundiais, e se esgotou o processo de privatização, a tendência para a saída de capitais passou a crescer mais que a de entrada, expondo a fragilidade do equilíbrio obtido. O caos social e a difícil governabilidade da vizinha Argentina demonstram o risco do receituário de política econômica que as instituições financeiras internacionais vêm impondo aos países dependentes de poupança externa.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA 2002

O sonhado descolamento da crise argentina ainda não se tornou realidade, e o mercado de câmbio brasileiro continua sujeito a erupções especulativas imprevisíveis, quanto mais em um ano eleitoral, em que a incerteza política se soma à da economia.

No entanto, exatamente pelo risco político, o governo federal, certamente com apoio das instituições financeiras internacionais, tem programado investimentos para gerar impactos psicológicos durante o segundo e terceiro trimestres, quando, em consonância com uma possível melhora do cenário internacional, espera gerar uma breve recuperação interna. Em decorrência, aguarda-se uma política de redução de juros no decorrer de 2002.

A redução dos preços internacionais do petróleo foi providencial para o governo brasileiro, que procura estendê-lo ao varejo, o que é obstado, no entanto, pela ação de cartéis do setor. Como o País importa 30% dos derivados de petróleo, ainda há grande dependência das oscilações do mercado mundial.

A abundância de chuvas permitirá a redução gradativa do racionamento de energia, e, embora as empresas do setor elétrico reivindiquem um aumento de tarifas da ordem de 30%, o governo federal certamente tentará convencê-las a contingenciar seus lucros até o início do quarto trimestre, quando serão realizadas as eleições. Por tudo isto, espera-se um ligeiro ciclo favorável à atividade econômica no segundo e terceiro trimestres.

A ECONOMIA MINEIRA EM 2001

A indústria mineira constituída, em grande parte, devido à abundante, barata e confiável energia gerada pela CEMIG, foi uma das mais prejudicadas com as imprevidências que conduziram ao racionamento. Embora tenha procurado se adequar à situação, muitos investimentos foram suspensos ou foram realizados em outras regiões não afetadas pela crise. Por isto, as taxas de crescimento do PIB mineiro, que até o primeiro trimestre de 2001 vinham crescendo acima da média nacional, apresentaram uma recaída a partir do segundo trimestre, e fecharam o acumulado até o terceiro trimestre em um patamar inferior ao nacional.

Tabela 4
Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a Preços de Mercado
Minas Gerais e Brasil - 2001

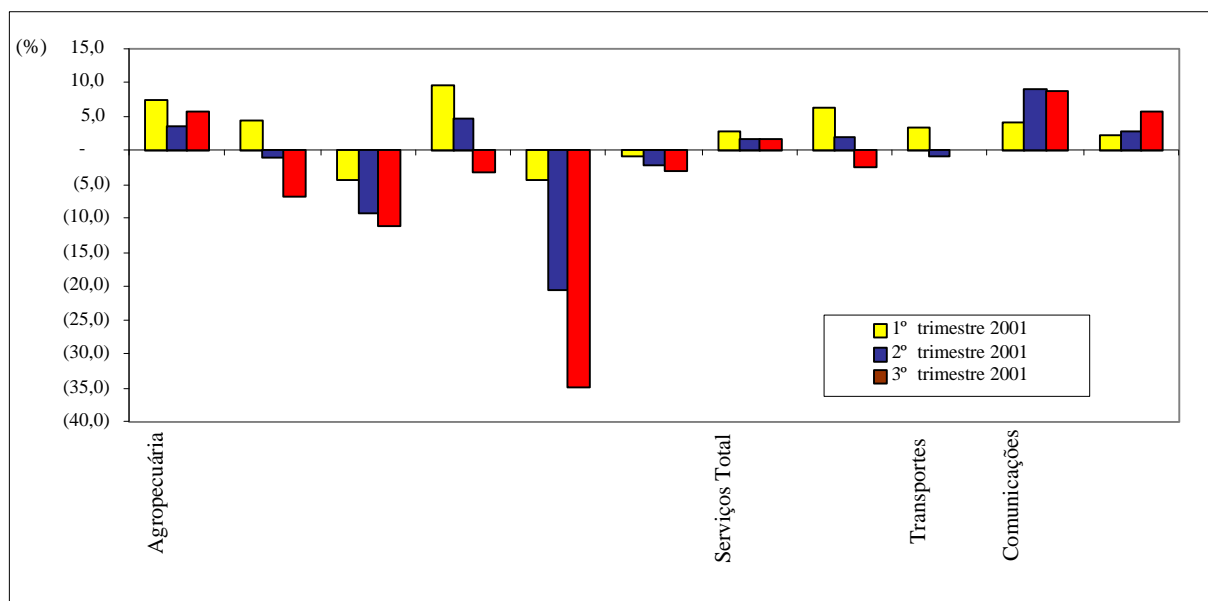
Taxa de Crescimento	Minas Gerais			Brasil		
	1º trim	2º trim	3º trim	1º trim	2º trim	3º trim
Trimestral (1)	5,10	1,17	-1,30	4,50	1,82	0,34
Acumulada ao Ano (2)	5,10	3,02	1,54	4,50	3,12	2,17
Acum/quatro trim. (3)	4,11	3,38	2,31	4,24	3,57	2,56

Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), IBGE, Elaboração: FJP/CEI

(1) Compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior. (2) Compara os trimestres do ano em curso com igual período do ano anterior. (3) Compara o acumulado nos últimos quatro trimestres de referência a igual período imediatamente anterior.

Gráfico 4

Taxas Trimestrais de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Segundo Setores de Atividade Econômica - Minas Gerais – 2001



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), especialmente energia elétrica

O gráfico 4 e a tabela 5 ilustram como a crise de energia afetou negativamente a economia mineira, reconhecidamente eletrointensiva. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública, que inserem a atividade geradora de energia elétrica, mostraram as maiores quedas. Analisando os dados setoriais do terceiro trimestre de 2001 com relação ao trimestre anterior, apenas a agropecuária, transportes e aluguéis mantiveram-se em níveis superiores.

Tabela 5
Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Básicos Segundo
Setores de Atividade Econômica - Minas Gerais e Brasil
3º Trimestre e Acumulado até Setembro de 2001

Setores/Subsetores	Taxa Trimestral		Taxa Acumulada até Setembro	
	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil
Agropecuário	5,80	3,51	5,07	3,21
Industrial	-6,73	-1,29	-1,22	1,58
Extrativa mineral	-11,05	2,88	-8,24	6,37
Transformação	-3,05	-0,07	3,48	2,03
Serv. Ind. Utilidade Pública	-34,75	-12,10	-20,22	-2,48
Construção civil	-2,85	-2,07	-1,90	0,76
Serviços	1,61	1,54	2,06	2,47
Comércio	-2,36	-2,39	1,80	2,22
Transporte	0,21	1,32	0,89	1,26
Comunicações	8,87	10,47	7,33	12,49
Aluguéis	5,71	2,41	3,65	2,17

Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)
Elaboração: FJP/CEI

SETOR INDUSTRIAL

A indústria geral recuou 6,73%, registrando queda significativa em todos os seus gêneros: serviços industriais de utilidade pública (-34,75%), extrativa mineral (-11,05%), construção civil (-2,85%) e indústria de transformação (-3,05%).

O racionamento de energia teve forte impacto na economia mineira (tabela 6). Os serviços industriais de utilidade pública registraram no trimestre queda de 34,75%. A geração de energia elétrica do estado decresceu 55,18%, em virtude da forte queda observada na Usina de Furnas (-65,64%), que participa com 39,% do total da atividade. Corroborando este resultado, e visto pela ótica do consumo, os dados da CEMIG mostram grande retração em todas as classes: residencial (-27,09%); industrial (-17,52%); comercial (-25,72%).

Frente ao quadro de crise, a CEMIG, considerada empresa-modelo, e que, ao lado de Furnas, por intensas mobilizações da opinião pública, conseguiu sobreviver à calamitosa onda de privatizações do setor elétrico, tomou a iniciativa de promover importantes investimentos para recuperar a capacidade de produção de energia. As hidrelétricas de Aimorés, no Rio Doce, Queimados, no Rio Paracatu, e a de Porto Estrela, em parceria com a iniciativa privada, são as mais importantes.

Tomando como referência o terceiro trimestre de 2001, a indústria de transformação, depois de oito trimestres consecutivos de taxas positivas, apresentou queda de 3,05%. Os setores de material de transportes (-10,76%), minerais não-metálicos (-10,52%), bebidas (-11,63%) e metalurgia (-1,63%) que totalizam 56,0% da estrutura produtiva do setor, condicionaram fortemente este resultado. Ao contrário, as indústrias do fumo, química e alimentar cresceram 11,58, 4,06 e 0,80%, respectivamente.

Diversos são os fatores que afetaram a siderurgia no estado: impostos em cascata, alta do dólar, retração dos mercados nacional de eletrodomésticos, agravada pelo racionamento, e internacional (Estados Unidos, Japão, Europa e Argentina), além dos empecilhos à entrada do aço brasileiro no mercado americano causados pela onda protecionista.

Tabela 6
Taxas de Crescimento da Geração e Consumo de Energia Elétrica
Minas Gerais – 2000-2001(Percentagem)

Taxa de Crescimento	Geração Total	Consumo por Mercado			
		Total	Residencial	Industrial	Comercial
Acumulada Jan-Set/2001 / Jan-Set/2000	-40,36	-4,45	-9,79	-3,55	-2,92
Trimestral					
1º Trimestre/2001	-21,80	5,86	1,24	5,98	11,36
2º Trimestre/2001	-43,21	1,56	-3,57	1,84	4,60
3º Trimestre/2001	-55,18	-19,89	-27,09	-17,52	-25,72

Fontes: Dados básicos: Furnas Centrais Elétricas S/A – Cia. Energética de Minas Gerais (CEMIG), Cia. Força e Luz Cataguazes Leopoldina - Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

Por deter cerca de 40,% do total de produtos siderúrgicos exportados pelo País, Minas Gerais acaba sofrendo mais com as medidas protecionistas dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras. Até setembro, o valor das exportações do grupo ferro, aço e ferro fundido foi menor em 19,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A retração de 10,76% em material de transportes afeta não só a atividade em si, como também gera um efeito encadeado em outros segmentos: siderurgia, autopeças, borracha, vidros, entre outros. O setor vem tentando adequar seus estoques à queda na demanda mediante acréscimo das exportações, redução de horas trabalhadas, corte de trabalho aos sábados, férias coletivas e paradas técnicas. Em suma, o Brasil não foge à tendência mundial de retração do consumo de bens duráveis.

A indústria de alimentos, embora com resultado positivo, vem apresentando trajetória decrescente, tendo em vista a redução dos estoques tanto domésticos quanto na cadeia comercial, devido ao racionamento de energia. Neste cenário, as indústrias têm buscado alternativas, procurando expandir seu mix de produtos e abrir novos mercados.

A extrativa mineral registrou queda no terceiro trimestre (-11,05%), acumulando decréscimo de 8,24% ao longo do ano. As mineradoras de ferro enfrentam um mercado externo marcado pela desaceleração econômica e altos estoques nas indústrias siderúrgicas. Diante desse quadro, a perspectiva do setor extrativo mineral é o

aumento da produção com estratégias de obtenção de novos mercados, em que se destaca a China com potencial de grande consumidor.

De grande importância na economia mineira (13,% do PIB), a construção civil apresentou, no terceiro trimestre de 2001, o sexto resultado negativo (-2,85%). A falta de novos investimentos, sobretudo no setor rodoferroviário, do qual o setor público é o principal provedor, as dívidas atrasadas do governo, as altas taxas de juros, bem como a interrupção de financiamentos pela Caixa Econômica Federal para a classe média na compra da casa própria, são alguns fatores que contribuíram sobremaneira para o comportamento desta atividade.

Por absorver significativo volume de mão-de-obra, a retração desse setor impacta o comportamento da economia, uma vez que implica redução de postos de trabalho e, conseqüentemente, da massa salarial.

SETOR AGROPECUÁRIO

A agropecuária mineira apresentou o melhor resultado entre os grandes setores (5,80%), crescimento determinado basicamente pela pecuária (11,75%), já que a agricultura cresceu apenas 1,81%. O decréscimo na produção de grãos e de algumas lavouras relevantes, devido principalmente à falta de chuvas, foi compensado pelo aumento dos preços recebidos pelos produtores, notadamente do feijão, arroz e soja. Já na pecuária, o desempenho satisfatório deveu-se a elevação da quantidade produzida, pois os preços recebidos pelos pecuaristas mantiveram-se baixos.

O ganho na pecuária é reflexo direto da maior demanda externa, já que o mercado interno manteve-se desaquecido. Os três segmentos – bovinocultura, suinocultura e avicultura cresceram 109,65% em volume e 122,56% em termos de valor nas exportações mineiras, até setembro de 2001, devido principalmente à desvalorização do real, já que os preços em dólares destas commodities vêm caindo nos últimos anos.

Em Minas Gerais, houve boa oferta de animais e os frigoríficos formaram suas escalas de abate com facilidade: o abate de bovinos registrou acréscimo de 11,49%. O período de entressafra, marcado pela época mais seca do ano, não conseguiu influenciar os preços da carne bovina no mercado atacadista, que se mantiveram estáveis.

O reconhecimento do rebanho bovino de todo o território mineiro como livre de febre aftosa com vacinação, efetivado em maio de 2001 pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) é, sem dúvida, um marco para a história da bovinocultura e da economia mineiras, coroando esforços que duraram três décadas e que uniram os órgãos do governo estadual e entidades de produtores. Tal comemoração ocorre num momento em que os países europeus, arautos dos controles fitossanitários, se deixaram surpreender pela fulminante proliferação do “mal da vaca louca”, que derrubou não apenas sua carne bovina, mas também a carne de ovelha utilizada como insumo na ração bovina. Este fenômeno abriu caminho para a recém-certificada carne bovina mineira.

Esta conjunção de fatores gerou alento também para as carnes de frango e mesmo para a carne suína mineira, abrindo possibilidades para a integração da cadeia do

agronegócio no estado, abrangendo desde os produtores rurais até o comércio, passando pela agroindústria.

Vários “clusters” ou articulações de cadeias produtivas passaram a se desenvolver no estado, como o do Núcleo de Produtores de Novilho Precoce de Minas Gerais, que agrega pecuaristas de 44 municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, fornecendo novilhos precoces a grandes redes de supermercados e de lanchonetes “fast food”, passando pelos frigoríficos, e envolvendo também crescentes negócios de exportação. Esta articulação está levando os setores de avicultura e suinocultura à adoção de sistemas semelhantes, principalmente nas regiões Sul, Mata, Central, Triângulo e Alto Paranaíba. A existência de centros universitários e de pesquisas tem sido fundamental para a articulação destas cadeias produtivas, que se baseiam na acumulação de conhecimento pelas localidades e regiões.

Em termos de carne suína, o Brasil possui hoje 36,5 milhões de cabeças, 4,2% do rebanho mundial, o que leva o país ao sexto lugar do ranking da produção global. O Estado de Minas Gerais é o quarto em nível nacional, superado pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, ainda que a produção mineira chegue a quase 200 mil toneladas/ano. O rebanho mineiro é de 3,4 milhões de animais, o que corresponde a 9% do rebanho do País.

O consumo brasileiro per capita de carne de porco aumentou de 7 quilos em 1990 para 11 quilos neste ano, o que significa um aumento de 5,7% na média anual em todo o território nacional. Estima-se que o consumo per capita mineiro esteja em 15 quilos, ou seja, bem superior à média nacional. Hoje, da produção brasileira de mais de 2 milhões de toneladas, menos de 200 mil devem ser exportadas até o final do ano, o que representa menos de 10% do total produzido. Em suma, o segmento no estado ainda tem o mercado brasileiro como referência e como prioridade.

O setor leiteiro manteve o seu ritmo de crescimento (3,57%), após a modernização e profissionalização dos produtores nas bacias mais desenvolvidas. Tendo-se em conta que o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, de cerca de 170 milhões de cabeças, é importante destacar que Minas Gerais possui o segundo maior rebanho, de 21 milhões de cabeças. Enquanto o estado líder, Mato Grosso do Sul, tem seu rebanho especializado em produção de carnes, o rebanho mineiro tem característica prioritariamente leiteira, sendo responsável por 7 bilhões de litros/ano, 30% dos 23 bilhões da produção nacional. Nos últimos cinco anos o Brasil importou cerca de US\$ 500 milhões/ano correspondentes a mais de 2 bilhões de litros/ano, na forma de leite em pó. O fato de ser altamente subsidiado nos países de origem, aliado à sobrevalorização do real até 1999 e principalmente à desnacionalização dos grandes laticínios, fez com que o produto aqui chegasse a preços inatingíveis.

No decorrer de 2001 ainda ocorreram importações de leite, mas o montante foi reduzido à metade da média histórica. Espera-se, no entanto, que Minas Gerais possa tornar-se um grande exportador do produto, ocupando espaço inicialmente no mercado nacional. É de se esperar também que contribua para isto o fato de a Itambé, cujos acionistas são cooperativas de produtores rurais das principais bacias leiteiras da

Região Central de Minas Gerais, ser a única sobrevivente entre os grandes laticínios de capital nacional.

O acréscimo de 1,81% na agricultura deveu-se, além do aumento da produção cafeeira (0,25%), aos bons resultados obtidos nas lavouras de abacaxi, alho, amendoim, batata-inglesa, laranja, tomate e uva, que foram influenciados por melhores tratamentos culturais, preços compensadores, entrada de novos produtores e utilização de melhores sementes. O resultado seria melhor não fossem os declínios observados na produção de grãos (-6,41%): falta de recursos, juros altos, preços não remuneradores, abandono de plantios e a falta de chuvas no início de 2001.

Destacam-se, a seguir, os principais produtos da agricultura mineira, escolhidos em função da alta ponderação no valor bruto da produção (70%). Por sua participação elevada, estes produtos acabam por determinar o comportamento da produção agrícola.

O acréscimo da produção cafeeira deveu-se ao aumento da área colhida (6,33%), obtida em função de novas áreas que entraram em fase de produção, além da ocorrência de erradicação de lavouras velhas. As cotações do produto são as mais baixas em 30 anos: todas as projeções de oferta e demanda indicam grandes excedentes de produção, embora já haja sinais de baixa nos estoques.

Tabela 7
Principais Destaques da Safra Agrícola
Minas Gerais - 2000-2001 (1)

Lavoura	Produção (T)		Variação (%)
	1999-2000	2000-2001	
Milho	4.232.225	3.997.492	-5,55
Café (em coco)	1.651.261	1.655.331	0,25
Soja	1.438.829	1.379.757	-4,11
Batata-inglesa	707.570	874.744	23,63
Tomate	532.380	639.712	20,16
Feijão	407.097	386.653	-5,02

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais (GCEA/MG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Previsão da safra de 2000-2001 realizada em outubro de 2001.

SETOR DE SERVIÇOS

O comércio apresentou retração no terceiro trimestre, refletindo os efeitos do continuado clima de instabilidade econômica e a conseqüente crise de crédito. Ainda assim, a taxa acumulada no ano manteve-se positiva, esperando-se que, no fechamento, os níveis de 2000 sejam mantidos, pela convergência do comportamento positivo dos setores veículos novos, usados e peças, além de supermercados e produtos

alimentícios, com o efeito negativo de tecidos, vestuário e calçados, além de ferragens, material elétrico e de construção.

Já que o desempenho dos transportes é determinado pelo ritmo do nível da atividade econômica, movimentando bens e serviços produzidos, outro não poderia ser o resultado do setor, que, no ano, deve manter o resultado do ano anterior. Acrescente-se a isto a redução no comércio mundial, que tem impactado o fluxo de mercadorias, notadamente o transporte de grandes massas.

O setor de comunicações apresentou até setembro taxa positiva de 7,33%. Praticamente terminada a fase de instalação e expansão iniciada com as privatizações, apresenta ainda crescimento relevante, via estratégias de penetração em localidades ainda não cobertas. Entretanto, diversas empresas, já tendo atingido as metas estabelecidas pela ANATEL, entraram em processo de reestruturação, adequando inclusive o número de funcionários à realidade atual.

Finalmente, merece destaque o subsetor de aluguéis, que perfazendo 11% do PIB estadual, apresentou evolução de 3,65% acumulados nos nove primeiros meses de 2001. Neste segmento, o item de maior importância é o de aluguéis imputados (60%), que se refere ao valor do “aluguel” correspondente ao imóvel próprio.

Corroborando o bom desempenho deste segmento o número de imóveis vendidos em Belo Horizonte. No terceiro trimestre, as vendas cresceram 14,02%, provavelmente impulsionadas pelo momento de instabilidade econômica, bastante propício para aquisição de bens que representem reservas seguras de valor.

A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

O desemprego total na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) passou de 17,6% no terceiro trimestre de 2001 para 19% no terceiro trimestre, e houve a diminuição, no mesmo período, do rendimento real médio das pessoas ocupadas de R\$ 625,67 para R\$ 599,23, variáveis determinantes do nível de evolução do consumo (Fundação João Pinheiro - Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED).

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MINEIRA PARA 2002

Como para a economia mundial e brasileira espera-se uma sucessão de ciclos de curta duração a partir do segundo trimestre, Minas Gerais numa atuação conjunta de governo, setor privado e municípios precisa continuar articulando suas cadeias produtivas, consolidar e diversificar seu parque industrial, modernizar seu setor agropecuário, investir no escoamento da produção de grãos do Triângulo e Noroeste, na agregação de valor da produção agrícola das regiões Sul, Centro e Mata, e na articulação dos mercados agrícolas das demais regiões. A disponibilização de energia elétrica é fundamental para a prosperidade do estado, que conta com a estrutura da CEMIG, empresa-modelo nacional do setor, além de condições hidrográficas privilegiadas. Numa economia cada vez mais baseada no conhecimento, é essencial investir na articulação do sistema educacional com o setor produtivo, reconhecendo também a importância dos programas de amparo e segurança social e de recuperação ambiental, visando colocar o estado nos trilhos do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado.

INTRODUÇÃO

O desempenho da economia brasileira em 2001 apresentou uma performance bem diferente da do ano passado quando o PIB registrou uma taxa de crescimento de 4,4%, conseqüência, dentre outros fatores, do percentual de 4,9% das atividades industriais.

Em 2001, devido a uma congruência de fatores externos e internos, houve um desaquecimento nas atividades econômicas do País com o setor industrial crescendo apenas 2,1%. Com isto, as estimativas são as de que o PIB deverá apresentar uma taxa de crescimento em torno de 2%.

O desempenho das finanças públicas, sobretudo o das receitas, sofreu uma influência muito grande dessas oscilações no produto da economia. Uma produção menor gera menos renda, menos consumo, menos demanda, menos investimentos, etc., afetando principalmente a arrecadação dos estados, pois a grande maioria deles depende da arrecadação do ICMS, que é fortemente vinculado ao desempenho das atividades de produção e consumo.

Ressalte-se ainda o fato de que políticas específicas adotadas em nível nacional, por decisão do Governo Federal, impactaram negativamente no fluxo normal de receitas do estado. Por falta de planejamento e principalmente de investimentos no setor energético, o Governo Federal teve que impor um racionamento no consumo de energia que, além de contribuir para o desaquecimento no setor produtivo da economia, impôs também aos consumidores individuais metas de reduções, afetando o seu consumo de energia.

Com esta diminuição, o Estado de Minas Gerais, que além de grande produtor de energia elétrica tem em sua produção industrial elevada participação do setor energético, mais ainda que outros estados da federação, sofreu uma significativa queda na arrecadação oriunda desta atividade.

Apesar deste quadro desfavorável, o Estado de Minas Gerais, por meio de uma política de controle da arrecadação, ainda conseguiu em 2001 obter um crescimento real na receita do ICMS. Tal fato, aliado ao controle dos gastos, contribuiu, sobremaneira, para que o estado minimizasse o seu quadro de dificuldades financeiras.

O demonstrativo do resultado orçamentário, com o registro da evolução da receita e da despesa no período 2000-2001, está apresentado na tabela 1.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 1
ESTADO DE MINAS GERAIS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL
PERÍODO: 2000-2001

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		TAXA DE CRESCIMENTO
	2000	2001	2000	2001	REAL(%)
1 - RECEITA	14.118,4	15.699,2	16.298,8	16.431,2	0,8
1.1. Corrente	12.710,2	14.910,5	14.668,9	15.613,9	6,4
1.2. Capital	1.408,2	788,7	1.629,9	817,3	(49,9)
2 - DESPESA	14.507,6	17.033,5	16.680,2	17.727,4	6,3
2.1. Corrente	12.585,6	15.231,4	14.455,3	15.879,0	9,8
2.2. Capital	1.922,0	1.802,1	2.224,9	1.848,4	(16,9)
RESULTADO NOMINAL (1-2)	(389,2)	(1.334,3)	(381,4)	(1.296,2)	239,9

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) correção mensal pelo IGP-DI - base: dezembro/2001 = 100

De acordo com os números da tabela 1, o exercício de 2001 encerrou com um déficit orçamentário da ordem de R\$ 1,334 bilhão. A receita alcançou o valor de R\$ 15,699 bilhões, com aumento real de 0,8% e a despesa atingiu R\$ 17,033 bilhões, com variação positiva de 6,3%. Parte deste déficit é explicado pelo elevadíssimo custo dos encargos da dívida, uma vez que sem eles o estado apresentou um superávit de R\$ 270 milhões.

Avaliando a evolução da receita, verifica-se o aumento significativo ocorrido na receita corrente (6,4%), fruto do crescimento (8,8%) das receitas próprias (tabela 3) analisadas na seção a seguir.

Observa-se, entretanto, que os resultados alcançados pela máquina arrecadadora estadual, com a expansão do volume de recursos próprios, não foram acompanhados pela receita de capital, cuja redução no período foi de 49,9%.

Em relação à despesa, os gastos correntes cresceram 9,8% em atendimento aos compromissos com a manutenção da máquina administrativa, o pagamento dos servidores públicos, as obrigações relativas aos encargos da dívida e as transferências constitucionais e voluntárias aos municípios. Ao contrário, a despesa de capital diminuiu 16,9%, influenciada pelo menor volume de amortizações da dívida pública em 2001.

Outro indicador importante de avaliação das contas públicas é o resultado primário. A tabela 2 apresenta a evolução do indicador no período 2000-2001.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 2
ESTADO DE MINAS GERAIS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL
RESULTADO PRIMÁRIO
PERÍODO: 2000-2001

Lei Complementar nº 101/2000, art. 53, inciso III - Anexo VII		R\$ Milhões
ESPECIFICAÇÃO	2000	2001
1- RECEITA TOTAL	14.118,4	15.699,2
(-) Operações de Crédito	147,5	54,6
(-) Receita de Privatizações	0,0	0,0
(-) Amortização de Empréstimos	302,8	352,2
(-) Receita Financeira	62,6	71,3
2- RECEITA LÍQUIDA	13.605,5	15.221,1
3- DESPESA TOTAL	14.507,6	17.033,5
(-) Juros e Encargos da Dívida	808,1	1.170,2
(-) Amortização da Dívida	921,5	479,2
(-) Concessão de Empréstimos	445,4	433,6
(-) Aquisição Títulos Capital já Integralizado	0,0	0,0
4- DESPESA LÍQUIDA	12.332,6	14.950,5
5- RESULTADO PRIMÁRIO (2 - 4)	1.272,9	270,6

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contadoria Geral - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Em 2001, o resultado primário foi inferior ao do exercício anterior. Todavia, permaneceu superavitário, na ordem de R\$ 270,6 milhões. A receita líquida apresentou bons resultados, com crescimento nominal de 12% em relação ao ano de 2000.

O resultado crescente das receitas contribuiu favoravelmente para que se alcançasse um resultado primário positivo. Este resultado não foi melhor devido à pressão dos gastos, principalmente com pessoal, que no conjunto com as outras despesas de custeio elevou a despesa líquida em 21%.

COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL

Em 2001, a receita total manteve-se praticamente no mesmo patamar de 2000. Descontada a inflação, medida pelo IGP-DI, conforme pode-se observar na tabela 3, o aumento real foi de 0,8 %.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 3
ESTADO DE MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA
PERÍODO: 2000-2001

RECEITA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	
RECEITA CORRENTE	12.710,2	14.910,5	14.668,9	15.613,9	90,0	95,0	6,4
Receita Própria	10.143,5	12.164,3	11.708,3	12.734,5	71,8	77,5	8,8
Receita Tributária	8.254,5	9.856,5	9.535,8	10.334,1	58,5	62,8	8,4
ICMS	7.441,5	8.929,6	8.576,2	9.337,7	52,7	56,9	8,9
Outros Tributos	813,0	926,9	959,6	996,4	5,8	5,9	3,8
Receita de Contribuição Social	871,5	1.042,8	1.004,4	1.089,3	6,2	6,6	8,5
Receita de Multas e Dívida Ativa	200,8	450,6	229,8	463,6	1,4	2,9	101,7
Outras Receitas Correntes	816,7	814,4	938,3	847,5	5,8	5,2	(9,7)
Transferências Constitucionais e de Convênios	2.566,7	2.746,2	2.960,6	2.879,4	18,2	17,5	(2,7)
Transferências da União	2.482,0	2.666,2	2.862,8	2.795,4	17,6	17,0	(2,4)
Outras Transferências	84,7	80,0	97,8	84,0	0,6	0,5	(14,1)
RECEITA DE CAPITAL	1.408,2	788,7	1.629,9	817,3	10,0	5,0	(49,9)
Operações de Crédito	147,5	54,6	171,9	56,6	1,0	0,3	(67,1)
Interna	65,0	2,7	76,8	2,8	0,5	0,0	(96,4)
Externa	82,5	51,9	95,1	53,8	0,6	0,3	(43,4)
Alienações de Bens	850,8	186,3	986,2	188,6	6,0	1,2	(80,9)
Amortizações de Empréstimos	302,8	352,2	347,0	366,8	2,1	2,2	5,7
Outras Receitas de Capital	107,1	195,6	124,8	205,3	0,8	1,2	64,5
TOTAL	14.118,4	15.699,2	16.298,8	16.431,2	100,0	100,0	0,8

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contadoria Geral - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário-Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) correção mensal pelo IGP-DI - base: dezembro/2001 = 100

Essa variação reflete a mudança ocorrida no comportamento da receita em 2001. Ou seja, o crescimento real de 6,4% apresentado pela receita corrente, em especial pelas receitas próprias com aumento de 8,8%, não foi acompanhado pela evolução da receita de capital que, no período 2000-2001, foi reduzida em 49,9%.

Esses números demonstram que apesar do crescimento das receitas próprias, que dependem do esforço da máquina arrecadadora do estado, a receita total só cresceu 0,8%, prejudicada que foi pela redução tanto da receita das transferências constitucionais e de convênios quanto da receita de capital.

A redução verificada na receita de capital, que passou de R\$ 1,408 bilhão para R\$ 788,7 milhões, explica-se pelas baixas ocorridas nas receitas de operações de crédito e de alienações de bens.

Em relação às operações de crédito, verifica-se que, em comparação com 2000, houve uma redução de 67,1% no valor contabilizado em 2001. Importante salientar que em 2001 não houve celebração de novos contratos, sendo executado apenas o repasse dos valores já contratados. Ou seja, o estado não assumiu nenhuma dívida nova.

As operações internas recuaram de R\$ 65 milhões para apenas R\$ 2,7 milhões. Isso aconteceu porque em 2000 registrou-se uma entrada de R\$ 60 milhões carreados pela União, referente ao processo de saneamento do sistema financeiro estadual, destinado ao aumento de capital do BDMG. Além disso, em 2000 foram repassados R\$ 5 milhões

para o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal do Estado (PNAFE), enquanto em 2001 apenas R\$ 2,7 milhões foram destinados a esse programa.

Relativamente às operações externas, as entradas de recursos continuaram a ser apenas para atender a projetos específicos já acordados. As liberações referentes a esses projetos foram bem menores em 2001. Só os projetos Jaíba II e Pró-Qualidade receberam recursos equivalentes à R\$39,5 milhões e R\$12,4 milhões, respectivamente.

Quanto à receita de alienações de bens, a diminuição, em termos reais, foi de 80,9%. Isto se deve ao fato de que em 2000 contou-se com a receita proveniente da venda da Casemg e da Ceasa, em torno de R\$ 330 milhões.

Em 2000, houve ainda o recebimento de recursos decorrentes da alienação de ativos do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) e títulos CVS, oriundos da carteira imobiliária da extinta Minascaixa, em valores superiores ao exercício de 2001. Em 2000 foram recebidos R\$ 230,6 milhões, enquanto em 2001 o valor arrecadado foi de R\$ 120,8 milhões.

Além disso, em 2000 conseguiu-se arrecadar com a venda de títulos/direitos de créditos relacionados ao saneamento dos bancos R\$ 185,7 milhões, enquanto em 2001 só entraram R\$ 64,4 milhões.

De positivo deve-se destacar o papel relevante da administração que buscou alternativas para equacionar essas restrições de entrada de capital mediante esforço de arrecadação de recursos correntes.

Nesse aspecto, nota-se que os resultados apresentados pela receita própria corrente, com variação real de 8,8%, no período 2000-2001, foram excepcionais.

Dentro dessa receita, a arrecadação de tributos estaduais contribuiu de maneira decisiva para essa performance. No ano houve um crescimento real de 8,4%, com participação relativa de 62,8% no volume total dos recursos gerados em 2001.

Também deve ser considerada como alavanca para o aumento da receita deste ano a variação positiva registrada na receita de contribuição social. Em terceiro lugar estão os recursos provenientes da anistia fiscal contribuindo para o comportamento da receita, tanto de recolhimento do ICMS principal quanto do recolhimento via multas, juros de mora e dívida ativa.

Em relação à receita tributária, o destaque é para o ICMS, cuja arrecadação, ao longo de 2001, situou-se na média de R\$ 744 milhões por mês, partindo de R\$ 673,8 milhões em janeiro e finalizando o ano com R\$ 901,5 milhões.

No 1º semestre havia uma previsão de índices maiores de crescimento desse imposto em razão da trajetória ascendente registrada até então. A reversão da expectativa ocorreu a partir do 2º semestre, período em que entrou em vigor o racionamento de energia elétrica, com registro de queda de arrecadação a partir de agosto. Contudo, ao

final do ano os valores recolhidos retomaram o crescimento influenciados pelo programa de Anistia Fiscal.

Encerrado o exercício de 2001, o recolhimento do ICMS principal totalizou R\$ 8,9 bilhões em 2001, apresentando crescimento real de 8,9% em relação a 2000 e aumento de 14,7% em comparação com 1999.

Esse desempenho poderia ter sido ainda melhor não fossem os fatores atípicos que atingiram de forma imprevista a receita, em destaque o impacto negativo do racionamento de energia, tanto no recolhimento direto do tributo na produção e distribuição quanto na redução do nível de atividade de outros setores, principalmente o industrial. Cabe mencionar ainda os reflexos advindos sobre o recolhimento do ICMS em face da queda do nível de atividade da economia em 2001.

Entretanto, a atuação da máquina fiscalizadora da Secretaria de Estado da Fazenda e os reajustes dos preços das tarifas públicas de eletricidade, telecomunicações, combustíveis e transportes praticados em 2001 refletiram na receita do ICMS, influenciando positivamente na situação financeira do estado.

O programa de ação fiscal, mediante projetos específicos, vem impondo medidas de combate à sonegação que, aliadas às ações deflagradas a fim de ampliar a receita, fizeram com que o patamar de expansão da arrecadação fosse elevado em 2001. As ações fiscais no setor de combustíveis, comércio exterior, cruzamento de notas fiscais recolhidas nos postos de fiscalização com dados das declarações informadas pelos contribuintes e controle corrente possibilitaram um controle mais efetivo dos projetos fiscais prioritários.

A receita de contribuição social, com participação de 6,6%, apresentou crescimento real de 8,5%, em comparação com 2000, sendo recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 1,042 bilhão.

Essa receita é composta pelas contribuições dos servidores e da cota patronal efetuada à Previdência Social e das contribuições à aposentadoria. Como a folha de pagamento é a base de cálculo dessa contribuição, os ganhos registrados na receita resultaram do aumento da folha ocorrido em 2001, que será explicado logo à frente, uma vez que não houve alterações nos percentuais de contribuição.

Por fim, apresenta-se ainda como fator de agregação de receita o aumento ocorrido na arrecadação de multas/juros de mora e na receita de dívida ativa resultante do processo de Anistia Fiscal, no final do exercício de 2001.

Diferentemente de 2000, quando se efetivou a entrada de recursos via parcelamento com recebimento nos anos seguintes, em dezembro de 2001 foram carreados para os cofres estaduais, com pagamento à vista, mais de R\$ 300 milhões, dos quais parte adveio do pagamento de multas/juros de mora e dívida ativa e o restante como quitação do imposto devido.

Outra fonte importante de receita para o estado, nos últimos anos, tem sido as transferências de convênios e as constitucionais oriundas de tributos arrecadados pela

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

União, de compartilhamento obrigatório com estados e municípios. Em relação ao total da receita, a participação das transferências em 2001 ficou em torno de 17,5%, inferior em 2,7% quando comparada com o valor total das transferências do exercício de 2000.

As transferências decorrentes da aplicação da Lei Kandir apresentaram redução real de 15,8%. Esse comportamento está associado à sistemática de repasse dessas transferências instituída pela Lei Complementar 102/2000.

De acordo com esse dispositivo, com a suspensão do seguro-receita e a substituição por um fundo orçamentário, foi estabelecido que os Estados receberiam um valor fixo para 2000 de R\$ 3,864 bilhões, a ser repartido de acordo com índices negociados, e que em 2001 o valor seria R\$ 3,148 bilhões, corrigido. Em razão disso o montante repassado, no caso de Minas Gerais, reduziu de R\$ 371,9 milhões para R\$ 346,6 milhões.

A receita do IPI-Exportação também apresentou decréscimo real da ordem de 5,1%. Outro fator condicionante foi a diminuição, em 10,9%, em termos reais, das liberações de recursos federais conveniados, em grande parte dos convênios firmados com o Ministério da Saúde. Em função da habilitação municipal para a gestão plena do SUS, o Ministério da Saúde vem repassando recursos diretamente aos fundos municipais de saúde.

As demais transferências registram variação real positiva, com destaque para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) que cresceu 6,6% e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que aumentou em 17,9%, comparativamente ao ano de 2000.

COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

No acumulado de janeiro a dezembro de 2001, a despesa estadual somou R\$ 17,033 bilhões, que atualizada pelo IGP-DI, de acordo com os dados da tabela 4, registrou aumento de 6,3% ante o montante gasto no mesmo período de 2000.

TABELA 4
ESTADO DE MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
PERÍODO: 2000-2001

RECEITA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	
DESPESA CORRENTE	12.585,6	15.231,4	14.455,3	15.879,0	86,8	89,4	9,8
.Pessoal	7.065,3	8.259,8	8.119,3	8.621,7	48,7	48,5	6,2
.Custeio	2.115,8	2.475,1	2.422,1	2.570,1	14,6	14,5	6,1
.Transferências aos Municípios (2)	2.037,7	2.599,0	2.356,4	2.721,1	14,0	15,3	15,5
.Transferências Inst. Multigovernamentais (FUNDEF)	558,7	727,3	638,4	753,4	3,9	4,3	18,0
.Encargos da Dívida	808,1	1.170,2	919,1	1.212,7	5,6	6,9	31,9
DESPESA DE CAPITAL	1.922,0	1.802,1	2.224,9	1.848,4	13,2	10,6	(16,9)
.Investimentos e Inversões Financeiras	911,8	1.122,9	1.045,9	1.150,5	6,3	6,6	10,0
.Amortizações da Dívida	921,5	479,2	1.077,6	496,2	6,4	2,8	(54,0)
.Outras Despesas de Capital	88,7	200,0	101,4	201,7	0,6	1,2	98,9
TOTAL	14.507,6	17.033,5	16.680,2	17.727,4	100,0	100,0	6,3

Fonte: dados básicos: Superintendência Central de Contabilidade Geral - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) correção mensal pelo IGP-DI - base: dezembro/2001 = 100

(2) excluída a parcela do Fundef

A despesa corrente, equivalente a 89,4% do dispêndio total de 2001, elevou-se 9,8%, já que todas as rubricas que compõem essa despesa apresentaram crescimento real, e as relativas aos gastos com pessoal e custeio cresceram proporcionalmente muito menos do que as relacionadas aos encargos da dívida.

A despesa com pessoal registrou, em comparação com 2000, variação real positiva de 6,2%, uma vez que a folha de pagamento comprometeu 73% da receita corrente líquida anual de 2001. Parte dessa variação refere-se ao fato de que em 2000 os reajustes foram concedidos a partir do mês de junho, o que gerou uma base menor para comparação em 2000.

Tal resultado justifica-se não só pelo crescimento vegetativo da folha (vantagens pessoais), mas, e principalmente, pela continuidade da política de valorização dos servidores estaduais, com destaque para os de menores salários do quadro funcional do estado, iniciada a partir de junho de 2000.

Essa política se fez necessária devido aos baixos salários recebidos por algumas carreiras estratégicas do setor público, sobretudo os servidores da área de segurança pública (Polícia Civil e Militar) e à corrosão dos salários dos funcionários estaduais, há mais de quatro anos sem recomposição salarial.

As medidas tomadas em junho de 2000 consistiram na recomposição da remuneração dos policiais civis ativos e inativos e na reestruturação do sistema remuneratório da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Foi ainda instituída a Parcela Remuneratória Complementar (PRC), a título de abono, para os servidores da administração direta e indireta, inclusive para os inativos. Essa recomposição salarial visou à valorização dos menores salários, sendo estabelecido um piso mínimo salarial de R\$ 400,00 no Estado. O abono diferenciado, de no mínimo R\$ 50,00 e no máximo de R\$ 70,00, foi escalonado por faixas de remuneração.

Cabe destacar ainda que a partir de dezembro de 2000 foram reajustados os vencimentos dos servidores da Assembléia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público, e aprovada a alteração do Plano de Carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas.

Como o acréscimo na despesa de pessoal ocorreu a partir de junho de 2000, os efeitos desses aumentos salariais foram sentidos com maior impacto em 2001, contribuindo decisivamente para o aumento real registrado nessa rubrica.

Outro fato relevante é que ficou assegurado ao quadro de policiais militares mais dois reajustes que ocorreram em janeiro e junho de 2001, impactando a folha de pagamento daquele exercício.

Registram-se como fatos importantes em 2001: a normalização do pagamento de todos os direitos dos servidores, por ocasião da aposentadoria; restabelecimento da gratificação especial para os cargos comissionados da administração direta; nomeações de 299 novos agentes fiscais aprovados em concurso; alteração da Gratificação

Especial de Produtividade (GEPI) do quadro de fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Os dispêndios com o custeio da máquina administrativa apurados em 2001 foram de R\$ 2,475 bilhões, correspondendo a 14,5% do total da despesa daquele exercício, e gerando um crescimento real de 6,1%, comparativamente aos gastos contabilizados em 2000.

Dentro dessas despesas destacam-se os valores de R\$ 1,279 bilhão relativos aos gastos com Serviços de Terceiros, R\$ 277,5 milhões correspondentes aos dispêndios com material de consumo, R\$ 639,2 milhões referentes à despesa com o pagamento dos pensionistas do IPSEMG classificados como gastos de custeio e R\$ 278,9 milhões relacionados a outras despesas de custeio.

A rubrica que contribuiu como maior impacto na elevação da despesa de custeio foi a relacionada ao pagamento dos pensionistas, acrescida em 25,3%, em função do aumento dos salários dos servidores. Os demais itens tiveram variação em percentuais bem menores, como por exemplo a despesa com serviços de terceiros, com aumento real de apenas 1,7% e os gastos com material de consumo que reduziu 4%.

Com relação às transferências efetuadas aos municípios, o montante repassado em 2001 foi de R\$ 2,599 bilhões. Nesse total estão inseridas as transferências constitucionais, a saber: a cota-parte do ICMS e do IPVA, principal, multas/juros e dívida ativa, e a quota-parte do IPI-Exportação, no volume de R\$ 2,365 bilhões. Observa-se que neste valor já está excluída a quota-parte do FUNDEF dos municípios.

Esse total carreado aos municípios, por determinação constitucional, quando comparado ao exercício de 2000, registrou uma elevação real de 9%, como consequência do crescimento expressivo apresentado pelas receitas do ICMS, de 8,9%, e do IPVA, de 5,5%.

O item Transferências a Instituições Multigovernamentais registra os valores carreados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2001, foram distribuídos para esse fundo R\$ 727,3 milhões, com aumento real de 18% em relação ao valor de 2000.

O aumento ocorrido nos repasses para o fundo resultou das variações positivas ocorridas nas arrecadações das fontes de financiamento desse fundo (ICMS, FPE, FPM, IPI-Exportação, Lei Kandir).

A conta Encargos da Dívida Pública subiu de R\$ 808,1 milhões em 2000 para R\$ 1,17 bilhão em 2001, produzindo um acréscimo real de 31,9% no volume de recursos destinados à quitação desses débitos.

Essa variação correspondeu ao maior pagamento de encargos da dívida interna, com relevância para os compromissos com a União.

Do total de R\$ 1,17 bilhão pagos em 2001, destacam-se os desembolsos efetuados para saldar os juros do contrato de refinanciamento amparado pela Lei 9.496, da ordem de

R\$ 502,5 milhões, e o pagamento de R\$ 221,7 milhões relativo ao financiamento contraído para saneamento dos bancos estaduais.

O somatório desses encargos no valor de R\$ 724,2 milhões representou 62% do total dos encargos quitados em 2001. Cabe mencionar que os dispêndios relacionados a essas dívidas no ano de 2000 foram de R\$ 441,3 milhões.

Esse volume de desembolso relativo ao refinanciamento da Lei 9.496 e ao saneamento dos bancos poderia ter sido maior se não fosse o limite de comprometimento de 13% da Receita Líquida Real, estabelecido para o ano de 2001. Dentro desse limite existem outros contratos a serem saldados prioritariamente, a exemplo dos amparados nas leis 7.976 e 8.727.

Quanto à despesa de capital, houve um recuo de 16,9% quando comparado ao valor gasto em 2000. Repercutiu sobre esse resultado a queda significativa de 54% acontecida nas despesas com amortizações da dívida, que saltaram de R\$ 921,5 milhões em 2000 para R\$ 479,2 milhões em 2001.

Essa redução pode ser explicada pelo fato de que em 2000 contabilizou-se um pagamento expressivo da conta gráfica, no total de R\$ 401,2 milhões, quitado parte com os recursos oriundos da federalização da Casemg e da Ceasa e o restante com o recebimento da compensação de créditos decorrentes da Lei Kandir (ressarcimento dos meses de novembro e dezembro de 1999). Além do mais, em 2000 foi efetuado o resgate dos eurobônus, cujo valor da amortização foi da ordem de R\$ 176,7 milhões.

Em 2001, o desembolso com a amortização das dívidas alcançou R\$ 479,2 milhões. Desse total, R\$ 237 milhões corresponderam ao pagamento do principal das dívidas com a União, incluídos nesse total os compromissos relativos à Lei 7.976, Lei 8.727, refinanciamento da dívida externa, conta gráfica (em parcelas), parcelamento do eurobônus. Com os credores internacionais, o valor foi de R\$ 139,6 milhões e com os demais credores o valor foi de R\$ 102,6 milhões.

No que se refere aos investimentos, observa-se que em 2001 houve um acréscimo real, nessa conta de 10%. Todavia, o aporte de recursos aplicados, no montante de R\$ 1,122 bilhão, continua sendo insuficiente em relação à necessidade de investimentos em setores essenciais.

É importante lembrar o fato de que em 2001 destinaram-se, em termos percentuais, menos recursos para essa rubrica do que para o pagamento da dívida. Enquanto os investimentos absorveram 6,6% do bolo da despesa, foram carregados para o serviço da dívida 9,7%.

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

O Estado de Minas Gerais terminou o ano de 2001 com um estoque de dívida fundada equivalente a R\$ 28,756 bilhões. Em termos nominais, este valor é superior em 12,9% ao estoque existente no final de 2000.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Tal performance mostra que a renegociação de grande parte da dívida com a União, criou um mecanismo no qual, a partir do início desta administração, o estado passou a pagar um montante do serviço da dívida equivalente a 3,5 meses de arrecadação líquida do ICMS, sem contudo resolver o problema do estoque da dívida. Este acordo diminuiu fortemente o fluxo de recursos que circula pelo caixa do Tesouro Estadual, dificultando, sobremaneira, a oferta de serviços básicos do estado.

A evolução e a composição do estoque da dívida fundada, no período 2000-2001 é mostrada na tabela 5.

TABELA 5
ESTADO DE MINAS GERAIS - ESTOQUE DA DÍVIDA FUNDADA
POSIÇÃO: 31.12.00 e 31.12.01

DÍVIDA	VALORES CORRENTES				
	POSIÇÃO EM 31/12/00		POSIÇÃO EM 31/12/01		TAXA CRESCIMENTO
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	NOMINAL (%)
DÍVIDA FUNDADA	25.473,4	100,0	28.756,6	100,0	12,9
1. Interna	24.589,4	96,5	27.854,3	96,9	13,3
União	22.679,0	89,0	25.722,0	89,4	13,4
.Parcelamento/Eurobônus	75,4	0,3	34,3	0,1	(54,5)
.Conta Gráfica	127,8	0,5	61,1	0,2	(52,2)
.Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496	14.208,3	55,8	16.410,7	57,1	15,5
.Saneamento Sistema Financeiro Estadual	6.802,8	26,7	7.754,7	27,0	14,0
.Outras dívidas	1.464,7	5,7	1.461,2	5,1	(0,2)
Outros Credores	1.910,4	7,5	2.132,3	7,4	11,6
2. Externa	884,0	3,5	902,3	3,1	2,1

Fonte: dados básicos: Superintendência Central do Tesouro e Superintendência Central de Contadoria Geral - SEF-MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Do total do endividamento, a maior parcela corresponde ao endividamento interno – R\$ 27,854 bilhões, cujo principal credor do estado é a União.

Em relação ao débito com a União de R\$ 25,722 bilhões, o volume significativo de comprometimento refere-se ao refinanciamento da Lei 9.496, no montante de R\$ 16,41 bilhões, e ao programa de saneamento do sistema financeiro estadual da ordem de R\$ 7,754 bilhões. Esses débitos, correspondendo a 94% da dívida com a União, registraram, em relação à posição de 31 de dezembro de 2000, aumento nominal de 15,5% e 14%, respectivamente.

A evolução dessas dívidas, de forma autônoma, resultou das correções dos contratos e também do acréscimo de resíduos do refinanciamento da Lei 9.496, mediante incorporação de parte dos juros não-pagos ao estoque da dívida, em razão do limite de comprometimento previsto para 2001 de 13% da receita líquida real.

Como fator de contribuição para a baixa no estoque da dívida com a União, destaca-se o pagamento em 2001 de parte do saldo da conta gráfica, em 31 de dezembro de 2000, de R\$ 127,8 milhões, conforme estabelecido no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação assinado em 28 de janeiro de 2000. Em 2001, desse montante foram

amortizados R\$ 66,7 milhões, restando R\$ 61,1 milhões a serem liquidados até novembro de 2002.

Outro importante compromisso com a União refere-se ao montante emprestado pelo Governo Federal em 1999 para saldar parte da primeira parcela dos eurobônus, que seria resgatada naquele ano. Na ocasião ficou acertado com a União que esse empréstimo seria atualizado pela Selic e pago em 30 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2000 o estoque dessa dívida era de R\$ 75,4 milhões, estando em 31 de dezembro de 2001 em R\$ 34,4 milhões. Esse contrato será liquidado em julho de 2002.

As demais dívidas para com a União (R\$ 1,461 bilhão), também sofreram redução pelo fato de as amortizações anuais terem sido superiores à correção dos saldos.

A dívida externa (R\$ 902,3 milhões), contraída com BID, BIRD, Overseas e bancos privados, para atender a programas específicos, aumentou 2,1% em termos nominais, no período 2000-2001. Esse aumento da dívida pode ser explicado pela desvalorização cambial que elevou o saldo desses contratos em 2001.

Em contrapartida, contribuindo para redução do estoque desse endividamento, destaca-se o fato de que as liberações efetuadas no ano foram bem inexpressivas, praticamente apenas as relacionadas aos projetos Jaíba II e Pró-qualidade. Nos demais contratos não ocorreram liberações.

Outro fator de diminuição do estoque foi o maior volume de amortizações registradas principalmente nos contratos com o BIRD/BID, obedecendo ao cronograma contratual.

3. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

GOVERNADORIA DO ESTADO

Gabinete Militar do Governador

Durante 2001, o Gabinete Militar desenvolveu trabalhos para a manutenção da ação de governo e, como órgão de assessoria, atingiu seus objetivos.

No tocante às atividades da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o desempenho foi focalizado nas ações de enfrentamento às calamidades públicas e situações de emergência provocadas por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades ou ameaçando a integridade de seus componentes.

A seca, um desastre cíclico e de evolução crônica é talvez um dos mais perversos, pois, além de instalar a fome, a sede, a miséria, atinge frontalmente a economia das cidades e, principalmente, a dignidade das pessoas.

No ano de 2001, o Estado de Minas Gerais registrou a maior seca dos últimos 60 anos.

A Defesa Civil Estadual, pertencente ao Gabinete Militar do Governador, tem por mister a atuação em quatro fases distintas dos desastres: a prevenção, o socorro, a assistência, e a recuperação ou reconstrução.

Com o objetivo de fazer frente às adversidades, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), órgão do Gabinete Militar do Governador, repartiu, até outubro, trezentas e vinte mil cestas básicas ao custo de R\$ 3.883.446,80 e distribuirá, até o final do ano, pelo menos outras setenta e duas mil, gastando R\$ 900.000,00.

Além desses valores oriundos do Tesouro Estadual, a CEDEC, graças à Campanha SOS FOME, distribuiu 27.270 cestas básicas e 314 mil quilos de roupas, remédios, calçados e brinquedos.

Para minorar os efeitos do inverno foram adquiridos e distribuídos 185 mil cobertores, no valor de R\$ 653.050,00, e 57 mil colchões, ao preço de R\$ 539.590,00.

A lona plástica é um bem versátil que se presta à construção de abrigos provisórios, na cobertura de emergência de edificações destelhadas e até mesmo para contenção de encostas. A CEDEC adquiriu, em 2001, 120 bobinas de lona plástica, pelo preço de R\$ 32.000,00.

É importante ressaltar que a meta traçada seria a de evitar que os desastres trouxessem tantas agruras a esse povo montanhês.

Nessa empreitada, surgiram parceiros de peso como a CEMIG, que com seu centro de meteorologia permite antecipar com oportunidade os desastres de origem natural que irão ocorrer e a Rede Globo de Televisão, que muito apoiou quando da campanha SOS FOME, entre outros.

Embora Minas contabilizasse em algum momento quase um quarto de seus municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, a Defesa Civil atuou

tanto nos que requeriam ações de socorro e assistenciais, distribuindo nesse ano a histórica quantidade de 1.151 cestas básicas por dia, quanto preventivamente, editando versões regionalizadas de capacitação em Defesa Civil, nas regiões do Triângulo, Zona da Mata e Grande Belo Horizonte.

O custo desses cursos é infinitamente baixo (somente diárias e transporte dos instrutores) e o alcance social sobejamente muito alto.

A valorização do trabalho voluntário, neste que é o ano internacional do voluntariado, rendeu frutos altamente positivos como, por exemplo, o SOS FOME, NATAL SEM FOME e as campanhas educativas de valorização da vida em áreas de risco.

O saldo extremamente positivo revela que a conjuminância das forças de governo com as da comunidade dá sempre bons resultados e esse é o caminho certo.

Em 2001, iniciou-se o processo de fiscalização de todo equipamento e maquinário cedido aos municípios e Associações Microrregionais com o escopo de ser mais ágeis e racionais na alocação de recursos, medida que, por consequência, representará melhoras às comunidades.

As metas foram atingidas prevenindo, capacitando, socorrendo, assistindo. Houve coerência no controle dos recursos que serão usados na reconstrução e, acima de tudo, foram valorizados o homem, a vida e a qualidade de vida.

Em 2001, entraram em situação de emergência ou calamidade pública 165 municipalidades, ao passo que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil prestou assistência a 686 municípios mineiros.

MG TRANSPLANTES

Até o início do governo atual, não havia uma política definida para o transporte de órgãos no Estado de Minas Gerais. Como forma de se normatizar esta situação, o Gabinete Militar assinou em 29 de junho de 1999, juntamente com a Secretaria de Saúde, um termo de cooperação visando ao MG Transplantes nos casos de transporte de órgãos em localidades distantes de Belo Horizonte. Este termo de cooperação foi renovado em 23 de outubro de 2000, com modificações que autorizavam inclusive o atendimento nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo revalidado por um período de mais um ano em 23 de abril de 2001. Esta evolução causou um aumento nos atendimentos que antes eram esporádicos, passando para 11 em 1999, 15 em 2000 e 18 até outubro de 2001, atendendo municípios de Passos, Pouso Alegre, Alfenas, Uberlândia, Poços de Caldas, Montes Claros, São José da Barra e Vitória no Espírito Santo.

Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado é o órgão encarregado constitucionalmente da representação judicial, da consultoria e do assessoramento jurídico de todo o Poder Executivo. Apenas lhe escapa a representação do estado em processo judicial e administrativo versando matéria tributária. A Procuradoria Geral do Estado desenvolveu em 2001 as suas atribuições da seguinte forma:

- Procuradoria do Trabalho e Previdência Social: 350 reclamações trabalhistas propostas em face do Estado de Minas Gerais, havendo 5.294 ações em andamento;
- Procuradoria de Obrigações: 504 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais, havendo 1.982 ações em andamento;
- Procuradoria do Patrimônio Imobiliário: 1.541 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais, havendo 9.783 ações em andamento;
- Procuradoria Administrativa: 2.399 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais, havendo 15.501 ações em andamento;
- Consultoria Jurídica: foram recebidas 624 consultas para emissão de pareceres;
- Assessoria Técnico-Legislativa: foram examinados 1.251 expedientes, entre proposições de lei, minutas de decretos e informações;
- Conselho de Administração de Pessoal (CAP), órgão colegiado subordinado à Procuradoria Geral do Estado que tem por objetivo julgar e deliberar os direitos reclamados pelos servidores públicos ativos e inativos do Poder Executivo, recebeu 452 processos no período, e apresenta 5.180 em andamento.

Como se pode notar, este contencioso apresenta o subtotal de 39.615 processos, que somados à transferência de mais 6 mil ações da antiga MinasCaixa, e outro tanto do BEMGE, totalizam um número aproximado de 45.600 ações.

Pode-se falar em resultados favoráveis ao estado da ordem de 70% dos processos, o que significa dizer que a Procuradoria Geral do Estado, por não ter preferencialmente a vocação de arrecadar, evita sensivelmente as perdas do estado em face de atos de seus administradores e prepostos.

No que se refere às diversas ações acompanhadas diretamente pelo Gabinete da Procuradora-Geral do Estado, destaca-se a Ação proposta contra a Southern Electric do Brasil Participações Ltda, tratando da anulação do acordo de acionistas com a Cemig, julgada procedente em 1ª instância em sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça mineiro.

Na área administrativa, a Procuradoria Geral do Estado encontra-se com o mesmo quadro de servidores de há 20 anos, incluindo os 110 procuradores que atuam nos 853

municípios do estado, e eventualmente fora dele também. Hoje este quadro encontra-se desfalcado de mais de 20% de seus servidores, restando 87 na ativa.

No mês de maio, o Conselho de Administração de Pessoal (CAP) foi transferido, do seu antigo endereço no Edifício Malleta, para a sede da Procuradoria Geral, atendendo uma antiga reivindicação do órgão, com redução de custos e maior celeridade nos prazos para atendimento dos servidores.

Em setembro foi instalada a Procuradoria Regional do Estado em Brasília – DF. Os procuradores agora têm um excelente ponto de apoio na capital federal para a defesa do estado nos tribunais superiores.

Em dezembro foi instalada a Procuradoria Regional do Estado em Juiz de Fora, o que facilitará a defesa do estado na Zona da Mata, bem como irá reduzir os custos com viagens e diárias.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG

Os resultados alcançados pelo IPSEMG em 2001 demonstram o acerto da decisão estratégica desenvolvida desde o final de 1999 de implantar o Programa de Gestão pela Qualidade, que prioriza a responsabilidade social do Instituto, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas e para a contínua evolução da eficiência dos procedimentos, produtos e serviços do IPSEMG.

A certificação pela norma ISO 9002 do Sistema da Qualidade do Serviço de Patologia Clínica e Serviço de Hemodiálise, da Diretoria de Saúde e, ainda, do Sistema da Qualidade da Concessão de Benefícios Previdenciários, da Diretoria de Previdência, constitui motivo de grande orgulho para o IPSEMG e vem reforçar o compromisso do Instituto de oferecer eficiente serviços ao servidor público estadual e seus dependentes legais.

Além da certificação destas áreas, o Programa de Gestão pela Qualidade do IPSEMG teve como diretriz fomentar a disseminação de novos conceitos, critérios e métodos de gestão para a contínua evolução do desempenho das atividades das diversas unidades, com resultados bastante expressivos em relação ao alcance das metas propostas para o exercício de 2001.

Em consonância com suas políticas estratégicas, o IPSEMG durante 2001 deu ênfase à consolidação de um novo modelo de assistência à saúde com foco em ações de prevenção e promoção de saúde, internacionalmente reconhecido como forma mais humana e protetora da saúde da população.

O Programa IPSEMG-Família, instituído em 1999, visa à adoção deste modelo, com base nas premissas de reorganização da demanda, busca ativa de casos no ambiente familiar e no trabalho, prestação da atenção básica e especializada da saúde, promoção e vigilância da saúde.

Ao final do seu segundo ano de operação, o Programa IPSEMG-Família encontra-se com 74 equipes multiprofissionais (médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social e dentista) atuando em 26 municípios e cobrindo 328.423 beneficiários no Estado de Minas Gerais.

NÚCLEOS DO IPSEMG-FAMÍLIA (NIF)

Municípios	NIF	Municípios	NIF	Municípios	NIF
Juiz de Fora	11	Sete Lagoas	2	Barbacena	1
Uberaba	1	Passos	2	Ribeirão das Neves	3
Uberlândia	1	Varginha	2	Unai	1
Teófilo Otoni	3	Pouso Alegre	2	Conselheiro Lafaiete	2
Contagem	3	Diamantina	1	São Sebastião do Paraíso	2
Belo Horizonte	12	Governador Valadares	4	Campo Belo	3
Montes Claros	8	Coronel Fabriciano	3	Paracatu	1
Divinópolis	2	Timóteo	1	São João del Rei	1
Cataguases	1	Ipatinga	1		

Para atuar em campos ainda tão pouco sistematizados, o IPSEMG implantou em 2001 um Sistema de Educação Continuada a Distância, via WEB, com vistas a treinar e capacitar as equipes do IPSEMG-Família. Com esta tecnologia, buscou minimizar o efeito das distâncias e diferenças regionais, tornando as suas ações de desenvolvimento profissional mais eqüitativas, interativas e, conseqüentemente, mais eficazes.

Nesta mesma tendência, a Superintendência Odontológica criou uma oficina infantil “Aprender Brincando” com orientações preventivas odontológicas para crianças de até 13 anos. Os dados do programa APOIA (Atenção Preventiva Odontológica Infantil e Adulto) apontam o alcance de meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) proposta para 2010, quanto ao índice de dentes cariados, perdidos ou obturados aos 12 anos de idade (OMS = 1) e quanto ao número de dentes presentes aos 18 anos, atingindo 97,28% das pessoas (OMS = 85%), fatos que demonstram a eficiência das ações odontológicas do Instituto.

Dentro do projeto de atenção integral à saúde do servidor, o Instituto vem ampliando a assistência farmacêutica no interior mineiro, onde foram inauguradas em 2001 unidades da Drogaria do IPSEMG em seis cidades-pólo – Passos, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Paracatu e Sete Lagoas.

O Hospital Governador Israel Pinheiro vem passando por um franco processo de modernização e ampliação dos serviços, com destaque para a implantação do Hospital-Dia Cirúrgico com 14 leitos hospitalares propiciando o atendimento de 22 paciente/dia; ampliação de 55 para 65 cirurgias/dia no bloco cirúrgico; o lançamento da Equipe Médica Dedicada; a introdução do Programa de Valorização de Trabalho da Enfermagem (PROVATE) e a realização de duas cirurgias com transplante ósseo, procedimento pioneiro no Estado de Minas Gerais. Outra ação significativa foi a abertura para 15 dias da agenda médica, reduzindo a fila e o tempo de espera de marcação de consulta.

Investimentos da ordem de R\$ 2,3 milhões permitiram ao Hospital Governador Israel Pinheiro a implantação de um moderno Centro Oftalmológico com aparelhagem de última geração; a instalação de termobrisas, uma modalidade de persiana que oferece maior conforto ao paciente; novos sistemas de monitorização cardíaca para o CTI Infantil; aquisição de autoclave a vapor na Central de Material de Esterilização, entre outros.

Na área de Psicologia ocorreu a reformulação dos núcleos ambulatoriais, preventivos e de psicomotricidade e psicopedagogia, que aliada à implantação do Sistema de Pronto-Atendimento, resultaram na eliminação da fila para marcação de consultas e redução do número de beneficiários em espera para tratamento.

No plano organizacional, além da introdução de novas práticas e instrumentos gerenciais, foram implementadas ações visando à recomposição do quadro de pessoal do Instituto com admissão de 603 novos servidores aprovados no Concurso Público (Edital 01/00); substituição da frota, com aquisição de quatro veículos; a formação da

Brigada de Incêndio do IPSEMG e a agilização do processo de compras por meio do Registro de Preços.

Na permanente busca do equilíbrio orçamentário-financeiro do Instituto, foi implantado em 2001 o controle matricial do orçamento. Dessa forma, o IPSEMG passou a dispor de uma importante ferramenta que possibilita uma monitoração permanente, integrando planejamento, orçamento, execução financeira, controle e avaliação.

Ainda com relação a instrumentos de controle, foi realizado em 2001 o 1º Seminário de Auditoria de Sistema de Saúde que teve como objetivo ampliar conhecimentos, melhorar a capacitação dos revisores de contas médico-hospitalares e aumentar o controle das despesas dos serviços terceirizados da saúde.

Em sintonia com a expansão de atividades do IPSEMG foram implementados na área de informática diversos projetos, como o desenvolvimento e implantação da INTRANET, dos sistemas de Drogaria, Controle de Serviços Protéticos, Controle de Equipamentos, de Registro de Preços, de Quimioterapia, da Divisão de Enfermagem, da Medicina Preventiva, entre outros. Na melhoria da infra-estrutura da planta tecnológica foi realizada a instalação de 424 equipamentos (microcomputadores e impressoras), a execução da nova rede lógica da Sede (280 pontos) e a instalação de 13 novos servidores no Centro de Processamento de Dados, fato que colocou o IPSEMG como detentor do melhor parque de servidores de plataforma baixa do serviço público estadual.

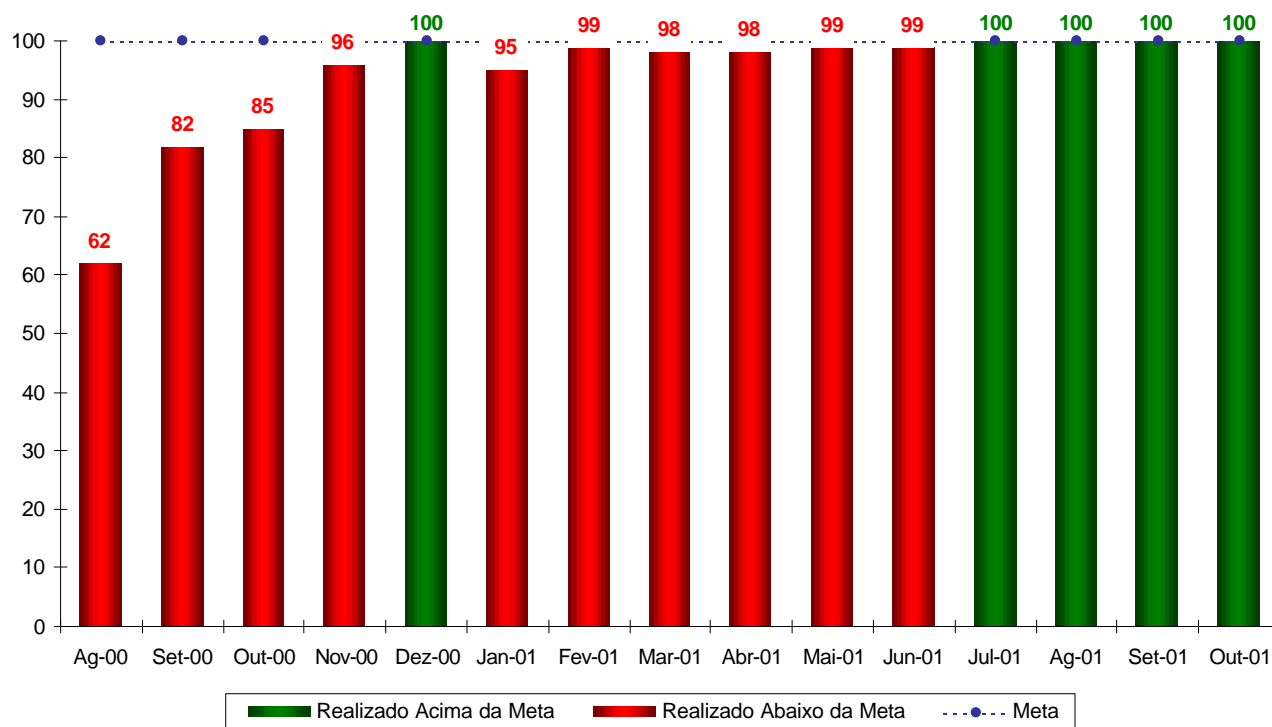
Para dar maior transparência aos objetivos e divulgar os resultados alcançados pelo IPSEMG, foi implantado em 2001, em todos os locais de acesso ao público, o Sistema de Gestão à Vista, contribuindo para a formação e o exercício do espírito de cidadania.

Todas as ações de melhoria que vêm sendo implementadas pelo IPSEMG, reconhecidas tanto pelos beneficiários quanto por norma internacional ISO 9002, demonstram a capacidade do Instituto de construir e oferecer um serviço público de qualidade aos servidores mineiros.

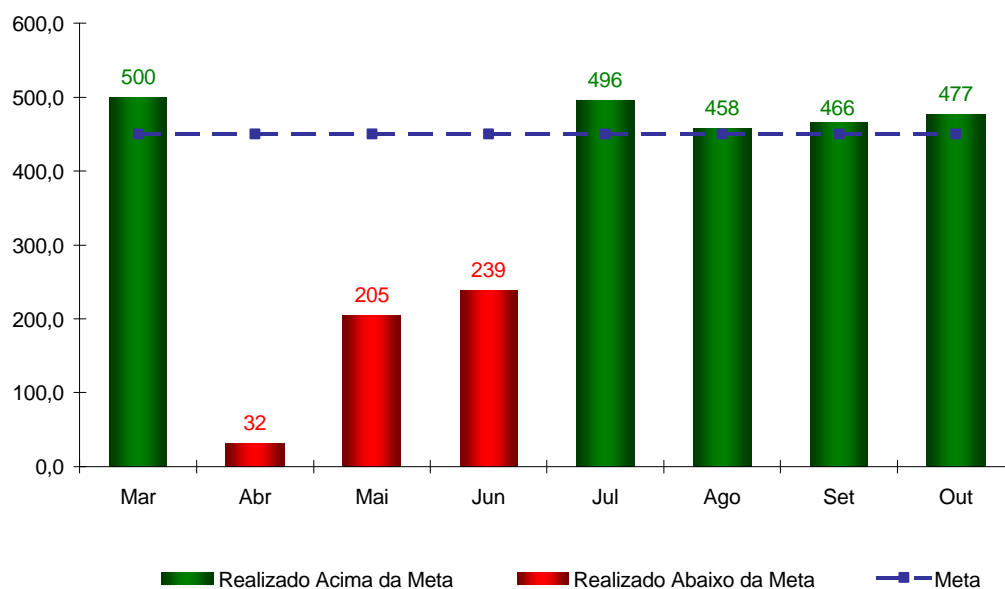
GOVERNADORIA DO ESTADO

PROGRAMA DE GESTÃO PELA QUALIDADE DO IPSEMG - 2001

Meta: Pagar 100% dos Processos de Pensão de Cônjuges e Filhos Pagos na Folha do Mês Subseqüente

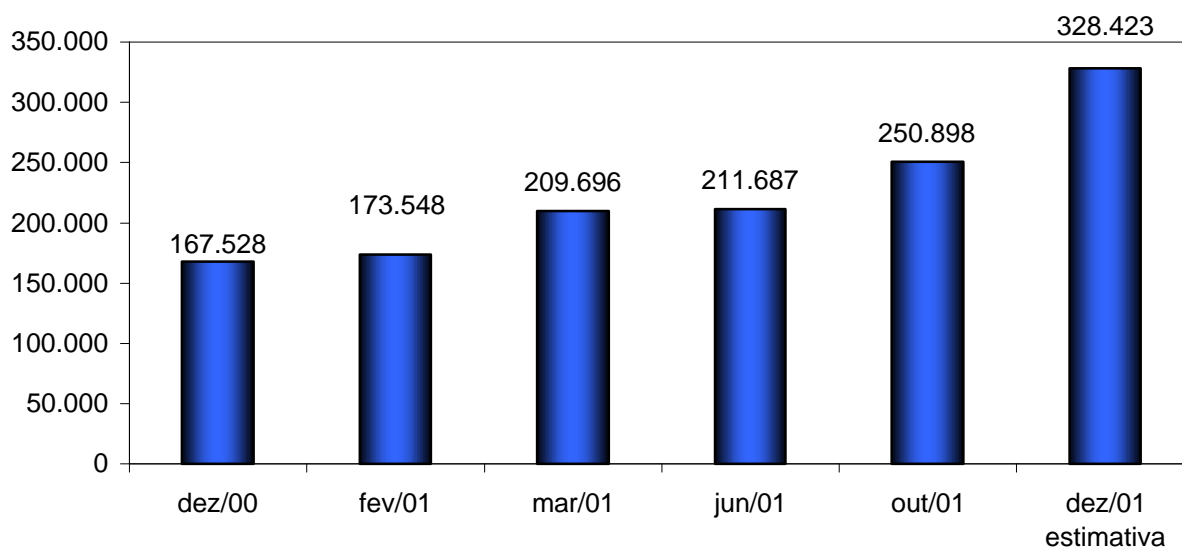


Meta: Atender 450 Pacientes (ou a demanda) do Laboratório até Agosto de 2001

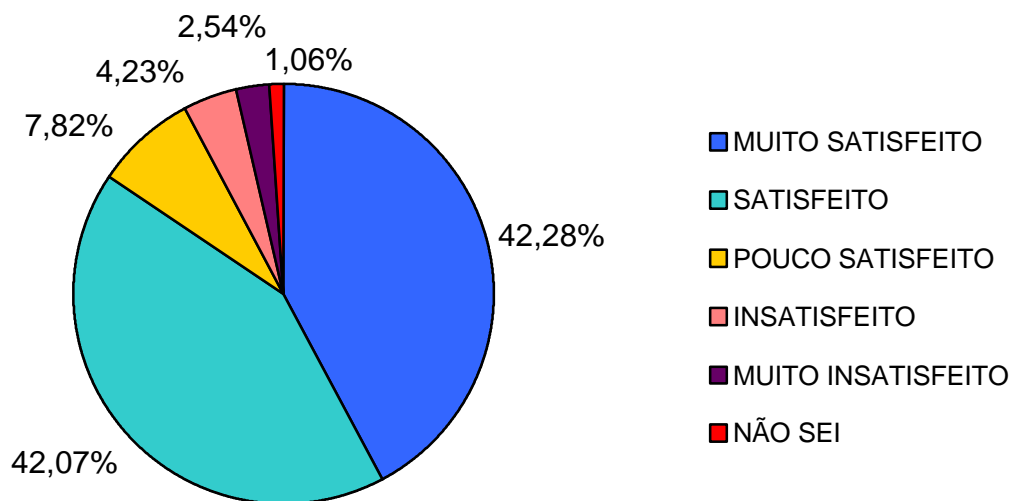


GOVERNADORIA DO ESTADO

Evolução da População Adscrita ao Programa IPSEMG-Família
Período: dez/2000 a dez/2001



Pesquisa de Satisfação com Marcação de Consultas



84,35 % de Satisfação

Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Em 2001 a Prodemge orientou sua atuação para apoio tecnológico aos projetos estratégicos do governo, segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no Orçamento de 2001. Novos projetos e investimentos foram possíveis com a situação estável da empresa, resultante do processo de saneamento administrativo e financeiro realizado a partir de julho de 2000.

As ações empreendidas pela Prodemge em 2001 buscaram a modernização e adequação do ambiente tecnológico, a fim de atender uma demanda reprimida por um longo período sem investimentos no setor. Esse processo viabilizou também uma série de novos projetos, tanto de infra-estrutura - como a Rede Única de Comunicação do Estado - quanto de cunho social, para a queda da barreira digital e democratização do acesso a serviços prestados pelo estado, como o Programa de Governo Eletrônico. Assim, o setor da administração pública mineira recebeu implementações importantes, como a Proposta Orçamentária via Internet, além da continuidade de sistemas corporativos essenciais, entre eles o Sistema Integrado de Administração de Material e Serviço (SIAD), e o Sistema de Administração de Pessoal (SISAP), desenvolvidos em parceria com a SERHA, e inovações no SIAFI (SEF).

Em maio foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de expansão tecnológica do parque computacional da Prodemge. A modernização contemplou o “upgrade” do “mainframe” e a aquisição de servidores. No caso do mainframe, duas máquinas foram substituídas por uma apenas, com capacidade superior em cerca de 60% à das máquinas antigas. De 328 mips (milhões de instruções por segundo) a empresa passou a contar com aproximadamente 530 mips.

As implementações previstas para o “backbone” ampliam a capacidade de transmissão da rede da Prodemge com outros ganhos diretos, como a melhoria sensível do tempo de resposta, maior segurança e integridade das informações e redução de custos, uma vez que a substituição das duas máquinas de grande porte por apenas uma implica menores custos de manutenção de “software”.

Está em fase de estruturação a Rede Única de Comunicação do Estado, um consórcio que reunirá todos os órgãos e entidades do governo de Minas Gerais para integração da comunicação de dados, criando, ao mesmo tempo, um canal para tráfego de serviços de voz e imagem. Está prevista, inclusive, a veiculação de vídeos e de realização de videoconferências entre as entidades interligadas. Além dos benefícios de maior agilidade nas comunicações e abertura no leque de implementação de novos serviços, será possível reduzir gastos com telefonia, principalmente na comunicação de voz em chamadas interurbanas. Ao reunir todas as entidades do estado, haverá naturalmente ganhos de escala. A rede é considerada única porque contemplará todos os órgãos estaduais; tráfegará, num único canal, dados, voz e imagem; e será gerenciada pela Prodemge.

Também em maio a Prodemge aumentou a segurança das aplicações do estado, instalando um “nobreak”, equipamento cedido pela Copasa, que sustenta as falhas e os

piques de luz, dando mais confiabilidade ao suprimento de energia elétrica para o Centro de Processamento de Dados da empresa. Por duas vezes, no final do ano, o equipamento já comprovou sua eficácia e importância, suportando sem problemas a carga durante interrupções no fornecimento de eletricidade, as quais poderiam ter causado grandes danos às bases de dados do estado.

Uma das prioridades do governo – a democratização do acesso a informações e serviços públicos – tem encontrado na tecnologia sua sustentação. Em 2001 o Portal Minas, principal veículo do e-Gov mineiro, recebeu novas implementações e vários “sites” foram desenvolvidos e disponibilizados pela Prodemge. O reconhecimento da qualidade do programa de governo eletrônico veio em forma do prêmio “Cidadania na Internet”, recebido em junho durante o VII Congresso Nacional de Informática Pública, o mais importante fórum brasileiro de discussão sobre o que há de mais moderno no serviço público, atendimento ao cidadão, gestão administrativa e finanças públicas. O portal oferece atualmente mais de 2 mil serviços.

Este ano foram lançados ainda os “sites” da Secretaria de Esportes, da COHAB e o portal da PMMG, um dos mais acessados entre os 100 hospedados na Prodemge. Importantes serviços foram incorporados ao portal, como o pagamento pela Internet de multas do DETRAN via Detrannet.

Todas as informações contidas na rede mundial de computadores ganham maior visibilidade em programas de cunho social empreendidos pela Prodemge para vencer a barreira digital. Um deles, o Internet Sênior, já conta com três unidades destinadas a atender gratuitamente o cidadão da terceira idade, principalmente o de baixa renda, nos micros ligados à Internet e apoio de monitores treinados. Os idosos das cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia já se beneficiam do acesso aos serviços e informações disponíveis na Web.

Outro programa de democratização da informação para combater a barreira digital é o Internet Comunitária, que leva às comunidades de baixa renda o acesso à Internet público e gratuito em escolas, postos policiais, associações comunitárias e logradouros públicos, também com a colaboração de parceiros. Este ano foram atendidas a biblioteca do Colégio Tiradentes de Juiz de Fora, e a Escola Estadual Silviano Brandão e comunidade da Barragem Santa Lúcia, ambas de Belo Horizonte. Está em negociação a instalação de outros postos no estado.

A população carcerária mineira também se beneficia com o suporte tecnológico da Prodemge no projeto Janelas para a Cidadania, da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, que visa à qualificação profissional dos recuperandos mediante uso da tecnologia do Ensino a Distância.

Os benefícios da informática chegaram ainda aos usuários do DETRAN, por meio de novos serviços agregados ao Detrannet e montagem da Central de Atendimento do Serviço de Habilitação, na avenida João Pinheiro (BH), oferecendo mais agilidade e conforto.

Ao mesmo tempo que contemplou diretamente a qualidade do atendimento ao cidadão, a Prodemge desenvolveu projetos que beneficiam de forma indireta todo o estado, dotando a administração pública de ferramentas que tornam mais racional e eficiente o gerenciamento de recursos.

Um exemplo é a proposta do novo Sistema Integrado de Administração Financeira e do Armazém de Informações SIAFI-MG. O sistema passa por um processo de revisão e modernização das suas rotinas a fim de acompanhar a evolução técnica de ordem legal e conjuntural, contribuindo de forma mais efetiva para uma qualificada tomada de decisões.

Numa iniciativa pioneira, a Proposta Orçamentária do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2002 foi elaborada pelas unidades orçamentárias via Internet, por intermédio da IntraMinas, um ambiente que reúne todos os órgãos e entidades estaduais, viabilizando sua interligação e facilitando a tarefa com mecanismos mais rígidos de segurança. O projeto da Proposta Orçamentária foi desenvolvido numa parceria Prodemge – SEPLAN, e trouxe maior agilidade gerencial, mais transparência às ações da administração pública e melhoria das condições de trabalho.

Até o final de 2001 todas as 26 Diretorias Regionais da Saúde (DRS) já estarão trabalhando de forma integrada nesses recursos da tecnologia da informação. A Prodemge é a responsável pelo projeto elétrico e lógico em várias diretorias e cuidará da integração final das diversas redes. A informatização e interligação das diretorias trazem melhorias significativas ao fluxo de informações no âmbito de atuação da Secretaria, e reflexos imediatos à qualidade dos serviços prestados à população.

Merece destaque ainda a disponibilização dos holerites do funcionalismo público de Minas Gerais pela Internet, antes mesmo que eles sejam impressos. A Prodemge desenvolveu para a SERHA uma aplicação que permite, com todos os requisitos de segurança, o acesso dos servidores aos seus contracheques tão logo seja processada a folha de pagamento do estado. São cerca de 480 mil usuários que contam com mais esse benefício da tecnologia da informação.

O uso de carretas informatizadas da Prodemge para apoio às ações estratégicas do governo de Minas Gerais mostrou resultados expressivos principalmente na fiscalização do recolhimento de tributos e controle do trânsito de mercadorias nas estradas mineiras, feitos pela Secretaria da Fazenda: um retorno direto de R\$ 5 milhões/mês, mas que pode chegar, indiretamente, a dez vezes esse valor, uma vez que o trabalho das carretas inibe práticas irregulares. Uma das carretas apóia ainda policiamento preventivo da PMMG.

Estão em andamento os projetos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos sobre Certificação Digital e Bolsa Eletrônica, criado pelo governador Itamar Franco. O objetivo do grupo é oferecer instrumentos e assessoramento ao governo estadual. Com um mecanismo mais ágil e eficiente para contratações, possibilita relações mais seguras nessas transações e nas trocas de correspondências eletrônicas entre os órgãos da administração pública estadual.

Os projetos amparados pela tecnologia da informação, especialmente o Portal Minas, receberam o reconhecimento de entidades nacionais e internacionais preocupadas com a aplicação da informática para promoção da melhoria da qualidade dos serviços públicos. O governo mineiro, por meio da Prodemge, participou de eventos importantes, entre eles o 17.º Infocon Sucesu 2001- Congresso de Informática, Telecomunicações e Internet (Belo Horizonte/MG); o VII Congresso de Informática Pública – Conip (São Paulo/SP), quando o Portal Minas recebeu o prêmio “Cidadania na Internet”; a Technology in Government Week 2001, realizada em Ottawa, no Canadá; o Secop 2001 - Seminário Nacional de Informática Pública (Natal/RN); e o Conip Cone Sul (Florianópolis/SC).

A Prodemge foi eleita em novembro para o Prêmio “Destaque de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais Ano 2001”, da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais (Sucesu/MG), em reconhecimento aos projetos sociais do governo amparados pela tecnologia da informação: os programas Internet Sênior, Internet Comunitária e Janelas para a Cidadania, que contemplam um público usualmente à margem dos processos de informação, especialmente os vinculados ao uso da tecnologia. A empresa foi escolhida pelos membros do Conselho Diretor e os associados da Sucesu-MG – empresas, entidades e pessoas físicas mediante voto aberto e direto.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Gabinete Militar do Governador do Estado	10.121.812	14.119.076				
041220012.206.0001 - Direção Superior	3.170.805	4.005.763				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	60.000	70.519				
041223014.117.0001 - Serviço de Proteção Governamental à Autoridades e Seg. Fis. dos Palácios	2.261.126	3.654.013	Palácio Mantido (Palácio)	3	3	-
			Aeronave Mantida (Aeronave)	6	5	7
			Veículo Mantido (Veículo)	90	103	5
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.066.991	945.449				
061823314.125.0001 - Assistência a Municípios em Calamidade ou em Situação de Emergência	3.562.890	5.443.332	Município Assistido (Município)	853	686	7
Procuradoria Geral do Estado	20.808.858	20.734.072				
030921364.210.001 - Serviços de Assistência Jurídica	5.609.664	7.440.393	Cálculo de Liquidação Elaborado (Unidade)	1.000	889	4
			Processo Instaurado (Processo)	4.000	3.925	-
			Laudo de Avaliação Elaborado (Unidade)	1.000	932	-
031220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.297.381	1.859.202				
031220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	597.000	596.911				
031221324.130.0001 - Julgamento de Processos e Aprecação de Recursos	770	710				
032727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	13.304.043	10.836.856				
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	895.154.284	727.247.478				
091220012.206.0001 - Direção Superior	11.686.165	6.049.565				
091220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	23.948.645	13.702.860				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
091220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	10.000.000	3.108.023				
091223654.378.0001 - Gestão do Hotel da Previdência de Araxá	3.618.815	1.425.305	Pessoa Hospedada (Pessoa)	6.082	5.723	-
			Diária Concedida (Diária)	24.682	21.081	4
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	13.451.633	13.451.631				
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	18.108.000	1.819.864	Obra/Executada/Acompanhada (Obra)	19	6	4
			Reserva Técnica Constituída (R\$ Mil)	9.000	0	1
092723654.250.0001 - Assistência Farmaceutica	14.747.980	2.327.422	Segurado Atendido (Segurado)	37.254	80.718	6
092723664.252.0001 - Assistência Previdenciária e Securitária	38.420.459	25.000.942	Auxílio Diverso Pago (Auxílio)	14.530	9.829	4
			Seguro Diverso Pago (Seguro)	2.258	1.815	4
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	377.000.000	378.925.612	Pensão Paga (Pensão)	28.977	43.151	5
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	91.629.540	61.101.637				
103023674.232.0001 - Execução das Ações Descentralizadas de Saúde na Capital	42.806.467	33.848.035	Consulta Médica Realizada (Consulta)	317.900	399.525	6
			Internação Realizada (Internação)	1.466	868	4
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	428.778	418.950	-
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	403.840	234.857	4
103023674.233.0001 - Serviços Odontológicos Próprios	17.961.340	10.720.711	Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	280.430	207.943	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103023674.248.0001 - Serviços Médicos, Odontológicos e Previdenciários Regionais	140.953.240	107.319.035	Consulta Médica Realizada (Consulta)	1.031.100	1.739.854	6
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	6.200	-	*
			Internação Realizada (Internação)	22.737	27.478	6
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	1.841.190	2.221.328	6
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	2.894.000	2.340.094	4
103023674.249.0001 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Governador Israel Pinheiro	90.822.000	68.446.836	Consulta Médica Realizada (Consulta)	206.500	235.014	6
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	28.528	32.806	6
			Internação Realizada (Internação)	16.350	17.348	-
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	97.429	108.182	5
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	1.250.000	1.533.011	6
Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge	3.001.000	4.999.004				
041262113.055 - Comunicação de Dados-Infovia/MG	185.000	136.618	Kit com Roteador, Switchs, Hubs Adquirido e Implantado (Kit)	20	3	3
			Conjunto de Software/Hardware para Atualização da Rede Adquirido e Mantido (Unidade)	1	0	3
041262113.160 - Modernização e Adequação do Ambiente de Produção	1.535.000	4.862.386	Processador Adquirido/Ampliado (Unidade)	1	1	**
			Kit com Roteador, Switchs, Hubs Adquirido e Implantado (Kit)	1	0	3
			Servidor para Dowsizing, Laboratório e Apoio	5	0	3
			Desenvolvimento Adquirido (Unidade)			
			Subsistema para Armaz. de Dados e Imagens Adquirido (Unidade)	4	0	3
			No-Break Adquirido (Unidade)	1	1	***
			Licença de Software Adquirida (Unidade)	1.000	0	3
			Software de Banco de Dados Adquirido e Implantado (Unidade)	4	0	3
			Cofre de Segurança Física Instalado (Unidade)	1	1	****

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041262113.832 - Sistema de Recursos Humanos e Pagamento - Administração Indireta	150.000	0	Conjunto de Hardware e Software para Infra Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto)	1	0	1
041262113.833 - Prestação de Serviços Públicos Via Internet	400.000	0	Conjunto de Hardware e Software para Infra Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto)	1	0	1
041262113.834 - Modernização do Ambiente de Desenvolvimento de Software	730.000	0	Conjunto de Hardware e Software para Infra Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto)	1	0	1
			Estação de Trabalho Adquirida e Instalada (Unidade)	125	0	1
041262126.002 - Aumento de Capital	1.000	0				
TOTAL	929.085.954	767.099.630				

Fonte: SIAF - valores dezembro/2001.

* - Informação não disponível.

** - Processador - R\$ 2.299.384,64 - valor contratado até dezembro de 2002 com início em junho de 2001 .
- Software - R\$ 2.563.001,66 - valor contratado até abril de 2003 com início em abril/2001.

*** - No-Break foi cedido em comodato pela COPASA.

**** - Cofre de Segurança foi cedido sem ônus para a Prodemge pela SEF.

CASA CIVIL

O processo de reconstrução do setor público desencadeado em 1999 pelo governo estadual, continuou a ser efetivado nos anos que se seguiram, sempre tendo como estratégia a racionalização, proporcionando ao cidadão mineiro melhor atendimento das instituições estatais.

Com este objetivo, a anterior Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social foi desmembrada em três Secretarias de Estado. Esse desmembramento ocorrido em 31 de maio de 2001, por intermédio da Lei 13.869 publicada no “Minas Gerais”, após aprovação na Assembleia Legislativa, resultou nos seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC), Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECOM) e Secretaria de Estado do Governo e Assuntos Municipais (SEGOV).

É importante ressaltar que o valor do orçamento para o exercício de 2001 não se alterou, valendo a divisão em três cotas orçamentárias distintas, dirigidas às novas secretarias.

As secretarias reorganizaram seu quadro de pessoal, já que alguns cargos foram extintos, transformados ou criados.

Suas atribuições foram regulamentadas na referida Lei, cabendo à Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECOM), propor, executar e acompanhar a política estadual de comunicação social, bem como assessorar o governador em seu relacionamento com a imprensa. À Secretaria de Estado do Governo e Assuntos Municipais (SEGOV) compete assistir o governador no desempenho de suas atribuições constitucionais e políticas; e à Secretaria de Estado da Casa Civil prestar assessoramento direto ao governador do Estado nas suas atividades administrativas da governadoria.

Subordinados à Casa Civil ficam o Conselho da Mulher, o Conselho da Juventude e o Conselho de Segurança Alimentar. Por vinculação, estão a Imprensa Oficial do Estado (IO), a Loteria do Estado de Minas Gerais (LEMG), e a Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS).

Um novo cargo foi criado para todas as Secretarias de Estado, inclusive as já existentes: o de auditor setorial que tornará mais transparente a forma pela qual o governo vem utilizando todo seu orçamento.

O Conselho Estadual da Juventude desenvolveu em 2001: o Fórum Mineiro de Jovens Lideranças Empreendedoras, o Encontro Estadual Preparatório para 15º Festival Mundial da Juventude, o ciclo de palestras "Um Jovem Chamado Brasil", o assessoramento ao governador nos assuntos pertinentes à juventude e seu relacionamento com entidades jovens, a campanha de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis durante o Carnaval 2001, e viagens ao interior de Minas para instalação de Conselhos Municipais da Juventude.

O Conselho Estadual da Mulher promoveu em 2001 atendimento jurídico, psicológico, oficinas de saúde, palestras, entrevistas e cursos sempre no intuito de combater as

injustiças e discriminações sociais contra a mulher. O evento de maior relevância aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro: o “Seminário de Combate à Violência Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais” tendo como objetivo principal a criação de políticas e mecanismos de defesa dos direitos da mulher e a formação de uma rede organizada de órgãos governamentais de combate à violência em todos os níveis.

O Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA) realizou em 2001 diversas reuniões plenárias, todas objetivando a preparação da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais acontecida nos dias 2, 3 e 4 de dezembro. Em agosto, organizou e participou do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar em Belo Horizonte, ao qual representantes dos Conseas de vários estados estiveram presentes.

A Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais diretamente vinculada ao gabinete do governador, tendo como missão institucional a fiscalização de atividades das polícias, contabilizou, só este ano, 649 denúncias de desvios de conduta policial protocoladas, numa média de 62 denúncias/mês. Quanto às regiões beneficiadas, saliente-se que 64,8% das denúncias referem-se à capital, 19% à Região Metropolitana, e 16,2% ao interior do Estado. Além da participação em todas as reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores da Polícia (Ministério da Justiça) e a várias audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a Ouvidoria da Polícia se fez presente em solenidades diversas, em algumas das quais como palestrante, não apenas a convite das duas polícias, mas também de outras instituições.

Os trabalhos demandados pela Auditoria Geral do Estado são executados pela Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO) da SEF e têm por finalidade assessorar o administrador público no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando o alcance de metas operacionais e se estão sendo executadas com economia, eficácia, eficiência e efetividade, observando-se ainda os aspectos legais, controles administrativos e contábeis aplicados.

Seguindo programação elaborada para 2001, aliada à demanda surgida no decorrer do ano, auditoria resultou em relatórios capazes de subsidiar a gestão pública e possibilitar a tomada de decisão das autoridades. A seguir, os trabalhos realizados:

Órgãos/ Entidades	Trabalhos de Auditoria
Órgãos Autônomos	1
Secretarias	27
Autarquias	6
Fundações	5
Sociedades de Economia Mista	6
Empresas Públicas	3
Administração Pública Estadual	4
Subsistema Estadual de Auditoria	2
Total	54

Fonte: SCAO/SEF

Dentre os trabalhos, podem ser destacados: o Relatório de Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual, atendendo à determinação contida no § 3º, Art. 51 da Lei Complementar 33/94; o assessoramento aos órgãos e entidades no cumprimento da Instrução Normativa 04/99, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; licitação e contratos envolvendo todo o ciclo operacional de aquisição de materiais e serviços dentro dos órgãos e entidades da Administração Pública; o Relatório de Gestão Fiscal previsto pelos Art. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal; o trabalho em conjunto com a SCAO/SEF, na coordenação das unidades de auditoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo, uniformizando e sistematizando procedimentos, visando a objetivos comuns.

Os resultados obtidos dos Relatórios de Auditoria emitidos pela Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/SEF) demonstram o esforço de toda a equipe, em conjunto com a Auditoria Geral do Estado, na busca da qualidade e produtividade dos trabalhos de auditoria, que foram capazes de subsidiar importantes decisões do governo estadual.

A Loteria Mineira, no cumprimento de sua missão educativa, cultural e desportiva, destinou R\$ 10.513.000,00 às escolas especializadas de ensino médio e fundamental; ao Servas; à órgãos do governo; à recuperação e reforma de penitenciárias e ainda ao apoio a vários projetos institucionais.

A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais cumpriu, no exercício financeiro de 2001, seu mais importante objetivo social: levar ao povo de Minas informações oficiais sobre todos os atos e fatos praticados pelo governo estadual, assim como as ações desenvolvidas pela administração pública, obediente aos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos financeiros e na realização das metas propostas. Sua função estatutária e cultural cumpriu-se com a impressão diária do “Minas Gerais” e a publicação de periódicos comemorativos e temáticos, como a série “Governadores de Minas” e “Museus Mineiros”, além da edição de clássicos de nossa literatura, inaugurada com “Quincas Borba”, de Machado de Assis.

A Prominas concluiu as obras de climatização do salão Ouro do Minascentro, reformou os auditórios Granada, Ágata, Quartzo, Turmalina, Esmeralda e Água Marinha, bem como a reforma paisagística do jardim frontal. Houve crescimento de 6% em relação ao ano anterior no que se refere a feiras e congressos. Foi agraciada com o prêmio “Desempenho Empresarial” (Mercado Comum) em Minas Gerais e “Prêmio Caio 2001” (Revista dos Eventos) em âmbito Nacional.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Casa Civil	83.322.586	35.327.273				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	95.328	165.511				
041220012.206.0001 - Direção Superior	810.346	1.168.629				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	6.204.067	6.205.133				
041220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	130.439	274.346	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
041220014.080.0001 - Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU	3.200.000	380.191	Atendimento Prestado (Atendimento)	2.900.000	2.200.000	4
041220014.209.0001 - Administração de Palácios	878.426	1.103.322	Apoio Logístico às Ações do Governador Realizado (Ação)	1	1	-
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	728.000	735.457				
041222104.060.0001 - Assistência à Ação do Vice-Governador	480.366	631.173	Ação de Assessoramento do Vice-Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.605.0001 - Assessoria à Gestão do Governador do Estado	826.499	789.039	Ação de Assessoramento do Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.607.0001 - Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial	487.943	639.942	Ação de Assessoramento de Assuntos Inter. E de Cerimonial Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.608.0001 - Ação de Auditoria Geral do Estado	611.027	179.133	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
041222181.344.0001 - Assistência Técnica as Escolas Rurais - PATEP	1.000	0	Professor Treinado (Professor)	170	0	1
			Ação Realizada (Ação)	1	0	1
041222181.361.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Municipal - PADEM	43.241.000	69.320	Município Beneficiado (Município)	180	1	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222184.019.0001 - Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios	1.222.750	762.175	Projeto Realizado (Projeto)	95	0	7
			Associação Micro Regional Atendida (Associação Micro Regional)	39	39	-
041317814.904.0001 - Divulgação Governamental	13.552.064	8.088.272	Ação de Comunicação Social Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	10.669.453	14.069.331				
144224804.256.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria de Polícia	100.439	66.299	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
184226504.495.0001 - Ação da Ouvidoria Ambiental	83.439	0	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
Loteria do Estado de Minas Gerais	35.035.371	33.111.370				
231220012.206.0001 - Direção Superior	5.085.000	3.944.367				
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	510.080	50.100				
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	2.003.000	1.051.202				
236927674.820.0001 - Operacionalização de Jogos de Loteria	27.437.291	28.065.701	Recurso Arrecadado (R\$ Mil)	27.437.291	28.441.528	-
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	20.000.000	13.752.064				
221220012.206.0001 - Direção Superior	488.000	435.511				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	6.588.000	3.533.432				
221220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000.000	555.406				
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.200.000	2.592.859				
226627644.624.0001 - Edição e Confeção Gráfica	7.800.000	5.948.432	Jornal Minas Gerais Editado (Edição)	252	252	-
			Impresso Editado (Impresso)	30.000.000	21.900.000	4

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: CASA CIVIL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226927654.625.0001 - Comercialização de Jornal e Serviços Gráficos em Geral	924.000	686.424	Assinatura Realizada (Assinatura)	25.000	25.000	-
			Jornal Avulso Vendido (Jornal)	28.000	28.000	-
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	300	0				
236957626.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	300	0	Reforma Realizada (M²)	1	0	1
TOTAL	138.358.257	82.190.707				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

De janeiro a maio de 2001, a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) cumpriu suas atividades regulares de divulgar e promover as ações governamentais direto aos jornalistas, pessoalmente ou por telefone, na cobertura jornalística dos eventos. É responsabilidade da SECOM, além da reportagem, a redação dos releases e sua distribuição à imprensa, via correio eletrônico (e-mail) e fax.

Além dos releases enviados à mídia, a SECOM dispõe de veículos próprios, implantados desde o início do atual governo, nos quais difunde os atos do governador, sua agenda diária, viagens e informações das secretarias e autarquias. São eles: o boletim Ação de Governo, Boletins de Rádio, o núcleo de Jornais do Interior e o Portal Minas. Das coberturas jornalísticas dos eventos promovidos pelo governo cabe destacar a solenidade da Inconfidência Mineira, no dia 21 de abril, em Ouro Preto, que desde março até a data mobilizou praticamente toda a equipe de comunicação do governo.

Ação de Governo é um boletim diário que circula em todos os gabinetes do Palácio da Liberdade, secretarias e demais órgãos de governo, e-mail e fax. Contém notas sobre os principais atos do governador e repercute o noticiário das secretarias, com fotos em cores. Em média, cada boletim veicula cinco notícias. A apuração, redação e edição é de competência da SECOM.

Os Boletins de Rádio são os noticiários de cerca de 50 emissoras de rádio do interior, com notícias do Palácio da Liberdade, secretarias e demais entidades da estrutura estadual que a SECOM alimenta diariamente. O noticiário repercute também os releases das secretarias. Nesse caso, a redação dos textos e edição, assim como a locução, é feita pela equipe de rádio da SECOM.

Em torno de 70 Jornais do Interior, entre semanários e mensais, receberam, regularmente, as principais notícias de interesse do governo. As matérias são encaminhadas via e-mail e publicadas sem contrapartida de publicidade.

O Portal do Governo - www.mg.gov.br - é atualizado diariamente pela equipe da SECOM. Em média são veiculadas dez novas notícias a cada dia, com fotos e informações precisas sobre as ações de governo. Além disso, o portal divulga a agenda do governador.

Durante o período a equipe da SECOM produziu e/ou coordenou matérias especiais e pautas, por iniciativa própria ou solicitação dos veículos. Isso inclui reportagens de página inteira, em média quatro por semana, com dez mil caracteres, entrevistas do governador, encaminhamento de discursos e pautas direcionadas.

Podem ser destacadas como campanhas da secretaria nesse período: "Arrecadação do IPVA e ICMS", para a Secretaria da Fazenda; "Disque Direitos Humanos" e a produção de um documentário para a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos; "Registro", para a Secretaria de Turismo, "Ano 2001", para a Secretaria de Ciência e Tecnologia; "AIDS Carnaval" e campanha "Febre Amarela Rural", para a Secretaria da Saúde; campanha "21 de Abril", "Medalha da Inconfidência", "Medalha Chico Xavier", início da divulgação do "Centenário de JK" e "Pesquisa" enfocando as

carências do estado, para a Secretaria da Casa Civil e Comunicação Social; “Febre Aftosa”, para a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; “Esporte e Cidadania”, para a Secretaria de Esportes; produção de documentários para a Secretaria de Minas e Energia; “SOS Trânsito”, para a Secretaria de Transportes e Obras Públicas; campanha “1º de Maio (Voluntariado)”, para a SETASCAD; e a produção de 200 cópias do vídeo “Bolsa Escola”, para a Secretaria da Educação.

Todas as ações do Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL) na área de televisão e telefonia têm proporcionado às populações das localidades distantes maior integração. Para tal, o DETEL em 2001 promoveu assinaturas de contratos com a Assembleia Legislativa, TV Record, TV Integração de Pará de Minas, para a transmissão de sinais, manutenção de equipamentos e estações repetidoras, além de contratos de locação de links para TVs comunitárias e microondas. Concluiu convênio com o INCRA para importação de postos de telefonia rural nos assentamentos dos sem-terra, e instalação de 30 postos telefônicos rurais em 20 municípios mineiros. Cada posto de telefonia rural ou retransmissor de TV instalado representa a atuação do estado cumprindo seu papel social.

No exercício de 2001, a Rádio Inconfidência obteve uma redução de 8% dos dispêndios com pessoal em relação a 2000. O governo do estado fez um aporte de 1,5 milhão de reais para a aquisição e modernização do sistema irradiante de AM e FM, reformou as torres de transmissão, bem como os estúdios de geração de sinal, a fim de obter maior dinamismo na programação.

A Fundação TV Minas Cultural e Educativa realizou em 2001 ações fundamentais em relação às metas estipuladas. O desempenho altamente positivo de programas culturais, educativos, artísticos e jornalísticos deve-se principalmente à melhoria de produtividade, resultante do trabalho integrado de modernização e crescimento realizado pela presidência e diretorias da casa, destacando-se as aquisições de equipamentos de última geração, ampliação do sinal para todos os municípios mineiros com melhoria da imagem propiciada por novo transmissor além do treinamento ou reciclagem de cerca de 150 colaboradores via cursos, congressos e seminários.

Realizou o seminário “TV Pública – Um Projeto em Construção”, que envolveu a participação de jornalistas de renome nacional.

A emissora a partir de dezembro transmite 24 horas diárias e lança nova programação visual, mais atrativa para o telespectador, reforçando sua imagem institucional. Além disso, campanha publicitária de veiculação local e regional divulgará sua terceira posição em termos de audiência e primeira em qualidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme pesquisa feita pela CP2-Consultoria, Pesquisa e Planejamento.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Comunicação Social	0	15.610.159				
041220044.398.0001 - Política Estadual de Comunicação Social	0	15.610.159				
Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - DETEL	3.976.659	3.695.732				
241220012.206.0001 - Direção Superior	297.080	318.315				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.031.330	1.304.203				
241220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	7.200	4.854				
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	474.039	410.200				
247227824.500.0001 - Execução e Supervisão do Sistema de Telefonia Rural	200.000	133.269	Posto Telefônico Rural Instalado (Posto Telefônico)	40	40	-
247227834.454.0001 - Planejamento e Consultoria Técnica Exe. e Superv. do Sistema de Radiodifusão	1.525.980	1.240.750	Laudo Técnico Emitido (Laudo)	80	75	-
			Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite Instalado (Sistema)	800	746	-
			Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite em Implantação (Sistema)	20	0	7
247227854.501.0001 - Apoio Técnico a Rede de Telecomunicações	441.030	284.141	Laudo Técnico Emitido (Laudo)	130	173	6
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	10.604.730	13.142.693				
131220012.206.0001 - Direção Superior	111.170	95.908				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.927.534	2.426.873				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	200.000	87.008				
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	18.170	125.156				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	173.106	170.476				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925454.226.0001 - Produção e Apresent. de Programas Culturais, Educativos e Artísticos	6.626.470	94.167	Programa Cultural, Educativo e Artístico Produzido (Programa)	120	119	-
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Produzido e Apresentado (Programa)	1.324	2.301	6
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Veiculado (Programa)	988	643	4
133925454.226.0002 - Produção e Apresentação de Programas Jornalísticos	112.630	7.249.217	Programa Jornalístico Realizado (Programa)	936	2.313	6
137225482.225.0001 - Operação e Manutenção do Sistema Eletrônico	1.435.650	2.893.888				
Rádio Inconfidência Ltda	4.441.768	3.861.859				
241220012.206.0001 - Direção Superior	289.585	237.742				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.108.080	1.088.540				
241220012.289.0001 - Serviço de Comercialização	349.193	227.464				
241220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	0				
247227842.233.0001 - Manutenção e Adequação do Sistema de Radiodifusão	1.005.900	776.905	Equipamento Instalado (Equipamento)	10	10	-
247227844.238.0001 - Jornalismo	562.670	501.928	Radiojornal Transmitido (Horas)	3.600	3.600	-
247227844.238.0002 - Produção e Apresentação Artística	562.670	535.429	Programa Radiofonico Transmitido (Horas)	3.600	3.600	-
247227844.238.0003 - Produção e Apresentação Esportiva	562.670	493.851	Evento Esportivo Transmitido (Horas)	1.440	1.440	-
Rádio Inconfidência Ltda	1.000	13.347				
247227846.025 - Adequação do Sistema de Radiodifusão	1.000	13.347	Equipamento Adquirido (Equipamento)	1	1	-
TOTAL	19.024.157	36.323.790				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

A Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais, por intermédio de suas unidades administrativas e órgãos vinculados, realizou durante 2001 importantes ações no relacionamento político e institucional do governo do estado nos níveis municipal e federal e com a sociedade.

Nesse contexto, a Superintendência de Apoio à Administração Municipal participou de debate na Assembléia Legislativa do Estado sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no que tange a ganhos e perdas de receita decorrentes do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000, esclarecendo as principais dúvidas quanto a retenções de receitas, valores a menor creditados nas contas dos municípios e redefinição dos coeficientes do FPM.

Prestaram-se 6.557 atendimentos sobre o FPM e a quota-parte do ICMS, consultas oriundas de municípios, Câmaras Municipais, Associações Microrregionais de Municípios, Federação das Associações Microrregionais de Municípios (FEMAM), deputados estaduais e federais.

Com o objetivo de capacitar os técnicos municipalistas, a Diretoria de Informação e Orientação aos Municípios atendeu a orientações técnicas a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) sobre a composição dos índices do ICMS nos critérios estabelecidos pela Lei Hobin Wood, como também orientações acerca da aplicação da nova legislação pertinente ao FPM (Lei Complementar nº. 106, de 23/03/2001).

Visando prestar assessoramento aos municípios mineiros nas diversas áreas de atuação, foram realizadas reuniões técnicas com a Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação João Pinheiro e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para parceria com esses órgãos sobre contratos administrativos, licitação pública, pessoal, prestação de contas e Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Assessoria Técnica elaborou diversos pareceres jurídicos em resposta a consultas de municípios e câmaras municipais.

A Superintendência de Apoio à Administração Municipal inspecionou e aprovou cinco processos de anuência prévia para fins de parcelamento do solo, além de análise, vistorias e laudos para o mesmo fim.

Além disso, procedeu-se à instrução, inspeção e preparo de processos de anuência prévia para desmembramento de áreas para loteamento em municípios localizados fora do Colar Metropolitano.

Foi publicada a Instrução Normativa 2001/001, que disciplina a aplicação de recursos financeiros da transferência voluntária aos municípios e estabelece diretrizes e procedimentos para a prestação de contas.

A Superintendência de Controle de Convênios, procedeu à instrução e análise técnica de 169 propostas para celebração de convênios com municípios, objetivando o repasse de recursos para aplicação em projetos de infra-estrutura urbana.

Buscando atender às demandas municipais elaborou-se parecer técnico para implantação de usina de lixo no município de Cambuí, em parceria com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).

No intuito da excelência no atendimento aos municípios, a Secretaria participou de projeto de pesquisa na área de educação ambiental aplicada à gestão de resíduos sólidos em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com aplicação aos municípios mineiros.

A Superintendência de Integração Interinstitucional, responsável pela coordenação geral dos 25 Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU) localizados nas diversas regiões do estado, registrou 4,6 milhões de atendimentos no exercício de 2001, como por exemplo emissões de carteira de trabalho, emissão de carteira de identidade, seguro desemprego, perícias médicas do servidor, requerimento de aposentadoria, entre outros atendimentos.

Os Escritórios de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no exercício de suas atribuições, coordenaram o relacionamento político e institucional do governo mineiro naqueles estados, bem como no âmbito federal.

A CODEVALE, através da reorganização institucional por que passou, priorizou atividades de compra e venda de peças artesanais do Vale do Jequitinhonha. Com recursos próprios, participou de mais de 10 feiras e exposições para divulgação e comercialização do artesanato do Vale do Jequitinhonha, tanto dentro de Minas Gerais, como em outros Estados da Federação. Participa ativamente do CONSEA e mantém o Programa Cédula da Terra (PARATERRA) em execução para subprojetos de investimentos comunitários.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Governo e Assuntos Municipais	0	7.527.301				
041222184.399.0001 - Gestão Institucional e Política do Governador do Estado	0	7.527.301				
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em Brasília	641.022	708.367				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	515.220	569.844	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
022727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	125.802	138.523				
Escritório de Represent. do Governo do Estado de Minas no Rio de Janeiro	201.332	274.938				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	192.291	264.822	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.041	10.116				
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em São Paulo	51.278	8.711				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	45.032	0	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	0	9
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.246	8.711				
Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE	936.804	844.407				
041220012.206.0001 - Direção Superior	734.999	625.506				
041220014.427.0001 - Promoção do Desenvolvimento Regional	24.197	45.330	Evento Realizado (Evento)	15	14	-
			Artesão Apoiado (Artesão)	500	560	5
			Associação de Artesão Organizada (Associação)	15	0	3
			Peça de Artesanato Comprada (Peça)	20.000	5.489	4
			Peça de Artesanato Vendida (Peça)	15.000	6.471	4
			Projeto de Desenvolvimento Realizado (Projeto)	20	1	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	22.054	22.053				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	155.554	151.518				
Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB	18.392.289	1.646.186				
154515711.189.0001 - Apoio Financeiro para Implantação e Melhoria da Infra-Estrutura Urbana	18.392.289	1.646.186	Município com Empréstimo Contratado (Município)	60	15	*
			Empresa Financiada (Empresa)	1	0	*
TOTAL	20.222.725	11.009.910				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* - Fundo extinto pela Lei nº 13.848, de 19/04/2001.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), órgão central do Sistema Estadual de Planejamento que tem por finalidade coordenar a formulação das políticas públicas visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional do Estado, exerceu durante 2001 sua atribuição constitucional na supervisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), na elaboração da Mensagem de Governo à Assembléia, e nas diversas ações para dar continuidade ao processo de consolidação de seu papel institucional.

No que concerne ao planejamento econômico e social, visando maior transparência dos projetos e atividades a serem desenvolvidos pelo governo, elaborou o Anexo de Metas Sociais para sinalizar a melhoria dos indicadores sociais a serem atingidos em 2002 pelos órgãos ou entidades do estado e deu início aos trabalhos de modernização do Módulo de Acompanhamento do Gasto Público, do Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental (SIPAG), por meio de mudança da plataforma tecnológica.

No planejamento financeiro, acompanhou a execução orçamentária utilizando-se dos relatórios gerenciais do SIAFI, que possibilitaram não só a atualização como a reestimativa das receitas e despesas do estado, subsidiando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Proposta Orçamentária para o exercício de 2002.

Neste aspecto, promoveu a modernização de seus instrumentos operacionais, objetivando maior transparência das ações da Administração Pública e agilidade gerencial, desenvolvendo o módulo de elaboração da Proposta Orçamentária Anual, utilizando a Internet como ferramenta de trabalho.

No planejamento metropolitano e urbano da RMBH, desenvolveu atividades relacionadas ao tema preservação ambiental, com participação nos trabalhos dos comitês de bacias hidrográficas do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba e nas decisões do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental da Região Sul da RMBH - APA-SUL.

Conforme dispõe a Lei Complementar 43/1996, foram analisados e concluídos 289 processos de parcelamento do solo urbano e feitas 295 assessorias a interessados em viabilizar empreendimentos adequados às exigências das legislações pertinentes à RMBH.

Em parceria com a FJP, CEMIG, CBTU, DER e os municípios da RMBH, viabilizou a realização da Pesquisa Origem e Destino 2001 (completando-se a série 1970/1980/1990), para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da RMBH e auxiliar o monitoramento dos planos elaborados pelos municípios, bem como produzir informações básicas sociais e econômicas para maior racionalidade do sistema de planejamento de transporte e tráfego na RMBH.

Encontra-se em andamento o trabalho conjunto entre SEPLAN-MG, DER e prefeituras de Belo Horizonte e Contagem referente à transferência do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte da CBTU para o Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.

Como gestora do Fundo Pró-Floresta, atendeu a uma demanda de financiamentos de longo prazo voltados à implantação de nove mil hectares de maciços florestais para fins industriais, com recursos financeiros do BDMG e supervisão técnica do IEF.

No planejamento regional, a SEPLAN atuou decisivamente no acompanhamento do desenvolvimento dos municípios do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e, mais recentemente, do Vale do Mucuri, com a incorporação de mais 25 municípios, com características socioeconômicas semelhantes às da área original.

Este fato veio reforçar a idéia da necessidade de se reestruturar a SUDENOR, adequando-a devidamente ao seu papel de agência de fomento de uma região extremamente carente e tão vasta. A solução encontrada, foi a fusão de suas atribuições com as da CODEVALE, criando o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE). Tal iniciativa coincidiu com a transformação, em nível federal, da SUDENE em ADENE, na prática, agências com interesses semelhantes nas duas esferas administrativas.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenas Comunidades (PAPP/Eletrificação) prosseguiu suas atividades, pelo quarto ano consecutivo. Com recursos orçamentários da CEMIG, foram implantados 57 projetos de eletrificação rural, com benefícios diretos para 3.269 famílias, representando investimentos de R\$ 6,2 milhões.

O Programa Piloto de Apoio à Reforma Agrária (PARATERRA) firmou contratos para 11 novos assentamentos, num total de 7.520 hectares, representando investimentos globais de R\$ 4,08 milhões, inclusive em projetos de infra-estrutura comunitária. O PARATERRA deverá prosseguir suas atividades até meados de 2002, mas já tem seu sucedâneo garantido, o Programa de Crédito Fundiário, com previsões de atuação para os próximos três anos.

No que diz respeito à etapa I do Projeto Jaíba, embora não tenha ainda consolidado o assentamento total previsto pela CODEVASF, manteve o significativo nível de produção de 50 mil toneladas/ano de frutas, hortaliças e grãos, no valor de US\$ 10 milhões e geração de US\$ 1 milhão de impostos, além de 12 mil empregos diretos e indiretos. Concluiu-se, no período, o programa de financiamento do BDMG aos empresários da Gleba C2.

A etapa II, em fase de implantação com financiamento do governo japonês/JBIC, está preparando para integrar brevemente ao processo produtivo agrícola uma área irrigável de 30 mil hectares, onde serão assentados, prioritariamente, médios e grandes empresários.

Nessa etapa foram construídos 164 quilômetros de canais principais e secundários, uma estação elevatória principal (15 m³/s), três estações de recalque, 114 quilômetros de rede de drenagem, 337 quilômetros de sistema viário, quatro núcleos de serviços e habitação, licitação de US\$ 14,4 milhões para o fornecimento, montagem e teste de materiais e equipamentos de irrigação e US\$ 6,1 milhões, em outra licitação, para a construção de 56 quilômetros de rodovia principal, absorvendo 2.500 empregos diretos na região, durante as obras.

Em caráter piloto, a SEPLAN coordenou as ações do projeto Água na Escola e Alfabetização de Jovens e Adultos, executadas pela UNIMONTES, com apoio financeiro da ADENE (ex-SUDENE), no valor de R\$ 650.000,00, tendo sido capacitados 600 agentes sanitários e alfabetizados 2.800 jovens e adultos dos municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Foi negociado, para início em 2002, um novo convênio do projeto Água na Escola entre o Ministério da Integração e o Estado, no valor de R\$ 6,8 milhões, para atendimento a 300 escolas rurais em termos de abastecimento de água e instalações hidrossanitárias, no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Encontra-se em fase final de negociação com o Banco Mundial a assinatura do contrato para implantação do Programa de Combate à Pobreza de Região Mineira do Nordeste – PCPR/MG (o PAPP II), nos municípios do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Com investimentos de US\$ 93,6 milhões, que permitirá a implantação de 3.700 projetos de infra-estruturas sociais e produtivas, beneficiando 186 mil famílias rurais, de 164 municípios.

No planejamento dos órgãos e entidades do estado, foram elaboradas 30 propostas de alterações institucionais, destacando-se a reestruturação da Secretaria de Estado da Educação (Lei nº 13.961/2001), o desmembramento da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social em Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais e Secretaria de Estado da Comunicação Social (Lei nº 13.869/2001), que se justificou pela necessidade de organização e independência das funções mais próximas ao governador, principalmente a distinção entre a função de administrar os palácios (Secretaria de Estado da Casa Civil) e a função de assessoramento político-governamental (Secretaria de Estado de Governo e de Assuntos Municipais).

Com relação ao Lig-Minas, linha de informações do governo, foram atendidas 293.807 ligações dos cidadãos sobre os 1.285 serviços oferecidos pelas 71 instituições da Administração Pública Estadual.

Atualização da legislação normativa de pessoal, com a inclusão da legislação específica de pessoal das autarquias e fundações a partir de 1988, disponível para consulta via Internet (www.normativa.mg.gov.br).

As informações e pesquisas referentes a instituições estaduais foram atualizadas no Sistema de Informações Institucionais (SINFI), de acordo com as publicações do Minas Gerais, e no endereço www.sinfi.mg.gov.br. Documentos informativos foram elaborados e suas publicações disponibilizadas para download no site www.seplan.mg.gov.br.

Em setembro, encerrou o contrato do estado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), cujo financiamento de R\$ 9,91 milhões foi alocado para a implantação do Programa de Modernização Administrativa de Minas Gerais.

Foram finalizados e implantados os projetos de Qualidade FHEMIG, o que beneficiou cinco instituições; o de migração de plataforma do módulo de elaboração do Orçamento do Estado; o de reforma da legislação normativa de pessoal da administração indireta;

o de criação de um banco de dados sobre fontes de recursos para infra-estrutura dos municípios e o de análise sobre processos de metropolização de centros médios.

Criado pela Lei 14.084, de 6 de dezembro de 2001, sob a forma de autarquia, o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) tem como objetivo planejar, coordenar e executar a política fundiária do Estado, promovendo ações destinadas à democratização do acesso e à fixação do homem à terra de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, intermediou conflitos nos municípios de Pequito, Felixlândia, Minas Novas, Buritizeiros, Grão-Mogol, João Pinheiro, Uberlândia, Tupaciguara, Unaí, Uberaba, Ibiá, Tumiritinga, Matias Cardoso, Montes Claros, São João do Paraíso, Campos Gerais e Ibirité, num total aproximado de 1.500 famílias envolvidas.

Participou de audiências de reintegração de posse nas comarcas de Grão-Mogol, Sete Lagoas, Pará de Minas, Belo Horizonte, Uberlândia, Capelinha, Campo do Meio e Montes Claros.

Identificou como terras devolutas 37.496 hectares e enviou à Procuradoria Geral do Estado processos de discriminação de terras, beneficiando 550 famílias.

Emitiu 1.083 títulos de regularização de terras devolutas rurais e urbanas do estado, numa área total de 10.088 hectares de terras arrecadadas pelas famílias de posseiros e acompanhou ações discriminatórias em terras devolutas numa área aproximada de 30 mil hectares, nos municípios de Vazante, Verdelândia, Maxacalis, Arinos, Minas Novas, Uruana de Minas, Paracatu, Araçuaí e Unaí.

Participou em reuniões no INCRA com a ELETROBRÁS, CEMIG e Ministério das Minas e Energia para discutir a implantação de eletrificação em todos os projetos de assentamento de Minas Gerais.

Fundação João Pinheiro

A Fundação João Pinheiro vem trabalhando, com mais intensidade, para as instituições estaduais, em perfeita sintonia com a SEPLAN e apoio de outros órgãos governamentais, efetuando estudos de base, avaliação de políticas de crescimento econômico e social, formulando políticas e programas nas áreas de saúde, finanças públicas, controle social, saneamento, energia elétrica, desenvolvimento regional e municipal, etc.

Hoje, a Fundação João Pinheiro atende às demandas do governo do estado e municípios mineiros na formulação de planos de racionalização administrativa, na elaboração de planejamento estratégico, de plano de obras, plano diretor, programas de saneamento básico, habitacional, de saúde, educação etc, bem como no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Centro de Estatística e Informações (CEI), órgão oficial de estatística do Estado de Minas Gerais, exerceu o acompanhamento sistemático da evolução dos diversos segmentos socioeconômicos, com a manutenção de informações estatísticas fundamentais nas áreas de demografia, finanças públicas, saúde, comércio exterior, indicadores sociais e econômicos, estatísticas vitais, emprego, indicadores de preços,

resultando na elaboração e divulgação dos seguintes trabalhos: Migrações em Minas Gerais: um panorama do seu comportamento nas últimas décadas; Energia: análise e perspectivas; Comportamento dos preços e dos juros; Acompanhamento sistemático sobre o comportamento dos preços – informe mensal; Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: 1996 a 2000; Panorama das exportações mineiras; Perfil de Minas Gerais (em parceria com a CBMM); Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – divulgação mensal; Produto Interno Bruto de Minas Gerais – municípios e regiões; Déficit Habitacional no Brasil 2000; Perfil Socioeconômico dos Novos Municípios Mineiros e o Anuário Estatístico de Minas Gerais – projeto em execução, com divulgação prevista para março/2002.

No Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES), setor responsável pelas pesquisas e estudos aplicados na área de economia, políticas públicas, perfis e indicadores sociais, aspectos tributários, finanças públicas, foram concluídos os seguintes projetos: A organização policial e o combate à criminalidade violenta - análise do questionário aplicado a praças e oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais; Identificação e análise das transformações do setor agropecuário – 1985-1996, com ênfase em Minas Gerais; Ciclo de palestras sobre desenvolvimento regional e o Plano Mineiro de Direitos Humanos.

Como projeto permanente, e em conformidade com a Lei nº 13.803/00, cabe à FJP elaborar e publicar os índices parciais (saúde, receita própria, educação e população) e consolidado final para distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios mineiros, atividade desenvolvida desde 1996 para o governo de Minas.

Dos projetos em andamento destacam-se: Impactos e perspectivas da reestruturação produtiva de centros industriais médios no Brasil: Contagem/MG como projeto-piloto; Financiamento da agricultura familiar: uma avaliação do PRONAF em Minas Gerais; Drogas, ideário social, político e dados empíricos; Homicídio em Minas Gerais: um programa de pesquisa e “Diagnóstico econômico e social do Estado de Minas Gerais.

O Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), que tem como finalidade desenvolver projetos que reforcem a cultura como setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do estado, age em convênio com a Secretaria de Cultura, com o Centro de Estudos Mineiros da UFMG e outros órgãos. No período foram desenvolvidas as seguintes atividades:

A) Projetos de pesquisa em realização (contratados ou em cooperação técnica):

- FAPEMIG: Uma história de projetos, pesquisas e resultados – visa à produção de um livro comemorativo dos 15 anos da FAPEMIG;
- Educação Patrimonial – tem como objetivo elaborar e implementar um programa de educação patrimonial nas escolas públicas do ensino médio no estado. Realização de pesquisa com professores de BH pelo CEHC. Doação de 120 exemplares do Glossário de Arquitetura e do 1º Censo Cultural de Belo Horizonte;
- Centenário JK – para revitalização da Casa JK em Diamantina;

- Continuidade da produção imagética - anuário de arquitetura - visa terminar a produção de fotos e completar os álbuns das décadas de 80 e 90;
- Um olhar para o século XX: arquitetura civil na área urbana planejada por Aarão Reis para formar-se um banco de dados georreferenciados;
- Memória política de MG: Milton Campos, Raul Soares, Nelson de Sena - edição de três obras de referência, sob a forma de coletânea, resgatando textos que conjuguem as dimensões teórica e prática da vida política de Milton Campos, Raul Soares e Nelson de Sena; e
- Avaliação quantitativa e qualitativa da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do ponto de vista dos seus resultados.

B) Projetos editoriais:

- Obras várias de Virgil Von Helnrichen - trata das ocorrências geológicas em Minas Gerais, em particular sobre os diamantes de Grão-Mogol;
- Jornal do Brasil (Diário do Brasil) - é o primeiro livro de Eschwege sobre o Brasil, publicado ainda durante a sua estada no país;
- Dicionário geográfico, histórico do império; dicionário bibliográfico brasileiro (Sacramento Blake); dicionário historicogeográfico de Minas Gerais; descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brasil, principalmente da capitania de Minas Gerais (Marianne North) – recordações de uma vida feliz - edição conjunta de cinco obras da Coleção Mineiriana (FJP-IPEA);
- MG e a história natural das colônias no século XVIII - o projeto prevê a edição de obra pela Coleção Mineiriana contendo documentação inédita do século XVIII sobre a exploração natural na América Portuguesa e, em particular, na capitania das Minas Gerais;
- Erário mineral - descrição das condições de saúde e sociais e experiências dos cirurgiões no Brasil-Colônia. Principal livro médico de origem brasileira do século XVIII, publicado em 1735;
- Belo Horizonte: A construção do espaço e modo de representação de sua arquitetura (publicação) - projeto de edição de livro com os resultados de pesquisa realizada pela FJP, contemplando toda a trajetória da arquitetura de BH, ainda não consolidada em um documento-síntese;
- Projeto Estante Mineiriana - remessa de livros das coleções Mineiriana e Centenário para aproximadamente 500 instituições culturais dos municípios mineiros; e
- Brasil Novo Mundo, vol. II - descrição da viagem de Eschwege do Rio de Janeiro a São Paulo, dissertações sobre a bacia amazônica, a população do bispado de Mariana em 1816 e sobre as nações indígenas no sul do Brasil.

C) Projetos permanentes:

- Gestão das coleções do CEHC;
- Coleção Mineiriana - distribuição e comercialização dos livros das coleções Mineiriana e Centenário; e
- Núcleo de Estudos Culturais - espaço de pesquisa, redação e discussão de temas e textos relativos à cultura, numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase na política, sociologia e economia da cultura. Os membros do núcleo formulam propostas de estudos e produzem textos para serem discutidos num seminário mensal.

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEME), tem como objetivo pesquisar, propor e monitorar a implementação de políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento regional e municipal em seus aspectos sociais e institucionais. Em 2001 destacam os seguintes trabalhos:

- Assessoramento Técnico e Institucional – visa levar orientações técnicas e metodológicas aos governos municipais, isoladamente ou por regiões, para modernização administrativa, desenvolvimento econômico, atualização e adequação dos instrumentos básicos de planejamento e de gestão tributária e assessoramento técnico para a elaboração de planos, programas e projetos: Elaboração de Legislação Administrativa para a Prefeitura de Claraval; e Organização Administrativa Municipal, financiada pela Prefeitura de Patos de Minas.
- Planejamento Municipal e Metropolitano – tem por objetivo orientar pesquisas e proposições de uso e ocupação do solo, transporte, saneamento, habitação, turismo e meio ambiente: Foram elaborados planos diretores para os municípios de Itabira, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Itajubá, Conceição do Ibitipoca, Ijaci e zoneamento urbano/ambiental de Ibirité/Betim; Programa de Avaliação dos Impactos da Duplicação da BR-381; Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Aço; e Banco de Dados: fonte de financiamento para os municípios mineiros.

O Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) pretendendo contribuir para a construção de alternativas contemporâneas de gestão, observando o atual contexto da administração pública, em geral, e as diretrizes estabelecidas pelo governo do estado, privilegiou no período atividades que permitem a reflexão sobre modelos de gestão e sua contribuição para a consecução de resultados sociais mais amplos e equitativos. Destaca-se o permanente compromisso com a superação dos traços processualísticos e particularistas do modelo vigente.

A atuação integrada do Centro com as demais diretorias da FJP e com outras instituições públicas parceiras fundamenta-se na compreensão de que o fenômeno organizacional é determinado e determinante do contexto social, político e econômico no qual as organizações se inserem.

Nesse sentido, o Centro executou projetos de grande repercussão como o desenvolvimento de estudos e propostas relativas às políticas, diretrizes e estruturação dos planos de carreira dos servidores do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais em parceria com a SEPLAN/SERHA.

A Escola de Governo (EG), criada em 1992, ministra cursos de graduação, pós-graduação, extensão, especialização e aperfeiçoamento. É a única escola que forma administradores públicos no país, conceito “A” na avaliação do MEC.

Encontra-se em desenvolvimento 15 cursos, entre os quais os de Administração, habilitação em Administração Pública; mestrado em Administração Pública; especialização e aperfeiçoamento, atingindo 3.665 pessoas na sua maioria moradores da RMBH. Em 2001 foram concluídos 22 cursos, beneficiando 1.767 pessoas das diversas regiões do território nacional.

No programa Estudos e Pesquisas encontram-se 10 projetos em desenvolvimento e cinco projetos concluídos.

Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG

A atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), instituição financeira de fomento do governo estadual, durante 2001 caracterizou-se pela manutenção da sintonia com as estratégias, políticas e programas estabelecidos nos documentos de ação governamental PMDI e do PPAG, ambos cobrindo o período 2000-2003, e com as demais orientações do governo.

O “Projeto Estratégico BDMG 2001-2004” norteia a formulação e a implementação dos planos de metas anuais do Banco para o referido período. Destacam-se nesse projeto quatro eixos estratégicos. Dois deles referem-se ao ambiente externo ao Banco: o apoio ao desenvolvimento social e regional e o apoio à elevação da competitividade dos agentes econômicos do estado. No âmbito interno, tais eixos são a ampliação do conhecimento e a excelência financeira e organizacional.

Em relação ao ambiente externo, as diretrizes de atuação adotadas pelo Banco destacam-se pelos objetivos de redução dos desequilíbrios regionais e do aumento no atendimento aos pequenos e médios empreendimentos, sem perder de vista o necessário apoio a projetos estruturantes das cadeias produtivas da economia mineira.

Neste sentido, o BDMG vem dando continuidade aos esforços de apoiar o processo de desenvolvimento em Minas, especialmente a ampliação ou modernização das referidas cadeias produtivas, visando dotá-las de maior interdependência e de padrões internacionais de competitividade.

Para o cumprimento de suas funções, ressalta-se a importante decisão do Governo de Minas Gerais de fortalecer financeiramente o BDMG, mediante legislação que transfere para o patrimônio do Banco os recursos de alguns dos Fundos Estaduais de Desenvolvimento (apenas aqueles que atendem a órgãos públicos), extintos como resultado das regulamentações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, do governo federal.

Resultados Econômico-Financeiros

O Banco elevou o seu Patrimônio Líquido de R\$ 23 milhões, em dezembro de 1998, para R\$ 173,7 milhões, em dezembro de 2001, representando um expressivo crescimento de 655%, demonstrando o empenho da atual administração no processo de fortalecimento financeiro da Instituição. O Saldo de Aplicações em Financiamentos

(classificados nas faixas de risco A e B do BDMG) atingiu, em 2001, um total de R\$ 1,6 bilhão.

O BDMG, como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, já recuperou R\$ 411 milhões de 1999 a 2001 sendo que deste total, 89% já foram transferidos ao Tesouro Estadual. Em 2001 os valores recuperados atingiram R\$ 73 milhões.

A importância desta atividade está no fato de que seus resultados trazem para o patrimônio do estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aqueles bancos estaduais. Tais recursos têm como destinação o pagamento de dívidas do estado ao governo federal e, também, aplicações em diversos programas estaduais.

Desempenho Operacional

Durante 2001, foram realizadas 4.535 operações de crédito, atendendo a 4.002 clientes, que totalizaram R\$ 603 milhões de financiamentos aprovados. As liberações dos fundos e das demais linhas de financiamento atingiram R\$ 550 milhões. Vale salientar que, apesar da extinção dos fundos estaduais pela Lei 13.848, de abril de 2001, os valores das aprovações e liberações de financiamentos do Banco apresentaram crescimento respectivo de 24% e 17% em relação a 2000.

Os Fundos Estaduais de Desenvolvimento foram responsáveis pela liberação de recursos da ordem de R\$ 408 milhões durante o ano (74% do total), enquanto o Fundo Fiat alcançou R\$ 97 milhões (18% do total) e o restante, R\$ 45 milhões (8% do total), foi relativo a recursos próprios, de repasses e fianças.

Considerando a participação média de 63,5% (observada no período 1999-2000) dos financiamentos do BDMG nos investimentos das empresas, as aprovações efetivadas pelo Banco, em 2001, deverão resultar em um volume de investimentos superior a R\$ 866 milhões na economia mineira. Projeta-se em R\$ 17,5 milhões o potencial anual de crescimento na receita de ICMS como efeito direto destes investimentos, além da perspectiva da criação de 17.627 novas oportunidades de emprego.

Aspectos Regionais e Setoriais da Ação do Banco

Durante 2001, foram desenvolvidas várias ações que resultaram no efetivo apoio do governo aos setores produtivos mineiro de todos os portes e regiões do estado.

Dos 4.002 clientes atendidos, 3.212 pertencem aos segmentos de micro e pequenas empresas, rurais e urbanas, vinculadas a atividades produtivas e de prestação de serviços, com financiamentos aprovados que totalizaram R\$ 65 milhões.

Em termos de valor, os financiamentos para os segmentos automotivo, máquinas e equipamentos, metalurgia, atividades de comércio, produção de alimentos e bebidas e produtos de minerais não-metálicos absorveram 75% do total das aprovações.

O segmento automotivo recebeu R\$ 170 milhões em financiamentos, que equivale a 28% do total aprovado pelo Banco no ano, demonstrando o constante esforço de fortalecer e consolidar este setor na economia mineira. No complexo metal-mecânico

foram atendidas 71 empresas que somaram aprovações de financiamento no valor de R\$ 153 milhões.

Foram aprovadas 467 operações de financiamento para 466 clientes dos segmentos agropecuário, silvicultura e de exploração florestal, totalizando R\$ 9 milhões.

Entre os projetos de maior porte, aprovados com recursos dos fundos estaduais e demais linhas de financiamento, destacam-se os seguintes empreendimentos: Fiat Automóveis (Betim), Iveco Fiat do Brasil (Sete Lagoas), Camargo Correia Cimentos (Pedro Leopoldo e Ijaci), Fiat Allis Latino Americana (Contagem), Iluminação Automotiva Ltda (Contagem), Usiminas (Ipatinga), Daimler-Chrysler do Brasil (Juiz de Fora), Domingos Costa Indústria Alimentícia (Contagem), F.A. Powertrain (Betim), Philips do Brasil (Varginha), Cablettra do Brasil (Matozinhos), Unif do Brasil (Alfenas), Pastificio Santa Amália (Machado), Indústria de Produtos Alimentícios Cory (Arceburgo), ACS Service (Uberlândia), Refloralje Agropecuária (Montes Claros), e Uniminas Agroindustrial (Camanducaia).

A distribuição dos financiamentos aprovados, no território mineiro, confirma o padrão espacial vigente em Minas, ou seja, o do direcionamento dos financiamentos para suas principais regiões: a Central recebendo 47%; o Sul de Minas, 15%; Rio Doce, 13%; Zona da Mata, 11%; Triângulo, 5%; e as demais regiões 9%. Este padrão decorre da concentração das atividades econômicas e população nestas regiões, que acabam por gerar economias de urbanização e aglomeração, tornando-se atrativas a investimentos novos ou de expansão e modernização.

Para os setores de saneamento, infra-estrutura e desenvolvimento urbano, como já ficou salientado, o Banco esteve impossibilitado de seguir aprovando novos financiamentos. Todavia, por força de contratos firmados em anos anteriores, as liberações de financiamentos em 2001, por intermédio do SOMMA e do FUNDEURB, beneficiaram 37 municípios em seus programas de melhoria das condições urbanas e ambientais.

Apoio às Micro e Pequenas Empresas

No segmento de micro e pequenas empresas foram atendidos 3.670 clientes (incluindo pessoas físicas), que representaram 92% do total de clientes. Esse número significou um crescimento de 15% em relação a 2000, resultando na aprovação de R\$ 72 milhões em financiamentos.

No campo do estímulo ao desenvolvimento tecnológico, o Banco atua com a linha de crédito – FUNDESE Base Tecnológica – que visa financiar micro, pequenas e médias empresas nas áreas de computação, microeletrônica, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, entre outras. Nestas operações foram aprovados financiamentos que alcançaram R\$ 5 milhões e liberados recursos no montante de R\$ 4 milhões, para 20 empresas.

As modificações introduzidas no FUNDESE-GERAMINAS em 2000, visando atender às expectativas dos diversos segmentos das micro e pequenas empresas e estimular a demanda por novos financiamentos, resultaram em 3.075 processos aprovados pelo

BDMG em 2001 e na liberação de recursos da ordem de R\$ 51 milhões para projetos de micro e pequenas empresas, graças a esse fundo.

O BDMG vem apoiando iniciativas de cunho social, em conjunto com organizações não-governamentais (ONGs) ou cooperativas, utilizando programas específicos para o financiamento a empreendedores de pequeno porte ou de baixa renda, com ênfase nas atividades geradoras de emprego.

Cumprindo o objetivo de apoiar iniciativas da população de baixa renda, facilitando o acesso ao crédito ao pequeno e microempreendedor, individual ou associado, o BDMG durante o ano liberou R\$ 900 mil em financiamentos, por intermédio de sete ONGs, no âmbito do CREDIPOP, atingindo 74 municípios.

Em 2001, foram liberados R\$ 3,1 milhões de recursos para a agricultura familiar, no âmbito do PRONAF, por meio de 55 cooperativas de crédito rural, beneficiando 415 pequenos agricultores. Foram aprovados R\$ 2,9 milhões em financiamentos, beneficiando 396 clientes.

Novos Programas ou Linhas de Atuação

Foi aprovado, pelo Conselho de Administração do BDMG, o “Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Municípios do Estado de Minas Gerais – Programa NOVO SOMMA”, a ser operado com recursos próprios do Banco, advindos do processo de capitalização aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com recursos dos ex-fundos estaduais SOMMA e FUNDEURB, destinados especificamente a tal finalidade.

Para fins de apoio às atividades produtivas afetadas pela seca, nas regiões em estado de emergência, foi aprovado, pelo mesmo Conselho, o “Programa Emergencial de Financiamento às Atividades Produtivas dos Municípios Afetados pela Seca no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha – APOIAR”, com recursos do ex-fundo estadual FUNDERUR. Em 2001, através do APOIAR o BDMG liberou R\$ 3 milhões em financiamentos, beneficiando 27 municípios.

Foi criado o programa GARANTIR, que conta com recursos doados pela ONG internacional AVSI (Italiana), destinado a dar suporte a operações de microcrédito, no âmbito do CREDPOP (do BDMG), que beneficiará 15 sub-regiões pobres da RMBH.

Com a criação do CREDI-ENERGIA, o BDMG colocou à disposição das empresas mineiras linhas de financiamento para projetos ligados à geração e utilização de energia.

Visando a recuperação e preservação do patrimônio histórico de Minas Gerais, por meio da ocupação de imóveis de valor histórico e artístico por atividades produtivas foi criado o CREDI-MEMÓRIA. O público-alvo são as micro e pequenas empresas que se disponham a instalar pequenos negócios em prédios desse tipo. Os investimentos para o empreendimento podem ser financiados pelo BDMG, especialmente os recursos necessários a obras para a recuperação dos imóveis. Com essa iniciativa o Estado de Minas Gerais valoriza a sua história, ao mesmo tempo em que viabiliza a geração de emprego e renda.

Com recursos próprios do Banco, foi aberta, ainda, a “Linha de Incentivo a Apoio às Letras – Amigos do Livro” destinada a apoiar novos autores e coordenadores editoriais.

Visando incentivar as atividades sucro-alcooleiras em Minas Gerais, foi elaborado um novo estudo para o setor do qual resultou uma “Linha de Apoio Especial” com recursos de fundos estaduais e do BNDES.

Por designação do governo estadual, o BDMG coordenou a síntese dos estudos e proposições de programas e ações na Região da Zona da Mata e Campos das Vertentes, juntamente com membros do Consórcio Intermunicipal daquela região, visando sua implementação a partir de 2002.

Visando à criação de novos programas ou linhas de atuação os seguintes estudos estão em fase de conclusão no Departamento de Planejamento do Banco: Proposta de Orientações Estratégicas para Atuação Programática do BDMG no Desenvolvimento Regional; Programa BDMG de Fomento a Arranjos Produtivos Regionais: Fruticultura; Programa BDMG de Fomento a Arranjos Produtivos Regionais: O Cluster Eletrônico do Sul de Minas; e Programa BDMG de Apoio ao Desenvolvimento Microrregional: Microrregião de Ubá.

Estudos sobre a Economia Mineira

O BDMG concluiu, em dezembro de 2001, o “Modelo Econométrico de Insumo Produto”, elaborado pela FIPE/USP, conforme contrato de prestação de serviços. O modelo se constitui em um instrumento de planejamento regional de avaliação dos efeitos de políticas públicas e de análise de impactos de programas e projetos específicos, o que permitirá ao BDMG fortalecer sua função institucional de indutor do desenvolvimento econômico e social do estado.

Na linha de estudos sobre a economia mineira, o Banco promoverá o relançamento de sua revista “Cadernos BDMG”, que no primeiro número publicará os textos “Características Estruturais da Economia Mineira: Uma Análise Inter-regional de Insumo-Produto” e “Macroeconomia de Minas Gerais: Uma Estimativa dos Componentes da Demanda Final”.

Outra iniciativa relevante foi a conclusão da “Matriz Inter-regional de Insumo-Produto Minas Gerais – Resto do Brasil, de 1996” elaborada pela FIPE com apoio da equipe do BDMG.

O material será distribuído, no dia 04/02/2002, a entidades públicas, universidades e centros de pesquisa, como subsídio às suas atividades de pesquisa, já que analisa e fornece informações que permitem avaliar o grau de inserção de Minas na economia brasileira e as características marcantes de sua estrutura produtiva.

O BDMG, em convênio especial com a UNA Ciências Gerenciais, participou de um programa de intercâmbio cultural com a Universidade de Ohio (USA), tendo recebido alunos de mestrado e doutorado daquela universidade para desenvolver estudos sobre temas de interesse do Brasil.

Em sua 13ª edição, o BDMG patrocinou mais uma vez, em 2001, o “Prêmio Minas de Economia”, iniciativa realizada em conjunto com entidades de classe de economistas com o objetivo de incentivar a produção acadêmica e profissional sobre temas de relevância para a economia brasileira e, em especial, para a economia mineira. Os trabalhos premiados são publicados na edição especial da “Nova Economia”, revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, da qual a instituição também é um dos patrocinadores.

Além disso promoveu em parceria com a Fundação João Pinheiro o seminário “Pensando o Brasil de Amanhã”, de 15 a 19 de outubro de 2001.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	13.971.356	14.432.275				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	971.849	1.410.057				
041212014.667.0001 - Coordenação e Avaliação do Planejamento Estadual	231.607	185.039	Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação Implantado (Sistema)	1	1	-
			Mensagem à Assembléia Legislativa Elaborada (Documento)	1	1	-
			Programa em Elaboração Coordenado (Programa)	6	0	8
			PPAG Revisado (Plano)	1	0	8
			PMDI Acompanhado (Plano)	1	1	-
041212014.668.0001 - Planejamento Orçamentário do Governo	527.457	961.714	Lei de Diretrizes Orçamentárias Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
			Proposta Orçamentária Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
041212014.669.0001 - Reforma e Planejamento Institucional do Estado	486.574	582.069	Sistema de Informação Institucional Implantado (Sistema)	2	2	-
			Projeto de Reforma Institucional Elaborado (Instrumento Normativo)	38	30	7
			Diretriz e Análise Institucional Elaborada (Documento)	3	3	-
			Projeto de Reforma da Legislação Normativa Elaborado (Projeto)	12	12	-
			Pesquisa e Informação Institucional Desenvolvida (Documento)	36	27	4
			Sistema de Integração de Biblioteca da Administração Pública Estadual Desenvolvido (Sistema)	1	0	3
041212024.666.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Regionais	619.945	955.547	Relatório Elaborado (Relatório)	12	12	-
041212024.884.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Multissetoriais	315.735	230.755				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041212031.049.0001 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano	291.264	137.650	Programa de Desenvolvimento Metropolitano Coordenado (Programa)	1	0	4
041220012.206.0001 - Direção Superior	749.283	1.314.046				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.363.260	2.539.989				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	350.988	334.341				
041222044.391.0001 - Manutenção de Administrações Regionais	301.923	192.040				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	4.764.480	5.199.017				
046317164.079.0001 - Coordenação e Supervisão da Política Fundiária	1.996.991	390.011				
Fundação João Pinheiro	21.336.368	21.285.396				
041212134.503.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais	930.138	1.246.970	Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/ Pesquisa)	2	5	7
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	5	4	1
			Índice para Distribuição do ICMS Produzido (Índice)	12	12	-
041212144.504.0001 - Realização de Estudos, Pesquisas e Consultorias Munic. e Metroplitanas	1.097.483	751.240	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/ Pesquisa)	10	8	4
041212154.505.0001 - Realização de Estudos Administrativos e Consultoria Organizacionais	851.262	1.010.150	Projeto Concluído (Projeto)	6	4	10 - 11
041212164.506.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas de Natureza Estatística	1.782.877	1.862.013	Monit./Acompanhamento de Políticas e Ações Governo Implantada (Sistema)	1	0	7
			Sistema de Acompanhamento Mensal do Mercado de Trabalho Implantado (Sistema)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Sistema de Atualização de Banco de Dados Implantado (Sistema)	10	10	-
			Estudo Especial de Base Estatística Implantado (Projeto/Pesquisa)	3	3	-
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.158.059	1.700.312				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.685.437	2.850.673	Unidade Ampliada/Reformada (M²)	1.000	280	3
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	52.425	850.001				
041282174.507.0001 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos	3.403.640	2.341.700	Evento Realizado (Evento)	15	8	11
			Aluno Matriculado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	40	40	-
			Aluno Formado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	40	32	4
			Aluno Matriculado no Curso de Mestrado (Aluno)	49	37	4
			Aluno Formado em Curso de Especialização (Aluno)	126	276	5
			Aluno Qualificado em Curso de Formação Continuada (Aluno)	12.500	4.350	8
			Aluno Concluinte do Curso de Mestrado (Aluno)	49	2	4
041282174.507.0002 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa na Área de Administração Pública	1.240.660	1.135.773	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	2	1	7
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.534.859	6.428.712				
043925504.509.0001 - Realização de Publicações Histórico-Culturais	1.599.528	1.107.852	Publicação Cultural Editada (Publicação)	10	5	2 - 3 - 4
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	4	4	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG	6.346.915	40.509.591				
231220013.302 - Manutenção e Adequação da Infra Estrutura-Operacional	500.000	528.723				
231232126.002 - Aumento de Capital *	4.218.038	39.700.000				
231232126.005 - Participação Societária	28.877	20.868				
231260503.301 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.600.000	260.000	Sistema de Processamento de Dados Impantado (Sistema)	1	1	-
Encargos Gerais SEPLAN / Programas Diversos	66.707.859	37.191.757				
041220502.820.0001 - Manutenção do Sistemas Corporativos	49.000	49.000	Sipag Implementado (Sistema)	1	1	-
			Sinfi Implementado (Sistema)	1	1	-
			Ligminas Implementado (Sistema)	1	1	-
082442331.610.0001 - Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Regionalizado	1.000.000	650.000	Programa e Projeto de Emprego e Renda Supervisionado (Programa)	1	0	8
185442261.604.0001 - Gerenciamento do Prohidro	2.000.000	1.751.000	Programa Supervisionado (Programa)	1	0	2
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II	53.346.000	30.565.485	Estrada Construída (Km)	50	0	10
			Serviço de Consultoria Realizado (Hora)	77.496	77.496	-
			Família de Irrigante Assentata (Família)	350	0	7
			Infra-Estrutura Sócio Ambiental Implantada (Unidade de Conservação)	3	0	8
			Infra-estrutura Básica de Irrigação Implantada (Gleba)	8	8	-
206077241.369.0001 - Implantação de Infra-Estrutura Social e Ambiental Básicas - Jaiba I	1.520.400	0	Escola Construída (Escola)	3	0	1
			Posto de Saúde Construído (Posto)	2	0	1
			Estação de Tratamento D'Agua em Construção (Estação)	1	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
216312341.605.0001 - Aquisição de Terras e Execução de Infra-Estrutura - Paraterra	581.261	266.615	Projeto Agrário Implantado e Supervisionado (Projeto)	30	11	4
216317161.612.0001 - Implantação do Programa Estadual de Reforma Agrária	8.211.198	3.909.657	Terra Arrecadada (Hectare)	15.750	10.066	4
			Terra Discriminada (Hectare)	150.000	57.496	4
			Família Beneficiada por Discriminação de Terra (Família)	600	550	-
			Família Titulada (Família)	1.000	1.083	-
Fundo SOMMA	40.676.274	15.970.140				
175122191.060.0001 - Programa de Desenvolvimento Institucional - Somma Institucional	5.000.000	15.970.140	Município com Empréstimo Contratado (Município)	30	20	**
175122191.194.0001 - Apoio Financeiro para Implementação do Programa Somma	35.676.274	0	Município com Empréstimo Contratado (Município)	30	2	**
Fundo de Desenvolvimento Regional do Jafba	7.557.696	3.510.100				
206017151.193.0001 - Apoio Financeiro a Implementação do Programa de Desenvolvimento Regional do Jafba	7.557.696	3.510.100	Produtor Financiada (Produtor)	45	35	4
Fundo PRÓ-FLORESTA	15.011.237	10.960.131				
185416511.195.0001 - Apoio Financeiro para Implantação e Recuperação de Florestas	15.011.237	10.960.131	Empresa Financiada (Empresa)	8	4	4
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades	1.000.000	0				
082443371.120.0001 - Apoio ao Programa de Mobilização de Comunidades	1.000.000	0	Projeto Financiada (Projeto)	200	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo de Desenvolvimento Metropolitano	1.000	0				
154515711.299.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano	1.000	0				
Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias	23.330.032	0				
185436521.351.0001 - Apoio Financeiro para Racionalização do Uso e Melhoria dos Recursos Hídricos Estaduais	23.330.032	0	Projeto Financiada (Projeto)	51	0	***
Fundo de Fomento e Desenv. Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE	94.160.377	58.688.038				
221229001.444.0001 - Contribuição ao BDMG	4.216.038	4.216.038				
226617451.164.0001 - Apoio Creditício ao Prog. Gera Minas - FUNDESE/GERA MINAS	73.458.255	51.997.000	Empresa Financiada (Empresa)	4.000	3.234	4
226617451.165.0001 - Apoio Cred. ao Prog. de Desen. Das Médias, Pequenas e Microempresas-FUNDESE/TECNO	5.691.650	2.381.000	Empresa Financiada (Empresa)	40	20	4
226617451.056.0001 - Apoio Creditício ao Programa Gera-Minas - FUNDESE/GERA MINAS	10.794.434	94.000	Empresa Financiada (Empresa)	2.000	11	4
TOTAL	290.099.114	202.547.428				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* - Inclui recursos dos fundos estaduais extintos.

** - Fundo extinto pela Lei nº 13.848, de 19/04/2001.

*** - Fundo não está em operação.

FAZENDA

O Sistema Estadual de Finanças, composto pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) como órgão central, pelo Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (CCMG), como órgão subordinado, e pela MGI e DIMINAS como entidades vinculadas, tem por finalidade realizar de forma integrada e articulada a gestão das finanças públicas estaduais na estratégia global de políticas de desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

A Secretaria da Fazenda tem como missão institucional participar do desenvolvimento econômico e social de Minas, estando presente na formulação e implementação de suas políticas econômica, financeira, fiscal e tributária e responsabilizando-se pelo provimento, controle e, de forma articulada, pela administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da administração pública estadual.

Como principais ações desenvolvidas pela SEF em 2001, destacam-se o Plano de Fiscalização, a reestruturação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o Programa de Modernização dos Processos Administrativos Tributários (PROMAT), o novo sistema de cobrança do IPVA, o Projeto de Comunicação Móvel Total, o Programa Estadual de Educação Fiscal, o Projeto de Cobrança dos Maiores Devedores do Estado (COBRARE) e o Projeto de Aprimoramento e Gestão do Crédito Tributário (PROGECT). Merece destaque, ainda, o Programa de Modernização e Reestruturação da SEF, que prioriza projetos para a modernização das áreas finalísticas de tributação e administração tributária e de administração financeira e controle operacional, bem como para o fortalecimento institucional.

Também como parte do esforço do fortalecimento institucional, a Secretaria da Fazenda desenvolveu, em 2001, ações diversas na área de tecnologia e informação. A modernização dos sistemas de administração fiscal e tributária, o desenvolvimento de armazéns de informação por meio de bancos de dados e ferramentas de data warehouse e a aquisição de máquinas, dentre outras ações, vêm ampliando a autonomia de gestão dos que efetivamente utilizam recursos informáticos, além de fortalecer as atividades de informática no contexto de planejamento e coordenação geral dos trabalhos desenvolvidos nas áreas da SEF.

Algumas dessas ações compõem o Programa de Reestruturação e Modernização da SEF-MG, que, por sua vez, integra o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). O programa tem previsão de encerramento para 2003 e conta com investimentos básicos já realizados de R\$ 58,5 milhões, sendo R\$ 35,1 milhões alocados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e R\$ 23,4 milhões como contrapartida do Estado de Minas Gerais (posição em 31/10/2001).

Em 2001 destacam-se: a implantação da segunda fase da Rede Fazendária de Informática, com a aquisição de 379 microcomputadores e a realização de instalações elétrica e lógica em 114 Unidades Fazendárias; a análise, a revisão e a racionalização do sistema de cadastro e controle das atividades administrativo-tributárias; o desenvolvimento do Armazém de Informações (Data Warehouse) do Sistema Informatizado de Controle da Arrecadação e Fiscalização (SICAF), no que concerne aos dados econômico-fiscais dos contribuintes do ICMS e de arrecadação; e a aquisição de 36 veículos utilitários para a fiscalização. Como ações em andamento podem ser citadas a reestruturação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); o

controle de fluxos e processos com tecnologia de workflow na Procuradoria Regional da Fazenda/Metropolitana; a reestruturação do Armazém de Informações (Data Warehouse) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); a aquisição de centrais telefônicas digitais; a revisão de processos, a especificação e o desenvolvimento de sistemas para apuração e controle da arrecadação estadual, do IPVA e da gestão do crédito tributário; a implantação do Sistema Informatizado dos Processos Administrativo-Tributários. Vale ressaltar que todas as ações foram desenvolvidas pelas diversas unidades desta Secretaria.

Na área finalística de Tributação e Administração Tributária, várias foram as ações empreendidas pela Superintendência da Receita Estadual. O ano de 2001 caracterizou-se pela inserção de modernas tecnologias no trato da informação fiscal e pela consolidação dos projetos de fiscalização, que entraram no terceiro ano de desenvolvimento. Merecem destaque, ainda, a continuação do Programa de Modernização dos Processos Administrativos Tributários (PROMAT), o aperfeiçoamento do processo de apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) e, a partir do Documento Único de Trânsito (DUT), o novo sistema de cobrança do IPVA, que eliminou as guias de recolhimento e desburocratizou o processo de pagamento, agora realizado nos terminais bancários de auto-atendimento, promovendo, ainda, cobrança mais eficaz do tributo: a arrecadação do IPVA de 2000 ficou próxima de R\$ 555 milhões, e a deste ano, acumulada até setembro, já alcança R\$ 615 milhões.

Outro avanço tecnológico foi a implantação da Guia Nacional de Recolhimento Estadual com código de barras, o que facilitou sua emissão pelo contribuinte e reduziu sobremaneira os trabalhos de digitação e acerto realizados pela SEF. Na área de planejamento, controle e avaliação das atividades de fiscalização dos tributos estaduais finalizaram-se mais de 46 mil contribuintes, o que permitiu o recolhimento em trânsito de cerca de dois milhões de notas fiscais e levou à emissão de mais de 13 mil Documentos de Arrecadação Fiscal (DAE) e à lavratura de 8,5 mil Autos de Infração (AI), representando aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em notificações.

Com o intuito de conferir maior efetividade às ações fiscais, a Superintendência da Receita Estadual seguiu priorizando a fiscalização dos setores econômicos mais representativos em termos de receita, mediante a execução dos seguintes projetos do Plano de Fiscalização: Controle Corrente, Contribuintes Seleccionados, Combustíveis, Comércio Exterior, Bebidas, Medicamentos, Postos Fiscais, entre outros. Além do ganho real de receita, esses projetos vêm alcançando destaque fora das fronteiras do estado.

Nesse sentido, o Projeto Combustíveis, que não só produziu um incremento nominal na arrecadação (acréscimo de mais de 16% na receita do setor nos dez primeiros meses de 2001, em relação ao mesmo período do ano anterior), como tem conseguido combater a grande incidência de fraudes verificadas no segmento, monitorar a distribuição de combustíveis em território mineiro e controlar as operações do setor, principalmente as interestaduais. Assim, além de cumprir a função de buscar os recursos devidos aos cofres públicos, a execução do projeto cumpre também um papel social de extrema significância, pois inibe práticas fraudulentas cometidas por comerciantes que adulteram os combustíveis como forma de obter lucros fáceis.

Ainda em busca de um melhor controle fiscal, a Receita Estadual acentuou a fiscalização do trânsito de mercadoria, em especial nos postos de fiscalização de fronteira. A ação possibilitou a verificação da sujeição dos benefícios fiscais concedidos por outros estados da federação aos protocolos e convênios firmados no âmbito do CONFAZ. Inserem-se neste empenho pelo maior controle do trânsito de mercadoria a nomeação de novos fiscais, o desenvolvimento do Projeto de Comunicação Móvel Total, com o monitoramento via satélite de 36 veículos equipados com computadores e aparelhos de comunicação móvel, e a reforma e construção dos postos fiscais de São Vitor, em Poços de Caldas, Delta, em Uberaba, e o de Manhuaçu, com as respectivas conclusões previstas para janeiro, março e maio de 2002. Os postos fiscais existentes foram reestruturados e receberam novos veículos e equipamentos de informática, tendo sido construída uma rede de transmissão de dados cuja parte física já foi instalada.

Também como parte da estratégia de fiscalização do trânsito de mercadorias, encontram-se em operação cinco carretas equipadas e aparelhadas para funcionar como Postos Fiscais Móveis. Tal ação possibilitou a arrecadação imediata, em 2001, de mais de um milhão de reais e a lavratura de Autos de Infração que resultou em um acréscimo de mais de R\$ 50 milhões na receita do estado.

Associado ao controle do trânsito de mercadoria, o Centro de Processamento de Documentos Fiscais da SEF, inaugurado no ano anterior, tem permitido a digitação dos documentos fiscais emitidos por contribuintes mineiros e de outros estados, gerando grande base de dados para sua verificação. O cruzamento das informações vem garantindo maior efetividade às ações do fisco, com a constatação imediata de indícios de irregularidades praticadas por contribuintes e contabilistas. Assim, dos cerca de 47,5 milhões de autuações realizadas, mais de 90% foram pagas sem contestação.

A Superintendência de Legislação e Tributação, por seu turno, além de realizar as atividades de rotina como a emissão de pareceres e a resposta a consultas e processos, empreendeu amplos esforços no aprimoramento técnico de seus assessores, oferecendo o Curso de Sistema Tributário para fiscais e cursos de formação de instrutores e de atualização em legislação tributária. A publicação, em 03/05/2001, da resolução conjunta entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Estado da Educação deu início à parceria entre os dois órgãos para a introdução da Educação Fiscal no curso fundamental da rede de ensino estadual. Foi criado um projeto-piloto e realizado o I Seminário de Educação Fiscal para as escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, mostrando os programas nacional e estadual de Educação Fiscal. Outros trabalhos referentes ao tema foram realizados nas Administrações Fazendárias regionais, como debates, feiras, palestras e reuniões.

Relevantes estudos foram realizados pela Superintendência de Legislação e Tributação, destacando-se a revisão da tributação das operações com insumo agropecuário e o acompanhamento do setor de energia elétrica, em face da nova sistemática imposta pela legislação federal. Essa unidade procedeu ao levantamento de benefícios fiscais concedidos ilegalmente por outras unidades da federação e ao acompanhamento de proposições legislativas relacionadas à tributação no âmbito do

Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, além de revisar as legislações relativas a consulta de contribuinte e a regime especial.

Ainda na área finalística de Tributação e Administração Tributária, a Superintendência do Crédito Tributário deu continuidade ao processo de aprimoramento da gestão do crédito tributário e à construção de alternativas eficazes e racionais para a melhoria das formas de cobrança e recebimento do crédito tributário, visando ao aumento da receita.

No tocante à cobrança, foi formatado o Sistema Gerencial de Cobrança Administrativa, compreendendo o desenvolvimento, no SICAF, do Sistema Gerencial Informatizado. Esse sistema permitirá a elaboração e a disponibilização de diversos relatórios gerenciais para acompanhamento e avaliação do desempenho da cobrança administrativa local, regional e estadual. A essas atividades acrescentam-se outras ações da Superintendência do Crédito Tributário no seu papel-fim, como o monitoramento da cobrança administrativa nas Administrações Fazendárias, o desenvolvimento do projeto de Cobrança dos Maiores Devedores do Estado (COBRARE) e do Projeto de Aprimoramento e Gestão do Crédito Tributário (PROGECT).

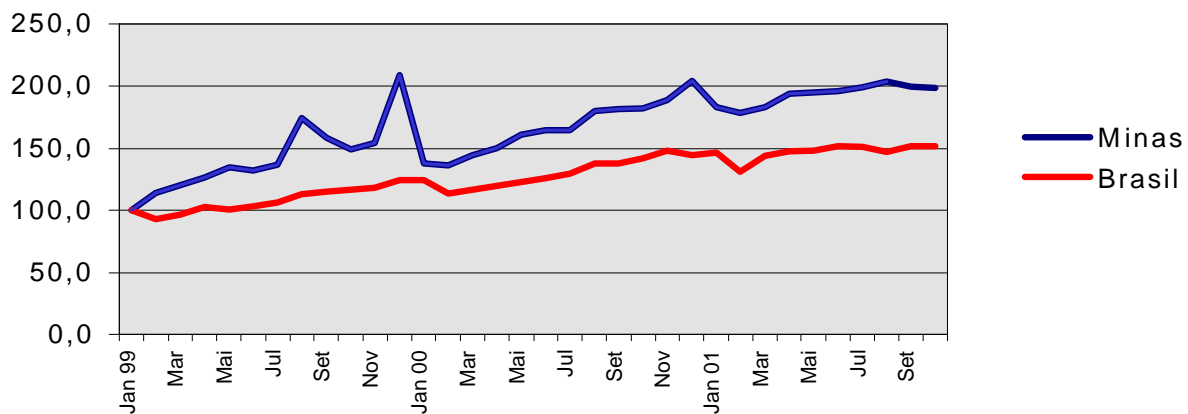
Como resultado das ações empreendidas, houve um significativo aumento de receita tributária, que, em valores correntes, saltou de R\$ 6,04 bilhões no período de janeiro a setembro de 2000 para R\$ 7,31 bilhões no mesmo período de 2001, o que representou um acréscimo de 21,03% na receita tributária estadual. Tal acréscimo foi resultante do crescimento real de 10,7% do ICMS no período. Em relação a janeiro de 1999, primeiro mês da administração atual, houve um aumento de 98,5 % na arrecadação do ICMS. A tabela e os gráficos a seguir ilustram a evolução da arrecadação de ICMS de 1999 a 2001, comparativamente a outros estados.

Tabela 1
Arrecadação de ICMS em Estados Selecionados (R\$ milhões)
1999 / 2001

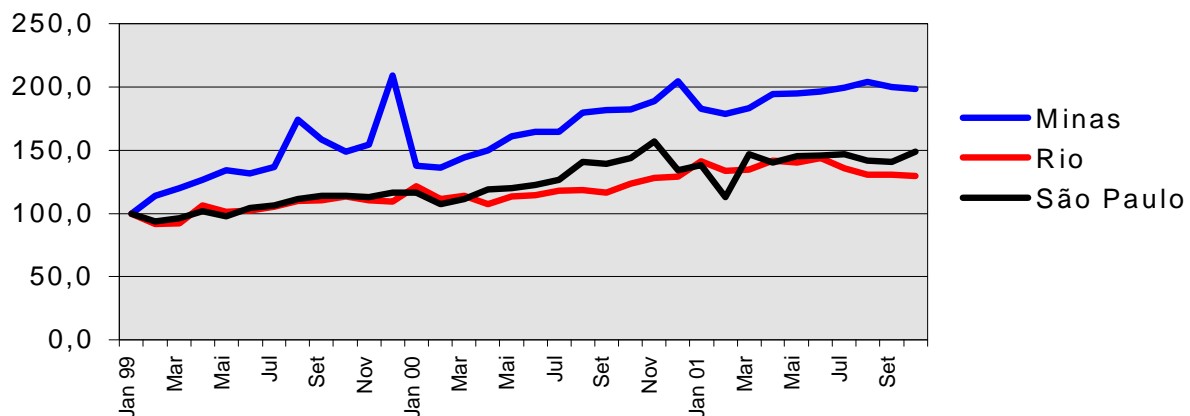
Período	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul	Brasil
1999 Jan	378,8	576,2	1.989,0	268,1	398,4	5.262,5
Abr	478,4	612,5	2.030,2	286,7	386,6	5.411,9
Jul	517,6	608,5	2.113,9	271,2	402,5	5.613,5
Out	564,1	654,4	2.267,9	342,2	415,6	6.117,4
2000 Jan	523,0	701,7	2.325,4	359,1	489,5	6.548,7
Abr	569,0	619,8	2.371,4	334,4	449,3	6.316,3
Jul	623,0	680,0	2.513,3	351,6	460,6	6.820,2
Out	689,4	712,6	2.860,4	365,5	493,0	7.468,8
2001 Jan	692,8	813,4	2.752,1	281,9	592,4	7.702,8
Abr	735,9	818,2	2.790,1	415,7	573,0	7.773,4
Mai	738,0	807,8	2.895,9	400,8	538,5	7.808,1
Jun	744,1	827,4	2.899,1	397,3	524,0	7.990,1
Jul	755,7	781,5	2.926,1	407,9	566,2	7.957,9
Ago	772,3	752,8	2.820,2	389,3	530,3	7.737,0
Set	757,1	752,8	2.798,6	522,1	585,4	7.972,4
Out	752,1	747,4	2.956,9	440,1	566,7	7.982,5

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

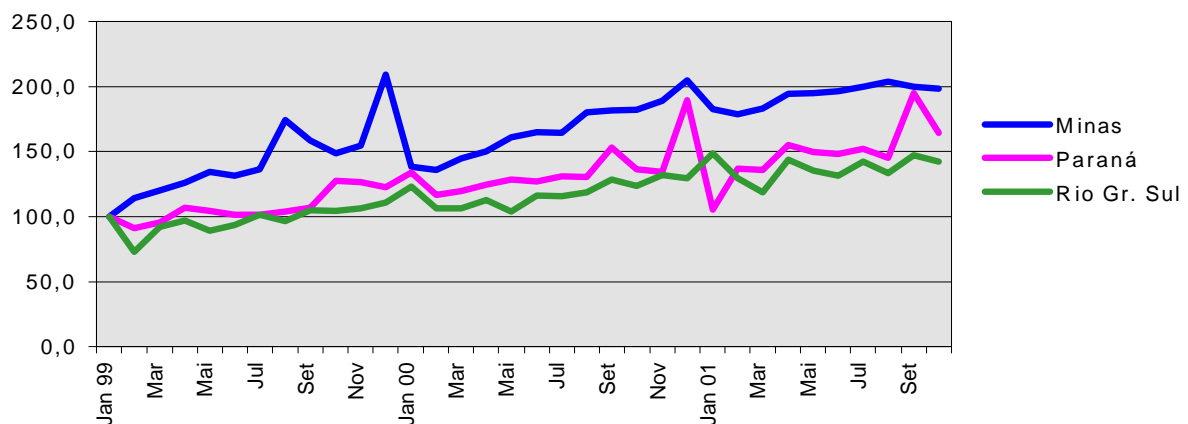
Evolução do ICMS: Minas Gerais e Brasil
Janeiro 99 = 100



Evolução do ICMS: Região Sudeste
Janeiro 99 = 100



Evolução do ICMS: Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul
Janeiro 99 = 100



Na busca contínua pela eficiência no setor público, especialmente nos segmentos de administração financeira, orçamentária e contábil, a Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Superintendência Central de Contadoria Geral, em parceria com a Prodemge, promoveu a reestruturação e a modernização do SIAFI, que passa a vigorar a partir de janeiro de 2002.

A modernização do SIAFI-MG tem como principais objetivos o aumento de produtividade com agilização na operacionalidade do sistema; a racionalização e a flexibilização das transações operacionais e gerenciais; a baixa de plataforma do módulo de Elaboração Orçamentária; a revisão e a racionalização dos comandos e transações de entrada e saída de dados; a implantação de um novo Plano de Contas Único e respectivos registros contábeis automáticos (mediante tabela de eventos, já adaptados às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e contendo alterações propostas pelo Órgão Central de Contabilidade da União); a disponibilidade em tempo real de informações públicas quanto ao gasto com pessoal, saúde, educação e demais indicadores legais e necessários ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; a implementação de novos modelos de extração de consultas gerenciais e operacionais; e a elaboração de manual operacional e técnico sobre todas as rotinas do SIAFI, entre outros.

Deve-se destacar que Minas Gerais é o único estado a contar com um sistema que possui integração total das áreas de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade e controle, com todos os órgãos e entidades participando integralmente do sistema. O SIAFI está, ainda, descentralizado: são 700 unidades executoras, contando com mais de 11 mil usuários ativos responsáveis por milhões de registros contábeis.

Pode-se afirmar que o novo SIAFI-MG será um sistema capaz de demonstrar à sociedade, de forma mais transparente, a origem e a aplicação dos recursos. Assim, os administradores públicos disporão de informações seguras e tempestivas visando auxiliá-los nas tomadas de decisões, o que torna o sistema um grande instrumento auxiliar na elaboração de políticas públicas.

Ainda na área finalística de Administração Financeira, Auditoria e Controle Interno, a Superintendência Central de Auditoria Operacional, cumprindo sua missão institucional, realizou auditoria em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, assessorando seus dirigentes na prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, além de assegurar ao governador o cumprimento da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e também da Lei Complementar 033/94. Dentre os trabalhos de relevância, destacam-se a preparação do Relatório de Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual, o assessoramento aos órgãos e entidades no cumprimento da Instrução Normativa 04/99 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a auditoria da gestão de recursos humanos e da folha de pagamento das fundações e autarquias e o preparo de manuais de planejamento para os trabalhos de auditoria.

As atividades finalísticas da SEF, principalmente as de incremento de receita e controle de gastos, dependeram, em grande parte, da articulação das unidades de suporte da Secretaria. Nesse sentido, as atuações da Superintendência de Recursos Humanos e da Superintendência Administrativa foram decisivas para o bom desempenho da SEF em 2001.

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. (DIMINAS)

A DIMINAS DTVM, em evolução no seu processo de liquidação ordinária, liquidou, no exercício de 2001, nove ações trabalhistas transitadas em julgado no TST, segundo um montante de R\$ 781.016,14, incluindo encargos sociais.

Na área tributária, a empresa obteve decisão favorável relativamente aos efeitos da Lei 8.200/91, o que representou uma redução de passivo da ordem de R\$ 3 milhões. No entanto, a Fazenda Nacional reverteu a decisão favorável à empresa no tocante à ação Base Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro, estando em andamento os levantamentos da Receita Federal sobre o débito a ser quitado.

Foi dada continuidade ao processo de redução e racionalização das despesas, principalmente com o cancelamento e a renegociação de contratos, com impacto de redução dos custos mensais da ordem de três mil reais.

Minas Gerais Participações S.A. (MGI)

Em prosseguimento às suas atividades, a Minas Gerais Participações S.A. (MGI), utilizando-se de um reduzido quadro de pessoal, exerceu as funções de cobrança dos créditos não liquidados do Bemge e do Credireal que lhe foram repassados pelo estado, conseguindo alcançar os seguintes resultados: Bemge - R\$ 17.650.929,92; Credireal - R\$ 27.134.025,13; perfazendo um total de R\$ 44.784.955,05.

Em atendimento ao Decreto 40.584, de 10 de setembro de 1999, a MGI deu prosseguimento aos entendimentos que objetivam viabilizar melhor aproveitamento da capacidade do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins), mediante apoio institucional ao Projeto Pró-Confins.

Podem ser destacados, por fim, o acompanhamento, sob os pontos de vista financeiro e econômico-social, do desempenho das empresas das quais a MGI participa acionariamente, além de outras atividades no cumprimento dos seus objetivos sociais.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Fazenda	532.041.237	651.794.084				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	2.074.470	1.772.540				
041220012.206.0001 - Direção Superior	4.446.284	4.711.547				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	14.793.979	11.758.651				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	20.199.925	16.320.968				
041222051.061.0001 - Organização e Gestão	1.618.100	2.503	Quadro de Carreira na SEF/MG Implantado (Quadro de Carreira)	1	0	7
			Fluxo Estratégico Racionalizado (Fluxo)	340	0	13
			Gestão de Recursos Humanos SEF Implantada (Procedimento)	1	0	4
			Sistema de Controle de Estoque, Contratos e Veículos Implantado (Sistema)	4	0	13
			Documento de Missão e Matriz Sistêmica Consolidado (Documento)	1	0	7
			Unidade Administrativa Reestruturada (Unidade Administrativa)	84	0	7
			Sistemática Gerencial Sigaf e Sig Implantada (Sistema)	2	0	7
041222051.062.0001 - Tecnologia da Informação	1.221.700	7.299	Rede Fazendária de Informática Implantada (Rede de Informática)	1	1	-
041222051.389.0001 - Integração	344.500	21.910	Sintegra/MG Implantado (Sistema)	1	0	13
041222051.390.0001 - Cobrança Administrativa e Judicial	391.100	11.569	Cobrança Admin. Descentralizada nas AF Implantada (Procedimento)	1	1	-
			Procedimento de Cobrança Bancária Implantado (Procedimento)	1	0	9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.391.0001 - Fiscalização	11.294.900	4.258.790	Procedimento de Cobrança na SCT Maiores Débitos Implantada (Procedimento)	1	1	-
			Transação, Compensação, Dação em Pagamento Regulamentada (Procedimento)	3	3	-
			Sistema de Parcelamento Fiscal Revisado (Sistema)	1	1	-
			Cobrança Administ. e Judicial Implantada e Informatizada (Procedimento)	1	1	-
			Metodologia de Apoio à Execução da Ação Fiscal Implantada (Metodologia)	2	0	13
			Metodologia de Execução do Controle Fiscal Implantada (Metodologia)	2	0	13
			Procedimento de Sistemática Gerencial da Ação Fiscal Implantado (Procedimento)	1	0	13
			Procedimento de Ação Penal contra os Crimes à Fazenda Implantado (Procedimento)	1	0	13
			Legislação Tributária Estadual Revisada e Consolidada (Norma Jurídica)	10	5	4
			Taxa, Preço Público e Nova Fonte de Receita Criada ou Revisada (Norma Jurídica)	2	1	4
			Tributação em Determinados Setores Econômicos Revisada (Norma Jurídica)	5	1	4
			Benefício e Incentivo Fiscal Legalizado (Norma Jurídica)	5	0	13
			Metodologia de Acompanhamento do Benefício Fiscal Implantada (Metodologia)	1	1	-
041222051.392.0001 - Contencioso Administrativo e Judicial	1.904.900	24.057	Processo de Informatização da Atividade da SCT Concluído (Processo)	1	0	13
			Novo Modelo de Gestão do Crédito Tributário Elaborado (Procedimento)	1	0	13
			Processo de Reestruturação Física da SCT Concluído (Processo)	1	0	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.393.0001 - Modernização dos Serviços Prestados ao Contribuinte	4.820.700	1.731.868	Novo Procedimento Administrativo-Tributário Implantado (Procedimento)	19	0	13
			Novo Cadastro Implantado (Cadastro)	5	0	13
			Novo Sistema de Arrecadação Implantado (Sistema)	1	0	13
			Central de Atendimento para Orientação Tributária Implantada (Central de Atendimento)	1	1	-
041222051.393.0002 - Implementação do Programa Estadual de Educação Fiscal	41.600	26.455	Formação de Agentes de Capacitação em Educação Fiscal Realizada (Curso)	1	0	13
			Avaliação da Introdução da Educação Fiscal nas Escolas Realizada (Visita Técnica)	12	0	4
			Curso de Educação Fiscal para Professores e Diretores Realizado (Curso)	1	0	4
			Trabalho Desenvolvido no Estado sobre Educação Fiscal Apresentado (Seminário)	8	1	4
			Programa de Educação Fiscal Divulgado (Teleconferência)	1	0	13
041222051.394.0001 - Controle Financeiro	17.000	0	Procedimento de Execução Financeira Padronizado (Manual)	1	0	4
			Norma de Pagamento de Despesa e de Ordenamento Revisada (Procedimento)	1	0	4
041222051.395.0001 - Dívida Pública	205.000	0	Sistema de Controle da Dívida Aprimorado (Sistema)	1	0	4
			Procedimento da SCAF Racionalizado (Procedimento)	1	0	4
			Sistema de Registros Contábeis Implantado no SIAFI (Sistema)	1	0	4
041222051.396.0001 - Auditoria e Controle Interno	191.200	6.005	Sistema de Controle Interno Aprimorado (Sistema)	1	0	4
			Manual de Operação do Sistema Elaborado (Manual)	1	0	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.673.0001 - Sistema Integrado de Administração Financeira	2.980.000	1.596.151	Procedimento de Controle Interno do Estado Padronizado (Procedimento)	1	0	4
			Modelo de Avaliação da Ação Governamental Elaborado (Procedimento)	1	0	4
			Manual de Operação do Sistema Elaborado (Manual)	1	1	-
			Operacionalização do Sistema Aprimorada (Sistema)	1	1	-
			Processo de Transação Operacional e Gerencial Racionalizado (Processo)	1	1	-
			Relatório da Execução Orçamentária, Financeira e Patrim. Divulgado por Meio Eletrônico (Relatório)	1	1	-
			Sistema de Acompanhamento de Contas a Pagar Implantado (Sistema)	1	0	7
			Registro Automático da Receita Tributária Orçamentária Implantado (Sistema)	1	0	4
			Consulta Operacional e Gerencial no Armazém Disponibilizada (Tela de Consulta)	1	0	4
			Remodelagem de Dados do Armazém de Informações Realizada (Procedimento)	1	0	13
			Consulta ao Armazém de Informação Simplificada (Sistema)	1	0	13
041222051.674.0001 - Coordenação do Programa	80.600	17.153	Coordenação do Programa Exercida (Procedimento)	1	1	-
041232064.785.0001 - Gerenciamento do Sist. Central de Administração Financeira	1.732.132	1.635.002	Serviço de Gerenc. das Finanças Públicas do Estado Mantido (Serviço)	1	1	-
041242074.394.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Controle Operacional	3.974.030	3.332.601	Balanço Geral do Estado Elaborado (Documento)	1	1	-
			Relat. da Execução Orçam. e Financ. em Atend. a LRF Auditado (Relatório)	6	6	-
			Relatório de Gestão Fiscal para Atendimento à LRF Elaborado (Relatório de Auditoria)	4	4	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	2.887.376	2.709.262	Relatório de Auditoria de Execução Orçamentária Elaborado (Relatório de Auditoria)	4	0	7
			Rel. de Audit. Timestral da Exec. Orç. p/ Órgão/ Entidade Elaborado (Relat. de Auditoria)	456	0	7
			Relat. de Avaliação da Execução da LOA Elaborado (Relatório de Auditoria)	1	1	-
			Relat. de Audit. de Aval.da Execução da LOA p/ Órgão/Entidade Elaborado (Relat. Auditoria)	114	114	-
			Núcleo de Auditoria do Subsistema de Auditoria Operacional Implantado (Núcleo)	16	0	7
			Núcleo do Subsistema de Auditoria Operacional Coordenado (Núcleo)	30	0	7
			Trabalho de Auditoria Realizado (Trabalho)	48	113	7
			Trein. de Form. Téc- Gerencial Orç. Financeira e Tribut. Fiscal Realizado (Treinando)	6.800	5.748	4
041292084.393.0001 - Gerenciamento do Sistema de Tributação e Administração Tributária Estadual	143.871.911	228.366.527	Serviço de Controle da Legislação Tributária Mantido (Serviço)	1	1	-
			Serviço de Gerencia da Fiscalização, Arrecadação e Tributação Mantido (Serviço)	1	1	-
			Serviço de Administ. e Cobrança do Crédito Tributário Mantido (Serviço)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	312.949.830	373.483.226				
Encargos Gerais do Estado - Encargos Diversos	5.427.785.026	5.817.977.998				
041220502.156.0001 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira -SIAF	9.600.000	10.332.657				
288437777.202.0001 - Gestão da Dívida Contratada Interna	1.301.152.054	1.384.843.789				
288447777.203.0001 - Gestão da Dívida Contratada Externa	178.466.158	191.955.002				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
288447777.207.0001 - Gestão da Dívida Mobiliária Externa	3.000	0				
288457777.077.0001 - Transferências a Municípios	2.212.335.608	2.386.118.653				
288457777.179.0001 - Transferências ao Fundep	1.497.152.822	1.615.158.564				
288457777.655.0001 - Programação a Cargo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de MG - FAPEMIG	75.688.397	82.127.796				
288457777.658.0001 - Transferências ao Funset	3.000.000	3.000.000				
288467777.081.0001 - Encargos da Administração Financeira Central	38.466.000	28.125.350				
288467777.167.0001 - Indenizações Administrativas e Judiciais	27.405.587	31.572.687				
288467777.167.0002 - Indenizações por Força da Lei 12.994, de 30/07/1998	265.000	0				
288467777.180.0001 - Encargos Decorrentes da Extinção da Minascaixa - Dec. 39.835, de 24/08/1998	8.499.400	6.532.257				
288467777.181.0001 - Participação no Aumento de Capital de Empresas Financeiras e Comerciais	1.000	0				
288467777.571.0001 - Encargos Devidos ao Instituto de Previdência	75.750.000	72.116.212				
288467777.659.0001 - Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça	0	1.454.331				
288467777.659.0003 - Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB	0	337.198				
288467777.659.0004 - Fundo SOMMA	0	4.303.502				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Encargos Gerais - Transf. do Estado a Empresas Subvencionadas	63.073.913	70.177.048				
205717777.414.0001 - Programação a Cargo da Empresa de Pesquisa Agro-pecuária de MG - EPAMIG	17.262.119	19.002.490				
206067777.411.0001 - Programação a Cargo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	41.384.340	46.139.624				
236957777.166.0001 - Programação a Cargo da Empresa Mineira de Turismo - Turminas	994.230	971.077				
247227777.270.0001 - Programação a Cargo da Rádio Inconfidência	3.431.224	4.063.857				
267837777.359.0001 - Programação a Cargo do Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.	2.000	0				
Encargos Gerais do Estado - Transferências do Estado a Empresas	15.871.686	59.345.782				
041227777.161.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Administração e Serviços S/A - MGS	1.000	0				
041237777.299.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Participações S/A - MGI	1.000	0				
041237777.656.0001 - Prog. a Cargo da Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários de MG S/A - Diminas	3.170.708	3.170.658				
041267777.400.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais - PRODEMGE	1.000	0				
164827777.432.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Habitação do Estado de MG - COHAB	8.475.940	8.352.594				
175127777.151.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	1.000	0				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226617777.290.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Distritos Industriais de MG - CDI	1.000	2.617.294				
226637777.162.0001 - Programação a Cargo da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	1.000	0				
236947777.291.0001 - Programação a Cargo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	4.218.038	45.205.236				
257527777.184.0001 - Programação a Cargo da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.000	0				
Minas Gerais Participações S.A. - MGI	2.000.000	43.025				
041230016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	1.000.000	43.025	Equipamento Adquirido (Equipamento)	20	2	4
041232126.005 - Participação Societária	1.000.000	0				
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - DIMINAS	3.170.708	3.170.658				
231232126.002 - Aumento de Capital	3.170.708	3.170.658				
TOTAL	6.043.942.570	6.602.508.595				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

Nota: O preenchimento da coluna "executado" com hífen e da coluna "causas de desvio" com o nº 13 em algumas metas indica que as ações relativas a elas encontram-se em desenvolvimento. Por uma imposição operacional, não é possível o preenchimento da coluna "executado" com número fracionário, o que impede a indicação da porcentagem de realização da meta alcançada até o momento.

RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração implementou em 2001 uma série de ações nas áreas de recursos humanos, modernização e aperfeiçoamento da gestão administrativa no âmbito da administração pública do Poder Executivo, tendo como diretrizes básicas de políticas de valorização do servidor, a otimização, racionalização e padronização de sistemas com maior eficiência nos processos, buscando como referência o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A Superintendência Central de Recursos Humanos promoveu a qualificação de cerca de 24.500 servidores em cursos realizados em Belo Horizonte e no interior do estado, nas áreas de informática, relações interpessoais no trabalho, consultoria interna, português instrumental e redação oficial. Em parceria com a Fundação João Pinheiro criou especialização e mestrado em áreas específicas para atender as necessidades do serviço público estadual. Além disso, supervisionou três concursos públicos para o provimento de 53.481 vagas na Secretaria de Estado da Educação (em andamento), Fundação Clóvis Salgado e Fundação Hemominas (concluídos).

A Superintendência Central de Saúde do Servidor realizou cerca de 62 mil inspeções médicas para fins de licença para tratamento de saúde, 8.700 exames médicos pré-admissionais, 2.100 perícias para ajustamento funcional e 600 perícias externas hospitalares/domiciliares. Além disso, cumprindo a sua competência na área de segurança do trabalho, concluiu a vistoria em 210 ambientes de trabalho na Unimontes, emitindo laudo conclusivo para 110, considerados com grau médio de insalubridade.

Destaca-se ainda o projeto Agenda Médica Eletrônica, em fase de implantação nos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, que permite a marcação de perícia médica, via sistema informatizado, dando maior segurança e transparência ao processo pericial.

A Superintendência Central de Cargos, Carreiras e Vencimentos (SCCCV) teve como principal projeto de 2001 definir diretrizes para os Planos de Carreira do Estado de Minas Gerais. A SCCC, em parceria com a Fundação João Pinheiro, elaborou uma proposta para administração direta que está sendo discutida com os órgãos, por meio das diretorias de pessoal.

A Superintendência Central de Pessoal (SCP) tem desenvolvido uma série de projetos de extrema importância para a modernização e o controle da gestão de pessoal no estado. O primeiro deles é o Sistema de Administração de Pessoal (SISAP), que visa ao eficiente gerenciamento e controle dos recursos humanos do Poder Executivo e vem sendo desenvolvido na Prodemge.

A fim de atender as determinações do Decreto 41.585, de 13 de março de 2001, encontra-se em fase final a unificação dos sistemas de pagamento da administração indireta, que permitirá um eficaz acompanhamento e controle da folha de pagamento do estado, assegurando a retidão dos gastos com benefícios e vantagens, eliminando situações irregulares e recuperando valores pagos indevidamente.

O segundo projeto é o Projeto de Compensação Previdenciária que tem como objetivo efetivar o encontro de contas entre o estado e aquele instituto no que se refere a

servidores que se aposentaram no serviço público estadual, após 1988, e que utilizaram tempo de contribuição para o INSS no cômputo total do seu tempo. Esse projeto teve início em setembro de 2000 e, desde então, 894 processos já foram compensados pelo INSS, gerando uma receita de R\$ 3.973.355,27 para os cofres públicos estaduais. Além disso, foi formulada a proposta de um novo Estatuto do Servidor seguindo as diretrizes de valorização do servidor público e a melhoria da eficácia administrativa na gestão de recursos humanos no estado.

A Superintendência Central de Correição Administrativa norteou suas ações tendo como objetivos a aplicação do regime disciplinar, e a prevenção de ilícitos administrativos. Para promover a melhor aplicação do regime disciplinar e por consequência acelerar o andamento dos processos administrativos já instaurados, foi estabelecida parceria entre a SCCA e a Secretaria de Estado da Educação e criadas comissões sindicantes nas regionais para a aceleração dos processos pertinentes à educação. Na área de prevenção de ilícitos administrativos, foi formulado o Manual de Orientações sobre os Deveres e Direitos dos Servidores Públicos Estaduais, além de uma série de palestras sobre os seus direitos e deveres e o papel da correição no estado.

A Superintendência Central de Modernização Administrativa desenvolveu em 2001 diversas ações na busca do aperfeiçoamento da administração pública estadual. O modelo de gestão de resultados que tem como objetivo a elaboração mensal de relatórios gerenciais contendo dados quantitativos e qualitativos das atividades finalísticas e projetos em desenvolvimento dos órgãos e a realização de reuniões gerenciais para a sua análise. O Sistema de Controle e Acompanhamento de Projetos (SCAP) propõe implantar uma metodologia para a elaboração e acompanhamento de projetos, bem como disseminar informações sobre os projetos em desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. A disseminação do Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP) procura transformar o serviço público, orientando-o para resultados e para o cidadão.

A conclusão do projeto do novo "Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos de Minas Gerais" visa dotar o estado de um sistema previdenciário atuarial. O projeto de lei complementar foi encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa e, simultaneamente, apresentou-se aos servidores.

A Superintendência Central de Administração de Materiais realizou diversas iniciativas de melhorar a gestão de materiais e serviços no estado. O desenvolvimento e implementação do Sistema Integrado de Administração (SIAD) pretende ser uma ferramenta gerencial importante para as atividades de administração.

O recolhimento e remanejamento de 8.400 itens de material permanente e de consumo na Bolsa de Material um dos módulos do SIAD proporcionou significativa economia aos cofres públicos, dispensando cada bem distribuído da realização de nova aquisição. Só os bens por cessão de uso somam mais de 25 mil. O Cadastro de Fornecedores contou com 1.200 inclusões, aumentando o número de empresas cadastradas e aptas a participarem de licitações em todo o estado, por meio da adoção de um conjunto de ações de racionalização desse processo.

Para aperfeiçoar o processo de compras no estado, encontra-se em fase de desenvolvimento pela SERHA, juntamente com a PRODEMGE, Pregão Eletrônico, uma nova modalidade de licitação com intuito de racionalizar o processo licitatório possibilitando maior eficiência, economia e publicidade, cujo projeto de lei se encontra em discussão na Assembléia Legislativa.

Além disso, foi concluída a revisão e racionalização da legislação relativa a administração de materiais com o objetivo de dispor de um instrumento único para orientar os processos de licitação, os contratos, o patrimônio e movimentação de bens móveis e demais procedimentos relativos à gestão de materiais e serviços. A SERHA prestou ainda assessoramento em licitações, orientando órgãos e entidades a respeito de gestão de materiais, reforçando sua competência de normatização sobre os procedimentos de aquisição, gestão e alienação de material no estado.

A Superintendência Central de Transportes e Bens Imóveis desenvolveu um banco de dados capaz de cadastrar e disponibilizar informações sobre bens imóveis estaduais possibilitando melhor aproveitamento destes pelos órgãos da administração direta.

Na área de Administração de Transportes, utilizando de sistema informatizado, mantém atualizados os dados cadastrais dos 19.474 veículos que compõem a frota estadual, acompanhando sua movimentação, controlando gastos, consumo, etc. Para reduzir despesas com manutenção, este ano, foram recolhidos 600 veículos, dos quais 550, considerados antieconômicos, foram alienados em quatro leilões, proporcionando uma arrecadação aos cofres públicos estaduais de R\$ 840.000,00. Houve ainda, a conclusão dos trabalhos de consolidação e atualização da legislação referente a veículos oficiais, simplificando as leis existentes e trazendo facilidade e segurança nas consultas.

Em 2001, a Minas Gerais Administração e Serviços S.A.(MGS) prosseguiu seu objetivo operacional de executar para as administrações direta e indireta sob a forma de terceirizada, as funções auxiliares de prestação de serviços de apoio logístico, mantendo-se na sua missão reguladora de mercado em favor do Estado no ramo em que atua.

Assim, a MGS vem conservando o seu faturamento estável, não obstante tenha conseguido minimizar seus custos, e justamente em virtude disso, a economia da taxa média de administração contratual foi repassada aos clientes, algo em torno de 1,3%, comparativamente aos exercícios anterior e atual.

Também durante o presente exercício, a MGS e a Secretaria de Estado de Administração, atendendo determinação do governo do estadual, mantém a execução do projeto de serviços de análise para revisão e cálculo dos valores devidos nos precatórios trabalhistas da administração indireta do estado, objetivando a celebração de acordos nos respectivos processos. A economia para os cofres públicos de Minas Gerais, em decorrência da correta adequação dos cálculos dos valores devidos em 2001, deverá superar R\$ 30 milhões, correspondente a 54% nos processos.

A MGS continua também administrando o passivo trabalhista, representado por ações reclamatórias dos servidores de cargos da função pública no quadro de pessoal do estado.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração	35.043.432	49.908.328				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	222.595	592.293				
041220012.106.0001 - Serviços de Administração Regional	2.374.791	5.274.907				
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.132.383	1.369.613				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.687.815	5.344.023				
041220014.516.0001 - Administração Central de Pessoal	2.921.451	4.178.442	Perícia Médica Realizada (Perícia)	90.500	87.349	-
			Gerenciamento de Pagamento de Pessoal Mantido (Sistema)	1	1	-
			Gerenciamento de Cargos, Carreiras e Vencimentos Mantido (Sistema)	1	1	-
			Procedimento Administrativo de Correição Realizado (Procedimento)	800	1.230	6
			Servidor Treinado (Servidor)	70	24.508	7
			Exame Médico Realizado (Exame)	32.000	0	7
			Licença Concedida (Licença)	52.000	75.682	6
			Intervenção no Meio Ambiente de Trabalho Realizada (Unidade)	10	20	5
			Isenção do Imposto de Renda Providenciada (Unidade)	200	278	6
			Aposentadoria por Invalidez Providenciada (Unidade)	1.200	1.185	-
041220104.114.0001 - Modernização Administrativa	225.245	325.960	Sistema de Protocolo Adaptado e Expandido (Órgão/Entidade)	5	5	-
			Sistema de Administração de Pessoal Desenvolvido e Implantado (Sistema)	1	1	-
			Sistema de Administração de Material e Serviços Desenvolvido/Implantado (Órgão/Unidade)	32	32	-
			Proj. de Racion. e Modernização Administrativa Desenvolvido/Implantado (Projeto)	1	1	-
			Prog. de Reforma Previdenciária Desenvolvi-	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			do e Implantado (Programa)			
			Projeto de Reforma do Estatuto dos Servidores Públicos Desenvolvido (Projeto)	1	1	-
			Sistema de Controle de Ponto Expandido e Adaptado (Órgão/Entidade)	1	1	-
			Projeto de Gestão Documental Implantado (Projeto)	1	1	-
			Projeto "Software Legal" Desenvolvido (Projeto)	1	1	-
04122104.187.0001 - Administração de Materiais e Serviços	716.136	1.335.940	Leilão de Veículo Antieconômico Realizado (Veículo)	990	550	4
			Recolhimento e Redistribuição de Veículo Realizado (Veículo)	1.100	600	4
			Sistema Integrado de Administração Geral Desenvolvido e Implantado (Sistema)	1	1	-
041220104.582.0001 - Administração de Bens Imóveis	308.368	639.986	Sistema de Controle Imobiliário Aperfeiçoado (Sistema)	1	1	-
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	849.656	782.356				
041285094.583.0001 - Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos	234.813	391.134	Servidor Treinado (Servidor Publico)	20.000	24.508	6
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	22.370.179	29.673.674				
Encargos Gerais - Outros Encargos	52.173.676	51.083.187				
041220502.294.0001 - Manutenção do Sistema de Pessoal	5.169.004	6.343.454				
041220502.294.0002 - Manutenção do Sistema de Controle de Ponto	100.000	53.373				
041220502.294.0003 - Manutenção do Sistema de Administração Geral	150.000	327.422				
041220502.294.0004 - Manutenção do Sistema de Protocolo	910.000	1.122.943				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041227777.169.0001 - Indenizações Administrativas e Sentenças Judiciárias	2.403.226	2.427.718				
041227777.274.0001 - Ressarcimento a MGS por Indenizações Trabalhistas	800.000	408.449				
041227777.274.0002 - Prestação de Serviços Jurídicos	700.000	674.140				
042747777.054.0001 - Encargos com Pensionistas	26.918.412	39.725.688				
048467777.065.0001 - Encargos Decorrentes da Lei nº13.270, de 27/07/1999	15.023.034	0				
Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS	1.000	0				
041222126.002 - Aumento de Capital	1.000	0				
TOTAL	87.218.108	100.991.515				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

EDUCAÇÃO

A política de educação implementada a partir de 1999 foi concebida com vistas à construção coletiva de um sistema destinado a promover a igualdade de oportunidades educacionais para todos os mineiros, com ensino de qualidade priorizando o sucesso do aluno, cujos princípios foram estabelecidos na Carta dos Educadores Mineiros, resultante do 1º Fórum Mineiro de Educação/1998. No período de julho a outubro de 2001, realizou-se o 2º Fórum Mineiro de Educação com de cerca de dez mil educadores estabelecendo novos subsídios para a formulação do Plano Mineiro de Educação e que resultou na proposição do anteprojeto de Lei Orgânica do Sistema Mineiro de Educação, tendo por objetivo regulamentar atribuições, competências e coexistência harmônica e independente das redes de ensino estadual, municipal e particular em todo o estado. O documento final do segundo fórum e a proposta de Lei Orgânica do Sistema Mineiro de Educação foram entregues ao governador Itamar Franco pelo Secretário de Estado da Educação, Murílio de Avellar Hingel, estando na Procuradoria-Geral do Estado em fase de análise e elaboração de projeto de lei a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O ensino fundamental, dinamizou suas ações com a criação do Sistema de Ação Pedagógica (SIAPE) atendendo as 42 Superintendências Regionais de Ensino (SER) e as 3.610 escolas estaduais, orientando em vídeos temáticos situações concretas das escolas e por meio de documentos escritos, como o Dicionário do Professor. Para orientações diretas às escolas foi criada, em cada SRE, uma equipe de monitoramento (MOPE) que desenvolve atividades complementares necessárias à melhoria da qualidade do processo de ensino, como o Cantinho de Leitura. Em fase de impressão, mapas geográficos e das bacias hidrográficas de Minas Gerais que serão distribuídos às escolas.

O projeto Educação Indígena beneficiou 34 aldeias proporcionando uma educação escolar específica, diferenciada, multilíngüe e intercultural, com a criação de seis escolas, atendendo 34 aldeias. Foram concluídos prédios escolares com arquitetura específica e diferenciada nas áreas Pataxó e Maxacali e estão em licitação obras para construção de três prédios na área Xacriabá e um na área Krenak.

Desenvolveu também programas de Educação Ambiental, Direitos Humanos e Manuelzão vai à escola, em parceria com outras Secretarias e Instituições.

Para a Educação de Jovens e Adultos foram implantadas 625 telessalas, contando também a rede estadual de ensino com 97 Centros (CESEC) e 42 Postos Estaduais de Educação Continuada (PECON), destinados a atender jovens e adultos com idade a partir de 15 anos - ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e de 18 anos no ensino médio. Mediante convênio com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) desenvolveu o projeto de profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem (PROFAE) numa iniciativa do Ministério da Saúde, atendendo 283 alunos na complementação do ensino fundamental por intermédio dos CESECs e PECONs. Realizou exames de suplência para o ensino fundamental e médio em junho e dezembro, atendendo a 34.960 candidatos no ensino fundamental e 23.193 no ensino médio. Para o exame de dezembro, foram inscritos 9.773 candidatos para o ensino fundamental e 21.881 para o ensino médio. Os testes de qualificação profissional atingiram 3.996 candidatos nas

modalidades de secretário de escola do ensino fundamental, técnico em processamentos de dados e técnico em administração.

Quanto à Educação Especial, a SEE estabeleceu diretrizes pedagógicas, coordenou a implantação e implementação das diretrizes político-pedagógicas, priorizando a inclusão do aluno. A Bolsa de Trabalho atendeu 800 alunos com necessidades especiais em 47 escolas, durante seis meses.

O ensino profissionalizante é uma estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Conta com os Centros de Educação Profissional: CEP Tancredo Neves, de Brasópolis, pertencente à SRE de Itajubá, área de eletrônica industrial, aguardando inauguração; o CEP de Teófilo Otoni com cursos de gemas e jóias; o CEP de Itajubá - área de telecomunicações/comunicação sem fio; o CEP de Caxambu com formação profissional na área de hotelaria e turismo e o CEP de Araçuaí com o curso de arte e suas modalidades. Os CEPs de Unai e de Belo Horizonte, com cursos técnicos de agropecuária e tecnologia, encontram-se em fase de implementação.

Os Centros de Estudos de Línguas Estrangeiras Modernas em parceria com as associações de pais, visam abrir espaços para toda a comunidade da região, além dos alunos e professores das escolas. Em Belo Horizonte, já funciona o Centro Estadual de Línguas Estrangeiras (CELES) na Escola Estadual Governador Milton Campos.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB/2001), parte integrante do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), avaliou escolas da rede estadual e das redes municipais, aplicando testes em todos os alunos do 1º ano do ciclo intermediário e o último ano do ciclo avançado (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental, totalizando 410.476 alunos do ensino fundamental e 189.651 do ensino médio da rede estadual e na rede municipal, 39.149 alunos do ensino fundamental e 110 do ensino médio. Como resultado, foi criado um subprograma de avaliação continuada com objetivo de proporcionar às escolas meios para reavaliar a sua prática pedagógica, colocando em discussão as matrizes de competências curriculares nas áreas de língua portuguesa, matemática e o cotidiano da escola. Realizou estudo da situação educacional dos municípios, com vistas à ampliação do atendimento escolar no ensino fundamental e médio na rede pública. No cadastro escolar, elaborado em regime de cooperação com as prefeituras municipais, inscreveram-se 371.519 candidatos a vagas em 2002, no ensino fundamental.

No ensino médio foram atendidos na rede estadual 820.089 alunos, com abertura de 134.595 novas vagas, sendo criadas duas escolas estaduais. Realizou 10 ciclos de estudos em 1.444 escolas, qualificando professores do ensino médio e implementando as diretrizes dos parâmetros curriculares nacionais.

Quanto ao desenvolvimento de recursos humanos, gestão escolar e desenvolvimento funcional, realizou ações de assessoramento e orientação a 3.610 escolas para o aprimoramento dos colegiados escolares, em seis encontros com as Superintendências Regionais de Ensino. Firmou convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora para o projeto "O Diretor da Unidade Escolar frente às tendências presentes na gestão

da Escola Pública". Executou o Programa de Desenvolvimento da Gestão (RENAGESTE) destinado a assessorar as escolas de todas as redes na melhoria da gestão educacional, tendo como incentivo o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Implementou na modalidade de educação a distância o projeto "Veredas Formação Superior de Professores", que é um curso de habilitação realizado em parceria com universidades, centros universitários e outras instituições de ensino superior para professores em exercício nos quatro anos iniciais do ensino fundamental das redes estadual e municipal.

Os programas de formação e educação continuada de professores Salto para o Futuro e TV na Escola atenderam 1.874 professores, em 69 municípios de 19 SREs e 2.209 professores de 39 municípios e 12.500 educadores de 2.635 escolas, em 548 municípios de 37 SREs, respectivamente. O Programa de Capacitação de Professores (PROCAP) - Escola Sagarana capacitou 105 mil professores do ensino fundamental da rede pública do Estado e das APAEs, nos conteúdos de geografia, história e ciências, beneficiando cerca de dois milhões de alunos de 820 municípios e o Programa de Capacitação de Dirigentes (PROCAD) - fase Escola Sagarana discutiu a realidade educacional de Minas Gerais a partir da capacitação de 12 mil dirigentes, sendo 8 mil da rede estadual e 4 mil das redes municipais, envolvendo 700 municípios. O Programa de Educação Afetivo Sexual atendeu as 42 SREs e Diretorias Regionais de Saúde, capacitando 2.200 professores da rede estadual de ensino. Desenvolveu também o Pró-Ciências nas áreas de biologia, física, matemática e química do ensino médio das redes públicas e privada beneficiando 608 professores e na área de educação especial capacitou 997 profissionais, em 40 municípios. O Centro de Referência do Professor realizou 339 atividades nos laboratórios de currículos, incluindo cursos, oficinas, estudos temáticos monitorados, palestras, seminários, relatos de experiências, exposições, lançamentos de livros, projeções de filmes e vídeos. Foram 4.820 horas destinadas à formação continuada de 10.366 professores. Com a participação de diretores, supervisores e professores foram apresentadas orientações para implementação dos referenciais curriculares nacionais, iniciando-se este trabalho pela educação infantil.

O Programa Bolsa Familiar para a Educação - Bolsa Escola foi implantado em 30 municípios do Vale do Jequitinhonha selecionados por critérios técnicos e viabilidade operacional: Almenara, Angelândia, Araçuaí, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Coronel Murta, Chapada do Norte, Felisburgo, Francisco Badaró, Itamarandiba, Itinga, Jacinto, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Turmalina, Veredinha e Virgem da Lapa, atendendo a 15.964 famílias da região, com o benefício mensal de 70 reais. Por um processo de integração das políticas públicas - Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Cultura e Agricultura -, além da participação de entidades não-governamentais, desenvolveu um trabalho sistemático com essas famílias, proporcionando acesso à alfabetização, profissionalização, novas formas geradoras de emprego e renda e intensificação das ações setoriais de promoção de saúde e orientação social. Especificamente na rede de ensino, foram atendidos 42.271 alunos do ensino fundamental, de 7 a 14 anos de 840 escolas estaduais e municipais garantindo o direito à educação de boa qualidade, com o acompanhamento da

frequência em pelo menos 90% das atividades escolares, combatendo assim a evasão escolar, o trabalho infantil e a exclusão social por meio de ações sérias, efetivas e comprometidas com o resgate da dignidade. Para 2002, está prevista a 3ª etapa de implantação com a expansão do atendimento a 21 novos municípios e aproximadamente 13 mil novas famílias.

A Secretaria de Educação reelaborou o quadro de vagas reduzindo 639 cargos comissionados e realizando o Concurso Público para prover 53.196 vagas (ajudante de serviços gerais, auxiliar da educação, professor nível 3, professor nível 5, especialista em educação, supervisor pedagógico, orientador educacional, inspetor escolar, técnicos da educação e analistas), recebendo 973.036 inscrições.

Os programas universais, voltados ao atendimento dos 1,8 milhão de alunos presentes na rede estadual destinaram 54 milhões de reais para prover a alimentação dos escolares, 25 milhões de reais para a manutenção das 3.900 escolas estaduais e se responsabilizaram pela entrega de 11 milhões de livros didáticos de 1ª a 8ª séries e de minidicionários que, no caso do Programa do Livro Didático, também beneficiaram alunos das redes municipal e federal. Deu continuidade à ação de equipar cantinas escolares, supriu com recursos as regiões onde o Programa Bolsa-Escola está implantado e beneficiou escolas das regiões mais carentes executando pequenos reparos nos prédios escolares. Foram investidos 23 milhões de reais, totalizando 1.400 obras. Além disso, o estado direcionou 5 milhões de reais para escolas municipais, em observância à Lei 13.458 de janeiro de 2000, que estabelece os critérios de distribuição da Quota Estadual Salário Educação (QESE). Em três anos, 514 municípios mineiros foram beneficiados com reforma, ampliação ou construção de escolas para suas redes. No Programa de Transporte Escolar, em que o estado atua de modo suplementar aos municípios, repassaram-se R\$ 18,3 milhões de reais. Assim, em três anos, 649 municípios (76 % do total de municípios mineiros) foram beneficiados com compra ou reforma de veículos.

Dos recursos recebidos da Quota Estadual do Salário Educação e de acordo com a Lei Estadual nº 13.458 de 12 de janeiro de 2000, Minas Gerais repassou aos municípios mineiros R\$ 41.475.957,95, calculado conforme as matrículas do ensino fundamental da rede municipal, R\$ 29.601.010,87 em programas comuns de cooperação entre o estado e os municípios e R\$ 76.928.085,52 em diversas ações que beneficiaram os alunos do ensino fundamental público estadual.

Dando continuidade à modernização administrativa da Secretaria que interligou pela rede de computadores os blocos A,B,C e D do órgão central, localizado na Gameleira, estão sendo substituídos todos os terminais por micros, criando Intranet e implementando projetos com o uso da Internet. A interligação de todas as 42 SREs ao órgão central também faz parte da modernização administrativa e está em fase de conclusão, permitindo uma transmissão mais rápida e eficiente dos dados. O Projeto Escola vem complementar essa fase da modernização pois atinge as unidades escolares que, utilizando um software padrão para coleta de dados de gestão escolar, sustentarão o sistema de informações educacionais de Minas. Para apoio e sustentação ao projeto de modernização, foi criada uma infra-estrutura com servidores, linha de 512 k e 4 switch, o que mantém as bases de dados da Secretaria, o controle e

manutenção da rede, que está atualmente com 400 pontos e interliga também o Centro de Referência do Professor e a Fundação Helena Antipoff. A rede poderá ser ampliada para mais de mil pontos ao final das interligações das 42 SREs. O projeto de modernização conta com o apoio da Prodemge e desenvolve sistemas que atendem especificamente as diversas áreas do órgão central além da instalação de seis salas de videoconferência no estado.

Fundação Helena Antipoff

A Fundação realizou suas ações conjugando esforços de efetiva parceria e implementação de estratégias de cooperação, no âmbito público e privado, envolvendo municípios, instituições de ensino e organizações não governamentais, visando tornar-se um dos Centros Educacionais de Qualidade, contribuindo para o aprimoramento da educação pública mineira.

A Escola Sandoval Soares de Azevedo ministrou o ensino fundamental a 1.380 alunos e médio a 744 alunos dos quais 160 freqüentaram o Programa de Educação de Tempo Integral (aulas, recreação, oficinas e acompanhamento escolar). As Oficinas Pedagógicas Caio Martins atenderam 1.391 crianças e adolescentes, proporcionando o desenvolvimento de atitudes responsáveis, senso de respeito nas relações interpessoais e na sondagem de aptidões. Na Clínica de Psicologia 212 crianças e adolescentes receberam atendimento realizado em 957 sessões em terapias, ludoterapias, psicoterapia e reeducação psicopedagógica. Foram avaliados comportamentos e dificuldades escolares, individuais e coletivas e acompanhamento do processo educacional em parceria com o Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social de Ibirité. A Equipe de Civistas Altaneiros do Rosário (ECAR) atuou como atividade extracurricular, possibilitando que crianças e jovens desenvolvam atitudes cívicas e disponibilidade para servir ao próximo.

O Departamento de Capacitação Profissional e Pedagogia promoveu cursos, seminários e palestras para professores das zonas urbana e rural nas áreas de educação infantil e básica, atendendo às necessidades específicas de cada região.

O Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, criado com o objetivo de formar professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e da educação infantil, atendeu 200 alunos em quatro turmas. O curso superior, com 450 alunos de formação emergencial de professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros. No convênio com a Universidade do Estado de Minas Gerais, foram atendidos 45 alunos e professores no curso de pós-graduação em psicopedagogia.

Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM

O número de atendimento das crianças e adolescentes carentes atingiu a meta prevista com pequenas variações nas seis unidades operacionais, distribuídas ao longo do norte de Minas, beneficiando 1.144 crianças e adolescentes de diversos municípios da bacia do São Francisco.

O Centro Integrado de Educação, localizado no município de Esmeraldas, atende os municípios da Grande BH e, principalmente, a periferia (favelas) da Capital, num total variável de 486 alunos em regime de internato, totalizando uma matrícula geral de 1.630 alunos em regime de internato e semi-internato nas seis unidades operacionais.

As parcerias com outros órgãos e entidades afins têm sido uma busca permanente das seis unidades escolares, visando à geração de recursos, à melhoria da qualidade de vida das famílias, ao aperfeiçoamento das metodologias educacionais, à preservação da saúde e ampliação das opções de lazer. Ressalta-se o programa em desenvolvimento no Centro de Treinamento de São Francisco em parceria com a EMATER, que objetiva capacitar pequenos produtores rurais, alunos e funcionários com cursos teóricos e práticos em diversas áreas: fruticultura, apicultura, irrigação convencional, inseminação artificial bovina e horticultura (estufa).

A capacitação profissional e o desenvolvimento de ações que promovam o “afeiçoamento pelo trabalho” aconteceram nas seis unidades operacionais mediante programas diversos, atendendo as peculiaridades de cada região onde os centros e núcleos estão instalados. São projetos pedagógicos que abrangem amplo leque de opções envolvendo agropecuária, oficinas de carpintaria, marcenaria, bombeiro-eletricista, alfaiataria, corte e costura, mecânica, gráfica, padaria, barbearia, serralharia, digitação, cabeleireiro e serviços diversos, promovendo a capacitação de 600 alunos. Projetos agrícolas e de criações representaram ajuda na alimentação das crianças acolhidas em regime de internato. A produção geral das oficinas pedagógicas e cultura de hortifrutigrangeiros, cereais (milho, feijão, arroz, mandioca) e criações de bovinos, suínos e apicultura são consumidas nas próprias unidades e, em certos casos, distribuídas para as outras unidades do sistema.

A ampliação das áreas cultivadas de 350 para 550 hectares, em 2001, representará considerável aumento na produção agropecuária de 2002, elevando mais a qualidade da alimentação e do atendimento aos alunos, além de proporcionar crescimento de receita própria oriunda dos resultados dos projetos e que tem sido a única fonte de recursos para a aquisição de material permanente e investimentos de capital. Parte dessa produção é destinada ao Programa de Merenda Escolar através das escolas da rede de ensino público instaladas dentro das unidades educacionais.

Como complemento das atividades educacionais, é importante ressaltar que todo serviço de manutenção da estrutura física das seis unidades operacionais, incluindo serviços de construções, pinturas, reformas e ampliações é feito pelas oficinas pedagógicas das escolas, utilizando-se recursos e mão de obra próprios.

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

A UNIMONTES está localizada no município de Montes Claros, centro convergente e polarizador dos 89 municípios componentes da VII macrorregião de planejamento econômico e de desenvolvimento social do norte de Minas, única universidade pública na região, abrange 34% da área total do estado englobando ainda, parte de macrorregiões situadas nos Vales do Jequitinhonha/Mucuri (IX) e Vale do Rio Doce

(X), com influência até o sul da Bahia, atendendo potencialmente a uma clientela oriunda de uma população que ultrapassa os dois milhões de habitantes.

O campus universitário da UNIMONTES encontra-se descentralizado nos campi em funcionamento no perímetro norte do Estado, nos municípios de Janaúba, Janaúria, Pirapora, Almenara e Salinas, este último em fase de implantação. Oferece 22 cursos regulares de graduação, a 5.036 alunos matriculados, com 1.116 vagas em 2001; 19 cursos de pós-graduação lato-sensu abrigoando 837 alunos e mantém convênios interinstitucionais com universidades credenciadas pela CAPES na capacitação de 17 docentes do seu quadro de pessoal na modalidade stricto-sensu (mestrado e doutorado), em oito cursos distintos.

Para efetivar o seu programa de interiorização e desenvolvimento do ensino superior, a UNIMONTES, como Universidade de Integração Regional, vem procurando atender as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em sintonia com os avanços da sociedade contemporânea, oferecendo também formação de professores para educação básica (1ª a 4ª séries do ensino fundamental) e licenciatura plena em biologia, geografia, letras, matemática, complementação, emergencial e semipresencial somando nessas modalidades 6.144 alunos, originários de 290 municípios e 25 distritos concentrados em 45 núcleos estratégicos.

Concorreu a processo licitatório do projeto "Veredas" da Secretaria de Estado da Educação, sendo habilitada para execução em três pólos, beneficiando 1.680 professores da redes públicas municipal e estadual.

Mantém programa alternativo que possibilita ao aluno ingressar na universidade, iniciando o processo de avaliação a partir da 1ª série do ensino médio. Representa uma nova modalidade de avaliação gradual e sistemática que ocorre ao longo do ensino médio, possibilitando maior interação do ensino médio com o superior e valorizando o ritmo de estudo do aluno durante ensino de segundo grau.

Desenvolveu concomitantemente ao ensino de graduação, atividade extensionista operacionalizando projetos de cunho social local e regional condizentes com as áreas de seu conhecimento.

Por intermédio da SEE/MG - Escola Sagarana, atuou nos pólos regionais de Diamantina, Teófilo Otoni, Montes Claros e Pirapora capacitando professores das redes públicas estadual e municipal.

Mediante o Programa de Alfabetização Solidária, a universidade ajudou a combater o analfabetismo em 22 municípios brasileiros situados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Amazonas e Goiás além de Minas Gerais (Ninheira e São João do Paraíso). Em quatro anos o Programa de Alfabetização Solidária alcançou 14.575 alfabetizados e 740 professores capacitados. Atuou ainda no programa Alfabetização de Jovens e Adultos, com apoio da extinta SUDENE, tendo como beneficiários 2.800 alunos, bem como na programação de captação e capacitação de usuários da água na escola, também financiado pela esfera federal (SUDENE), cujo objeto é a captação e implantação de água potável em 81 escolas de comunidades

rurais nos municípios de Couto de Magalhães, Datas, Diamantina, Senador Modestino Gonçalves, Coração de Jesus, Botumirim, Francisco Sá, Monte Azul, Espinosa e Cristália. Graças ao programa Adolescente 3º Milênio, que objetiva preparar o adolescente para os desafios do mundo moderno, aprimorando os seus conhecimentos acerca de doenças sexualmente transmissíveis, prostituição infanto-juvenil, dependência químico psicológica, trabalho e cidadania, contribuiu na capacitação de 676 adolescentes. Com o apoio do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) realizou 77 cursos de capacitação profissional, beneficiando diretamente 3.080 trabalhadores de 38 municípios norte mineiros.

Dos serviços estendidos à população pela comunidade universitária destacam-se a Assessoria Contábil Júnior, Empresa Júnior, a Incubadora de Empresas, os serviços gráficos prestados pela Editora Unimontes, bem como o serviço de assistência judiciária gratuita, que atendeu a aproximadamente 7 mil pessoas carentes. Na área cultural, o Festival Grande Sertão, que ostenta a arte e a cultura do norte de Minas, e outros de expressão regional como o Coral Universitário, o Coral Infantil, o Grupo Instrumental Unimúsica, a Seresta Vozes de Prata, o Grupo Instrumental Trem Brasil e o programa A Universidade e o Idoso.

Dos 64 projetos em desenvolvimento, o de iniciação científica mantém 17 bolsistas. Neste exercício 43 projetos de pesquisa foram apresentados em congressos de âmbito nacional. Os grupos e linhas de pesquisa nas áreas de história em cena, doenças infectoparasitárias, estudos sócioambientais, estudos literários, políticas públicas, vozes do cárcere/adolescentes, pesquisa em educação física, pesquisa odontológica e estudos e pesquisas sobre trabalho realizaram-se em parceria com Banco do Nordeste do Brasil, Associação dos Criadores de Gado de Corte, Sindicatos Rurais de Janaúba e Montes Claros, SUDENE/ADENE, INCRA, CETEC, CODEVASF, EPAMIG, CEMIG, COPASA, EMPRAPA, Prefeituras de Brasília de Minas, Japonvã e Francisco Dumont.

Na área de saúde há o Hospital Universitário Clemente de Faria, único efetivamente público do norte de Minas, e a Policlínica Dr. Hermes de Paula, os quais ofereceram atendimento gratuito (SUS) aos pacientes de menor poder aquisitivo cumprindo uma das metas prioritárias estabelecidas pelo governo do estado. Possuindo 144 leitos, foram registradas no Hospital Universitário Clemente de Faria, de janeiro a setembro de 2001, 65 mil consultas médicas, 3.590 internações, 2.097 cirurgias e 72.954 exames laboratoriais. Confirmando a sua abrangência regional, atendeu aos municípios do norte de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha.

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), pelo seu próprio modelo organizacional multicampi, consolidou-se, ao longo de 2001, como importante instrumento de interiorização do ensino superior nas regiões de influência de seus dez campi: o campus incorporado de Belo Horizonte, e os nove campi agregados situados em Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha.

No campo administrativo, embora as nove Fundações Educacionais programadas para serem absorvidas não o tenham sido, promoveu-se a integração entre a Reitoria e as Unidades Regionais visando à padronização de sistemas de informação acadêmica, contábil e patrimonial adotando uma política ampla de desenvolvimento de recursos humanos.

No campo do ensino, a UEMG desenvolveu processo de reorganização mais consentâneo com as demandas da população por maior facilidade de acesso ao ensino de terceiro grau, tendo em vista sua inserção não somente nas regiões de influência de seus dez campi, como também em outras que venham a aderir ao seu projeto de criação do Sistema Fundacional de Ensino Superior dos Campi Associados à UEMG. Para tanto, o governo do estado remeteu à apreciação da Assembléia Legislativa projeto de lei autorizando a UEMG a admitir, ante convenção específica, campi de ensino superior que atendam aos objetivos constitucionais e contribuam para a disseminação de fatores hábeis a promover a elevação da qualidade de vida da maioria da população, favorecendo a redução das desigualdades regionais.

Deu continuidade ao processo de apoio institucional às nove Fundações Agregadas, na forma de repasse de bolsas de estudo financiadas pela CAPES e FAPEMIG, para estímulo à capacitação docente, além da manutenção, em Belo Horizonte, dos seus oito cursos de graduação, com 2.954 alunos e dos seus oito cursos de pós-graduação, com 120 alunos, cursos de mestrado em Música, convênio com a Uni-Rio, com 12 alunos e a Rede Temática de Engenharia de Materiais (REDEMAT), em convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), contando com 25 alunos, ora em estudo para sua conversão em doutorado.

No campo da pesquisa, existem 31 projetos em andamento, 15 financiados com recursos próprios e 16 com financiamento externo. O apoio da FAPEMIG tem sido promissor para o desenvolvimento da pesquisa na UEMG e acoplado ao programa de capacitação docente e ao de melhoria dos laboratórios e bibliotecas iniciados em 1994, resultou no direcionamento da pesquisa em termos de diversificação por áreas de conhecimento, cobrindo setores significativos para o conhecimento das potencialidades e dos problemas regionais do estado e na elevação do número de projetos aprovados ou em fase de análise para financiamento.

No campo da extensão, destacam-se a coordenação pela universidade dos cursos de qualificação profissional – dentro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, (FAT) realizados em todo o estado e as ações de extensão totalizando 101 eventos, com público-alvo de 61.850 pessoas. Tais ações foram possíveis mediante patrocínio externo, ou seja, celebração de convênios com instituições públicas e privadas, atingindo 14 municípios.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Educação	3.405.720.815	3.413.716.211				
121210012.179.0001 - Planejamento Setorial	369.588	645.948				
121220012.008.0001 - Administração da Ação Educacional	4.447.672	5.378.416				
121220012.018.0001 - Manutenção das Superintendências Regionais de Ensino	39.927.388	113.466.414				
121220012.057.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho de Acomp. e Controle Social do Fundef	30.000	9.536				
121220012.082.0001 - Modernização Administrativa e Organizacional	900.987	968.272				
121220012.142.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Educação	1.058.194	1.399.267				
121220012.206.0001 - Direção Superior	2.279.902	2.495.308				
121220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	33.177.538	29.760.884				
121220012.292.0001 - Administração de Recursos Humanos	77.920.312	81.038.176				
121220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	4.383.026	4.005.046				
121230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	742.172	1.079.357				
122434732.563.0001 - Apoio as Ações de Atendimento a Criança e ao Adolescente	250.000	2.800	Criança e Adolescente Assistido (Projeto)	1	1	-
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.201.474.312	1.167.395.358				
123065012.562.0001 - Alimentação Escolar	54.499.000	51.883.519	Aluno Beneficiado com Merenda Escolar (Aluno)	2.096.154	1.935.916	-
123615021.031.0001 - Programa Familiar para a Educação - Bolsa Escola	14.150.000	13.415.540	Bolsa Concedida (Bolsa)	15.500	15.964	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123615021.631.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Fundamental	14.977.900	24.612.693	Prédio Construído (Prédio) Prédio Ampliado (Prédio) Prédio Reformado (Prédio)	42 2 14	2 55 204	7 7 7
123615022.633.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Fundamental	30.048.583	28.529.412	Professor Habilitado (Professor) Curso de Atualização Realizado (Professor)	2.599 371	2.237 112.412	- 5 - 6 - 7
123615025.636.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Fundamental	61.811.623	31.910.143	Aluno do Ensino Fundamental Concluínte (Aluno) Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno) Escola Equipada (Escola)	222.748 1.916.498 1.344	222.641 1.823.037 1.204	- - -
123615022.637.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Fundamental	46.371.447	45.308.281	Gestão Participativa Implementada (Projeto) Projeto Inovador Financiado (Projeto) Escola Assistida Financeiramente (Escola)	5 500 3.594	5 1.169 3.692	- 7 -
123615022.638.0001 - Avaliação Educacional - Ensino Fundamental	5.945.822	4.186.034	Aluno Avaliado (Aluno)	513.735	410.476	12
123615022.639.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Fundamental	262.363.662	292.152.755				
123615024.517.0001 - Cooperação Estado Município	53.735.989	66.748.463	Município Atendido(Município) Projeto Desenvolvido (Projeto)	853 6	734 6	12 -
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.120.012.029	1.080.445.625	Currículo Implementado (Projeto)	9	9	-
123625031.641.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - Ensino Médio	5.000.000	0	Prédio Beneficiado (Prédio)	1	0	9
123625032.643.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Médio	3.650.000	245	Professor Aperfeiçoado (Professor) Diretor e Vice-Diretor Capacitado (Pessoa)	5.666 720	608 0	4 7
123625032.646.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Médio	4.220.000	0	Vaga de Ensino Médio Ampliada (Vaga) Aluno do Ensino Médio Concluínte (Aluno) Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	134.595 185.427 945.589	134.595 188.470 820.089	- - 4
123625032.647.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Médio	1.000.000	1.094.357	Escola Assistida Financeiramente (Escola)	1.444	125	7

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123625032.648.0001 - Avaliação Escolar Ensino Médio	700.000	0	Aluno Avaliado (Aluno)	945.589	189.651	12
123625032.649.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Médio	13.575.065	18.941.003				
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	256.645.489	271.541.773	Ensino Médio Reestruturado (Escola)	1.444	1.444	-
123635041.672.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Profissional	623.851	0	Centro de Educação Profissional Construído (Centro)	2	2	-
123635044.674.0001 - Desenvolvimento do Ensino Profissional	44.119.907	232.115	Ensino Profissional Reestruturado (Escola)	21	23	-
			Centro de Educação Profissional Implantado (Centro)	4	4	-
			Aluno da Educação Profissional Matriculado (Aluno)	2.787	2.508	-
123655054.614.0001 - Desenvolvimento do Ensino Infantil	8.139.981	9.623.874	Aluno da Educação Infantil Matriculado (Aluno)	12.238	16.849	-
			Plano Curricular Nacional Implantado (Escola)	4.209	4.402	-
			Escola Assistida Financeiramente(Escola)	40	22	7
123665064.654.0001 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	12.137.254	26.983.421	Jovem e Adulto Atendido (Projeto)	5	1	4
123675074.664.0001 - Desenvolvimento da Educação Especial	25.032.122	38.462.176	Aluno da Educação Especial Atendido (Aluno)	8.381	10.179	5
			Política da Educação Especial Implementada (Escola)	88	3.610	7
Fundação Helena Antipoff	3.307.418	3.187.132				
121220012.206.0001 - Direção Superior	1.250.622	1.449.944				
122434784.567.0001 - Apoio a Criança e ao Adolescente	324.545	81.508	Material Didático e Pedagógico Fornecido (Aluno)	4.650	4.650	-
			Alimentação Fornecida (Aluno)	46.400	46.400	-
			Criança Adolescente Atendido nas Clínicas	650	212	11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	176.951	236.949	Psicopedagógicas (Criança/Adolescente) Criança Adolescente Atendido nas Oficinas Psicopedagógicas (Criança/Adolescente)	2.500	1.391	3
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	511.162	499.601	Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	1.200	1.380	7
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	742.379	847.200	Aluno do Ensino Médio Concluinte (Aluno) Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	200 700	186 744	- -
123635044.564.0001 - Promoção de Cursos de Qualificação e Aperfeiçoamento	64.451	27.501	Curso Realizado (Curso)	20	20	-
123645084.566.0001 - Promoção de Cursos Universitários, Pós-Universitários, Pesquisa e Extensão	193.000	44.429	Curso Realizado (Curso) Aluno Matriculado (Aluno) Projeto Pesquisa Realizado (Projeto) Aluno Graduado (Aluno)	6 730 1 250	1 650 0 0	7 3 9 6
123665064.565.0001 - Promoção do Cursos de Suplência	44.308	0	Curso Realizado (Curso)	3	0	9
Fundação Caio Martins - FUCAM	2.410.213	2.569.257				
121220012.206.0001 - Direção Superior	268.200	218.034				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	484.400	541.231				
122434784.568.0001 - Assistência e Qualificação Profissional da Criança e do Adolescente	1.508.113	1.549.890	Criança Adolescente Atendido nas Oficinas Psicopedagógicas (Criança/Adolescente) Criança Adolescente Assistido (Criança/Adolescente) Criança Adolescente em Regime de Internato Assistido (Criança/Adolescente) Criança Adolescente em Regime de Semi-Internato Assistido (Criança/Adolescente) Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Agropecuária (Aluno)	800 1.850 1.650 200 45	600 1.630 1.475 155 0	3 3 3 3 9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cívis	149.500	260.102	Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Magistério (Aluno)	45	0	9
Universidade Estadual de Montes Claros	29.545.019	36.102.545				
103024124.468.0001 - Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	5.947.800	6.953.796	Consulta Médica Realizada (Consulta)	66.000	65.000	-
			Internação Efetivada (Internação)	7.200	3.590	4
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	2.750	2.097	4
			Exame Laboratorial Realizado (Exame)	79.000	72.954	4
121220012.206.0001 - Direção superior	2.452.000	1.942.119				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	4.302.636	5.432.356				
121220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	30.132	15.760				
121220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	460.000	772.645	Galpão Construído (Galpão)	1	1	-
			Laboratório de Odontologia Construído (Unidade)	1	1	-
			Laboratório de Agronomia Construído (Unidade)	1	1	-
			Pavilhão Campus de Januária Construído (Pavilhão)	1	1	-
			Pavilhão Curso de Educação Física Construído (Pavilhão)	1	0	1
			Pavilhão Curso de Direito Construído (Pavilhão)	1	1	-
			Curso Esportivo Unimontes Construído (Unidade)	1	1	-
121280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	27.400	42.152	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	936	677	7
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cívis	3.476.220	1.144.687				
123635144.818.0001 - Capacitação Profissional	139.000	207.038	Curso Oferecido (Curso)	13	7	7
			Aluno Matriculado (Aluno)	580	534	-
			Aluno Qualificado (Aluno)	330	160	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123645134.052.0001 - Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	1.180.120	1.762.599	Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	30	27	-
			Curso de Pós-Graduação Latu Sensu Oferecido (Curso)	11	19	5
			Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Oferecido (Curso)	6	3	2
123645134.099.0001 - Docência do Ensino Superior	10.629.091	15.042.772	Aluno Formado (Aluno)	878	850	-
			Aluno Matriculado (Aluno)	5.330	5.086	4
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	22	22	-
			Monitor Contratado (Aluno)	80	40	4
123645134.412.0001 - Coordenação de Extensão Universitária	144.000	2.039.231	Prestação de Serviço Realizada (Serviço)	19	15	4
			Curso de Extensão Promovido (Curso)	5	4	-
			Assistência Jurídica Oferecida (Consulta)	7.000	6.500	-
123915514.053.0001 - Preservação de Bens Culturais	188.620	311.866	Usuário Atendido (Usuário)	110.000	132.788	5
			Acervo Atualizado (Acervo)	15.000	24.334	5
			Unidade Predial Restaurada (Unidade)	1	1	-
123645134.467.0001 - Desenvolvimento e Coordenação de Pesquisa	568.000	435.524	Bolsa Concedida (Bolsa)	600	170	4
			Projeto/Pesquisa Desenvolvido (Projeto/Pesquisa)	30	33	-
			Publicação Editada (Edição)	20	1	5
			Participação de Pesquisador em Evento Apoiada (Pesquisador)	40	43	-
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	14.694.264	17.963.436				
121220012.206.0001 - Direção Superior	495.400	447.659				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.007.134	2.551.541				
121220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	118.598	6.686				
121220991.358.0001 - Construção dos Campi Universitários	90.000	0	Projeto Básico Realizado (Projeto)	1	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	4.150.218	5.281.749	Reforma Realizada (Reforma)	5	0	1
123645134.481.0001 - Apoio aos Campi Funcionais da UEMG	200.000	338.525	Entidade Apoiada (Entidade)	9	0	1
123645134.522.0001 - Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	7.632.914	9.337.276	Aluno Matriculado (Aluno)	3.300	3.074	-
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	8	8	-
			Curso de Pós-Graduação Oferecido (Curso)	8	8	-
			Evento Promovido (Evento)	2	101	5
			Projeto/Pesquisa em Desenvolvimento (Projeto/ Pesquisa)	18	31	6
TOTAL	3.455.677.729	3.473.538.581				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

SAÚDE

A política de saúde tem ensejado amplo debate no âmbito governamental e social, com repercussão nos meios de comunicação. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) concentrou esforços na implementação das ações relacionadas na Agenda Estadual de Saúde constantes da Resolução 790/2001 da Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais.

Como proposta para correção e implementação do atual modelo de assistência à saúde, foi elaborado o Plano Diretor de Regionalização (PDR/2001) de acordo com os princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e em cumprimento à Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS/2001). Tal documento foi construído com a participação dos 853 municípios, das 26 Diretorias Regionais de Saúde, do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS/MG) e do Conselho Estadual de Saúde, sendo encaminhado à Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), para aprovação. Descreveu-se a organização do modelo assistencial segundo pólos macro e microrregionais, definindo a abrangência populacional e a capacidade instalada. A necessidade de investir deu origem ao Plano Diretor de Investimentos, que repassará a 583 municípios 60 milhões de reais destinados à expansão da atenção básica ampliada e do primeiro nível de referência para atendimento dos serviços de média complexidade.

O modelo de organização dos serviços de saúde definido pelo SUS permitirá aos cidadãos, o mais próximo de sua residência, acesso às ações e serviços vinculados às responsabilidades mínimas de assistência pré-natal, parto, puerpério, fase do crescimento infantil, cobertura universal do esquema preconizado pelo programa nacional de imunizações para todas as faixas etárias, promoção à saúde e prevenção de doenças, trato das intercorrências mais comuns da infância, atendimento de afecções agudas de maior incidência, acompanhamento de pessoas com doenças crônicas de alta prevalência, tratamento clínico e cirúrgico de pequenas urgências ambulatoriais, tratamento dos distúrbios mentais e psicossociais mais frequentes, controle das doenças bucais, suprimento/dispensação dos medicamentos da farmácia básica e também procedimentos que requeiram um nível de complexidade maior.

O teto financeiro, com recursos originários do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, passou de R\$ 97.908.125,42/mês, em janeiro, para R\$ 102.379.274,04/mês em novembro de 2001, tendo em vista a ampliação dos serviços de oncologia, hemodiálise e expansão dos leitos de UTI. Buscando reduzir a mortalidade materna, neonatal e o atendimento à urgência e emergência, foram ampliados 81 leitos de UTI neonatal, 19 leitos para assistência à mortalidade e 24 leitos para urgência e emergência.

O Programa de Reforço à Reorganização do SUS (REFORSUS) financiado com recursos internacionais e destinado à readequação física e tecnológica das redes ambulatorial e hospitalar do Estado aprovou 221 projetos no montante de R\$ 88.745.246,50, dos quais 80 foram concluídos.

O projeto da área de informática destinado a integrar diversos níveis responsáveis pela saúde pública, visando à comunicação e troca de informações on-line em parceria com a Prodemge, instalou redes locais em 20 regionais de saúde interligadas à infovia de comunicação de dados de Minas Gerais. Desenvolveu também o armazém de informações em saúde, cujo objetivo é a consolidação em uma única base de dados dos diversos sistemas de origem nacional, com a conclusão de três de seus módulos

prioritários: sistemas de mortalidade, de informações ambulatoriais e de atenção básica.

Lançado em julho, no Minascentro, o Projeto Cartão Nacional de Saúde, com presença de prefeitos e secretários municipais de saúde de todo o estado, tem por objetivo a modernização dos instrumentos de gerenciamento da atenção à saúde e cuja característica fundamental é possibilitar ao SUS a capacidade de identificação individualizada dos usuários, que serão cadastrados com base no número do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Assistência ao Servidor Público (PASEP).

Em Minas Gerais, o projeto contou com a adesão dos 853 municípios e encontra-se na fase de cadastramento dos usuários. Destaca-se a inclusão do município de Belo Horizonte no projeto-piloto do cartão pelo Ministério da Saúde, do qual as secretarias estadual e municipal de Saúde já receberam computadores servidores/concentradores que hospedarão as bases de dados.

No campo da vigilância sanitária foram desenvolvidas ações destinadas à manutenção do controle sanitário a fim de garantir a melhoria da qualidade de produtos e serviços de saúde oferecidos à população do estado, principalmente nas áreas preventiva, educativa e fiscalização, bem como na capacitação de técnicos dos municípios. Quanto ao setor de medicamentos e congêneres, 3.612 ações foram realizadas como autorizações de funcionamento, cadastramento de estabelecimentos para comercialização de retinóides e de alimentos, análise de alimentos pela FUNED e análise técnica de registro de alimentos. Inspeccionaram-se 13.492 farmácias de manipulação, drogarias, distribuidoras de medicamentos, indústrias de cosméticos. A Comissão Estadual de Controle de Infecção Hospitalar tem conseguido êxito no controle efetivo das infecções hospitalares, trabalhando em parceria com as equipes montadas em cada unidade hospitalar. A excelência dos serviços de hemodiálise instalados e a supervisão na área de radiodiagnóstico foram também alvo de ações constantes visando à proteção dos trabalhadores e pacientes bem como à qualidade do sangue.

A I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária discutiu questões de importância fundamental para a I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasília), com a participação de 96 delegados de Minas Gerais, e para o I Seminário de Medicamento Genérico do Estado de Minas Gerais, cujo objetivo foi contribuir para a qualidade e aperfeiçoamento contínuo da indústria farmacêutica mineira.

No Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH), 78 cursos qualificaram 6.599 servidores, tanto nas unidades do nível central como nas 26 diretorias regionais de saúde, sendo 268 em vigilância sanitária, 804 em vigilância epidemiológica, 439 em administração e planejamento, 5.088 em promoção à saúde. Capacitou, também, 1.277 conselheiros e 758 gestores municipais de saúde. Destaca-se o Programa de Integração Serviço-Ensino (PISE), em parceria com diversas instituições de ensino superior, que disponibilizou bolsas para 589 estudantes universitários que estagiaram na área da saúde, bem como o programa de qualificação profissional para auxiliares de enfermagem (PROFAE), melhorando o atendimento hospitalar e ambulatorial oferecido à população.

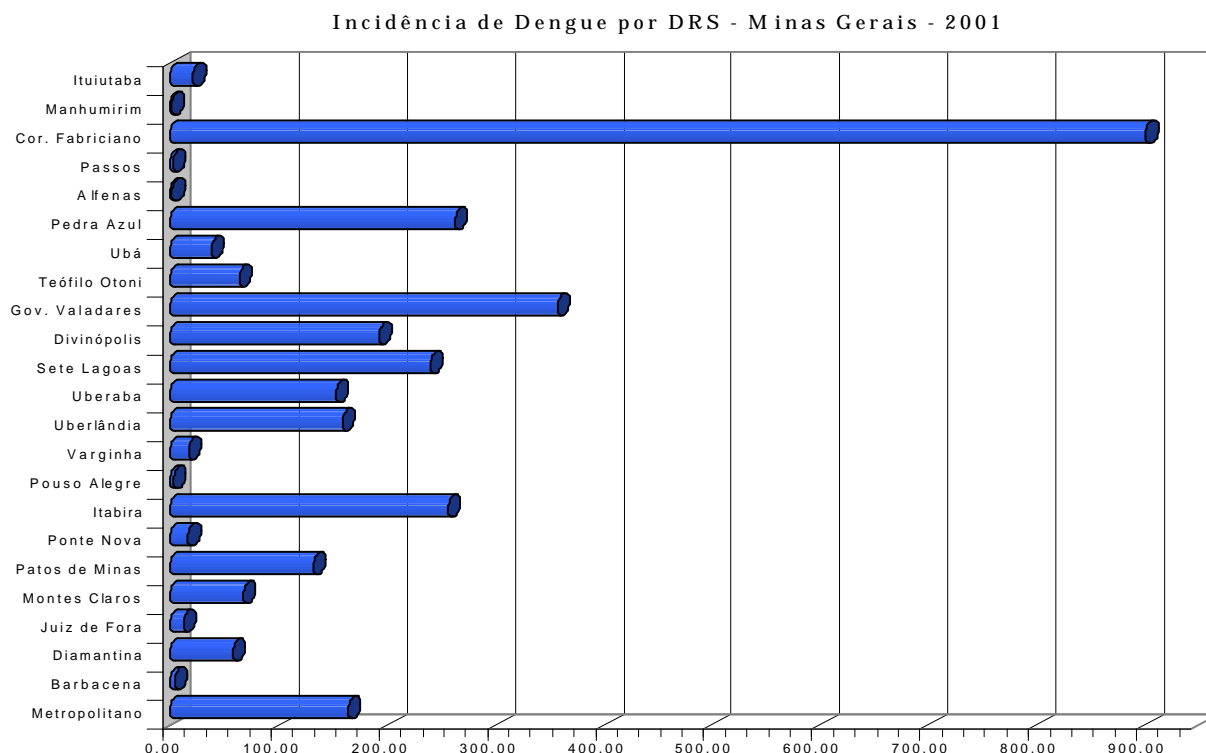
As atividades na área de epidemiologia instrumentalizaram o Sistema Único de Saúde, em seus três níveis de gestão, para o conhecimento e o monitoramento da realidade sanitária visando subsidiar intervenções por meio da promoção, prevenção, controle de doenças e recuperação da saúde. Tais ações, historicamente, vinham sendo desenvolvidas sem programação prévia, sem definição de atribuições e sem política de financiamento nacional. Estados e municípios se responsabilizavam pelas atividades regulares e o governo federal participava por meio de convênios e programas específicos, definidos segundo a magnitude do agravo e por compromissos assumidos internacionalmente. O Ministério da Saúde, em parceria com os estados e municípios, estruturou um modelo de programação que incorpora as diversas ações de vigilância epidemiológica e ambiental, com parâmetros e metas integradas e pactuadas pelos três níveis governamentais, estabelecendo um teto financeiro. A programação pactuada integrada de epidemiologia e controle de doenças visa fortalecer o sistema de vigilância epidemiológica e ambiental, aumentando a capacidade de detectar precocemente fatores de risco à saúde da população e epidemias, assim como desencadear, de forma tempestiva, as medidas adequadas para prevenir e controlar doenças e outros agravos. Ao mesmo tempo, estabeleceu a transferência para os estados e municípios das ações de epidemiologia e controle de doenças, anteriormente desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde, incluindo a infra-estrutura e recursos humanos. Dos 853 municípios de Minas Gerais, 775, ou 90,85% do total, estão recebendo recursos financeiros para a gestão do componente municipal do sistema nacional de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde.

O Projeto VIGISUS financiou a capacitação de recursos humanos nas áreas de epidemiologia, vigilância ambiental, doenças não-transmissíveis, saúde indígena, saúde do trabalhador, saúde materna, tuberculose e normas e procedimentos de licitação do Banco Mundial.

Foram realizadas quatro campanhas de vacinação humana, com 3.254.953 doses de vacinas de rotina, dentre elas BCG, hepatite tipo B, poliomielite, sarampo e tríplice.

Ressaltam-se as ações de vigilar a qualidade da água para consumo humano, assunto sobre o qual o Seminário de Vigilância Ambiental elaborou e distribuiu materiais educativos.

Apoiados e supervisionados pelas diretorias regionais de saúde, os municípios que apresentam alta incidência de casos de dengue executam ações de combate larvário e ao mosquito adulto.



Fonte: Superintendência de Epidemiologia - SES/MG

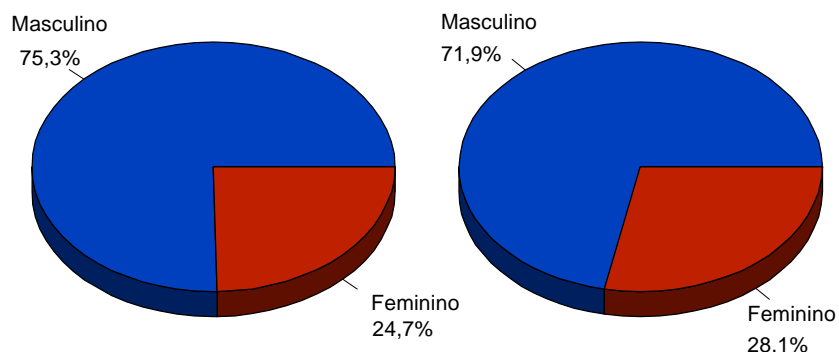
O I Fórum de Vigilância em Saúde realizou três seminários (vigilância ambiental, descentralização das ações de epidemiologia e controle de doenças e zoonoses) com participação de gestores municipais de saúde e técnicos de diretorias regionais de saúde, cujo objetivo foi avaliar as ações pactuadas pelo estado e municípios e definir a programação para 2002.

A epidemia de AIDS vem, ao longo dos anos, caracterizando-se pela “feminização”, tendência observada em todo o país, que aumenta a relação de mulheres infectadas comparando-se com os homens, conforme gráfico abaixo:

Casos de Aids em Adultos no Estado de Minas Gerais - 1982 - 2001

Dados até nov - 2000

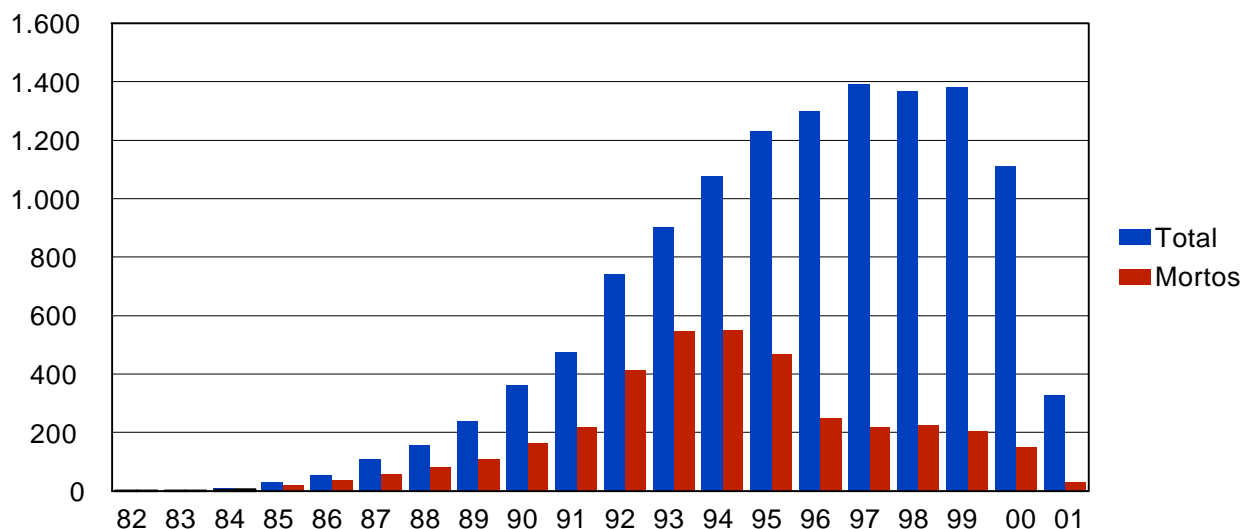
Dados até nov - 2001



Fonte: Coordenação Estadual - DST/AIDS - SES/MG

[illegible]

Foi instalado um sistema videogastrosκόpio pediátrico no Centro Geral de Pediatria (FHEMIG), referência para o atendimento de crianças HIV positivas e portadoras de AIDS do estado, sendo o único disponível na rede pública estadual. Existem em Minas Gerais aproximadamente 6.800 pessoas com HIV/Aids recebendo anti-retrovirais mensalmente, e o impacto no fornecimento destes medicamentos pode ser medido pela diminuição de óbitos observada a partir de 1996, conforme gráfico:



Fonte: Coordenação Estadual de DST/Aids

Na atenção básica as políticas públicas são destinadas a promoção, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação da saúde, centrada na qualidade de vida das pessoas e de seu ambiente. Nesse sentido programas como Saúde da Família (PSF), Agentes Comunitários de Saúde (PACS), estratégicos para o SUS, vêm-se consolidando e aumentando sua área de atuação com a implantação de 672 equipes PSF, abrangendo uma população de 2.318.400 habitantes e 804 equipes PACS atingindo 1.346.167 habitantes.

Destacam-se os programas de controle da tuberculose, que realizaram campanhas educativas utilizando televisão, cartazes, pôsteres, cartilhas e informes técnicos sobre os sintomas do diagnóstico, do tratamento e da magnitude da doença; Saúde do Trabalhador, que desenvolveu 11 estudos de base de dados (agravos por acidentes por peçonhentos, intoxicação por agrotóxicos, tétano acidental, raiva humana e atendimento anti-rábico) distribuindo 15 mil pôsteres e cartazes educativos; o de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, contemplado com a capacitação de 110 profissionais para atuarem no incentivo ao aleitamento materno e 410 profissionais para o atendimento à gestante de alto risco. Realizou também o seminário de mortalidade materna para 200 participantes, capacitando 160 profissionais como executores e multiplicadores na atenção integral das doenças prevalentes na infância (AIDPI), atividades destinadas à redução das mortalidades materna, perinatal e infantil.

Foram implantados 36 serviços de referência à prevenção e tratamento do câncer em 25 regionais de saúde e municípios mais populosos do estado, destinados a pacientes de câncer e de lesões pré-malignas para tratamento especializado, atendendo a 1,4 milhão de mulheres. Os resultados obtidos por 95 laboratórios, além de enviados ao município de origem, são disponibilizados à Coordenadoria Estadual do Programa de Combate ao Câncer do Útero e da Mama. Dessa forma, é possível identificar se a paciente está em tratamento ou se há necessidade de buscá-la no domicílio para procedimento adequado. As ações do Programa de Prevenção Primária do Câncer são educativas, dividindo-se em continuadas que são a implantação em escolas, unidades de saúde e ambientes de trabalho tendo sido capacitados 304 profissionais e

cadastradas 27 empresas e pontuais que são campanhas nas datas comemorativas: Dia Mundial sem Tabaco (31 de maio), Dia Nacional do Combate ao Fumo (29 de agosto) e Dia Nacional de Combate ao Câncer (27 de novembro) com distribuição de materiais educativos destinados a sensibilizar a população sobre os fatores de proteção contra o câncer.

O Programa de Saúde Mental realizou a III Conferência Estadual de Saúde Mental, com a participação de 600 pessoas com o objetivo de discutir a reorientação do modelo assistencial em saúde mental, tendo por base as diretrizes da reforma psiquiátrica que propõe serviços substitutivos ao modelo hospitalar.

O diabetes melito mereceu atenção por estar entre as 10 maiores causas de internação do estado, sendo realizada campanha destinada à população-alvo de 3.363.891 indivíduos com mais de 40 anos. Os 2.657.473 exames de glicemia proporcionaram uma cobertura de 79% da meta.

A eliminação do tétano neonatal aconteceu na campanha de vacinação para mulheres em idade fértil nos municípios de risco e alto risco. Quanto ao sarampo, não houve confirmação de nenhum caso. O aumento dos casos de rubéola, em contrapartida, resultou na campanha de vacinação para as mulheres de 12 a 29 anos, destinada a prevenção e controle da síndrome da rubéola congênita.

A assistência farmacêutica atendeu 4,5 milhões de pessoas cadastradas no SUS com medicamentos especiais e 22 mil com medicamentos excepcionais.

Foram realizados em parceria com a rede hospitalar 941 transplantes de órgãos, o que representa um aumento de 25% em relação a 2000, sendo também desenvolvidas campanhas sobre a importância da doação de órgãos.

Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia (HEMOMINAS)

A Fundação Hemominas é responsável por aproximadamente 80% do sangue transfundido no estado, prestando serviço a 400 hospitais em 220 municípios de Minas Gerais. Em 2001, compareceram 242.061 doadores aptos clínicos, realizadas 405.063 consultas médicas e liberados 575.379 hemocomponentes. Além do processamento do sangue e produção de hemocomponentes, atendeu, nos ambulatórios de seus hemocentros e núcleos regionais, pacientes portadores de hemofilia, outras coagulopatias, hemoglobinopatias e para transfusão ambulatorial, garantindo cobertura hemoterápica especial aos serviços de oncohematologia e transplante de medula óssea. Estão cadastrados nos ambulatórios cerca de 4 mil pacientes que recebem atendimento multidisciplinar de médicos, enfermeiros, psicólogos, assistente social e outros.

Em 2001, a Hemominas investiu 1 milhão de reais na aquisição de equipamentos de informática destinados às unidades da hemorrede, consolidando a infra-estrutura necessária ao funcionamento da rede lógica estadual.

Foram realizados treinamentos nas áreas gerencial, reciclagem em captação de doadores e em sorologia, desenvolvimento de equipes, sistema de telefonia,

coagulopatias, medicina do trabalho, introdutório para concursados, funcionários da limpeza, informática, Telelab e preenchimento de boletim estatístico.

O núcleo regional de Diamantina foi concluído. Os equipamentos, já adquiridos, dependem apenas da contratação de profissionais pela prefeitura local e do treinamento pela Fundação, cujo início de operação beneficiará a região do Vale do Jequitinhonha.

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG)

A FHEMIG completou 24 anos pautados pelo aprimoramento constante de suas ações direcionadas para o atendimento médico-hospitalar geral e especializado, desenvolvimento técnico-científico e capacitação, treinamento e formação de recursos humanos.

Foram concluídas as reformas nos hospitais localizados em Juiz de Fora, Barbacena e Patos de Minas e em Belo Horizonte nos hospitais Alberto Cavalcanti, Centro Geral de Pediatria, Eduardo de Menezes, Pronto-Socorro João XXIII e Júlia Kubitschek. A modernização tecnológica dos serviços ofertados e a qualidade pretendida pelas reformas exigiram a alocação simultânea de volume expressivo de recursos em materiais e/ou equipamentos, que asseguraram a implantação de novo bloco cirúrgico no Hospital Alberto Cavalcanti, de um mamógrafo na Maternidade Odete Valadares e do serviço de endoscopia infantil no Centro Geral de Pediatria, entre outros.

Disponibilizou 2 mil leitos hospitalares e mil leitos asilares. Até o terceiro trimestre de 2001, realizaram-se 1.151.393 consultas ambulatoriais, 60.108 internações hospitalares, 25.136 cirurgias (21.249 das quais em caráter de urgência/emergência) e 2.391.734 exames de diagnóstico. A taxa de internação foi de 5,2% do total de consultas realizadas.

O investimento institucional no aprimoramento de recursos humanos foi realizado mediante cursos de treinamento destinados à capacitação, qualificação e atualização profissional de mais de 2 mil participantes.

A formalização de convênios de cooperação técnico-científica com diversas instituições de ensino proporcionou a mais de mil estudantes de nível médio e superior estágios curriculares nas unidades da Fundação.

O Seminário e I Mostra de Arte Itinerante “Hospitais Psiquiátricos: Saídas para o Fim”, promovido em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais (Itália e Espanha) que discutiram a aplicabilidade da recém-aprovada Lei da Reforma Psiquiátrica bem como as estratégias e políticas públicas que assegurem tais mudanças e ações efetivas, compromissadas com um novo modelo assistencial, e o “Seminário de Gestão Hospitalar e Políticas de Saúde”, que reuniu a Fundação, o Hospital das Clínicas da UFMG e o Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em um evento que debateu as questões técnico-operacionais e institucionais bem como as alternativas viáveis para enfrentar e superar os atuais desafios mediante relato de experiências político-administrativas e

gerenciais narrados por representantes da França, da Inglaterra e do Brasil, destacando os de Minas Gerais.

Como reconhecimento de sua projeção e atuação na prevenção, promoção e recuperação da saúde junto à coletividade, e atestando a efetividade de suas ações, dez hospitais da FHEMIG obtiveram classificação como excelentes ou bons em pesquisa nacional de avaliação dos serviços prestados aos pacientes pelo Ministério da Saúde.

Fundação Ezequiel Dias (FUNED)

A FUNED desempenhou papel consistente no plano nacional de assistência farmacêutica fornecendo mais de 400 milhões de medicamentos, suprindo toda a rede SUS com 36 produtos, em 44 formas de apresentação, e atendendo a 17 classes terapêuticas de analgésicos, antipiréticos, antibióticos, cardiovasculares, antidepressivos, dentre outros, inclusive os anti-retrovirais para AIDS. A produção de talidomida, utilizada para o tratamento da hanseníase, foi aumentada em mais de 72%, saindo de 2,1 milhões para 3,6 milhões de unidades. A Fundação, único laboratório brasileiro a produzi-la, responde também por 32% da produção nacional de soros antipeçonhentos e antitóxicos, sendo uma das três instituições do país fabricantes de soros com uma produção anual de 145.500 ampolas para atendimento ao Programa Nacional de Imunização.

Realizou 40 mil análises em insumos e produtos farmacêuticos e imunobiológicos. Implantou normas e sistemas adicionais de segurança nas embalagens e rotulagens dos seus medicamentos, com novo leiaute.

Foram publicados 26 trabalhos e desenvolvidas 20 pesquisas na área biomédica, e nas linhas de identificação, purificação e caracterização de venenos de serpentes e artrópodes, clonagem de genes codificadores, caracterização molecular e expressão heteróloga de toxinas e peçonhas animais, dentre outros, em parceria com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais, universidades e órgãos vinculados à Ciência e Tecnologia.

Conforme Resolução SES-MG 632, o Instituto Octávio Magalhães (IOM) da FUNED caracteriza-se como o Laboratório Central de Minas Gerais realizando diagnósticos laboratoriais para as vigilâncias epidemiológica e sanitária, visando ao esclarecimento de surtos das doenças de notificação compulsória e também investigações de campo, cujo conhecimento das regiões de nosso estado são repassadas às vigilâncias para as medidas cabíveis, bem como para a pesquisa laboratorial do próprio IOM. Dos 177.500 diagnósticos realizados, estão os da doença de chagas e leishmaniose visceral, das meningites bacterianas, cólera, AIDS, tuberculose, dengue, febre amarela, sarampo, exames pré-natal, entre outros, além de ação preventiva dos agravos à saúde humana e animal, efetuando análises da água e da toxicologia e microscopia de alimentos, medicamentos, saneantes, cosméticos, identificando suas características em relação aos padrões exigidos e a produção de 170 mil meios de cultura para exames laboratoriais. Numa ação conjunta com o Projeto VIGISUS, descentralizou os laboratórios de Uberaba, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Montes Claros - que fazem parte da Rede Oficial de Laboratórios de Saúde Pública de Minas Gerais, sob a coordenação do IOM-FUNED.

Na formação de recursos humanos do setor saúde, a Escola de Saúde Pública (ESP-MG/FUNED), ao completar 55 anos, qualificou mais de 8.200 profissionais em todo o estado, em cursos básico, profissionalizante e de especialização em diversas áreas, operacionalização de procedimentos, planejamento, política e gestão da saúde. Cumpre focar o Programa de Saúde da Família e a formação de agentes comunitários de Saúde. Como ação inovadora em 2001, a ESP/MG implantou a Tecnologia de Ensino a Distância, ampliando sua atuação. E, no Instituto Octávio de Magalhães, foram desenvolvidos treinamentos para a formação técnica em 25 diferentes modalidades de práticas laboratoriais, para mais de 276 profissionais na área da bromatologia, biologia médica e da biossegurança.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Saúde	136.964.684	157.817.098				
101210012.401.0001 - Planejamento e Gerência do Sistema Único de Saúde	16.778.013	19.581.281				
101220012.039.0001 - Direção Superior do Sistema Único de Saúde	3.093.991	3.542.579				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	23.230.613	22.673.316				
101220012.293.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho	200.000	30.168				
101220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	925.533	1.352.016				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	3.284.189	3.327.577				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	46.825.015	45.867.007				
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	40.673.179	61.369.054				
103044014.585.0001 - Coord. e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	978.635	57.953				
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	975.516	16.147				
Fundação Ezequiel Dias - FUNED	79.608.062	54.922.637				
101220012.206.0001 - Direção Superior	1.744.000	1.296.127				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	7.854.309	6.411.735				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	842.726	473.038				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	3.507.655	4.720.850				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	901.125	264.993	Profissional Treinado (Profissional)	120	666	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.324.701	2.603.198				
103030991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	1.567.662	1.762.436	Unidade Predial Construída (Unidade)	5	3	10
			Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	8	6	10
103034024.472.0001 - Suporte Laboratorial à Vigilância Sanitária e Epidemiológica	9.556.416	6.325.534	Exame e Análise Laboratorial Realizada (Análise)	155.200	177.500	6
			Meio de Cultura Produzido (Placa)	172.900	170.053	-
			Treinamento Laboratorial Realizado (Treinamento)	104	312	5
103034034.474.0001 - Controle de Qualidade de Produtos, Processos e e Serviços	1.845.312	966.540	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	1	1	-
			Ensaio Realizado (Ensaio)	54.100	39.842	4
103034044.188.0001 - Desenv., Produção e Distribuição de Medicamentos e Fitoterápicos	35.258.150	21.533.529	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	15	11	4
			Medicamento Produzido (Unidade Mil)	423.300	378.003	4
103034044.357.0001 - Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos e Hemoderivados	2.736.418	1.721.392	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	3	1	4
			Soro Produzido (Ampola)	153.000	130.600	4
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	7.037.042	5.211.184	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	5	2	4
			Pessoal Qualificado (Pessoa)	4.760	4.760	-
			Profissional de Nível Médio Habilitado (Aluno)	1.619	1.663	-
			Profissional de Nível Superior Capacitado (Aluno)	1.169	1.812	5
			Cooperação Técnica Realizada (Município)	19	8	4
105714064.471.0001 - Geração de Conhecimentos Científicos e Biotecnológicos	3.102.568	1.601.562	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	17	11	7
			Tecnologia Aplicada (Exame/Teste)	1.000	1.112	-
105714064.587.0001 - Desenv. de Pesquisa para Promoção da Saúde Humana e Animal	329.978	30.519	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	4	4	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG	281.361.110	262.605.145				
101220012.206.0001 - Direção Superior	404.478	347.664				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	28.542.240	23.092.624				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	245.000	497.073				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	634.346	3.916.405				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	1.002.000	299.710	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	1.200	1.541	5 - 6
			Pessoal de Ensino Fundamental Habilitado (Aluno)	35	35	-
			Pessoa Treinada (Pessoa)	2.500	2.596	-
			Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	30	15	4
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.787.944	8.768.032				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	26.755.534	8.557.753	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	17	8	1 - 4 - 7 -12
103024084.379.0001 - Atendimento Hospitalar Geral	81.472.878	81.654.101	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	2.438	3.887	6
			Alta Realizada (Alta)	14.595	13.908	-
			Consulta Realizada (Consulta)	291.444	301.484	-
			Outra Terapia Realizada (Atendimento)	94.796	97.923	-
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	180.135	176.735	-
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	221.108	244.679	-
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	701.176	684.685	-
			Paciente/Domiciliar Atendido (Paciente)	1.086	3.441	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103024084.423.0001 - Atendimento de Urgência e Emergência	128.908.090	131.886.933	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	32.113	21.249	4 - 10
			Alta Realizada (Alta)	68.212	46.200	4 - 10
			Consulta Realizada (Consulta)	1.148.840	849.909	4 - 10
			Outra Terapia Realizada (Atendimento)	166.252	27.531	4 - 10
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	1.049.847	688.297	4 - 10
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	1.096.084	1.282.023	5 - 6
			Paciente Domiciliar Atendido (Paciente)	1.516	3.645	5
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	1.018.224	995.879	5 - 6
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	3.608.600	3.584.850	Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	225	224	-
			Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	1.200	0	8
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS	48.290.700	42.297.199				
101220012.206.0001 - Direção Superior	430.000	412.336				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	8.326.400	8.971.578				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	500.000	255.879				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	142.100	305.985				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	8.235.700	4.479.608	Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	8	5	2 - 9
103024094.230.0001 - Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados	30.596.500	27.846.038	Consulta Médica Realizada (Consulta)	400.000	405.063	-
			Doador Apto Clínico Atendido (Doador)	252.000	242.061	-
			Hemocomponente Liberado (Bolsa)	400.000	575.379	6
105714064.424.0001 - Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia	60.000	25.775	Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	29	29	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo Estadual de Saúde - FES	759.767.031	746.738.556				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	4.555.000	3.322.488	Servidor Treinado em Administração e Planejamento (Servidor)	1.500	439	4
			Servidor Treinado em Vigilância Epidemiológica (Servidor)	10.000	804	4
			Servidor Treinado em Vigilância Sanitária (Servidor)	2.500	268	4
			Servidor Treinado em Promoção à Saúde (Servidor)	1.500	5.088	5
			Pessoa Treinada (Pessoa)	1.000	2.135	5 - 6
101280014.186.0002 - Apoio a Formação de Profissionais do SUS	500.000	431.000	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	800	589	2
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	13.091.000	127.183.817	Evento Realizado (Evento)	245	124	4
			Assessoria Prestada (Assessoria)	50	552	5
			Campanha Educativa Realizada (Campanha)	6	27	5
			Material Instrucional Elaborado (Material)	1.147.000	2.309.659	5
			Central de Atendimento Implantada (Central)	1	0	1
			Ação de Promoção à Saúde Realizada (Ação)	165.421	4.023.845	5
			Procedimento Oftalmológico Realizado (Procedimento)	252.000	26.776	4
			Material Instrucional Reproduzido (Material)	50	288.195	5
			Material Instrucional Distribuído (Material)	50	172	5
			Supervisão Realizada (Município)	739	153	4
103014014.589.0001 - Implantação de Programas de Saúde da Família e Agentes Comunit. de Saúde	6.810.000	96.933	Equipe PSF Implantada (Equipe)	350	672	5
			Equipe PACS Implementada (Equipe)	80	804	5
			População do PSF Atendida (Pessoa)	1.207.500	2.318.400	5
			População do PACS Atendida (Pessoa)	3.200.000	1.346.167	4
103024104.600.0001 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Ambulatorial	215.999.957	168.993.755	Município Avaliado (Município)	853	798	-
			Processamento Ambulatorial Realizado (Município)	830	798	-
103024104.600.0002 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Hospitalar	278.710.150	164.851.455	Unidade Hospitalar Avaliada (Unid. Hospitalar)	690	464	4
			Processamento Hospitalar Realizado	467	465	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103024104.600.0003 - Assistência Farmaceutica	123.568.776	117.835.623	(Unidade Hospitalar)			
			Pessoa Atendida com Medicamento Básico (Pessoa)	17.100.000	17.100.000	-
			Pessoa Atendida Com Medicamento Especial (Pessoa)	4.578.000	4.500.000	-
			Pessoa Atendida com Medicamento Excepcional (Pessoa)	2.100	22.000	13 *
103024104.600.0004 - Auditoria nos Sistemas Municipais de Saúde	80.000	129.813	Auditoria Realizada (Auditoria)	1.180	736	4
103024104.600.0005 - Descentralização do Atendimento de Urgência e Emergência	4.500.000	4.400.000	Unidade Hospitalar Contemplada (Unidade Hospitalar)	17	17	-
			Central Regional MG de Transplante Implantada (Central)	6	0	2
103024104.600.0006 - Recuperação Física da Rede Assistencial	30.920.000	94.476.752	Unidade de Saúde Contemplada (Unidade de Saúde)	17	583	5 - 6
103024104.600.0007 - Apoio às Ações de Saúde Coletiva	1.000.000	0	Apoio às Ações da FUNED Realizado (Apoio)	1	0	13 **
			Apoio às Ações da HEMOMINAS Realizado (Apoio)	1	0	13 **
			Unidade Hemoterápica Contemplada (Unidade)	1	0	13 **
103044014.585.0001 - Coordenação e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	12.926.500	11.712.032	Evento Realizado (Evento)	15	25	5
			Vistoria Técnica Realizada (Vistoria)	10.000	7.011	4
			Ação de Vigilância Sanitária Implantada (Município)	90	4	4
			Descentralização das Atividades de Vigilância Sanitária Acompanhada e Avaliada (Município)	180	40	4
			Material Instrucional Elaborado (Material)	4.000	0	13 ***

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103054015.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	67.105.648	53.304.888	Campanha de Vacinação Humana Realizada (Campanha)	3	4	5
			Campanha de Vacinação Animal Realizada (Campanha)	1	4	5
			Sistema de Informação Epidemiológica Implantado (Sistema)	5	5	-
			Material Instrucional Elaborado (Material)	3	271.608	13 ***
			Sistema de Informação Epidemiológica Mantido (Sistema)	5	4	4
			Ação de Vigilância Epidemiológica e Controle do Vetor Realizada (Ação)	37	127.085	5
			Dose de Vacina de Rotina Aplicada (Dose)	6.150.000	3.254.953	5
			Ação de Vigilância Epidemiológica Entomológica Realizada (Ação)	500	4.955	5
			Posto de Saúde Indígena Implantado (Posto)	5	0	2
			Ação de Epidemiologia e Controle de Doenças Realizada (Município)	853	853	-
			Centro de Controle de Zoonoses Implantado (Centro)	7	0	2
TOTAL	1.305.991.587	1.264.380.635				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

Notas: Fundo Estadual de Saúde: * - erro de digitação, programação 21.000; ** - as metas visam garantir repasse de recursos financeiros; *** - quantitativo representa reprodução do material e não elaboração.

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
CRIANÇA E ADOLESCENTE

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SETASCAD) e órgãos a ela vinculados, Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE) e Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG), não obstante as dificuldades financeiras e deficiências do quadro de pessoal experimentadas por todos os órgãos do estado de maneira geral, promoveram, em 2001, ações de fortalecimento e concretização das diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000/2003), cumprindo e aperfeiçoando o estabelecido no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A Superintendência de Relações do Trabalho (SRT), na implementação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ/2001), contratou 139 entidades executoras, treinando 310.000 trabalhadores, nos 853 municípios mineiros. Os cursos cobriram diversos setores de atividade econômica com destaque para os ligados à agropecuária, serviços coletivos sociais e pessoais, comércio, mecânica e serviços automotivos, administração pública, defesa e seguridade social, alojamento, alimentação e construção. Importante destacar que o Plano de Qualificação objetiva a ampliação das oportunidades de trabalho ou geração de renda de pessoas vulneráveis econômica e socialmente (considerando vulnerabilidade o grau de desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, em combinação com atributos que possam dificultar o acesso a alternativas de educação profissional, de elevação de escolaridade e de encaminhamento ao mercado). Além disso, o PEQ é desenvolvido com base na participação ativa da sociedade, pela atuação do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda e das Comissões Municipais de Emprego em todo o processo de execução e monitoramento do plano.

Ainda na área da SRT, foram produzidos folders e cartilhas contendo informações relativas aos direitos trabalhistas, saúde e segurança do trabalhador. Com acesso ao “Sistema Rede Brasil de Legislação” puderam atuar junto à sociedade solucionando dúvidas e divulgando informações. Os técnicos da SRT também estiveram presentes em cerca de 100 eventos, seminários e cursos promovidos por órgãos governamentais e não-governamentais relacionados à área do Trabalho em Minas Gerais, promovendo a articulação entre diversos órgãos nos vários níveis de co-participação, visando maior conscientização e participação da sociedade.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE), em seus 76 postos e 15 agências visando sempre o apoio ao trabalhador, melhorando suas condições de acesso ou retorno ao mercado de trabalho inscreveu 284.821 trabalhadores, encaminhou 128.678 para emprego e colocou 23.150 trabalhadores (10% a mais que em 2000), para as 50 mil vagas registradas.

A informatização do programa a partir da implantação do SIGAE, em 2001, cobriu 34 postos de atendimento. Essa ação possibilitou a rápida disponibilização das informações sobre os candidatos, vagas e dados estatísticos, conferindo maior agilidade aos serviços prestados e melhor controle da informação. Essa mudança na forma de atender implicou treinamento e alterações no processo de rotina e culminou por integrar todas as ações da Superintendência, o que permitiu ao trabalhador ter acesso, em um único atendimento, a todos os serviços prestados pelo posto do SINE.

Na intermediação de mão-de-obra informal, foram registrados 1.120 inscrições, 12 mil encaminhamentos e 13.073 atendimentos para as 14.089 solicitações recebidas nos 11 postos do SINE que lidam com esse serviço, significando um aproveitamento de 93% das solicitações registradas. Foram ainda expedidas 70.639 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e habilitados 194.028 trabalhadores no seguro-desemprego.

Como forma de assegurar a participação da sociedade na gestão da Política Pública do Trabalho, a SETASCAD apoiou e orientou, integralmente, o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda em todas as ações necessárias ao seu pleno funcionamento, subsidiando os municípios com a análise dos instrumentos normativos, na criação e funcionamento das Comissões Municipais de Emprego (CME), com 133 novas, elevando para 530 os municípios com essas comissões em Minas Gerais.

A Superintendência de Assistência Social (SAS), com a ação de Apoio à Gestão e ao Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social apoiou e assessorou tecnicamente os municípios na implantação do sistema, conforme exigência legal da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em seu artigo 30. Esta tarefa cumpre a demanda de gestores municipais, conselhos municipais e entidades, com atendimento individual, oferta de manuais de orientação técnica, reuniões de trabalho, além de auxiliar tecnicamente a Comissão Intergestora Bipartite (CIB), já registrando 553 municípios com o sistema descentralizado implantado.

Na execução do Programa Federal de Serviços Assistenciais de Ação Continuada, que financia entidades sociais e prefeituras municipais prestadoras de serviços assistenciais (crianças, em creche; pessoas portadoras de deficiência, em clínicas e entidades, e idosos, em sistema asilar ou meio aberto), foram atendidas 9.688 crianças de 0 a 6 anos ao custo de R\$ 1.898.512,92; 598 pessoas portadoras de deficiência ao custo de R\$ 310.863,48, e 190 idosos ao custo de R\$ 9.234,00 (valores anuais). Todos os recursos foram alocados no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

O Programa Estadual de Atendimento ao Migrante, que desenvolve suas ações no Centro de Referência Estadual do Migrante (CREM), como promoção de triagem, cadastramento, pronto-atendimento, higienização, alimentação, orientação, estudo de caso, albergamento e encaminhamentos sociais para balcão de emprego das famílias e pessoas que chegam à Capital (Terminal Rodoviário de BH) e outras sete agências em Juiz de Fora, Ituiutaba, Montes Claros, Patos de Minas, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Varginha, totalizou 12 mil atendimentos durante o ano. Já a assistência à população de rua é prestada pelo Centro de Triagem e Encaminhamento Social (CETES), em Belo Horizonte, com cadastramento e abrigo para até 60 pessoas simultaneamente.

Para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em Minas Gerais, atendendo ao disposto no Artigo 21 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que prevê revisão periódica a cada dois anos, contada da data da concessão, foram transferidos recursos federais no valor de R\$ 933.860,00 e promovida a conferência de 46.708 benefícios (concedidos de 01/05/97 a 31/12/98.), sendo 31.406 a portadores de deficiência e 15.302

a idosos. As ações foram executadas numa parceria entre a SETASCAD e as prefeituras municipais.

O Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), federal, que objetiva a eliminação do trabalho infantil, beneficiou cerca de 6 mil crianças em 39 municípios, envolvendo recursos remanescentes de 2000 - R\$ 916.730,00, e de 2001 - R\$532.655,00, todos aplicados no FEAS, enquanto o Roda Moinho, também federal, (crianças de 0 a 6 anos, fora da creche) atendeu, em 10 municípios com grande índice de mortalidade infantil do Vale do Jequitinhonha, mil crianças, ao custo de R\$ 250.000,00.

O Programa Federal Agente Jovem, destinado ao jovem entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social, que oferece bolsa mensal de R\$ 65,00, atendeu a 500 pessoas com recursos da ordem de R\$ 500.000,00.

Outro programa federal, o Comunidade Ativa que promove incremento social por meio da indução do desenvolvimento local, integrado e sustentável, como forma de combate à pobreza e de promoção de localidades carentes, teve sua interlocução exercida pela SETASCAD, com a pactuação de ações governamentais federal e estadual em cinco municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, inicialmente, com posterior expansão para outros 14.

A Superintendência de Assistência Social (SAS) também atuou na implantação de 47 portais, em 47 municípios do Jequitinhonha e Mucuri, juntamente com a Fundação CEFETMINAS, como ação do Programa Alvorada (em convênio com o governo federal), que prevê a inauguração de portais nos 273 municípios do país com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), objetivando o desenvolvimento de atividades socioeducativas, a identificação de famílias de baixa renda e seu encaminhamento aos serviços existentes nos municípios, além do acesso a ações combinadas de outros programas – ao custo de R\$ 721.000,00.

A Superintendência da Criança e do Adolescente (SUCAD) concentrou seus esforços na viabilização da descentralização político-administrativa e na municipalização do atendimento, como previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse sentido, destacou-se, além da municipalização de unidades dos programas de abrigo e de ações socioeducativas em meio aberto, a implantação do Centro Estadual de Referência no Estudo, Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, significando a transformação do modelo de atendimento anteriormente executado pelo programa SOS-Criança, com registro de 5.040 atendidos.

Os Programas Curumim e CIAME, executados pela SUCAD, atenderam cerca de 7.600 crianças (7 a 14 anos), sob risco social, a maioria da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Já o Programa Unidade de Atendimento Especializado (UAE), que tem por objetivo crianças e adolescentes carentes com deficiência física ou mental, por meio de convênio com clínicas especializadas (psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e psicopedagogia), registrou 87.296 atendimentos.

Na área de Apoio às ações de Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Comunitário, da Superintendência de Desenvolvimento Comunitário e Cooperativismo (SUDECOOP), foram avaliados 38 projetos encaminhados ao Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), dos quais oito aprovados, beneficiando comunidades de Belo Horizonte (quatro entidades), Betim, Carangola, Carlos Chagas, Uberlândia e Fruta de Leite. A estas entidades foram destinados recursos para financiar atividades produtivas com vistas à geração de trabalho e renda.

No que diz respeito ao assessoramento aos municípios e entidades, a SUDECOOP assessorou cerca de 400 municípios, atendendo às solicitações de esclarecimentos relativos à formação de cooperativas e associações e procurando, assim, fortalecer suas entidades.

O programa Geração de Cooperativas Populares (GERACOOOP), que faz parte do PEQ, iniciou a implantação de 89 cooperativas, com cursos de capacitação e incubação das unidades cooperadas. Deste projeto participam 27 municípios concentrados em Belo Horizonte, Juiz de Fora, São João del Rei, Sul e Norte de Minas.

A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) realizou, durante 2001, o programa Formação de Técnicos e Auxiliares Técnicos dos Setores da Indústria, Comércio e Serviços, com cursos de Telecomunicações, Eletrônica, Informática, Patologia Clínica, Enfermagem e Instrumentador Cirúrgico, habilitando 350 alunos, em 34 turmas. Por meio do Plano Estadual de Qualificação (PEQ), qualificou 115 trabalhadores em Mecânica de autos e motos, Introdução à Microinformática e Serralheria. No Programa de Formação Pedagógica para Docentes, licenciou 168 alunos, em nove turmas, nos cursos de Matemática, Física, Química e Biologia. Além disso, foi celebrado contrato com a MGS, para capacitação de 20 gerentes, de 120 encarregados de serviços, alfabetização de 89 servidores e curso de suplência do ensino fundamental, para 90 servidores. Com a SETASCAD, celebrou contrato para realização de 48 cursos com 56 turmas, para qualificação profissional de 1.168 trabalhadores.

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAADE) incrementou sua missão institucional de assessorar municípios, organizações governamentais e não-governamentais divulgando informações que possibilitam o atendimento da pessoa com deficiência e a sociedade organizada, na perspectiva da garantia, defesa e promoção dos direitos desse segmento. O trabalho envolveu 28 palestras, além de 30 viagens pelo interior do estado, tendo como objetivo principal o apoio à implantação e o fortalecimento das Coordenadorias Municipais e das agências representativas do movimento das pessoas com deficiência. Destaque para a pesquisa de identificação dos hotéis com acesso para os portadores de deficiência física, contratada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Foi também realizado o Fórum Pró-Trabalho, reunindo esforços de entidades governamentais e não-governamentais em torno da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. O posto do SINE na CAADE, dirigido às pessoas com deficiência, apresentou expansão do seu cadastro, convocações, colocações, encaminhamentos, emissão de carteiras de trabalho e requisições de seguro-

desemprego, com 443 atendimentos. Para melhorar as chances de empregabilidade e do acesso ao mercado de trabalho, de pessoas com deficiência, foram contratados quatro cursos numa parceria SETASCAD-CAADE e SESI-Centro de Integração e Apoio ao Portador de Deficiência Rogéria Amato.

A CAADE promoveu ainda o VIII Encontro Mineiro das Pessoas com Deficiência, abordando o tema "Inclusão Social: Uma questão de políticas públicas", buscando avançar na defesa dos direitos do deficiente e na construção de propostas concretas. O evento contou com a presença de 150 representantes de 10 das 12 mesorregiões do estado. Em parceria com a PUC-Minas, participou da realização do II Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, que concentrou 50 organizações nacionais e internacionais. E, em novembro, o Encontro Sul Mineiro da Política de Inclusão reuniu, nas cidades de Santa Rita de Sapucaí e Itajubá, todos os segmentos do movimento pela defesa dos direitos da pessoa com deficiência, para o debate, reflexão e proposição de medidas e estratégias inclusivas.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente	79.286.841	72.798.357				
081210012.179.0001 - Planejamento Setorial	459.850	265.691				
081220012.023.0001 - Manutenção e Ampliação de Unidades Regionais	2.202.817	2.727.515				
081220012.206.0001 - Direção Superior	889.905	866.796				
081220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.253.107	9.481.067				
081220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	281.460	157.785				
081220012.293.0002 - Operacionalização das Ações dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Geração de Renda	620.300	295.594				
081220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	148.485	178.810				
081280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	410.900	333.458				
082413364.626.0001 - Gestão da Política Pública de Assistência ao Idoso	488.418	767.611	Evento Realizado (Evento)	3	1	3
			Município Assessorado (Município)	200	110	4
			Publicação Editada (Unidade)	3.000	0	3
082423334.627.0001 - Apoio às Ações de Assistência Social a Pessoa Portadora de Deficiência	1.898.301	912.538	Criança/Adolescente do Programa Curumim Atendida (Criança/Adolescente)	100	120	6
			Criança/Adolescente do Centro Educacional Abrigada (Criança/Adolescente)	523	864	5
			Município Assessorado (Município)	45	49	-
			Criança/Adolescente do Programa de Atendimento Especializado Atendida (Atendimento)	180.000	87.296	3 - 4
082433344.629.0001 - Apoio às Ações de Assistência Social à Criança e ao Adolescente	6.683.528	8.613.584	Criança/Adolescente do Programa SOS Atendida (Criança/Adolescente)	4.800	5.040	-
			Criança/Adolescente do Programa Ciames Atendida (Criança/Adolescente)	950	950	-
			Criança/Adolescente do Programa Curumim	6.650	6.650	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Atendida (Criança Adolescente)			
			Criança/Adolescente do Centro Educacional	432	437	-
			Abrigada (Criança/Adolescente)			
			Município Assessorado (Município)	300	320	-
			Publicação Editada (Unidade)	5.000	5.000	-
			Entidade Convenida Atendida (Entidade)	15	16	-
			Conselheiro Educador Capacitado (Curso)	40	21	4
			Conselho Municipal e Tutelar Assessorado (Conselho)	400	400	-
			Criança-Adolescente do Programa Casa de Passagem Atendida (Criança/Adolescente)	1.800	2.000	6 - 7
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	5.300.000	6.512.015				
112444424.487.0001 - Apoio as Ações de Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Comunitário	572.197	436.844	Evento Realizado (Evento)	2	0	3
			Programa de Mobilização de Comunidade	60	38	4 - 7
			Apoiado (Projeto)			
			Município Assessorado (Município)	400	400	-
			Projeto Minas Cooperativa Implantado (Projeto)	40	0	8
			Capacitação para Associativismo-Cooperativismo	4	4	-
			Realizada (Curso)			
			Entidade Assessorada (Entidade)	5.000	150	3 - 4
113314434.491.0001 - Prevenção de Acidentes de Trabalho	68.000	96.885	Evento Realizado (Evento)	3	0	3
			Publicação Editada (Unidade)	3.000	3.000	-
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	1	-
113314444.496.0001 - Intermediação de Empregos	8.002.330	4.956.763	Evento Realizado (Evento)	4	5	6
			Trabalhador para o Emprego Encaminhado (Pessoa)	82.000	128.678	5 - 6
			Publicação Editada (Unidade)	10.000	11.400	5 - 6
			Trabalhador Inscrito (Pessoa)	99.000	284.821	5 - 6
			Trabalhador Colocado (Pessoa)	30.000	23.150	4
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Habilitado (Pessoa)	190.000	194.028	-
			Vaga no Mercado de Trabalho Captada (Vaga)	45.000	49.495	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
113324454.497.0001 - Apoio Operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda	252.200	309.401	Pessoa Teleatendida (Pessoa)	130.000	333.690	5 - 6
			Evento Realizado (Evento)	4	5	6
			Comissão Municipal de Emprego Implantada (Comissão)	50	133	5 - 6
			Visita de Acompanhamento ao Empreendimento Realizada (Visita)	100	12	4 - 7
113324454.498.0001 - Estudos e Pesquisas na Área de Emprego	1.279.350	794.526	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pesquisa)	12	12	-
			Edição Pesquisa PED Realizada (Pesquisa)	12	12	-
113334464.492.0001 - Qualificação Profissional do Trabalhador	40.207.500	34.938.908	Evento Realizado (Evento)	4	6	5 - 6
			Entidade Beneficiada (Entidade)	200	139	4
113634474.494.0001 - Qualificação Profissional do Adolescente	268.193	152.566	Equipamento para Portador de Deficiência Produzido (Equipamento)	3.000	4.000	5 - 6
			Adolescente Treinado (Pessoa)	100	36	9
			Conjunto Individual de Mobiliário Escolar Produzido (Conjunto)	100.000	300	12
Coordenadoria de Apoio e Assistência a Pessoa Deficiente - CAADE	261.231	273.769				
081220012.206.0001 - Direção Superior	216.483	239.022				
082424414.370.0001 - Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência nas Pol. Setoriais Básicas	35.248	25.975	Publicação Produzida (Unidade)	2	0	7
			Evento Promovido (Evento)	3	2	4
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	85	85	-
			Projeto de Reabilitação Implantado (Município)	2	0	12
			Entidade Assessorada (Entidade)	20	60	5
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.500	8.772				
Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG	4.873.900	5.392.137				
121210012.615.0001 - Desenvolvimento das Ações de Planejamento	138.806	67.631				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
121220012.206.0001 - Direção Superior	114.930	82.680				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.044.795	3.141.570				
121220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	132.000	112.985				
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	159.939	156.278				
123634464.623.0001 - Qualificação Profissional	610.520	370.228	Aluno Matriculado (Aluno)	280	1.283	5
			Turma Formada (Turma)	14	60	5
123634464.818.0001 - Capacitação Profissional	261.960	162.928	Aluno Matriculado (Aluno)	300	319	-
			Turma Formada (Turma)	10	10	-
			Servidor Treinado (Servidor)	4.012	0	9
123637424.619.0001 - Formação de Técnicos e Auxiliares Técnicos dos Setores da Indústria Comércio e Serviços	987.102	1.141.711	Aluno Matriculado (Aluno)	560	1.070	5
			Turma Formada (Turma)	20	34	5
123637434.622.0001 - Formação Pedagógica para Docentes	423.848	156.126	Aluno Matriculado (Aluno)	428	257	4
			Turma Formada (Turma)	12	9	4
Fundo para Infância e Adolescência - FIA	1.506.113	1.207.169				
082433424.630.0001 - Apoio as Ações em Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.506.113	1.207.169	Município Beneficiado (Município)	300	50	4
			Entidade Beneficiada (Entidade)	2.000	0	9
			Entidade Apoiada (Entidade)	20	4	4 - 7
			Bolsa Trabalho Educativo Apoiada (Bolsa)	2.000	400	3 - 7
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	27.934.789	5.948.151				
082413384.626.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social ao Idoso	773.621	762.256	Entidade Apoiada (Entidade)	1	1	-
			Evento Realizado (Evento)	3	1	3
			Município Assessorado (Município)	200	110	3
			Publicação Editada (Publicação)	3.000	0	3
			Idoso do Programa Casa-Lar Abrigado (Pessoa)	16	6	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
082723394.627.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social ao Portador de Deficiência	355.792	437.736	SAAC - Idoso Atendido em Asilo (Pessoa)	185	190	-
			Revisão do BPC Realizada (Município)	800	759	-
			Publicação Editada (Publicação)	1.000	5.000	5 - 6
			Revisão do BPC Realizada (Município)	800	837	-
			Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	160	160	-
			Programa Curumim Descentralizado (Município)	1	1	-
082433414.629.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social a Criança e ao Adolescente	26.578.576	3.738.388	Entidade Apoiada (Entidade)	1	1	-
			Evento Realizado (Evento)	1	1	-
			Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	160	864	5
			Programa Curumim Descentralizado (Município)	4	1	4
			Município no Combate a Exploração Infantil pelo Trabalho Apoiado (Município)	50	39	4
			Adolescente com Medida Sócio-Educativa Implementada (Adolescente)	400	400	-
			Entidade Conveniada Atendida (Entidade)	40	40	-
			Serviço Assistencial de Ação Continuada Realizado (Entidade)	7	25	5 - 6
			Programa Ciames Descentralizado (Município)	1	1	-
			Rodamoinho Município/Entidade Atendida (Município/Entidade)	20	10	3
			Criança Adolescente do Programa Casa de Passagem Atendida (Município)	3	3	-
082443434.524.0001 - Assistência Social à Família	226.800	1.009.771	Entidade Apoiada (Entidade)	1	1	-
			Pessoa Beneficiada (Pessoa)	80	80	-
			População de Rua Atendida (Pessoa)	60	60	-
			Migrante Atendido (Pessoa)	36.000	12.000	4
TOTAL	113.862.874	85.619.583				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

CULTURA

A Secretaria de Estado da Cultura durante 2001 realizou, por intermédio de suas superintendências e órgãos vinculados, ações de grande relevância no cenário cultural de Minas Gerais e de fundamental importância para a consolidação da política cultural do governo do estado, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A Superintendência de Ação Cultural, graças à Lei Estadual de Incentivo à Cultura, contribuiu para o desenvolvimento, profissionalização e divulgação da produção cultural do estado. Foram apresentados 1.480 projetos, sendo 384 sancionados, para uma renúncia fiscal de R\$ 17.317.075,00, correspondente a 0,30% da receita líquida do ICMS. Entre os projetos aprovados estão o “Circuito Telemig de Cultura”, “Escolas Experimentais de Arte”, projetos de manutenção de vários teatros e de festivais culturais do estado.

Com patrocínio da COMIG, o Programa de Apoio às Bandas de Música destinou 675 instrumentos a 75 bandas de música de Minas Gerais, cadastradas na Secretaria de Estado da Cultura.

A cultura indígena teve destaque especial com o “Festival de Dança e Cultura Indígena”, realizado no Parque Nacional da Serra do Cipó, e o “Seminário de Educação Escolar Indígena”. Neles foram discutidas políticas públicas para o desenvolvimento da cultura e da educação nas aldeias.

O Projeto Curta Minas proporcionou a finalização e produção de 14 curtas-metragens e o Programa Cinema Vivo está revitalizando salas de cinema em cidades do interior de Minas.

Com o apoio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), promoveu o “Seminário sobre a Cultura do Vale São Francisco”, no qual foram abordados temas relacionados com a economia, o meio ambiente, a cultura e o potencial turístico das regiões ribeirinhas.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e a Câmara Mineira do Livro, realizou o II Salão do Livro de Belo Horizonte e Encontro Internacional de Literatura Latino-Americana.

O Fórum Mineiro de Festivais, apoiado pelo Ministério do Esporte e Turismo, contou com 30 organizadores de festivais culturais, que discutiram a implantação do Circuito Mineiro de Festivais, tendo em vista a promoção dessa atividade cultural em nível nacional e internacional.

Foram realizadas Jornadas de Cultura nas cidades de Santana dos Montes, Araçuaí, Lambari, Araxá e Governador Valadares, objetivando a constituição de um Fórum de Secretários Municipais de Cultura para a implementação de projetos culturais regionais, articulados com as superintendências e fundações vinculadas à Secretaria de Estado da Cultura.

O “2º Encontro de Programadores de Rádio de Minas Gerais”, com apoio do Ministério da Cultura e a Associação Pró-Cultura do Palácio das Artes, obteve como resultado a criação de fórum permanente com a participação de músicos, diretores artísticos e programadores de rádio, visando o estabelecimento de novas estratégias de difusão da música brasileira, especialmente da música mineira, por intermédio da ação dos programadores de rádio.

A Superintendência apoiou diversos eventos em Minas e em outros estados brasileiros como a FENAMUSIC 2001, 47ª Feira do Livro de Porto Alegre (Minas Gerais, Estado homenageado) Campanha de Popularização do Teatro, 37ª Semana Mineira de Folclore, Seminário Centro Norte/Minas, Comemorações do Bicentenário do Dr. Lund, entre outros.

A Superintendência de Museus, reforçando seu papel de instituição responsável pela formulação e difusão da política de museus no estado, deu continuidade a projetos iniciados em anos anteriores e intensificou as ações de assessoria técnica para implantação e/ou revitalização de museus na capital e no interior.

Dois projetos estão sendo executados mediante convênios de cooperação técnica firmados com a Fundação Palmares e com a Fundação João Pinheiro. O primeiro objetiva a consolidação do Museu do Escravo, em Belo Vale, como espaço destinado à coleta, conservação, pesquisa e difusão de documentos da cultura material afro-brasileira. O Projeto Casa de Juscelino, dentro das comemorações do Centenário de JK, executado com recursos do Tesouro Estadual, propõe pesquisa de acervo, adequação física e montagem de uma nova exposição de longa duração no Museu Casa de Juscelino, em Diamantina, com o enfoque na infância e na adolescência do estadista.

A Superintendência vem assessorando instituições, prefeituras e comunidades na implantação de museus, com destaque para o Museu Clara Nunes em Caetanópolis, o Museu de Arte Sacra em Diamantina e o Museu da COPASA em Belo Horizonte.

O Caderno de Diretrizes Museológicas desenvolvido com o patrocínio da Usiminas, tem o intuito de ampliar a capacidade da Superintendência de prestar assessoria técnica em assuntos afetos à implantação e gestão de museus.

O Projeto de Cadastramento dos Museus do Interior registrou a existência de 154 instituições em 86 municípios. Com a conclusão prevista para dezembro de 2002, já subsidiou a produção de 10 encartes especiais sobre museus pesquisados, que vêm sendo veiculados no jornal Minas Gerais.

O Programa de Revitalização do Museu Mineiro teve continuidade com a conclusão da restauração do Forro da Sala das Colunas. Já suas fases subseqüentes - “Adequação Arquitetônica e Paisagismo” e “Projeto Exponográfico e de Extensão Cultural” -, encontram-se em início de execução.

As unidades museológicas subordinadas à Superintendência - Museu Casa Alphonsus de Guimaraens em Mariana, Museu Casa Guignard em Ouro Preto e Museu

Guimarães Rosa em Cordisburgo -, possuem projetos de revitalização aprovados em Leis de Incentivo e estão em fase de captação de recursos financeiros.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas cumpriu o seu papel de reunir e preservar o patrimônio literário, bem como oferecer à comunidade as mais diversas atividades e serviços de estímulo à leitura informativa, educativa e de lazer.

Por intermédio de suas Diretorias atendeu cerca de 525 mil usuários. Somente na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e na Hemeroteca Pública foram atendidos 480.949 consulentes, que utilizam os serviços de empréstimo domiciliar, salas de estudo e pesquisa, acesso gratuito à internet, setor infanto-juvenil, setor Braille, Obras Raras e Patrimoniais e Sala Mineiriana. O Carro Biblioteca, a Caixa-Estante e as três bibliotecas comunitárias, que atenderam cerca de 44 mil usuários, disponibilizam o acervo da Biblioteca Pública em regiões periféricas, creches, prisões e asilos.

A atuação da Superintendência junto às bibliotecas municipais intensificou-se com a doação de aproximadamente 27 mil livros para 173 municípios, assessoramento técnico a diversas prefeituras na criação de bibliotecas, constituição de sociedades de amigos, elaboração de projetos e tratamento de acervo, além da participação de seus técnicos em jornadas culturais e encontros de estímulo à leitura.

Na Galeria Paulo Campos Guimarães e no Anexo Professor Francisco Iglésias foram realizadas 16 exposições, incluindo a dos “500 anos do Rio São Francisco”, a do “Centenário de Henriqueta Lisboa”, que percorreram 30 municípios mineiros, Porto Alegre e Brasília, e a do “Realismo Fantástico de Murilo Rubião”, que desde outubro circula pelo interior de Minas.

Com recursos oriundos do Fundo Municipal de Cultura, o Setor Braille adquiriu equipamentos que possibilitarão o aumento do acervo do setor.

Disponibilizados por Leis de Incentivo e patrocínio da Usiminas, a Superintendência de Bibliotecas concluiu a primeira fase do projeto de “Revitalização do Prédio da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa”; deu continuidade ao projeto de “Conservação de Obras Raras” e iniciou a primeira etapa do processo de informatização do acervo da Superintendência.

O Arquivo Público Mineiro, empenhado no desenvolvimento de uma ação exemplar no tratamento e divulgação dos acervos sob sua custódia, coordenou a constituição de uma rede cooperada para o compartilhamento de experiências de preservação e acesso aos acervos históricos de Minas Gerais, técnicas de microfilmagem e digitalização. Os resultados alcançados com a iniciativa têm confirmado o papel fundamental da Instituição na sistematização e disseminação do conhecimento que sustenta a ação arquivística no estado. Vários projetos envolvendo acervos mineiros e referendados pelo programa “Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais” estão em andamento.

No esforço de promover a aplicação de procedimentos arquivísticos que contribuam para racionalização do serviço público e a melhoria de atendimento às demandas da

informação, pela sociedade e pelo estado, a superintendência implantou o Projeto “Avaliação de Documentos na Secretaria de Estado da Fazenda”, com o qual pretende dotar a administração pública estadual de uma experiência-piloto de avaliação de documentos acumulados, com a eliminação dos documentos destituídos de valor probatório e informativo e o recolhimento ao Arquivo Público Mineiro daqueles de valor permanente.

Prestou assessoria técnica a várias iniciativas de preservação de documentos no estado e distribuiu, em cooperação com o Conselho Nacional de Arquivos, a cartilha Subsídios para Implantação de uma Política Municipal de Arquivos, destinada às Prefeituras e Câmaras Municipais.

O Suplemento Literário de Minas Gerais, além de sua publicação mensal com tiragem de 6.500 exemplares expedidos gratuitamente para todo o Brasil e também para o exterior, executou três publicações especiais. Uma delas em comemoração ao centenário do escritor mineiro Murilo Mendes e outras duas dedicadas à publicação dos principais textos apresentados pelos escritores convidados para o Salão do Livro de Belo Horizonte e Encontro Internacional de Literatura Latino-americana.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) vem ampliando sua atuação junto às comunidades e o leque de políticas públicas de proteção do acervo histórico e cultural de Minas, investindo em ações que privilegiem a proteção dos seus bens tombados, a difusão da consciência patrimonial e a criação de instrumentos e mecanismos eficazes para a preservação da memória.

Neste sentido, o IEPHA/MG procedeu ao tombamento provisório do Núcleo Histórico do Distrito de Córregos em Conceição do Mato Dentro, do sobrado do inconfidente Domingos de Abreu Vieira em Berilo, da Serra dos Cristais em Diamantina, do Museu Casa de Guimarães Rosa em Cordisburgo e da sede da Fazenda Santo Antônio em Esmeraldas.

A Superintendência de Desenvolvimento e Promoção assessorou municípios em 400 casos referentes ao enquadramento na Lei Estadual 13.803/2000, que proporciona acréscimo no repasse dos recursos do ICMS a 218 municípios mineiros que, atualmente, cumprem as exigências em relação ao critério de proteção do patrimônio cultural. Realizou, ainda, pesquisa em parceria com a Fundação João Pinheiro e a Secretaria de Estado da Educação, para desenvolvimento do Programa Educação Patrimonial nas Escolas Estaduais de 2º grau.

A Diretoria de Conservação e Restauração, por intermédio de suas superintendências, atendeu a 58 pedidos de assessoria e consultoria, analisou projetos de oito municípios, acompanhou 13 obras de restauração em patrimônio edificado, realizou 21 obras de restauração em elementos artísticos e aplicados e serviços diversos em 15 bens tombados.

Além disto, o IEPHA/MG elaborou e desenvolveu o Projeto Arqueológico Tupi-Guarani, em parceria com a UFMG, e procedeu ao levantamento de campo para registro de sítios arqueológicos e salvamento de urna funerária para restauro nos municípios de Catas Altas, Moema e Carrancas.

Mediante outros projetos, programas especiais e convênios técnicos com instituições nacionais e estrangeiras, o IEPHA/MG vem implementando sua ampla proposta de política de patrimônio cultural.

A Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) restaurou imagens do Distrito de São Bartolomeu e de Várzea da Palma, a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto e o acervo documental da Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

Além dos cursos e oficinas regulares de artes plásticas, restauração e conservação de bens móveis já oferecidos, a Fundação de Arte de Ouro Preto estruturou, em parceria com o SENAI/Itaúna, Universidade Federal de Ouro Preto e Escola Técnica Federal de Ouro Preto, a Oficina de Fundição, criando canais para a difusão de técnicas especiais, garantindo a sobrevivência do ofício.

Aos alunos da Fundação foi dada a oportunidade de expor seus trabalhos em vários eventos organizados dentro e fora da Instituição, apresentando para a comunidade os resultados alcançados.

A Fundação Clóvis Salgado apresentou uma intensa e diversificada programação, obtendo a presença de um público de 687.237 pessoas nos 1.720 eventos realizados em seus diversos espaços.

Sua extensa agenda contemplou espetáculos de qualidade inquestionável, apresentando atrações nacionais e internacionais.

Afirmando-se como centro de excelência de produção artística e cultural, a Fundação Clóvis Salgado produziu espetáculos grandiosos como a ópera “Aída”, de Giuseppe Verdi, a cantata-cênica “Sertão: Sertões”, inspirada na obra “Grande Sertão Veredas” de Guimarães Rosa e “Entre o Céu e as Serras”, da Companhia de Dança de Minas Gerais.

Projetos de difusão como “Quarta Lírica e Instrumental”, “Série Concertos para BH”, “Concerto no Parque” e “Expresso Melodia” obtiveram sucesso crescente de público proporcionando a fruição de música de qualidade gratuitamente ou a preços acessíveis.

A realização do “II Festival Internacional de Curtas-Metragens de Belo Horizonte” consolidou sua participação no calendário de festivais audiovisuais do País.

O Centro de Formação Artística (CEFAR), além de seus cursos profissionalizantes nas áreas de teatro, música e dança, ofereceu os cursos de Cultura Mineira e de Gestão Cultural e, ainda, produziu espetáculos de destaque no cenário artístico de Belo Horizonte.

Por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Justiça, a Fundação beneficiou menores infratores entre 16 e 18 anos de quatro instituições de recuperação de Belo Horizonte, ministrando aulas de artes plásticas, violão, percussão, canto e dança de rua.

A Serraria Souza Pinto abrigou eventos de grande porte como a “Feira Minas Calçados”, “Mostra Têxtil Brasil”, “Mundo Mix”, “Shows Musicais”, entre outros, que ocuparam plenamente sua agenda, atraindo um público superior a 170 mil pessoas.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Cultura	34.152.186	11.366.932				
131210012.179.0001 - Planejamento Setorial	273.024	285.568				
131220022.206.0001 - Direção Superior	413.468	444.302				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.900.723	3.282.763				
131220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	128.000	98.548				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.326.800	3.900.060				
133915414.097.0001 - Gestão, Preserv. e Divulgação de Documentos Públicos e Privados de Int. Público	342.373	353.314	Usuário Atendido (Usuário)	4.800	3.100	4
			Evento Realizado (Evento)	2	1	1
			Documento Especial Processado (Planta/Mapa)	4.000	4.000	-
			Publicação Produzida (Publicação)	1	0	7
			Documento Microfilmado Processado (Documento)	190.000	170.000	4
			Servidor Treinado (Servidor)	150	0	3
			Documento Textual Processado (Metro Linear)	300	250	3
			Assessoria Técnica Prestada (Unidade)	120	128	5
			Comissão Permanente de Avaliação Instituída (Unidade)	5	1	4
			Documento Textual Recolhido (Documento)	100	2	4
			Documento Especial Recolhido (Documento)	250	436	5
			Documento Especial Restaurado (Documento)	150	196	5
			Documento Textual Restaurado (Documento)	600	683	5
			Documento Especial Conservado (Documento)	500	569	5
			Documento Textual Conservado (Metro Linear)	400	430	5
133915424.131.0001 - Difusão da Ação Museológica	421.170	490.653	Publico Atendido (Pessoa)	4.000	8.500	5
			Evento Realizado (Evento)	12	10	3
			Unidade Museológica Assessorada (Unidade Museológica)	50	10	3
			Acervo Processado (Objeto)	360	220	4

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925434.133.0001 - Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	709.923	1.246.242	Acervo Conservado (Objeto)	140	160	5
			Acervo Restaurado (Objeto)	12	7	3
			Usuário Atendido (Usuário)	423.429	525.000	5
			Evento Realizado (Evento)	41	46	5
			Biblioteca Assessorada (Biblioteca)	36	10	3
			Livro Processado (Volume)	30.000	30.000	-
			Publicação Periódica Processada (Título)	98	36	7
			Material não Bibliográfico Processado (Material)	265	0	7
			Livro Adquirido (Volume)	7.600	989	3
			Publicação Periódica Adquirida (Título)	132	100	3
			Material não Bibliográfico Adquirido (Material)	265	0	3
			Serviço de Processamento Automatizado (Serviço)	4	0	3
			Servidor Treinado (Servidor)	210	0	3
			Biblioteca Polo Instalada (Biblioteca)	2	0	3
			Biblioteca Beneficiada com Doação de Acervo (Biblioteca)	240	173	4
133925444.134.0001 - Edição e Distribuição de Publicações Literárias	124.158	107.141	Publicação Editada (Edição)	1	0	4
			Suplemento Literário Editado (Edição)	13	14	5
133925454.145.0001 - Fomento, Promoção e Difusão Cultural	25.381.236	1.017.613	Projeto Aprovado (Projeto)	653	384	4
			Projeto Analisado (Projeto)	1.135	1.480	5
			Projeto Incentivado (Projeto)	320	154	4
			Projeto Fomentado (Projeto)	122	15	3
			Projeto Promovido (Projeto)	30	8	3
			Público Atendido (Pessoa)	6.700	7.250	5
			Promoção Realizada (Promoção)	30	8	3
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	220	210	-
			Ação de Difusão Cultural Realizada (Ação)	30	35	5
133925464.147.0001 - Cursos de Formação Artístico Cultural	131.311	140.728	Aluno Formado (Aluno)	9.000	0	1
			Curso/Congenere Realizado (Curso/Congenere)	300	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP	373.551	377.176				
131220012.206.0001 - Direção Superior	227.790	147.200				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	28.500	21.515				
133925454.174.0001 - Promoção Artístico Cultural	3.500	24.163	Evento Realizado (Evento)	40	28	4
133925464.569.0001 - Formação Artístico Cultural	113.761	184.298	Curso Realizado (Curso)	25	10	4
			Aluno Formado (Aluno)	250	190	4
Fundação Clóvis Salgado	9.118.722	10.589.863				
131220012.206.0001 - Direção Superior	233.845	157.403				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.475.557	2.579.633				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	32.000	20.000				
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.570.984	2.335.012				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	824.517	782.997				
133925454.137.0001 - Produção e Apresentação de Espetáculos dos Corpos Estáveis	2.242.378	3.013.251	Público Atendido (Pessoa)	100.000	90.000	-
			Espetáculo Produzido/Apresentado (Espetáculo)	80	75	-
133925454.174.0001 - Promoção Artístico e Cultural	908.353	938.124	Público Atendido (Pessoa)	300.000	597.237	6
			Evento Realizado (Evento)	80	164	6
			Espetáculo Realizado (Espetáculo)	320	434	6
			Atividade de Extensão Cultural Realizada (Atividade)	150	147	-
			Sessão de Cinema Realizada (Sessão)	720	900	6
133925464.569.0003 - Cursos de Formação Artística	831.088	763.443	Curso Realizado (Curso)	9	9	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Aluno Formado (Aluno)	35	35	-
Fundação Inst. Est. do Patrimônio Histórico e Artístico de M.G. - IEPHA	2.267.403	3.537.858				
131220012.206.0001 - Direção Superior	268.601	308.210				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	849.590	1.071.202				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	35.103	48.481				
132727777.052.0001 Proventos de Inativos Civis	143.722	144.433				
133915474.511.0001 - Proteção de Acervo Cultural	411.762	413.096	Processo de Tombamento Realizado (Processo)	2	2	-
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	4	22	5
			Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria/ Consultoria)	190	417	5
133915474.512.0001 - Preservação e Restauração de Bens Culturais	558.625	1.552.436	Projeto Elaborado/Aprovado (Projeto)	10	18	5
			Obra Executada/Acompanhada (Obra)	14	4	3
			Projeto Aprovado (Projeto)	4	15	5
			Projeto Analisado (Projeto)	4	23	6
			Obra Fiscalizada/Acompanhada (Obra)	3	29	5
			Serviço de Conservação Realizado (Obra)	8	21	5
Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica - FEAIC	1.000	0				
133925451.089.0001 - Apoio Financeiro a Produção Cinematográfica	1.000	0				
TOTAL	12.134.227	14.882.073				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

ESPORTES

A Secretaria de Estado de Esportes, em 2001, desenvolveu diversos programas e competições esportivas integrando todo o estado com financiamentos do Ministério do Esporte e Turismo (MET), recursos da Lei Pelé e da Loteria do Estado de Minas Gerais, lançou o programa Minas Esporte e Cidadania, o qual visa estimular o esporte como forma de inserção e integração social, de combate às drogas, à violência e, principalmente, a melhoria da qualidade de vida e garantia de um futuro melhor para a população.

O Jogos do Interior de Minas (JIMI), maior competição do esporte especializado de Minas Gerais, com a participação de atletas maiores de 16 anos de várias cidades do interior do estado, contribui para a formação e a integração das pessoas, a melhoria da qualidade de vida e, principalmente, para o aprimoramento do nível técnico dos atletas mineiros. Completando em 2001, sua 17ª edição, 182 municípios de todas as macrorregiões de planejamento do estado, a maioria pertencentes às macrorregiões Central, Sul de Minas e Jequitinhonha, encaminhando 21 mil atletas em 1.776 jogos.

Paralelamente à realização do JIMI há o movimento de hotéis, restaurantes, lojas de materiais esportivos, e a conseqüente geração de emprego para técnicos, dirigentes, massagistas, serviços gerais, pintores de quadras, bombeiros, eletricitistas etc.

Tendo como objetivo integrar jovens à sociedade e ao mercado de trabalho por meio da prática esportiva, o Programa Esporte Solidário, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo (MET), atende cerca de 32 mil adolescentes de 12 a 18 anos em situação de risco social, distribuídos em Belo Horizonte e 180 municípios do interior de Minas Gerais. Destinado à promoção socioeconômica e cultural de jovens e adolescentes carentes, mediante parcerias com clubes, associações, prefeituras, empresas privadas e ONGs, o programa desenvolve ações na área de saúde, complementação alimentar, palestras educativas, oficinas de arte e formação dos valores da cidadania e distribuição de material esportivo de uso pessoal. O programa Esporte sem Barreiras, extensão do Esporte Solidário, atende a portadores de necessidades especiais, e está sendo executado em três núcleos do Esporte Solidário, atingindo aproximadamente 300 pessoas.

Em parceria com o MET e a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, o programa Pintando a Liberdade investe na fabricação de material esportivo pelos recuperandos das penitenciárias do estado. Este ano, o programa foi implantado na Penitenciária Nelson Hungria em Contagem/MG, onde se criou uma fábrica de bolas e redes, tendo sido produzidas 13 mil bolas e 400 pares de redes, utilizando a mão-de-obra de 440 recuperandos.

Também em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, está sendo implantada uma fábrica para confecção de uniformes (calções e camisetas), na Penitenciária Feminina Estevão Pinto, no município de Belo Horizonte.

O Clube Móvel de Esporte e Lazer difunde e valoriza práticas populares de lazer e recreação, integrando crianças, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais. Abrange todas as regiões de Minas e beneficia milhares de participantes. Em 2001, foram realizadas 85 atividades em Belo Horizonte e em municípios do interior. No

período outubro-novembro foram ministrados dois cursos para capacitação de monitores em Ruas de Lazer, tendo sido selecionados 200 jovens do programa Esporte Solidário, com boa atuação.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação realizou o primeiro Jogos Escolares de Minas Gerais com a participação de escolas das redes pública e particular. O maior objetivo dos jogos escolares é estimular, aumentar e valorizar a prática esportiva, resgatando o esporte no Estado. Os jogos são divididos em dois módulos: até 14 anos e de 15 a 17 anos. A competição foi dividida em duas fases: regional e estadual, nas modalidades atletismo, basquetebol e voleibol, nas categorias masculino e feminino, e futsal somente na categoria masculino. Participaram 3 mil atletas de 184 escolas.

A primeira edição da Olimpíada Colegial Esperança/2001, patrocinada pelos Ministérios da Educação, do Esporte e do Turismo, e da Cultura, pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), pela Rede Globo de Televisão e apoio da Secretaria de Estado de Esportes, teve a participação de 93 atletas entre 14 e 17 anos de oito municípios mineiros.

Houve também, a Copa Mineira de Futebol Amador de Seleções. O torneio foi dividido em três fases (microrregional, regional e final), com a participação de 1.188 desportistas em 54 municípios. A Copa é um forte instrumento de congraçamento e integração entre a população de Minas.

O torneio Rola-Bola Juvenil de Futebol Masculino e Feminino teve a participação de 104 equipes de Belo Horizonte e Região Metropolitana, totalizando 2.100 atletas de 14 a 17 anos, propiciando disputas organizadas, criando o hábito do esporte e lazer, preservando a saúde e a integração das comunidades.

Para estimular a prática esportiva, estabelecer intercâmbio entre os núcleos da capital e do interior no Programa Esporte Solidário, e a conseqüente integração de educandos, educadores e comunidades envolvidas, a Secretaria de Estado de Esportes realizou pela primeira vez os Jogos da Solidariedade. Foram disputadas partidas de futebol, futsal e voleibol masculino e feminino com jovens de extrema carência e com poucas oportunidades de vivenciarem eventos desta natureza, envolvendo 2 mil adolescentes de 13 a 16 anos em 48 municípios mineiros.

Os Campeonatos Mineiros - Divisão Especial - Adulto são competições esportivas realizadas em sete sedes pelas respectivas Federações de Handebol, Voleibol, Basquetebol e Futsal, integrando as quatro equipes primeiras colocadas do JIMI/2001 aos clubes filiados a estas federações, nas categorias masculino e feminino, envolvendo 412 atletas. A Secretaria de Estado de Esportes se responsabilizou pelas despesas de transporte, hospedagem, alimentação, arbitragem e coordenação das delegações participantes.

Com a participação dos campeões do JIMI e dos melhores atletas de Belo Horizonte desse torneio, foi realizado o Troféu Minas Gerais de Atletismo, no período de outubro

a dezembro de 2001, competição em provas de 75, 250 e mil metros, envolvendo 18 atletas em oito municípios.

Os V Jogos da Juventude, realizado em Recife/PE com apoio do COB, tem por finalidade promover ampla mobilização da juventude brasileira, identificar e desenvolver talentos esportivos e elevar o nível técnico das representações nacionais na categoria. O Estado de Minas Gerais foi representado por oito federações com 125 atletas, cinco dirigentes e 16 técnicos.

Representado pelas equipes campeãs do JIMI nos Jogos Abertos Brasileiros (JAB), campeonato organizado pela FESPORTES-SC com a participação de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, Minas Gerais participou com 13 delegações, reunindo 182 atletas de nove municípios do interior, nas modalidades atletismo, voleibol, handebol, judô, natação e futsal.

Minas participou, também, da delegação brasileira nos Jogos Escolares Sudamericanos de Lima (Peru), em novembro de 2001, com uma equipe de 17 jogadores de futebol de Belo Horizonte e uma enxadrista de São Sebastião do Paraíso. Com o objetivo de intensificar, divulgar e fortalecer a prática esportiva em todas as cidades de Minas, a Secretaria apoiou federações, associações e instituições ligadas ao esporte, e firmou 330 convênios com entidades esportivas e prefeituras municipais. Realizou curso de Capacitação de Técnico em Futebol, com recursos do FUNDEP, habilitou 43 pessoas, e os dois cursos de Gestão Esportiva, sob os auspícios do Ministério do Esporte e Turismo, 95 desportistas. O Programa Esporte Solidário capacitou 530 monitores e coordenadores para atuarem nos núcleos do interior do estado.

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da ADEMG, exerce a administração do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão) e do Estádio Felipe Henriot Drumond (Mineirinho), ambos construídos e mantidos, mediante convênio, em terreno da UFMG.

Em 2001 foram realizados no Mineirão 41 jogos de futebol, com um público total de 959.242 pessoas, numa média de 23.396 espectadores para cada espetáculo. O estádio recebeu ainda a visita de cerca de 150 mil pessoas, com acesso pelo saguão principal, visando conhecer a arena onde se realizam os jogos de futebol.

No Mineirinho os sete eventos, entre espetáculos desportivos, shows beneficentes e não-beneficentes, atividades culturais e religiosas, atraíram quase 154 mil espectadores. Cada evento mobiliza cerca de 2.500 pessoas, direta ou indiretamente: coordenadores, agentes de apoio, quadro móvel, ambulantes, concessionários dos bares e barraqueiros, etc.

Entre as realizações de 2001, a autarquia celebrou contrato com o "Clube dos 13" com vistas à exploração de publicidade de arena no Campeonato Brasileiro/2001, promoveu a racionalização administrativa do Quadro Móvel e dos serviços contratados e delimitou a distribuição de credenciais para acesso ao "Mineirão" em dia de jogos.

Quanto ao aspecto de manutenção, visando especialmente a dar segurança aos espectadores e melhores condições para a realização dos eventos que acontecem nos dois estádios, tomaram-se as seguintes medidas: implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio do Mineirinho; descompactação e nivelamento do gramado; controle de ervas daninhas, insetos e fungos, além de outras pragas; a celebração de convênio entre a ADEMG e EPAMIG com vistas ao desenvolvimento de tecnologia de manutenção e conservação de gramados esportivos; reforma geral das instalações elétricas do posteamento que ilumina a circulação interna e parte da pista de cooper do Mineirão; reforma das instalações elétricas das oficinas mecânica e hidráulica do nível 3 do Mineirão; início da reforma das instalações elétricas dos circuitos que alimentam o campo para atendimento à imprensa; implantação do programa Jovem Jardineiro, com utilização de mão-de-obra de adolescentes; convênio celebrado com a AMAS de projeto paisagístico para a arena do Mineirão; serviços de manutenção contínua dos estádios visando à permanente disponibilidade em condições de uso para a sua finalidade e de conforto para os espectadores.

Também convênios firmados com a Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos para o emprego dos presos albergados na manutenção dos estádios; com o Juizado Especial, Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria Pública e Ministério Público para a instalação do Juizado Especial dentro do estádio. Esta instalação é a primeira experiência no Brasil, servindo de modelo para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: ESPORTES

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Esportes	8.677.515	10.586.018				
271210012.179.0001 - Planejamento e Setorial	96.452	97.104				
271220012.206.0001 - Direção Superior	385.834	467.870				
271220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.100.495	1.811.514				
271220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	14.000	202.439				
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	547.452	702.286				
278128711.185.0001 - Programa de Esporte Educacional - Toriba	2.594.331	2.398.973	Município Atendido (Município)	63	181	5
			Adolescente Atendido (Adolescente)	10.000	32.000	5
278128714.245.0001 - Jogos do Interior de Minas - JIMI	450.000	647.222	Desportista Envolvido (Desportista)	21.000	21.000	-
			Município Envolvido (Município)	220	182	4
			Jogo Realizado (Jogo)	1.800	1.776	-
278128714.499.0001 - Apoio Financeiro a Entidades e Prefeituras	750.000	1.187.293	Convênio Realizado (Convênio)	300	330	-
278128714.499.0002 - Promoção do Desporto	1.526.530	2.543.472	Desportista Amador Apoiado (Desportista)	4.000	9.135	6
			Entidade Fiscalizada (Entidade)	80	152	6
			Evento de Esporte Promovido (Evento)	12	12	-
278128714.499.0003 - Promoção de Atividades de Lazer	212.421	527.845	Curso de Preparação para Monitor Realizado (Curso)	2	2	-
			Evento de Lazer Promovido (Evento)	48	85	6
			Monitor Treinado (Monitor)	200	200	-
Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG	6.612.000	4.198.072				
271220012.206.0001 - Direção Superior	3.946.000	2.974.562				
271228744.313.0001 - Manutenção e Conservação de Estádios	2.393.277	977.348	Estádio Conservado e Mantido (Estádio)	2	2	-
271227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	2.723	2.722				
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	270.000	243.440				
TOTAL	15.289.515	14.784.090				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Para atender ao percentual significativo e preocupante da demanda habitacional do Estado de Minas Gerais, a SEHADU e a COHAB estabeleceram mudanças substantivas no arcabouço institucional, ampliando a sua atuação no levantamento das diretrizes prioritárias no que tange a habitação e desenvolvimento urbano.

A sustentabilidade habitacional demandou ações estratégicas compatibilizando pactos sociais em favor da construção de uma política habitacional fundamentada na conceituação moderna da habitação, a integração de moradia com saneamento básico, infra-estrutura, regularização fundiária e o adequado uso e ocupação do solo, sintetizando as condições básicas da habitação e a parceria plena com os diversos níveis de governo.

Associou aos empreendimentos habitacionais de interesse social os aspectos da sustentabilidade econômica, proporcionando condições favoráveis para projetos de emprego e renda para os grupos sociais envolvidos, com reflexos na arrecadação de tributos pelo setor público.

Continua sendo o maior desafio da SEHADU e COHAB conseguir assegurar recursos financeiros para a execução dos programas e projetos já institucionalizados, como também de standardizar as modalidades de provisão de moradias, de forma a atender a clientela-alvo e contribuir para o equilíbrio social e econômico dos empreendimentos. Foram estabelecidos padrões de produção e consumo da habitação, modernizando normas técnicas e introduzindo critérios coexistentes do projeto à construção com vistas à redução de custos e desperdícios das matérias-primas, recursos naturais, incluindo alternativas energéticas não-convencionais, como energia solar para o aquecimento de água aos programas habitacionais priorizados pela SEHADU e COHAB, diminuindo investimentos em manutenção e aumentando o bem-estar dos moradores.

Numa visão maior de desenvolvimento urbano, a SEHADU e a COHAB promoveram a internalização das questões ambientais sociais com a efetiva participação dos diversos setores envolvidos na problemática da habitação: o setor público, as organizações da sociedade civil, as empresas e a clientela identificada, que são famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, dentro do processo de co-responsabilidade, de solidariedade, de soma, de integração.

Diante disso, a cultura habitacional passou a ser entendida como um processo e não como uma conquista imediata: uma caminhada permanente em direção aos objetivos, não uma realização de curto prazo, um conjunto de diagnósticos orientados nos mecanismos de participação social.

Nos programas habitacionais desenvolvidos pela SEHADU e executados pela COHAB foi dada prioridade aos empreendimentos com maior participação comunitária no investimento, o que redundou em minimização do custo final das unidades habitacionais repassadas aos mutuários.

Foi implantada na SEHADU e COHAB nova metodologia de gerenciamento, visando melhorar a comunicação e, conseqüentemente, a atuação do Sistema Habitacional.

Está sendo institucionalizado numa ação conjunta da SEHADU e COHAB um programa de reforma/melhoria habitacional, com recursos do Fundo Estadual da Habitação (FEH), COHAB, municípios e sociedade, com objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, adequando suas condições de habitabilidade com ações concretas sobre o imóvel ocupado, reformando e melhorando sua estrutura física, particularmente nas regiões mais carentes de Minas.

Os programas habitacionais desenvolvidos pela SEHADU e COHAB beneficiaram diretamente 1.502 famílias, com um investimento total de R\$ 7,8 milhões, gerando mais de 743 empregos diretos e indiretos em várias regiões do estado.

O FEH, por intermédio do PROHAB, liberou R\$ 965.683,76 para a conclusão de 417 unidades habitacionais e 85 unidades habitacionais reformadas comprometidas no exercício de 2000, e contratou 203 unidades num valor total de R\$ 1.601.951,41, liberados em 2001, para sete aquisições e 196 construções em andamento.

O programa PROLAR = Minas + Humana, parceria da SEHADU, COHAB, prefeituras e Caixa Econômica Federal, que tem como beneficiários famílias com renda familiar bruta de até três salários mínimos, renovou convênio com 38 municípios, celebrou 25 novos convênios e está em processo de celebração de convênio com mais 28 municípios. Estão em análise, na CAIXA, 1.051 unidades: em Buritis (50), Cataguases (70), Divinópolis (211), Ibiá (213), Nova Lima (122) Pompéu (196) e Monte Sião (189). Se aprovados, acarretará um investimento de R\$ 11,6 milhões, gerando aproximadamente 1.100 empregos diretos e indiretos.

Está também se viabilizando uma parceria entre a SEHADU, COHAB, Caixa Econômica Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Recursos Humanos e Administração, que tem como beneficiários servidores do Estado de Minas Gerais para produzir 6.064 unidades habitacionais na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos locais denominados Belmonte, Jardim Vitória, São Lucas, Parques das Mangueiras, Diamante, Gameleira e Lagoa Santa, bem como nos municípios de Uberaba, Bom Despacho e Montes Claros.

Foram construídas e/ou concluídas em 2001, utilizando recursos próprios da COHAB, 290 unidades, com investimento total de R\$ 1.893.482,00, em Brasília de Minas (33), Conceição das Alagoas (37), Arceburgo (14), Vazante (88), Juiz de Fora (48), Três Corações (33), Várzea da Palma (30) e financiamentos de unidades individuais em Belo Horizonte (5), Betim (1) e Campo Belo (1). Estão em construção 733 unidades nos municípios de Governador Valadares (245), Prata (24), Uberlândia (139), Santa Luzia (299 lotes urbanizados) e Baldim (26), com investimento total de R\$ 3.756.388,99, sendo R\$ 1.280.222,76 investidos em 2001. Para exercícios futuros, com investimento previsto de R\$ 21,6 milhões, existe projeto de 1.441 unidades: em contratação, 120 casas em Catas Altas e Leopoldina; em licitação, 66 unidades em Três Corações; em projeto, 1.255 unidades nos municípios de Alfenas (94), Itaúna (19 lotes urbanizados), Santa Luzia (112), Lavras (250), São João del-Rey (691 lotes urbanizados) e Visconde do Rio Branco (89). A COHAB pagou, em 2001, R\$ 13.540,67 para a conclusão de obras de anos anteriores.

Atuando como agente promotor das operações lastreadas com recursos do FGTS e a CAIXA como agente financeiro, e utilizando terrenos urbanizados da COHAB, foram iniciadas, em 2001, 217 unidades nos municípios de Itaúna (165) e Patos de Minas (52), com investimento de R\$ 3.086.200,00. Tendo para exercícios futuros um investimento previsto de R\$ 14,7 milhões, existem 979 unidades: Patos de Minas (148), Conselheiro Lafaiete (80), Itabirito (32), Montes Claros (112), Uberaba (160), Barroso (40), Alfenas (95), Pouso Alegre (186) e Nova Lima (126).

Durante 2001, houve a terceirização da cobrança dos contratos com débitos acima de três prestações. Foram disponibilizados mais de 20 mil contratos, o que possibilitou a continuidade do processo de recuperação de débitos de um vasto número de mutuários inadimplentes.

A COHAB contratou também os serviços dos Correios para atualizações dos endereços de cobrança de todos os seus conjuntos habitacionais, com nome, ruas e CEP, o que evitará os deslocamentos dos mutuários aos escritórios ou agências dos Correios.

A comercialização de lotes urbanizados de áreas remanescentes dos conjuntos habitacionais, e não aproveitáveis para fins habitacionais, também constituiu uma linha de atuação da COHAB. Com a venda de 46 lotes este ano, apurou-se o montante de R\$ 205.276,15 e já estão disponíveis para venda imediata 600 lotes e aguardando a avaliação de mercado 842 lotes urbanizados, localizados em 66 municípios.

A COHAB possui também 70 imóveis ocupados para fins sociais (Escola, Creche, Posto Policial, Posto de Saúde, etc), que estão sendo doados aos municípios ou ao estado.

Com o objetivo de regularizar a situação dos mutuários foram realizadas 1.110 transferências de financiamentos e está em tramitação mais 991 processos em praticamente todas as regiões do estado.

Dos 11.647 candidatos cadastrados em 2001 para aquisição de casas na COHAB, 10.552 o fizeram mediante pesquisa de demanda realizada em 42 municípios em parceria com as prefeituras municipais, a fim de dimensionar o tipo e a quantidade de unidades a serem construídas. Soma-se a isto mais 34 municípios já orientados para realização de pesquisas.

Os 15 escritórios regionais responsáveis pelo atendimento aos 52.593 mutuários, visitaram 140 municípios onde foram construídos os 280 conjuntos habitacionais da COHAB, para avaliar o patrimônio imobiliário da companhia, verificando o estado de conservação dos imóveis, apurando irregularidades, invasões, depredações, locações e ocupações irregulares.

Foi implantado o correio eletrônico, que propiciou rapidez na comunicação entre os escritórios regionais e a sede da COHAB.

A COHAB aderiu à Lei 10.150, o que poderá beneficiar, a princípio, 24 mil famílias com a quitação integral (100% de desconto) no saldo devedor dos financiamentos.

A COHAB está em dia nos seus compromissos com credores, fornecedores, benefícios e encargos sociais, empreiteiros de obras e prestadores de serviços contratados.

Por convênio de Cooperação Técnica e Financeira assinado com a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e Secretaria de Estado da Fazenda, todos os recolhimentos feitos ao grupo gestor da extinta Minas Caixa, no montante de R\$3,6 milhões, retornaram à COHAB para ressarcimento de despesas e pagamento de desapropriações relativos ao PROSAM e Fazenda Mariquinhas.

Com a implantação da averbação magnética dos prêmios de seguro iniciada em 2000, a COHAB obteve uma receita de R\$ 480 mil, decorrente da devolução de prêmios para contratos cancelados, assim como redução de tarefas manuais.

A COHAB beneficiou 800 famílias com processos de sinistro de morte e invalidez, com a quitação do saldo devedor dos financiamentos. Outros mil imóveis tiveram sua hipoteca liberada pela CAIXA, permitindo a elaboração das escrituras definitivas.

Na área de informática, a COHAB está em fase final da implantação da Intranet, que permitirá a integração ao sistema de gestão da empresa, padronizando telas, disponibilizando informações e notícias, possibilitando consultas, atualizações, pedidos de adiantamento ou abono de funcionário etc. Foi atualizado pela PRODEMGE o site da companhia.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Habitação	1.373.060	1.524.828				
161210012.179.0001 - Planejamento Setorial	105.630	84.966				
161220012.206.0001 - Direção Superior	351.730	499.007				
161220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	540.188	597.314				
161220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	2.400	2.266				
162727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	143.510	170.304				
164826014.149.0001 - Urbanização, Construção e Reforma de Unidades Habitacionais	229.602	170.971	Unidade Habitacional Regularizada - Ficam (Unidade Habitacional)	1	0	12
			Unidade Habitacional Regularizada - Pro-Habitação (Unidade Habitacional)	1	0	12
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB	28.555.940	11.588.461				
161220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	75.000	49.000	Equipamento e Programa de Informática Adquirido (Equipamento/Programa)	60	53	4
164826053.147 - Produção e Comercialização de Unidades Habitacionais	20.005.000	3.187.245	Lote Urbanizado (Lote)	550	0	7
			Unidade Habitacional Construída (Habitação)	1.734	290*	7
168437777.003 - Amortização da Dívida Interna	8.475.940	8.352.217				
Fundo Estadual de Habitação - FEH	2.400.000	1.601.951				
164826011.011.0001 - Projetos Habitacionais Especiais e Emergenciais	2.000	0				
164826011.058.0001 - Programa Minas + Humana - PROLAR	2.000	0				
164826011.304.0001 - Programa de Habitações Populares - PROHAB	2.396.000	1.601.951	Unidade Habitacional Construída (Unidade	340	0**	11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Habitacional)			
			Unidade Habitacional Urbanizada (Unidade Habitacional)	1	1	-
			Unidade Habitacional Reformada (Unidade Habitacional)	5	0	4
			Unidade Habitacional Comercializada (Unidade Habitacional)	1	6	5
TOTAL	32.329.000	14.715.240				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* Concluídas e construídas em 2001, 290 U.H., R\$ 1.893.482; Concluídas em anos anteriores com pagamentos em 2001, 147 U.H., R\$ 13.540,67; Em construção em 2001, 733 U.H., R\$ 1.280.222,76;

**1) Existem 196 unidades que estão em construção;

2) Das 468 u. h. que estavam sendo construídas e que terminaram o ano 2000 em obras, com recursos executados no exercício de 2000, foram concluídas 417 em 2001;

3) Das 111 uh que estavam sendo reformadas e que terminaram o ano 2000 em obras, com recursos executados no exercício de 2000, foram concluídas 85 uh reformadas em 2001;

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e pelo Plano Plurianual de Ação Governamental, consolidou em 2001 uma efetiva política pública de atendimento ao recuperando adulto e ao adolescente em conflito com a lei, além da promoção e defesa dos direitos fundamentais e de assistência judicial e extrajudicial ao cidadão carente.

Com o Programa Estadual de Recuperação Social (PERSpectiva) fundamentado na qualificação profissional e na educação, foram desenvolvidos, em parceria com a sociedade civil organizada, instituições de ensino, organizações públicas das diferentes esferas de governo e a iniciativa privada, muitos projetos nas unidades penitenciárias e nos centros de atendimento ao adolescente infrator, buscando preparar o indivíduo para a retomada do convívio social.

A Secretaria mantém oficinas de marcenaria nas unidades penitenciárias de Governador Valadares, Ipaba, Juiz de Fora, Unaí e Ribeirão das Neves. Na área de serralheria estão contempladas as unidades de Juiz de Fora, Governador Valadares e Ribeirão das Neves. A Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, oferece os serviços de lavanderia. Em Ipaba e Unaí, as unidades mantêm serviços de tornearia e, em Divinópolis e Teófilo Otoni, trabalhos em confecção.

Existem, aproximadamente, 40 áreas de produção nos setores agropecuário e industrial instaladas. Com as parcerias firmadas e as frentes de trabalho abertas, a Secretaria pode reduzir o custo de manutenção do sistema penitenciário mineiro e buscar o fim da ociosidade dos recuperandos.

Na educação, 60% dos recuperandos alfabetizados e semi-alfabetizados freqüentam programas educacionais. Estão sendo atendidos nas unidades cerca de 50% dos recuperandos preparados para cursar o ensino médio. Além do ensino formal, foram implantadas telessalas de 1º. e 2º. graus. Estão em implantação seis bibliotecas, dispondo de acervo pedagógico, literário e técnico, dotadas de computador e softwares para uso e treinamento dos recuperandos com bibliotecários.

O projeto Janelas para a Cidadania está na 3ª. etapa de implantação. A Secretaria já totaliza nove Núcleos de Informação e Cidadania em funcionamento, contribuindo para a promoção do ensino a distância e do conhecimento em informática. O Sistema de Informação Penitenciária (INFOPEN) conta com a finalização das redes internas de todos as unidades penais.

Na área da saúde, foi implantado o Programa de Atenção Básica às DST/AIDS no sistema, assim como o atendimento continuado mediante Campanha de Prevenção à Hipertensão e Diabetes. A Secretaria criou um Termo de Referência Básica para Saúde, visando preparar as unidades de saúde dos estabelecimentos penais para obter o credenciamento no Sistema Único de Saúde.

A Secretaria está ainda reestruturando o atendimento jurídico aos recuperandos. Com orientação e acompanhamento dos trabalhos dentro das unidades e de uma ação

conjunta com o Ministério Público e Poder Judiciário, especificamente, os juízes das varas de execuções penais, tem-se buscado agilizar o trâmite dos processos judiciais.

Por intermédio da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator, a Secretaria ofereceu aos adolescentes em conflito com a lei oficinas de música, dança, teatro, tapeçaria, mosaico e artes gráficas; atividades em cerâmica, pinturas especiais, qualificação profissional em diversas áreas, cursos de línguas, atendimento sociofamiliar e programas especializados na promoção da saúde.

No que se refere à estrutura física das unidades, foram implantados dois centros de internação para adolescentes. Um deles, no município de Contagem, em parceria com a Congregação Marista e o Juizado da Infância e Juventude; e outro, em Ribeirão das Neves, em co-gestão com os religiosos terciários capuchinhos. Foram concluídas, também nesses municípios, as obras de construção do Hospital de Tratamento e Custódia na Penitenciária José Maria Alkimim e do Núcleo de Atendimento à Família, na Penitenciária Néelson Hungria. Em Sete Lagoas foram concluídas as obras da minipenitenciária, gerenciada em parceria com a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC).

As obras de reforma e ampliação se realizaram em todo o estado disponibilizando vagas ou adequando as unidades com áreas destinadas às oficinas de trabalho. Foram ou estão sendo reformados hospitais, colônias penais, penitenciárias e centros de atendimento a adolescentes.

Na região Central foram contemplados a Penitenciária de Mulheres, a Casa do Albergado e o Centro do Internação Provisória Masculino, em Belo Horizonte; as Penitenciárias José Abranches Gonçalves e José Maria Alkimim, em Ribeirão das Neves; o Centro de Integração do Adolescente Módulo II, em Sete Lagoas; o Hospital Psiquiátrico de Barbacena; e a Penitenciária Néelson Hungria, em Contagem.

Na Zona da Mata foram contempladas a Penitenciária José Édson Cavaliéri e o Hospital de Toxicômanos, em Juiz de Fora. No Vale do Jequitinhonha/Mucuri foi reformada a Penitenciária de Teófilo Otoni. Na região do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Centro-Oeste de Minas foram ampliadas as colônias penais de Patos de Minas, Uberlândia e Divinópolis, respectivamente.

Estão em andamento os processos licitatórios para a construção de duas penitenciárias de segurança máxima nos municípios de Francisco Sá e São Joaquim de Bicas, assegurando a abertura de 500 novas vagas. Também estão sendo licitadas as obras para construção de unidades de atendimento para adolescentes em Montes Claros e Governador Valadares, disponibilizando 120 vagas. Já foram finalizados os processos para a construção de três penitenciárias padrão em Uberlândia, Pará de Minas e Carmo do Paranaíba, totalizando a oferta de 765 novas vagas.

A política estadual de direitos humanos tem sido consolidada com programas que buscam beneficiar a sociedade, alvo da criminalidade. Assim, foi implantado o Núcleo de Atendimento à Vítima de Crime Violento e intensificaram-se as ações do Programa Estadual de Proteção e Auxílio às Testemunhas Ameaçadas, mediante consolidação da

sua estrutura funcional e constituição da rede de atendimento. O serviço 0800 Disque Direitos Humanos tem garantido à população o direito de manifestar denúncias sobre a violação aos direitos humanos.

Diante da necessidade de incentivo à não aplicação das penas restritivas de liberdade, foram implantadas duas Centrais de Penas Alternativas, em Belo Horizonte e Juiz de Fora, que objetivam o acompanhamento ao indivíduo em cumprimento dessas medidas. Da mesma forma, a importância da orientação ao egresso do sistema penitenciário favoreceu a continuidade do Projeto Libertar-se.

Dentro do programa de treinamento de servidores, a Secretaria promoveu a qualificação dos seus agentes penitenciários e diretores de unidades em cursos de formação ministrados pelas Academias de Polícias Civil e Militar; dos profissionais técnicos e administrativos, por meio de encontros, seminários, cursos e palestras sobre os mais variados temas que permeiam o sistema penitenciário e a administração pública.

A Defensoria Pública promoveu, neste ano, os programas de defensoria itinerante, visando garantir o acesso da população carente aos serviços judiciais e extrajudiciais nas comarcas que não contam com a ação dos defensores públicos. Nesse sentido, para auxiliar a intensificação das suas ações, foram nomeados novos defensores.

Os órgãos vinculados à Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos também desempenharam papel importante em 2001. O Conselho de Entorpecentes promoveu o IV concurso de frases e desenhos “Viva Feliz sem Drogas” e implantou o projeto SOS Drogas para orientar educadores e familiares de dependentes químicos. O Conselho de Direitos Humanos, atendendo ao disposto na legislação vigente, analisou processos de indenização às vítimas de tortura.

O PERSpectiva é hoje, reconhecidamente, uma referência nacional. O Programa Estadual de Recuperação Social modificou práticas administrativas, rompeu paradigmas e humanizou o tratamento do indivíduo sob a guarda do estado.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	134.795.497	145.668.600				
030924744.211.0001 - Defensoria Pública	17.173.553	21.448.915	Carente Atendido (Pessoa) Carente Cadastrado no Sistema de Informação (Carente)	1.743.200 1.000	1.902.223 0	- 9
103024114.395.0001 - Assisêntência Médico-Odontológica ao Indivíduo Privado de Liberdade	10.000.000	8.806.068	Atendimento Ambulatorial Realizado (Atendimeno) Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento) Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	3.200 2.576 32.000	5.050 2.852 34.527	5 5 -
141210012.179.0001 - Planejamento Setorial	302.066	348.382				
141220012.206.0001 - Direção Superior	1.056.626	1.537.145				
141220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	27.072.942	24.664.910				
141220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	463.231	793.799				
141220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	858.000	858.000				
141230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	270.389	251.482				
141280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	88.550	172.051	Servidor Treinado (Servidor)	600	2.064	5
142727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	38.136.597	40.141.586				
144210991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	318.411	3.461.149	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade) Vaga Recuperada (Vaga)	1 360	16 1.191	6 5 - 6
144214754.337.0001 - Assistência ao Indivíduo Privado de Liberdade	31.891.009	37.302.225	Sentenciado Capacitado Profissionalmente (Sentenciado) Sentenciado em Prestação de Trabalho	1.000 2.000	1.800 8.022	5 6

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
144214764.029.0001 - Assistência a Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa	6.836.185	4.579.939	(Sentenciado)			
			Sentenciado Assistido em Cumprimento de Penas Alternativas (Sentenciado)	1.500	0	2 - 11
			Sentenciado Egresso Assistido (Sentenciado)	100	168	5
			Sentenciado Matriculado em Ensino Formal (Sentenciado)	400	1.765	6
			Sentenciado Formado em Ensino Formal (Sentenciado)	40	350	5
			Sentenciado Cadastrado no Sistema de Informação (Sentenciado)	4.000	12.000	5
			Família de Sentenciado Assistida (Família)	100	304	5
			Adolescente Internado Provisoriamente (Adolescente)	832	1.376	5
			Adolescente em Semi-Liberdade Assistido (Adolescente)	180	179	-
			Adolescente Internado (Adolescente)	515	1.403	5
			Adolescente Egresso (Adolescente)	30	19	4 - 3
			Adolescente Cadastrado no Sistema de Informação (Adolescente)	300	75	9 - 1
144224774.338.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	327.938	1.302.949	Vítima de Crime Violento Assistido pelo Núcleo (Pessoa)	3.600	95	4 - 2 - 11
			Cidadão Assistido pelo Provita (Cidadão)	120	152	6
			Cidadão Atendido no Centro de Referência do Cidadão (Cidadão)	1.200	0	8
			Cidadão Atendido/Encaminhado pela Rede Mineira de Direitos Humanos (Cidadão)	3.000	0	2 - 11
			Cidadão Atendido pelo Disque Direitos Humanos (Cidadão)	7.200	1.682	4 - 2 - 11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo Penitenciário Estadual	318.411	318.411				
144214761.158.0001 - Apoio ao Programa de Ampliação e Melhoria do Sistema Penitenciário	318.411	318.411				
Fundo Estadual de Prevenção, Ficaliz. e Repressão a Entorpecentes - FUNPREN	1.000	0				
144224791.298.0001 - Apoio a Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes	1.000	0				
Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos - FEPDH	1.000	0				
144224771.676.0001 - Apoio Financ. aos Programas e Projetos de Promoção, Divulgação e Defesa dos Direitos Humanos	500	0				
144224771.676.0002 - Transferencia de Rec. Financ. p/ Programas e Projetos de Promoção, Divulgação e Defesa dos Direitos Humanos	500	0				
TOTAL	135.115.908	145.987.011				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, em 2001, deu continuidade à política de reestruturação geral com vistas ao estabelecimento de prioridades para uma reformulação ampla da Pasta, cujo embrião será a atualização da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado.

A informatização dos serviços policiais propiciou a plena integração de todas as Delegacias de Minas Gerais. Com o aumento do número de terminais de computador na maioria das Delegacias Regionais está sendo possível a efetivação de um sistema ágil e eficaz para as áreas da polícia judiciária, trânsito e identificação civil. Tal ação constitui-se também instrumento que permite o cruzamento de informações das infrações de caráter administrativo e penal, com ênfase em estratégias preventivas, além de proporcionar a mobilização “on line” de todo o efetivo policial civil.

Outra ação importante foi a continuidade à descentralização administrativa e operacional dos serviços policiais, dentro da mencionada reestruturação e criação de mais Delegacias Seccionais de Segurança Pública, no interior do estado, vinculadas às seguintes Delegacias Regionais:

OBRAS EXECUTADAS – 2001

Município	Ação	Data Inauguração
Açucena	Construção de Delegacia/Cadeia Pública	07/05
Barroso	Construção de Delegacia/Cadeia Pública	26/09
Coromandel	Instalação Sist. “On-Line” (Trâns./Ident.)	20/07
Ipatinga	Construção do CERESP	22/03
Lavras	Construção da 30ª Delegacia Reg. Seg. Pub.	10/10
Leopoldina	Construção da 17ª Delegacia Reg. Seg. Pub.	23/11
Pará de Minas	Reforma da 40ª DRSP - Complexo Carcerário	18/05
Ribeiro das Neves	Instalação Delegacia Distrital/Bairro Veneza	06/07
Rio Paranaíba	Instalação Sist. “On-Line” (Trâns./Ident.)	31/08
São Gotardo	Instalação Sist. “On-Line” (Trâns./Ident.)	29/03
São Sebastião do Paraíso	Ampliação de Delegacia/Cadeia Pública	12/04

Fonte: SESP-MG/Dept. Mat. e Patrim./Setor de Engenharia

SEGURANÇA PÚBLICA

OBRAS EM ANDAMENTO – 2001

Município	Ação	Executado (%)
Juatuba	Construção de Bloco Carcerário/Delegacia	95
SESP/Dep. Transportes	Reforma e Ampliação de Edificações	97
Complexo SESP/MG	Reforma/Instalações Elétricas de Edificações	65

Fonte: SESP-MG/Dept. Mat. e Patrim./Setor de Engenharia

A Superintendência de Planejamento e Coordenação da SESP-MG coordena 565 convênios em parceria com as prefeituras municipais. São contratos de cessão de imóveis, funcionários, pagamento de despesas com viaturas policiais, água, luz e telefone, além de locação de imóveis cedidos para o funcionamento das Delegacias.

Com os recursos provenientes dos convênios, acrescidos das respectivas contrapartidas, somam-se R\$ 11.040.000,00.

Em 27 de outubro de 2001 foi aberto crédito suplementar de R\$ 9.717.772,00 às dotações orçamentárias desta Secretaria, correspondentes aos convênios firmados dentro do Plano Nacional de Segurança Pública, com os seguintes valores de suas dotações respectivas:

- Treinamento – Programa para qualificar policiais para difusão de conhecimento e técnicas policiais dentro da Instituição e para promover a capacitação e requalificação profissional de parte seu efetivo policial (R\$ 250.000,00);
- Material de Consumo e Equipamento de Projeção – Dentro do programa de treinamento e do programa de Policiamento Comunitário (R\$ 230.400,00);
- Sistema AFIS – Com este sistema de identificação, o objetivo será equipar o Instituto de Identificação, realizando a análise de impressões digitais procedidas eletronicamente, possibilitando, assim, a indicação de possíveis suspeitos de “impressões digitais similares” (R\$ 600.560,00);
- Programas “MAPINFO”, “SPSS” e Levantamento Estatístico e Consolidação de Dados sobre Áreas Críticas de Segurança do Estado – A conjugação desses recursos permitirá a realização de análises estatísticas e mapeamento de áreas críticas de segurança, o que intensificará o policiamento nos locais identificados (R\$ 90.000,00);
- Serviço de Consultoria, Promoção e Divulgação do Policiamento Comunitário – O Policiamento Comunitário, entendido de forma correta, com profissionais, materiais e técnicas apropriadas, buscará a aproximação da Comunidade com a Polícia, fomentando a discussão no que tange à solução dos problemas locais em termos de segurança pública (R\$ 60.000,00);
- Computadores (de mesa e portáteis), impressoras, equipamentos de radiocomunicação (estação fixa e HT) – Tais implementos estratégicos possibilitarão à Polícia Civil a sua modernização, a partir do reaparelhamento dos

sistemas de comunicação e informática, fatores primordiais no repasse, acesso e fluidez das informações (R\$ 1.437.000,00);

- Pistolas calibre 40, metralhadoras calibre 40, painéis balísticos (coletes), algemas, viaturas policiais – propiciará maior eficácia no combate à criminalidade (R\$ 8.372.040,00).

A construção do hangar da Polícia Civil facilitou sobremaneira os deslocamentos, guarda e manutenção das aeronaves pertencentes à SESP-MG.

A Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) realizou concursos visando à captação, formação e adequação dos recursos humanos internos e externos. O principal enfoque não podia deixar de ser a mudança de métodos e ação, buscando a adequação à realidade atual da criminalidade, bem como uma postura policial de envolvimento e participação aos anseios da sociedade, resultando em cabal valorização de seus profissionais.

A referida Academia treinou 2.500 policiais e administrativos e formou 705 novos servidores da Polícia Civil. Além disso, foram ministrados os seguintes cursos: Gerenciamento de Crises; Aperfeiçoamento Policial; Aperfeiçoamento Penitenciário; Atualização em Criminalística; Formação de Condutores; Habilitação em Microinformática; Formação de Criminólogos; Aperfeiçoamento Policial II; Preparação para Chefia Policial.

Em 12 de outubro de 2001 foi publicado no Diário Oficial o edital para a abertura de concurso público, visando preencher vagas para delegado, médico-legista, perito criminal, detetive, escrivão de Polícia; vistoriador de veículos e auxiliar de necropsia.

Os treinamentos especializados envolvendo ações tático-operacionais, após atividades desenvolvidas na RMBH, estenderam-se ao interior do Estado. Desde o início do segundo semestre de 2001, na sede do Centro de Treinamentos Táticos de Segurança (CEITAS), policiais civis oriundos de diferentes Delegacias Regionais desta Pasta, distribuídos em oito grupos, participam do curso de “Intervenção e Resgate”, com término em dezembro de 2001. As Regionais de Formiga, Juiz de Fora, Montes Claros e Alfenas estarão sediando programas de treinamento específicos, quando serão também recebidos outros policiais que integram as unidades co-irmãs.

O Colégio Ordem e Progresso tem atendido com eficiência, aos princípios regimentais determinados pelo Ministério de Educação, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação. O elevado conhecimento e preparo didático dos professores e os bons resultados dos seus alunos confirmam tal observação.

Em cumprimento à legislação específica (Lei 12.032, de 21/12/95), a SESP-MG continua recolhendo a Taxa de Segurança Pública, importante fonte de arrecadação complementar às despesas com manutenção e aquisição de equipamentos policiais, destinados mormente à suplementação da atividade policial. Tendo em vista a não-justificativa da gratuidade de determinados serviços (ex: 1ª e 2ª vias de documentos de

identidade e habilitação, registro e transferência de veículos; e outros atos da Polícia Administrativa e Judiciária, esses também compõem a receita da Taxa de Segurança.

Na área do trânsito, deu-se continuidade à interligação do estado pelo Sistema Nacional de Condutores Habilitados à Base de Índice Nacional de Condutores, possibilitando a moderna digitalização da Carteira Nacional de Habilitação, além do seu acompanhamento “on-line” e em tempo real em qualquer ponto em que se encontra no País.

Novas bancas examinadoras permanentes continuam sendo instaladas nas Delegacias Regionais da Segurança Pública no interior de Minas, gerando evidente desconcentração da Capital e equalizando a distribuição dos exames para habilitar os condutores.

O Departamento de Saúde, funcionando como Hospital da Polícia Civil foi remodelado, a partir da sua reforma predial e reequipamento de seu instrumental técnico-científico, resultando em sensível melhoria de seus serviços médicos e odontológicos.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Segurança Pública	443.369.644	489.676.148				
061210012.179.0001 - Planejamento Setorial	458.000	379.517				
061220012.206.0001 - Direção Superior	400.000	556.973				
061210012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	48.384.684	43.968.126				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	16.350.000	16.454.327				
061220991.579.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Prediais	10.000.000	1.290.271	Unidade Prisional Construída (Unidade)	8	5	3 - 4
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	14	10	3 - 4
061230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	330.000	0				
061280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	185.000	118.392	Curso Realizado (Curso)	10	47	5
			Policial Formado (Policial)	2.500	5.451	5 *
061813034.762.0001 - Polícia Técnico Científica	1.220.000	1.369.614	Documento Emitido (Documento)	1.100.000	1.389.462	5
			Perícia Realizada (Perícia)	65.000	69.492	-
061813044.098.0001 - Administração do Trânsito	15.155.120	5.980.445	Documento Emitido (Documento)	5.000.000	4.074.639	4
061814724.760.0001 - Preserv. da Ordem Pública e Exerc. da Polícia Judiciária no Estado	180.088.854	238.801.286	Inquério Policial Realizado (Ação)	95.000	115.565	5
			Ação Administrativa Realizada (Ação)	95.000	0	8
			Termo Circunstanciado Ocorrência Realizado (Ação)	200.000	220.644	-
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	141.453.238	151.780.574				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
063024112.555.0001 - Assistência Médica e Odontológica da Polícia Civil	1.904.000	2.469.447	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	58.000	38.991	4
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	40.000	34.740	4
064214714.413.0001 - Assistência a Detentos	27.400.000	26.499.999	Detento Assistido (Detento)	132.000	67.839	4
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	26.000	7.177	Aluno Matriculado (Aluno)	600	698	5
			Aluno Formado (Aluno)	160	243	5
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	14.748	0	Aluno Matriculado (Aluno)	1.200	1.100	-
			Aluno Formado (Aluno)	440	354	4
TOTAL	443.369.644	489.676.148				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* - 2.500 policiais treinados; 705 policiais formados; 1.246 policiais capacitados em diversos cursos.

POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar, responsável pela segurança do cidadão, sempre procurou formas de otimizar a qualificação de seus talentos humanos. Além do treinamento rotineiramente efetuado, tem buscado parcerias, como a que contemplou a Instituição no Plano Estadual de Qualificação Profissional, dentro do Programa de Requalificação Profissional de Servidores Públicos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que atendeu a 847 policiais militares, em dezembro de 2001.

Esforço recente, no tocante ao aprimoramento de pessoal, encontra-se materializado nos 12 cursos de treinamento profissional, cujos recursos partiram do convênio firmado com o Ministério da Justiça, para execução do Plano Nacional de Segurança Pública no Estado de Minas Gerais, permitindo a capacitação de 716 profissionais, que passarão a funcionar como agentes multiplicadores de conhecimentos para os demais integrantes de suas respectivas unidades.

Os cursos abrangem as áreas operacional e administrativa. Assim, são enfocadas técnicas policiais consentâneas com os aspectos dos direitos humanos, em cursos de policiamento florestal, rodoviário, procedimentos policiais, treinamento com arma de fogo, educação física, gestão em segurança pública e capacitação de psicólogos para assessoria nas operações policiais, bem como de polícia judiciária militar, atividades de inteligência e de administração financeira e orçamentária.

Visando unificar a doutrina de treinamento em toda a Polícia Militar, promovendo capacitação e atualização, foi criado o Centro de Treinamento Policial. Instalado no primeiro semestre deste ano, coordenou e ministrou diversos cursos para o público interno e externo, atendendo às Polícias Militares de outros estados, com treino na área de policiamento ostensivo, bem como às prefeituras municipais de Betim e Nova Lima na formação de Guardas Municipais.

Outro importante passo na otimização, racionalização e modernização da estrutura de ensino, treinamento e pesquisa da Instituição foi a criação do Instituto de Educação de Segurança Pública (IESP) que é composto pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), Centro de Ensino e Graduação (CEG), do Centro de Ensino Técnico (CET) e pelo Centro de Administração de Ensino (CAE), cuja instalação está prevista para 1º de janeiro de 2002.

Com recursos do mesmo convênio celebrado com o Ministério da Justiça, cujo montante é de R\$ 16.708.088,82 (incluída a contrapartida de 20% do Estado de Minas Gerais), estão sendo adquiridas 387 viaturas, 458 pistolas calibre 40, 162 carabinas semi-automáticas calibre 40 e 1.755 coletes à prova de balas.

O convênio contempla, ainda, a implantação e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) que tem como escopo a integração entre os órgãos de segurança pública e defesa social (Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, Corpo de Bombeiros Militar, Ministério Público e Tribunal de Justiça), de forma a possibilitar o acompanhamento de todo o ciclo policial e criminal em uma única base de dados de inteligência e operações de defesa social.

A partir da operacionalização do SIDS, com previsão para iniciar-se em 2002, estará disponível a rotina de boletim informatizado de ocorrências e o armazém de segurança

pública para todas as frações da Corporação, possibilitando a flexibilização na extração de relatórios e dados estatísticos.

Considerando que aquele que detém a informação tem a responsabilidade de informar, a Polícia Militar deu um grande passo nas suas relações com a comunidade ao implantar o “Portal da PM e a Rede de Imprensa” na Internet. No site poderão ser acessados vários serviços, dentre eles os de utilidade pública com dicas de segurança, enquête para conhecer a opinião do cidadão, Net-Denúncia para registros anônimos; Como vai seu Bairro, um canal para solicitação de policiamento, registro de reclamações, elogios ou sugestões; e Fale com o Comandante-Geral, possibilitando que o cidadão se dirija diretamente ao dirigente máximo da Corporação. Há, ainda, um espaço criado especialmente para o atendimento à imprensa com informações simultâneas das ocorrências em andamento.

No primeiro dia de funcionamento, somente nas três primeiras horas, o Portal recebeu mais de 3 mil acessos, comprovando a aceitação do serviço pela comunidade.

Vários são os meandros que envolvem a demanda por segurança pública, cada vez mais crescente, fazendo com que a Instituição atue nas mais diversas situações que surgem diariamente na vida da sociedade. Algumas destas atividades poderiam ser executadas por outros órgãos, dentre elas atribuições afetas às guardas municipais, por caracterizar atribuição de competência do município.

Por meio de celebração de convênios, a Polícia Militar orientou e treinou 198 integrantes da Guarda Municipal de Betim e Nova Lima, alguns dos quais em setores em que a Polícia Militar atua impropriamente e em tarefas administrativas. Essa medida permitirá a liberação de militares da execução de funções que podem ser exercidas pelas Guardas Municipais, como, por exemplo, proteção de estabelecimentos de ensino, de prédios públicos e apoio a fiscais municipais, para melhor incrementar o desempenho de atividades típicas de polícia, objetivo primordial da Instituição.

Modernamente articulada em todo o território mineiro, a Polícia Militar é a única instituição pública que se faz presente nos 853 municípios e em mais de 250 distritos. O dispositivo operacional adotado pela Instituição possibilita, ao seu integrante, permanente interação com a comunidade.

No estado, a Polícia Militar está articulada em 10 regiões (RPM), sendo a elas subordinadas 71 Unidades de Execução Operacional (UEOp). Destas UEOp, 37 são de categoria Batalhão de Polícia (BPM) e as outras de categoria Companhia Independente. Cada RPM dispõe de uma Companhia de Polícia Militar Rodoviária e uma Companhia de Polícia Militar Florestal direcionando atuações nas suas respectivas atividades de policiamento de trânsito rodoviário e policiamento florestal e de mananciais.

Para instalação e ampliação de Frações de Polícia Militar, considera-se a importância socioeconômica e política das localidades e/ou espaços geográficos, principalmente os índices de criminalidade e de violência. Nesse contexto, no exercício de 2001, para um melhor atendimento aos anseios da comunidade, foram criadas algumas Unidades

PM, assim descritas: Batalhão ROTAM e 4ª Companhia de Missões Especiais em Belo Horizonte; 3ª Companhia de Missões Especiais em Juiz de Fora; Grupamento de Policiamento de Cães no 11º BPM – Manhuaçu; Grupamento Florestal em Formiga; mais um Pelotão em Pará de Minas; elevação de categoria dos Pelotões de Nova Serrana e Barão de Cocais à Companhia.

Para ampliar a capacidade de coordenação e controle das atividades operacionais, foi criado o Centro Integrado de Comunicações Operacionais (CICOp), que unificou os Centros de Operações das 7ª e 8ª RPM, localizadas respectivamente nos municípios de Contagem e Belo Horizonte, com competência para coordenar e controlar as comunicações operacionais decorrentes da atividade de polícia ostensiva na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), além de coordenar, em todo o estado, as comunicações operacionais, potencializando os seus resultados.

Até o início de novembro de 2001, a Instituição realizou 438.680 operações policiais em todo o estado, registrando-se 2.011.996 ocorrências, com a apreensão de 11.274 armas de fogo e de 19.915 armas brancas. Dessas operações, destaca-se a Operação Integração, fruto da recomendação contida no Plano Nacional de Segurança Pública, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, ligada ao Ministério da Justiça. Assim em conjunto com as Polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal e Receitas Estadual e Federal, foram montadas barreiras nas principais vias de acesso ao estado, com o objetivo de prevenir e coibir ilícitos penais de naturezas diversas.

Prestando apoio ao Ministério Público Estadual, foi implementada a Operação Caça-Níqueis, com o objetivo de reprimir o “jogo de azar” em máquinas eletrônicas “Videoloteria Off Line Interativa”, que continua em andamento.

A fim de cumprir os mandados de reintegração de posse, juntamente com o ITER/MG e INCRA, decorrentes de invasões de imóveis por grupos organizados, foram realizadas reuniões com as lideranças dos movimentos envolvidos, na tentativa de uma saída pacífica dos posseiros, evitando-se, assim, o emprego de força policial, o que tem permitido sucesso.

Em face dos incidentes terroristas ocorridos em outros países, a Polícia Militar elaborou planos operacionais para atuação preventiva de atentados terroristas e biológicos.

O policiamento ostensivo de trânsito urbano e rodoviário é executado observando-se filosofia de trabalho que privilegia a atuação educativa e orientativa. Tal postura tem por objetivo contribuir para o processo de humanização do trânsito, com a consecução de resultados positivos. Com isto, a variação percentual entre 2000 e 2001, conforme análises estatísticas, demonstra a redução de 10,07% dos acidentes sem vítimas e de 20,36% dos acidentes com vítimas, nas rodovias estaduais e federais que estão sob a responsabilidade da Polícia Militar. Com relação ao trânsito urbano, esses índices são de 7,17% e 3,49%, respectivamente. Quanto à ocorrência de vítimas fatais, pode-se constatar a redução de 10,36% (trânsito rodoviário) e 10,04% (trânsito urbano), no mesmo período.

O Projeto Polícia de Resultados está sendo estendido a todo o estado, por meio da estruturação de tabelas que permitem acompanhar os fatos criminais por município, bem como realizar ações de polícia ostensiva preventiva, visando ao controle do fenômeno. Tais informações foram agregadas por UEOP, região e estado o que permite uma visão ampla do problema. Também foi desenvolvida uma ferramenta informatizada de estatística que possibilita o fornecimento de relatórios a respeito da incidência criminal local, permitindo conhecer efetivamente os delitos de maior incidência, o lugar onde estão aflorando e o horário em que acontecem. Para isto, basta a alimentação sistemática dos dados registrados nos boletins de ocorrência.

A Polícia Militar de Minas Gerais foi a única do Brasil a se pronunciar durante a I Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul, promovida pela Associação Internacional dos Chefes de Polícia (IACP), no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 2001. O encontro reuniu representantes do Canadá, Argentina, França, Colômbia e México, além de integrantes de várias Polícias Militares do Brasil, tendo sido abordados, entre outros, os seguintes assuntos: prevenção e repressão às drogas, crimes hediondos, tráfico de armas, inteligência policial. Na oportunidade, a Instituição apresentou o tema “Geoprocessamento no Combate à Criminalidade”.

Esta é a primeira vez que o Brasil sedia uma conferência da IACP, que foi a promotora do evento. Com sede nos Estados Unidos, conta com 18 mil membros de 100 países e há mais de 100 anos promove encontros anuais e regionais entre chefes de polícia do mundo inteiro.

A população belo-horizontina vivenciou momentos de desconforto no mês de julho, quando perueiros insistiam em circular pela cidade, descumprindo determinação judicial, bem como obstruindo vias públicas. A Polícia Militar tem como princípio básico em suas ações esgotar todos os argumentos, visando à preservação da lei e à manutenção da segurança pública. Por isso, parou exaustivamente com as lideranças, com a precípua finalidade de encerrar as negociações da melhor maneira possível. No entanto, foi necessária a utilização da força, com o objetivo de garantir o direito de ir e vir do cidadão, que, em menos de 15 dias, teve a sua rotina tumultuada pelos motoristas do transporte clandestino. Durante a operação, 138 veículos e 1 caminhão de som foram apreendidos, tendo sido detidas 69 pessoas.

Neste episódio, a atuação da Polícia Militar foi reconhecida pelos diversos segmentos da sociedade, que destacaram o profissionalismo na condução dos problemas, principalmente no tocante ao equilíbrio, ao senso de medida e respeito aos Direitos Humanos.

Após a realização de estudos sobre a viabilidade de utilização do gás natural veicular na frota da PMMG, ficou constatada a oportunidade do seu emprego sob o ponto de vista operacional, técnico e, principalmente, econômico. O projeto está sendo implantado com a conversão em 827 viaturas empregadas na RMBH, prometendo uma economia mensal próxima a R\$ 400.000,00 nos gastos com combustível.

Um outro trabalho pioneiro da Instituição é o Projeto Polícia Solidária, que consiste em capacitar e formar agentes de desenvolvimento comunitário e educadores sociais.

São 117 alunos do Curso de Formação de Oficiais junto a comunidades carentes da RMBH, contando com a participação do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e do Corpo de Bombeiros Militar.

Durante os meses de maio e junho, a Polícia Militar, a TV Alterosa, o Diário da Tarde, a Rádio Guarani FM e o Jornal Estado de Minas mobilizaram-se numa campanha conjunta, no âmbito do estado, para a arrecadação de doativos para as pessoas carentes de Minas. Foram arrecadados 554.713 peças de roupas, 37.752 quilos de alimentos, 27.634 calçados, 15.127 lençóis e cobertores, 337 brinquedos e 76 colchões.

Como ocorreu em anos anteriores, a Polícia Militar em 2001 procurou intensificar a celebração de convênios de captação de recursos alternativos, mormente com as prefeituras municipais, possibilitando aportes suplementares para a execução de suas atividades operacionais.

No tocante a fiscalização ambiental, destaca-se o convênio celebrado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no valor de R\$ 3.876.826,00, com o intuito de preservar a bacia do Rio São Francisco, que nos últimos anos vem sofrendo um processo de degradação que tem deixado marcas irreparáveis de destruição ao longo do rio.

Convênio também importante foi celebrado com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), no valor de R\$ 608.000,00, visando à vigilância de mananciais e pontos de captação para o abastecimento público de água potável.

Com estas ações efetivas, a Polícia Militar de Minas Gerais vem procurando atender os anseios da sociedade mineira, por meio do aperfeiçoamento e da otimização dos seus recursos para a prestação de serviços de melhor qualidade.

O IPSM, autarquia estadual vinculada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, é responsável pelo pagamento de pensões e da assistência à saúde dos militares e de seus dependentes, num total de 187.955 beneficiários, dos quais 57.041 são militares e 11.977 são pensionistas.

A assistência à saúde a cargo do IPSM superou, em 2001, a marca de 2,3 milhões de procedimentos médico-hospitalares, compreendendo consultas, internações, cirurgias e exames.

O estado repassou em dia ao IPSM, durante todo o ano, as consignações e a contribuição previdenciária descontada de seus segurados.

Permanece, porém, a dívida correspondente à retenção feita no governo anterior. Em razão do desequilíbrio conjuntural da economia brasileira, que se reflete fortemente nas finanças públicas, não foi possível ao atual governo efetuar, na sua integralidade, os repasses correspondentes à contribuição patronal devida ao IPSM.

Registre-se que o IPSM não deixou, em momento algum, de cumprir as suas finalidades na órbita previdenciária e de saúde, tendo o Tesouro descentralizado à Autarquia, no seu devido tempo, o recurso financeiro suficiente para o cumprimento de suas atribuições.

Considera-se que o IPSM, em razão do profissionalismo de seus quadros e da homogeneidade de seu grupo de segurados, reúne condições ideais para responder pela gestão da previdência social e da saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado, exercendo em plenitude seu importante papel de entidade de previdência social e assistência.

Ao mesmo tempo, a racionalização da atuação estatal nessa área irá propiciar a Minas Gerais, em futuro mediato, reorganizar a sua planilha de custeio, como o determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante adequado posicionamento de suas despesas de pessoal em relação ao nível orçamentário global de custeio e investimento.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG	1.344.569.699	1.661.023.704				
061220012.206.0001 - Direção Superior	12.963.684	11.946.164				
061220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	85.037.485	107.263.859				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	8.065.825	7.912.513				
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	1.591.835	1.907.348	Policial Treinado/Reciclado (Policial)	39.679	17.738	4
			Policial Formado (Policial)	756	755	-
061810012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicação	3.876.766	3.120.698	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	985	226	4
061813024.877.0001 - Policiamento Ostensivo Geral	518.310.030	744.633.169	Ocorrência de Policiamento Ostensivo Realizada (Ocorrência)	3.225.858	2.356.415	4
061813024.877.0002 - Policiamento Ostensivo de Trânsito	40.477.964	33.727.908	Ocorrência de Policiamento de Trânsito Realizada (Ocorrência)	450.000	241.057	4
061813024.877.0003 - Policiamento Ostensivo Florestal	21.975.719	24.297.977	Ocorrência de Policiamento Florestal Realizada (Ocorrência)	42.450	65.608	5
061813322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	1.751.839	1.102.112	Policial Assistido (Policial)	1.420	135	4
			Promoção Realizada (Promoção)	91	23	4
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	8.929.990	7.580.461				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	599.978.818	679.068.635	Militar Beneficiado (Militar)	15.618	15.618	-
063024112.560.0001 - Assistência Médico Hospitalar	17.831.116	17.483.661	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	561.605	561.605	-
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	3.101.491	2.553.115	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	60.950	67.659	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	9.429.626	8.651.019	Aluno Matriculado (Aluno)	12.899	12.899	-
			Aluno Formado (Aluno)	2.559	2.559	-
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	11.247.511	9.775.065	Aluno Matriculado (Aluno)	8.598	8.598	-
			Aluno Formado (Aluno)	2.701	2.701	-
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de M.G.- IPSM	420.100.000	260.753.724				
091220012.206.0001 - Direção Superior	312.700	180.759				
091220012.288.0001 - Serviço de Apoio Administrativo	3.629.400	2.233.961				
091220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.600.000	470.473				
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	701.558	754.607				
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	145.826.342	220.394	Reserva Assegurada (R\$ Mil)	132.726	316	1
			Obra Acompanhada (Obra)	5	0	9
092723634.336.0001 - Benefícios da Previdência	4.500.000	3.606.600	Auxílio Concedido (Auxílio)	4.303	3.618	4
			Pecúlio Concedido (Pecúlio)	564	393	4
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	195.000.000	187.370.045	Pensão Paga (Pensão)	8.060	8.060	-
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	530.000	351.467				
093023644.618.0001 - Financiamento de Assistência a Saúde	23.262.699	22.568.897	Consulta Médica Realizada (Consulta)	255.000	276.595	-
			Internação Efetivada (Internação)	7.750	6.161	4
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	50.000	45.130	-
			Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	600.000	604.499	-
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	210.000	222.982	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
093023644.655.0001 - Encargos com Assistência a Saúde	44.737.301	42.996.521	Consulta Realizada (Consulta)	255.000	276.595	-
			Internação Realizada (Internação)	7.750	6.161	4
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	50.000	45.130	-
			Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	600.000	604.499	-
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	210.000	222.982	-
TOTAL	1.764.669.699	1.921.777.428				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

BOMBEIRO MILITAR

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) realizou nas suas Unidades Operacionais e Administrativas ações de elevada importância para a sociedade em geral, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nos planos do governo.

Ao completar 90 anos, acaba de conquistar mais uma vitória: é a instituição com maior grau de credibilidade de Minas Gerais. Este é o resultado de uma pesquisa do Unicentro Newton Paiva, encomendada pela TV Alterosa. Foram 24 instituições pesquisadas e o Corpo de Bombeiros conseguiu a nota mais alta, com uma média de 8,36 pontos. Isto se deu graças à popularidade que os bombeiros têm perante a comunidade.

A tarefa dos bombeiros consiste em técnicas e táticas com uso do recurso humano capacitado a proteger vidas e propriedades da destruição por sinistros e aliviar o sofrimento resultante de desastres, fogo, soterramentos e outros. Os acidentes, de uma forma geral, têm sido uma grande ameaça às pessoas.

As organizações de proteção pública têm existido desde longa data. Alguns anos atrás, o Corpo de Bombeiros identificava-se, basicamente, com o combate ao fogo. Acompanhando a grande velocidade da evolução social e econômica do mundo contemporâneo, as entidades viram-se obrigadas a readaptarem-se e a buscarem uma moderna configuração às novas demandas operacionais. Baseado nisso, o Corpo de Bombeiros Militar tem atendido a ocorrências típicas de prevenção, tentando ocupar uma postura mais pró-ativa, caminhando à frente dos fatos além do atendimento às ocorrências assistenciais de resgate. Atualmente, o campo de atuação do Corpo de Bombeiros é muito amplo, abrangendo a área de prevenção, combate a incêndios, salvamento, resgate e defesa civil.

Em 2001 foram efetivados diversos convênios com entidades públicas e privadas com objetivos vários, como: qualificação de pessoas voluntárias da comunidade em socorrimento e atendimento pré-hospitalar, mediante cursos básicos ministrados pelo CBMMG; cooperação mútua para socorrer vítimas de calamidade pública em situações de emergência; realização de serviços contra incêndios nos aeródromos; sistemática de cooperação técnica e operacional entre a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o CBMMG para promover a fiscalização da revenda de gás liquefeito de petróleo, visando à segurança das instalações e dos recipientes e à proteção do consumidor e da sociedade; cooperação mútua com diversas prefeituras municipais (Passos, Divinópolis, Sete Lagoas, Araguari, Vespasiano, Uberaba, Varginha, Uberlândia, Coronel Fabriciano, Governador Valadares).

As parcerias com empresas e prefeituras na prestação de serviços de prevenção, ministrando cursos e formando brigadas de incêndios, resultam no recebimento de quantitativo em dinheiro que prontamente é revertido na compra de novos equipamentos, permanentes ou de consumo, amenizando um pouco a crise financeira do estado e mantendo a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Está em andamento projeto de instalação de Postos Avançados de Bombeiros ou mesmo Pelotões nas cidades de Pará de Minas, Ribeirão das Neves, Unaí, Guanhães, Cataguases, Muriaé, Curvelo, Leme do Prado, Betim, Itabira, Manhuaçu, Monte

Carmelo, Ponte Nova, Paracatu, Conselheiro Lafaiete, Perdões, São Lourenço, Frutal, Viçosa, Carmópolis de Minas. Com estas novas Sedes de Bombeiros, a médio prazo, o CBMMG estará atingindo mais de 50% da população do estado com os serviços da Corporação. Atualmente, atende cerca de 35%. Assim, passará sua atuação de 35 frações, já instaladas, para 51.

Foram abertos processos de licitação para adquirir oito caminhonetes tipo ASL e três caminhões tipo ABT, um veículo tipo APP, um ônibus para transporte de pessoal operacional (TPO) e quatro motocicletas tipo MB, e a transferência de cinco veículos da SERHA para o CBMMG.

Ressalta-se que comprar viaturas é considerado ponto delicado dentro da instituição, uma vez que são excepcionalmente caras, dificultando a aquisição pelo estado e pelas prefeituras municipais, que por força de convênio, têm que adquirir algumas viaturas e equipamentos para criação de uma Fração em sua cidade.

Visando à melhoria no sistema informatizado do CBMMG, foram realizadas reuniões periódicas com a PRODEMGE, com a finalidade de implantar sistema informatizado para o gerenciamento de armamento/munições e de fardamento do CBMMG e criação do novo sistema informatizado de geração de ocorrência/atendimento, colocando no sistema nova codificação para ocorrências da Diretriz Auxiliar de Operações – 2001.

Foram adquiridos, com recursos oriundos do Tesouro e de convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, equipamentos operacionais diversos, como bandagens, colete salva-vida, capacete, capas, cordas, etc., visando manter um serviço de qualidade à sociedade.

O resultado alcançado com as realizações do CBMMG em 2001 é visível, principalmente na tropa. As suas necessidades são supridas dentro da expectativa, resultando num atendimento ágil a quem solicita os serviços. Atualmente, 3.850 bombeiros atendem uma demanda crescente de ocorrências em uma população acima de 17 milhões de habitantes no estado.

O quadro abaixo mostra o total de ocorrências em 2001.

Ocorrências atendidas pelas UEOp em MG em 2001

Natureza	Batalhão Bombeiro Militar					CIA Independente				Total
	1º	2º	3º	4º	5º	1ª	2ª	3ª	4ª	
Assistência	5.774	3.740	6.137	7.316	4.471	4.151	1.882	1.759	5.484	40.714
Incêndio	1.260	1.336	1.398	1.239	1.503	485	438	285	2.346	10.290
Busca e Salvamento	915	1.100	1.192	694	983	566	300	141	1.746	7.637
Prevenção	3.678	9.280	4.159	9.011	5.967	8.018	4.482	1.859	16.526	62.980
Diversas de Bombeiro	118	204	187	276	224	396	272	58	395	2.130
Proced. Administ.	1.667	2.554	2.984	4.774	1.522	1.099	482	487	2.041	17.610
Operações Diversas	443	925	719	3.207	1.244	178	25	129	682	7.552
SOMA	13.855	19.139	16.776	26.517	15.914	14.893	7.881	4.718	29.220	148.913

Fonte: Setor de Estatística da BM2

Em 2001 o CBMMG atendeu a 148.913 ocorrências, dentre os quais 40.714 do Grupo Assistência, 10.290 do Grupo Incêndio, 7.637 do Grupo Busca e Salvamento, com relevado destaque para 62.980 ocorrências do Grupo Prevenção, 2.130 do Grupo Diversas de Bombeiro, 17.610 do Grupo Procedimentos Administrativos, 7.552 do Grupo Operações Diversas.

A necessidade de ampliação do Corpo de Bombeiros é um consenso entre os prefeitos, mas, em razão do alto custo de instalação de uma Fração e seus equipamentos, um pequeno número de cidades mineiras tem capacidade para instalação e manutenção de uma sede de bombeiros. Uma Fração de bombeiros traz tranquilidade objetiva para a comunidade, reduzindo, também, os valores gastos com seguros de bens.

Entretanto, a carência de equipamentos e viaturas impedem o exercício de ações simultâneas de socorrimento público em diversos acidentes, em época de maior índice de ocorrências, situação que se agrava com um efetivo de 3.850 bombeiros militares, ou um bombeiro para cada 4.274 habitantes. Também as grandes distâncias (existem cidades que distam mais de 300 quilômetros de uma sede do Corpo de Bombeiros) impossibilitam o atendimento de emergências. O bombeiro militar não pode estar em todos os lugares. Visando minorar esta situação, está-se incentivando a criação de bombeiros voluntários como forma de amenizar a falta de bombeiros profissionais. Neste caso, o Corpo de Bombeiros atua na formação e coordenação da organização,

cabendo ao município a aquisição de viaturas e de equipamentos mínimos ao seu funcionamento.

Minas Gerais já conta com cinco Corpos de Bombeiros Voluntários. O primeiro a ser criado foi o de Santos Dumont, fundado em novembro de 1981. Posteriormente, surgiram bombeiros voluntários em Tiradentes (1996), Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Destes, apenas o de Santos Dumont possui duas viaturas AB (autobomba) de 4.500 e 3 mil litros, um jipe e um barco. Tiradentes possuía uma caminhonete e recebeu recentemente a doação de uma autobomba do governo estadual. O restante não possui recursos em viaturas de bombeiros.

Durante o ano, ainda foram realizadas as campanhas publicitárias “90 Anos de Criação do CBMMG”, “Semana de Prevenção”, “Dia das Mães”.

Ressalta-se ainda a atuação dos oficiais psicólogos da Corporação no trabalho de Psicologia Organizacional, com vistas a diagnosticar demandas de treinamento nas diversas áreas de atuação do Corpo de Bombeiros, junto com a Universidade Católica de Minas Gerais e em atividades com o Grupo da Ação Jovem da Cruz Vermelha, por meio de palestras.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	91.627.701	103.950.891				
061220012.206.0001 - Direção Superior	3.188.601	4.375.047				
061220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	16.626.703	16.263.240				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	1.210.500	772.087				
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	229.592	160.408	Bombeiro Treinado/Reciclado (Bombeiro)	2.600	3.563	5
			Bombeiro Formado (Bombeiro)	200	349	5
061820012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	531.000	361.976	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	400	32	3
061823054.878.0001 - Prevenção e Combate a Sinistros	67.270.732	78.359.449	Ocorrência de Bombeiro Realizada (Ocorrência)	160.000	148.913	4
061823322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	370.033	43.852	Promoção Realizada (Promoção)	100	18	3 - 4
			Bombeiro Militar Assistido (Bombeiro)	200	13	3 - 4
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	31.719	0				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	521.321	2.033.751				
103024112.560.0001 - Assistência Médico - Hospitalar	1.099.700	1.341.595	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	28.000	30.297	-
103024112.560.0002 - Assistência Odontológica	547.800	239.486	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	28.000	2.705	4
TOTAL	91.627.701	103.950.891				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Ano da Ciência e Tecnologia em Minas Gerais instituído pelo Governador em fevereiro de 2001, mediante o Decreto nº42.531, revelou-se um grande incentivo para que todas as instituições do sistema incrementassem suas atividades, fortalecendo e valorizando a missão institucional de cada uma delas. Mantendo-se afinados com as diretrizes e os objetivos estabelecidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000-2003) e no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2000-2003), os relatos apresentados evidenciam os esforços envidados por todas elas na construção de uma adequada política de desenvolvimento científico e tecnológico para Minas Gerais.

O decreto instituinte do “Ano da Ciência e Tecnologia em Minas Gerais” e o Decreto nº 42.532, autorizando a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT/MG) a articular as questões relacionadas à implantação dos empreendimentos de base tecnológica, modificaram o perfil de atuação da Secretaria e provocaram um significativo aumento na busca pela inserção do setor de C&T nas ações desenvolvidas por prefeituras, parlamentares, empresas, instituições de pesquisa, de ensino superior, e demais Secretarias.

O ano de 2001 foi marcado por várias ações de integração promovidas pelos programas especiais coordenados por especialistas contratados pela Secretaria com apoio da FAPEMIG e SEPLAN, seguindo orientações emanadas no Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (CONECIT). Encontram-se em andamento nove programas: 1) Uso Múltiplo de Florestas Renováveis; 2) Rede Estadual das Tecnologias dos Minerais; 3) Rede Mineira de Biotecnologia e Bioensaios; 4) Gestão Tecnológica em Recursos Hídricos; 5) Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Históricocultural de Minas Gerais; 6) Popularização da Ciência e da Tecnologia; 7) Rede Estadual de C&T para a Inovação Agroindustrial; 8) Tecnologias da Informação e Comunicações; e 9) Inovação Tecnológica no Parque Industrial Mineiro.

Como consequência destas ações, foram publicados, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), os primeiros editais da chamada Demanda Induzida, direcionando novos projetos para temas prioritários escolhidos pelos comitês consultivos e executivos de cada um daqueles programas. Diversas solicitações foram encaminhadas à FAPEMIG na forma de financiamentos, bolsas e projetos de pesquisa. Foram beneficiados os setores de acervos documentais históricoculturais, gemas e jóias, minerais industriais, genoma, medicamentos genéricos, madeira e móveis, software livre e os empreendimentos de base tecnológica. Dos mais de 150 pedidos, por volta de 60 foram aprovados, sendo disponibilizados cerca de doze milhões de reais, para atendimento aos editais de 2001.

A SECT/MG procurou ampliar sua atuação com as várias entidades e secretarias estaduais de governo, tendo como objetivo principal evidenciar e incentivar a participação da ciência e da tecnologia nos trabalhos desenvolvidos nas diversas áreas da administração pública. Configurando os instrumentos endogovernamentais de ação, instituições foram orientadas para a elaboração de projetos de cunho técnico e que, ao final de sua execução, gerassem produtos que contribuíssem para um melhor atendimento da missão de cada uma delas. Cerca de 40 projetos foram analisados pela FAPEMIG, com a aprovação de 30 deles.

Foram apoiadas iniciativas de conteúdo tecnológico em diversas localidades do estado, visando ao desenvolvimento regional, provendo solução de gargalos tecnológicos e favorecendo a agregação de valor aos produtos ali gerados. Nestes casos, foi incentivada a formação de parcerias para racionalização dos recursos financeiros, humanos e físicos disponíveis. Para apoio específico a esses projetos, recursos financeiros da ordem de um milhão de reais foram negociados diretamente com os setores competentes do governo. Cabe destacar as articulações promovidas durante todo o ano para a implantação de parques tecnológicos em várias cidades de Minas Gerais. As incubadoras de base tecnológica de Juiz de Fora, Uberlândia, Viçosa, Betim, Belo Horizonte, Santa Rita do Sapucaí e Montes Claros receberam apoio financeiro direto da SECT/MG para suas atividades. Iniciou-se a implantação do Centro de Triagem Molecular, a chamada BIOMG, empreendimento-âncora do Parque Tecnológico de Juiz de Fora, que é o primeiro passo para o domínio do conhecimento na produção de genéricos, fisioterápicos e fitofármacos em Minas Gerais. Uma estação experimental de piscicultura está sendo apoiada na região de Boa Esperança, cujo modelo de implantação servirá de base para futuros projetos em outras regiões, permitindo a exploração comercial da piscicultura mineira. A produção do pequi no Norte de Minas está sendo orientada de forma a evitar a coleta predatória da fruta, sendo desenvolvidos projetos para a produção de mudas de alta qualidade para plantio em áreas degradadas pelo extrativismo. Em forma de projeto-piloto, um laboratório para ensino de informática, com utilização de software livre, está sendo montado em Caratinga. Foram apoiados, ainda, projetos para a divulgação da ciência e tecnologia desenvolvidos na UFMG, a saber: Museu Morfológico, Museu Natural e Laboratório de Física.

O relacionamento com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) foi intensificado, possibilitando a assinatura de convênio de cooperação técnica, científica e financeira para uma ação articulada da área de C&T em Minas Gerais, tendo a SECT/MG como referência. Já foram apresentados ao MCT quatro projetos cuja elaboração foi induzida e coordenada pela SECT/MG, visando à captação de recursos disponíveis nos fundos setoriais gerenciados pelo Ministério.

Ainda com relação ao MCT, iniciaram-se as atividades do Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (PROSSIGA) para levantamento, organização e divulgação de informações em ciência e tecnologia relativas ao Estado de Minas Gerais. Foram selecionadas e contratadas duas especialistas na área para identificação e cadastramento das instituições mineiras atuantes em C&T, e, ainda, apresentação das oportunidades de trabalho no setor. Disponibilizado em meio eletrônico, em um portal especialmente construído para este fim, pode ser acessado no "site" da SECT/MG.

Seguindo orientação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), foi implantada e se encontra em pleno funcionamento a Câmara de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) que, sob a coordenação do Secretário de Ciência e Tecnologia e com a presença de importantes personalidades das diversas áreas do conhecimento, vem discutindo temas de interesse do estado. Como resultado deste trabalho, foram definidas as comissões técnicas que darão suporte às atividades da Câmara. A primeira delas, a comissão do álcool, madeira e outras energias renováveis

vem promovendo uma série de reuniões e buscando a definição de linhas de ação para orientar a busca de alternativas para a crise energética do país.

Como parte das comemorações do Ano de C&T, dos 25 anos da Secretaria e dos 15 anos da FAPEMIG, e com o objetivo de dar maior divulgação às ações de ciência e tecnologia no Estado de Minas Gerais, foi lançada, em junho, a 2ª edição do Prêmio de Divulgação Científica e Tecnológica Francisco de Assis Magalhães Gomes. Com premiação nas modalidades divulgação científica e tecnológica, jornalismo científico, estudantes de graduação e pós-graduação e instituições, a iniciativa acolheu expressiva participação da comunidade.

A Secretaria estabeleceu estreitas parcerias com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MG) e o Instituto de Educação Tecnológica (IETEC), participando da organização de dois importantes eventos técnicos, que contaram com a presença de especialistas nacionais e internacionais: a 4ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente (ECOLATINA), promoveu o Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assuntos de Ciência e Tecnologia, com a participação dos vários estados brasileiros, e o MINASTEC 2001 – O Evento Tecnológico de Minas.

Encontram-se ainda em fase preparatória, o COLAOB 2001 – II Congresso Latino - Americano de Órgãos Artificiais e Biomaterias e o Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – Exercício 2001.

No âmbito interno, a Secretaria de Ciência e Tecnologia buscou adequar-se às mudanças ocorridas no setor público, promovendo estudos para sua reorganização administrativa e investindo no treinamento de seus servidores, dentro do Programa Estadual de Qualificação Profissional. Foram negociados recursos para a aquisição de novos equipamentos de informática e melhoria das instalações físicas.

Dentro das comemorações desses 15 anos, foram programados pela Fundação, seminários, fóruns e workshops que contaram com a participação de entidades de todo o estado, merecendo destaque o lançamento das peças de divulgação institucionais, que visam levar ao conhecimento do público resultados importantes de pesquisas financiadas pela Fundação. Os eventos contribuíram para dar à FAPEMIG, e conseqüentemente às políticas públicas de ciência e tecnologia do governo estadual, uma grande visibilidade, sobretudo perante o empresariado mineiro. Destacam-se ainda a "I Mostra de Trabalhos Científicos Financiados pela FAPEMIG", mostrando os resultados de 500 projetos encerrados em 2000, e o registro da memória da FAPEMIG reproduzido em livro.

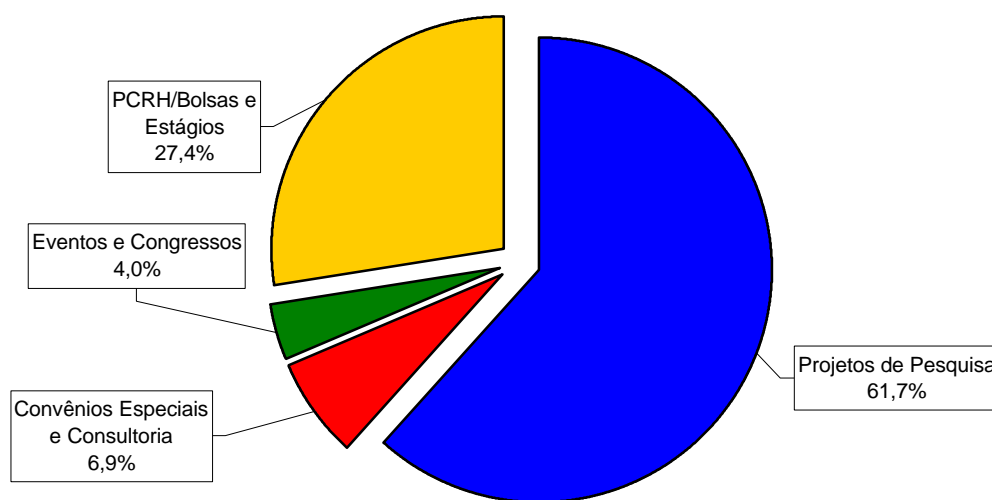
Houve mudança na política até então adotada pela FAPEMIG para a gestão dos recursos para a pesquisa, passando do atendimento quase que exclusivo à demanda espontânea de apoio a projetos de pesquisa para financiamento de projetos de demanda induzida, selecionados conforme seu enquadramento nos temas definidos como prioritários ao desenvolvimento científico e tecnológico regional. Para o desempenho das atividades do Conselho Curador, buscou-se a maior representatividade possível dentro do universo de atores do desenvolvimento científico e tecnológico do estado, tanto no que se refere às áreas quanto ao tipo de instituição e à distribuição geográfica. O mesmo tem acontecido em relação às Câmaras de

Assessoramento, que refletem diretamente no perfil de atendimento da FAPEMIG, com grande repercussão na comunidade assistida.

Este novo modelo resultou na destinação mais dirigida às necessidades regionais, tendo sido reservado o percentual de 55% dos recursos para demanda induzida (R\$ 12 milhões) e 45% para o atendimento à demanda espontânea (R\$ 10 milhões).

O gráfico que se segue demonstra a distribuição dos recursos destinados à pesquisa, repassados pela FAPEMIG.

Distribuição dos Recursos Liberados pela FAPEMIG, por Modalidade
Período: 01/01/2001 a 26/11/2001



O maior percentual de recursos foi destinado a projetos de pesquisa: 61,7%. Dos 534 projetos que receberam apoio da FAPEMIG, 420 eram novos, contratados em 2001, e oito propostas de projeto do Edital RECOPE, lançado em 1999.

São relevantes os esforços da Fundação no incentivo à inovação na indústria por meio de parcerias ou de financiamento direto a empresas de base tecnológica, além da organização de eventos para divulgar o resultado de pesquisas para a indústria. Em conformidade com as diretrizes do CONECIT e da Coordenação dos Programas Especiais da SECT/MG, foram lançados 12 editais para apresentação de propostas de projeto em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico estadual. Merecem destaque os editais 001 e 002/2001 (já fechados) e o 010/2001 (em aberto) do PROMITEC. Pela primeira vez a FAPEMIG financia, com retorno, atividades de ciência e tecnologia para empresas privadas, atendendo à demanda de micro e pequenas empresas de base tecnológica. Já estão aprovados para lançamento ainda em 2001, pelo Conselho Curador, os seguintes temas para editais: Rede Mineira de Biomoléculas; Criação de Escritórios de Gestão Tecnológica e Proteção ao Conhecimento; Agronegócios; Ação Endogovernamental.

Devido ao acúmulo de projetos dos exercícios anteriores em carteira, recomendados mas sem recursos para seu financiamento, foi tomada a decisão de fixar o limite anual

destinado à demanda espontânea, sendo descartadas as propostas que não fossem selecionadas dentro daquele valor. Os critérios adotados para a classificação dos projetos selecionados foram o mérito científico, a relevância, a adequação metodológica, o orçamento e a equipe técnica. Assim, foram aprovadas 296 propostas, com a contratação de 80 delas.

No período, consolidou-se o Escritório de Gestão Tecnológica, criado no ano anterior, que veio dar continuidade aos trabalhos de gestão tecnológica a fim de identificar, proteger e transferir à sociedade o conhecimento tecnológico produzido pelas organizações e pesquisadores estabelecidos no estado, com ênfase nas pesquisas apoiadas pela FAPEMIG. O escritório providenciou o depósito de quatro patentes junto ao INPI (PI nacionais) e um no PCT (PI internacional), além da colocação de dois dos produtos protegidos (UFV - vacina sintética contra carrapato e UFU – técnica imunoenzimática para a quantificação de Ige específica a alérgenos) em oferta tecnológica. A equipe trabalhou com 37 projetos financiados pela FAPEMIG que estão em diferentes fases de andamento, e realizou diretamente ou via parcerias, 27 eventos (palestras, cursos, seminários etc.) de conscientização e informação quanto à importância de se proteger a propriedade intelectual dos resultados de pesquisas. Prestou apoio, ainda, sob demanda efetiva, a 10 inventores independentes. Como novas linhas de ação, o escritório iniciou preparativos para as atividades de prospectiva tecnológica e vem atuando proativamente ao realizar busca preliminar sobre patentes para projetos a serem contratados pela FAPEMIG.

Visando promover a divulgação científica para o público leigo, além dos três números regulares da MINAS FAZ CIÊNCIA, foi editado um número especial dedicado à MINASTEC. A revista, que tem a tiragem de 5 mil exemplares, é disponibilizada também "on line", e tem procurado divulgar resultados de pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento financiadas pela FAPEMIG, que tenham apelo entre o público leigo. Destacam-se, entre os temas abordados, café, vacina contra venenos, paleontologia, raios, aquecimento global, etc. Está sendo produzida uma nova série de vídeos a serem veiculados na televisão, apresentados em formatos diferentes, utilizando linguagens que variam da jornalística à teatral, dependendo do assunto a ser abordado. As peças publicitárias visam mostrar a importância da pesquisa para o avanço social, econômico e cultural de Minas Gerais. Essa segunda série já conta com cinco vídeos prontos e sendo veiculados pela REDE MINAS, e 19 em processamento.

Em 2001, ao comemorar 30 anos de existência, e inserindo-se no contexto da promoção deste primeiro ano do século XXI como o “Ano da Ciência e Tecnologia em Minas Gerais”, o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) desenvolveu, paralelamente às suas atividades rotineiras, um esforço em divulgar e valorizar a entidade por meio do “Projeto IGA 30 Anos”. Foram realizadas exposições no interior do estado (Boa Esperança, Juiz de Fora, Montes Claros, entre outras), objetivando apresentar a história e a evolução da cartografia mundial, brasileira, e, sobretudo, mineira. Dentro deste projeto, e com recursos da FAPEMIG, iniciou-se a instalação da Sala Memória Técnica do IGA, um espaço permanente para o cidadão interessado fazer consultas relativas à produção cartográfica de Minas ao longo dos últimos séculos.

Buscando manter um contato mais próximo com seu público, o IGA participou de diversos eventos realizados na capital, divulgando seus produtos, serviços e projetos.

Inserido no segmento de Ciência & Tecnologia, no campo da Geociência, e sendo entidade oficial e de referência para as questões de limite, levantamento e demarcação de base fundiária municipal, sua participação na "IV Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente - Ecolatina" e "Minastec-2001" foi fundamental para reforçar a divulgação de suas características como autarquia executora de trabalhos de interesse dos municípios, de outras entidades públicas e dos usuários em geral.

No que diz respeito ao turismo, sintonizando-se com objetivos específicos do PPAG 2000-2003, realizou uma série de reuniões do Fórum Permanente de Turismo Rural. Para o município de Catas Altas procedeu à atualização dos diagnósticos e diretrizes turísticas, além de elaborar a Monografia Municipal, base para a orientação do planejamento e intervenções no âmbito municipal.

No atual contexto de racionamento de energia elétrica, e, ainda, em sintonia com o PMDI 2000-2003, quando menciona “o papel relevante dos municípios na implementação da estratégia de sustentabilidade do desenvolvimento de Minas”, o IGA, mediante convênio com a Secretaria de Estado de Minas e Energia, que repassou recursos do Ministério de Minas e Energia, iniciou estudos de viabilidade de produção de energia com recursos energéticos renováveis, em localidades do município de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha. Ainda no contexto da preservação ambiental, o IGA realizou um importante Programa de Educação Ambiental para a Itambé.

Dando prosseguimento aos trabalhos de apoio aos municípios, emitiu certidões, declarações e outros documentos relativos a limites municipais e distritais; elaborou textos legislativos pertinentes e documentação de bases cartográficas para 68 municípios. Elaborou, ainda, mapas municipais para Bueno Brandão, Mato Verde, Rosário da Limeira e São Domingos das Dores, e mapas estaduais de caráter temático, de acordo com as demandas da clientela.

Com recursos da FAPEMIG, deu continuidade aos programas de capacitação de recursos humanos e de projetos de pesquisa, fundamentais para o aprimoramento institucional.

O IPEM-MG empreende ações na área de metrologia e de promoção da qualidade, de produtos e serviços, que alcançam a sociedade, enquanto consumidora, e aos setores comercial e industrial, ao assegurar a ambos a certeza das quantidades transacionadas no mercado mineiro, pelo correto funcionamento de instrumentos de pesar e medir, bem como da conformidade aos requisitos de segurança e bom desempenho funcional dos equipamentos, conforme exigido por regras nacionais e internacionais estabelecidas.

Assim, em estreita colaboração com o INMETRO, de quem recebe delegação para exercer atividades de metrologia legal no território mineiro, o IPEM-MG intensificou suas atividades no exercício de 2001, nos 853 municípios mineiros, bem como estreitou seu relacionamento e comunicação com todos os segmentos da sociedade, com vistas à proteção de direitos do consumidor e à sustentabilidade competitiva da indústria.

Como órgão público, contribuiu também para o esclarecimento de questões relevantes, e de grande repercussão, discutidas ao longo do ano, principalmente por iniciativa do

Legislativo Mineiro e envolvendo relações de consumo, tais como a cobrança de multas em rodovias e vias urbanas mediante uso de radares e barreiras eletrônicas; a maquiagem de produtos pré-medidos e preços pagos a produtores de leite.

Para as verificações e fiscalizações realizadas em 2001, as equipes de metrologistas do IPEM-MG realizaram 54.321 visitas a estabelecimentos industriais e comerciais em todos os municípios mineiros, totalizando 2.635.483 quilômetros percorridos. Foram aplicados 2.139 autos de infração e 2.334 autos de interdição de instrumentos. Uma síntese das atividades e dos resultados alcançados pelo IPEM-MG é apresentada a seguir:

**Verificações Metrológicas e Fiscalizações de Conformidade de Produtos
Minas Gerais - 2001**

ATIVIDADES	RESULTADOS
Verificação de instrumentos de pesar	2.503.043
Fiscalização de produtos pré-medidos	87.568
Fiscalização de produtos têxteis	75.558
Fiscalização de produtos perigosos	4.240
Fiscalização de produtos certificados	977.641
Calibração de instrumentos	3.168
Implantação de laboratório de calibração	1

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) atua como agente tecnológico para consecução das políticas públicas, consolidando-se como centro de referência, centro de desenvolvimento de tecnologias mais limpas e buscando permanentemente apoiar os programas de governo, em sintonia com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e os programas do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT).

Em 2001, o CETEC deu continuidade aos trabalhos e, seguindo as orientações do governo, buscou formas de financiamento de suas atividades, demonstrando capacidade, criatividade e determinação na diversificação dos clientes-âncora, com vistas ao aumento da receita de livre movimentação. Buscou, também, aumentar a captação de recursos nos órgãos de fomento, com a obtenção de resultados meritórios na aprovação de novos projetos de pesquisa. O ano de 2001 retrata uma ampliação dos trabalhos institucionais do CETEC, que ultrapassou as metas postas para o exercício.

O aumento de projetos do CETEC, distribuídos nas áreas de tecnologia de alimentos, metrologia e ensaios, mineral, metalurgia e materiais, alinhou a instituição com as indústrias química, de alimentos, automotiva, siderúrgica, de extração mineral e da construção civil, atividades geradoras de ICMS e empregos para o Estado de Minas Gerais. Além disso, houve significativa atuação na área de tecnologia ambiental compatibilizando atividades produtivas com a proteção do meio ambiente.

O CETEC apresenta forte integração interna entre as suas áreas e atuação cooperativa com diferentes parceiros, incluindo SEMAD, SEME, SEE, COPASA, CEMIG, GASMIG, COMIG, EPAMIG, FEAM e IGAM, para compartilhamento de recursos e para a potencialização do impacto dos resultados pretendidos. Participa também de redes temáticas como a Rede Metrológica de Minas Gerais (RMMG), a Rede Temática em Engenharia de Materiais (REDEMAT), a Rede de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (REDAT/Alimentos), a Rede de Nanociências, e o Programa Minas Ambiente.

Na área de ensaios, o CETEC realiza a determinação de metais em água de hemodiálise, além de serviços de amostragem e análises físico-químicas e bacteriológicas das águas superficiais no âmbito do projeto “Águas de Minas”, gerenciado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), órgão ambiental fiscalizador do estado. A Instituição executa também trabalhos de referência na área de poluição atmosférica, que se integram às pesquisas para a preservação e recuperação de monumentos históricos. A prestação de serviços à CVRD e CST, para avaliação das condições de conservação do patrimônio histórico do Convento de Nossa Senhora da Penha, no Espírito Santo, utilizou os conhecimentos acumulados nessa linha de pesquisa, abrindo um campo inédito para as políticas públicas de conservação e recuperação do legado histórico e cultural das cidades brasileiras.

O CETEC deu continuidade ao projeto de monitoramento da qualidade dos combustíveis automotivos, que visa dar suporte às ações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com repercussão direta sobre a arrecadação do setor no estado. Ante os bons resultados obtidos no primeiro ano, o projeto foi recontratado por um período de mais três anos.

Foi concluída a implantação do Laboratório de Emissões Veiculares e do Laboratório de Testes de Motores Diesel, com investimento superior a US\$ 4,2 milhões, o que possibilitará ao Estado de Minas Gerais, a partir de agora, dispor de uma moderna infraestrutura laboratorial para medir as emissões dos veículos e para homologar novos veículos, segundo as exigências do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

Na área de metrologia, o CETEC vem desenvolvendo atividades em química, e na medição das grandezas força, massa, pressão, torque e temperatura. Obteve a aprovação de um projeto, em parceria com a PETROBRÁS/FINEP, com a participação da GASMIG, para expansão do Laboratório de Vazão de Gás. Com a expansão do uso de gás natural no país, esse laboratório reveste-se de importância estratégica para Minas Gerais.

Em relação à área mineral, o CETEC deu prosseguimento aos projetos já iniciados em 2000, para a melhoria dos processos de lavra e controle ambiental na atividade extrativa de ardósia.

Dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na área ambiental, destaca-se o da descontaminação de áreas degradadas pela atividade garimpeira, com recuperação de mercúrio e ouro. Esse projeto, já na sua segunda fase, obteve recursos do Ministério do Meio Ambiente. O projeto Minas Ambiente – laticínios – apresentou resultados altamente positivos com a inauguração, em Lavras, da primeira estação experimental de tratamento de efluentes líquidos para as indústrias de laticínios. O CETEC

consolidou-se como referência técnica na gestão de resíduos sólidos urbanos, tendo implantado um programa-piloto modelo na Prefeitura de Paracatu, com desdobramentos em outras 18 prefeituras no desenvolvimento de atividades que atendem às diretrizes do programa Lixo e Cidadania em Minas Gerais.

Já na área de alimentos, o CETEC vem fortalecendo as atividades da Rede de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (REDAT/Alimentos), que trabalha na busca da elevação do patamar tecnológico das indústrias, pela participação integrada de instituições atuantes na área comparecendo com o suporte tecnológico ao Programa Estadual de Segurança Alimentar. O projeto de implantação do sistema de controle de qualidade da merenda escolar em Minas Gerais teve continuidade com a ampliação do seu espectro de atuação. Iniciou-se o projeto “Soro”, com recursos do RECOPE (FAPEMIG, FINEP, FIEMG), que visa a apoiar as indústrias de queijo no reaproveitamento do soro de leite em produtos de alto valor agregado, constituindo-se uma alternativa que traz benefícios econômicos para esse segmento industrial e reduz o problema ambiental causado pelo lançamento desse efluente nos cursos d’água.

Finalmente, na área de tecnologia metalúrgica e de materiais, o CETEC deu continuidade aos projetos de desenvolvimento de aços inoxidáveis coloridos; de aços de alta estampabilidade; de processo de laminação a quente de aço para produção de serras especiais; de identificação de materiais para recobrimento de superfícies, em especial de motores, e inicia acordo com a Marinha para desenvolvimento de aço especial, estratégico para o país. Iniciou, ainda, o projeto para desenvolvimento de células solares de baixo custo, com recursos da ANEEL, numa parceria com a CEMIG.

Em cumprimento à sua missão social, o CETEC prioriza o atendimento às micro e pequenas empresas, organizadas em associações e sindicatos, de modo a multiplicar os benefícios do repasse de tecnologias, com redução do custo de atendimento. A Instituição tem atendido à pequena e média empresa nas áreas de tecnologia mineral - Programa de Apoio à AMISA e AMAR e tecnologia de alimentos (REDAT), Associação de Produtores de Sorvete, Associação Mãos de Minas e Sindicato da Indústria de Laticínios, por reconhecer a sua importância na economia mineira e na geração de empregos. A Instituição assinou acordo com a FINEP para a realização de um programa com vistas ao apoio tecnológico à pequena e média indústria com potencial para exportação ou para a substituição de importações (PROGEX).

Dentro dos programas endogovernamentais da SECT, a Instituição buscou recursos da FAPEMIG para aquisição de novos equipamentos e, na FINEP, concorreu com sucesso ao Edital II para infraestrutura com vistas a custear um programa institucional de racionalização do uso de energia. O CETEC se insere nos esforços do Programa de Qualidade e Produtividade no Serviço Público lançado pelo Governador e que preconiza a modernização e o cumprimento da função de estado, com foco nos resultados da Instituição; dando continuidade à sua participação no Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica, coordenado pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), que visa promover a incorporação de melhores práticas de gestão, monitorar o desempenho institucional e comparar os resultados dos indicadores de gestão com os dos demais centros de pesquisa no país. Com recursos do convênio SEPLAN /FINEP e o apoio da SECT/MG, iniciou um projeto de modernização administrativa que trará benefícios inequívocos ao sistema de gestão institucional.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	4.423.020	4.495.948				
191210012.179.0001 - Planejamento Setorial	107.300	123.986				
191220012.206.0001 - Direção Superior	350.477	455.239				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	762.328	951.123				
191220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	15.000	12.698				
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	6.000	4.010	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	30	22	11
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.213.352	1.284.997				
195716614.577.0001 - Articulação e Apoio a Captação de Recursos Externos	65.987	25.805	Acordo Celebrado (Acordo)	3	8	5
195716614.578.0001 - Informação, Difusão e Planejamento em Ciência e Tecnologia	72.783	54.012	Sistema de Informação em C & T Implantado e Mantido - Fase 1 (Sistema)	1	1	-
			Evento Realizado (Evento)	4	8	5
			Programa/Estudo Elaborado (Programa/Estudo)	2	1	3
195716614.579.0001 - Promoção de Ações de Educação em Ciência e Tecnologia	1.652.057	388.470	Programa de Melhoria Ensino Ciências e Matemática Implementado (Programa)	1	1	-
195716614.580.0001 - Apoio à Programas Tecnológicos	177.736	1.195.608	Evento Realizado (Evento)	6	8	5
			Projeto Aprovado (Projeto)	10	74	6
			Edital Publicado (Edital)	1	14	6
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	80.664.397	37.576.235				
191220012.206.0001 - Direção Superior	2.972.681	2.422.499				
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	10.000	0				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	376.687	331.326				
195716624.334.0001 - Fomento e Apoio a Realização e Participação em Eventos Técnicos e Científicos	2.050.000	951.767	Evento Apoiado (Evento)	120	396	5
			Participação de Pesquisador em Evento Apoiada (Pesquisador)	1.000	891	4
195716624.335.0001 - Concessão de Bolsas de Estudo	9.476.000	7.611.836	Bolsa Concedida (Bolsa)	2.500	1.965	4
195716624.335.0002 - Fomento ao Treinamento e Capacitação de Rec. Humano	4.050.000	873.440	Bolsista/Estagiário Treinado e Qualificado (Pessoa)	350	320	4
195716624.463.0001 - Promoção e Financiamento de Projetos Especiais	4.050.000	445.339	Estudo/Projeto Especial Promovido (Estudo/Projeto)	2.000	27	4
195716624.463.0002 - Realização de Estudos Técnicos	4.050.000	512.703	Estudo Técnico Elaborado (Estudo)	120	119	-
195716624.518.0001 - Divulgação e Difusão de Resultados de Pesquisas Tecnológicas	1.100.000	298.169	Material de Divulgação Produzido (Unidade)	1.000	10	4
195716624.519.0001 - Apoio a Projetos Espotâneos de Pesquisa Científica e Tecnológica	10.929.029	18.564.358	Projeto/Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	1.000	333	2
195716624.836.0001 - Fomento e Apoio a Programas e Projetos de Pesquisa	41.600.000	5.564.798	Projeto/ Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	2.000	50	7
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC	14.235.864	15.826.010				
191220012.206.0001 - Direção Superior	1.436.186	1.654.352				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.055.000	1.534.667				
191220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	20.000	4.390	Servidor Treinado/Capacitado (Servidor Público)	150	177	5 - 6
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	10.000	9.754				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	931.438	931.437				
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.017.957	5.746.245				
195726654.068.0001 - Pesquisa e Desenvolvimento	327.243	296.118	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	2	10	5 - 6
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	4	5 - 6
195726654.068.0002 - Desenvolvimento Experimental	468.505	332.376	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	4	10	5 - 6
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	9	5 - 6
195726654.068.0003 - Testes e Análise da Qualidade	3.323.409	4.981.437	Cliente Atendido (Cliente)	1.192	900	4
			Ensaio, Análise, Teste, Parecer e Laudo Realizado (Unidade)	50.000	86.280	5 - 6
			Assessoria e Consultoria Prestada (Horas)	246	260	-
195726654.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	433.016	114.914	Pessoa Treinada (Pessoa)	82	137	6 - 5
195736644.470.0001 - Informações Tecnológicas	213.110	220.320	Evento Realizado (Evento)	25	23	-
			UIATEC - Empresa Atendida (Empresa)	600	475	11
			Sistema de Informação Gerencial Implantado (Sistema)	1	1	-
			Sistema de Informação Tecnológica e Industrial Implantado (Sistema)	1	1	-
			Acompanhamento dos Resultados de Pesquisas Científicas e Tecnológicas Implantado (Projeto)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Instituto de Geociências Aplicadas - IGA	4.475.977	3.535.079				
191220012.206.0001 - Direção Superior	429.998	413.125				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	389.233	405.221				
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	277.750	6.621				
191276664.523.0001 - Estudos Municipais	1.086.029	870.043	Município Atendido (Município)	40	38	-
			Projeto Executado (Projeto)	2	1	4
			Monografia Municipal Elaborada (Monografia)	2	1	4
191276664.523.0002 - Serviços Geocartográficos	10.950	15.440	Cliente Atendido (Cliente)	1.300	2.600	5
191276664.652.0001 - Estudos e Pareceres de Evolução Administrativa e Territorial	4.150	0	Cliente Atendido (Cliente)	160	100	4
			Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria e Consultoria)	2	1	4
191276664.652.0002 - Elaboração de Plantas Cadastrais e Semicadastrais	12.050	0	Planta Cadastral e Semi-Cadastral Elaborada (Unidade)	1	0	8
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	60.070	18.951	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor)	107	22	1 - 4
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.721.132	1.551.473				
195736674.067.0001 - Cartografia Básica, Temática e Digital	288.535	251.782	Mapa Municipal Elaborado (Mapa)	4	14	5
			Mapa Estadual Elaborado (Mapa)	16	8	4
195736674.479.0001 - Desenvolvimento em Geomática	196.080	2.423	Pesquisa Aplicada Desenvolvida (Pesquisa)	4	0	8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG	10.665.945	10.613.449				
191220012.206.0001 - Direção Superior	214.647	148.790				
191220012.288.0001 - Serviços Administrativo e Financeiro	7.298.940	7.391.906				
191220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	70.000	67.450	Treinamento, Curso e Reciclagem Realizada (Evento)	2	22	5
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	1.579.150	1.596.584				
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	673.708	671.791				
196656634.444.0001 - Planej. e Execução da Inspeção e Capacitação de Veículos com Produtos Perigosos	14.000	11.451	Capacitação Veículo com Produto Perigoso Realizada (Inspeção)	10	4.240	5
196656634.444.0002 - Verificação e Fiscalização em Produtos e Serviços	190.000	188.237	Produto Pré-Medido Fiscalizado (Produto)	10	87.568	5 - 6
			Produto Textil Fiscalizado (Produto)	11	75.558	5 - 6
			Produto com Certificação Compulsória Fiscalizado (Produto)	4	977.641	5 - 6
196656634.444.0003 - Execução de Serviços Metrológicos	500.000	498.005	Instrumento de Medição Verificado (Instrumento)	191	2.503.043	5 - 6 - 7
196656634.465.0001 - Implantação de Laboratórios	103.500	18.126	Laboratório de Calibração Implantado (Laboratório)	1	1	-
			Laboratório de Calibração Credenciado (Laboratório)	1	0	3
196656634.465.0002 - Gestão de Laboratórios	22.000	21.109	Certificado Técnico de Calibração Expedido (Certificado)	7	3.168	5
TOTAL	114.465.203	72.046.721				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Governo Itamar Franco, assumiu o compromisso de incentivar, estudar e implementar toda e qualquer forma de programas e parcerias que visem minimizar o passivo ambiental gerado no estado ao longo dos últimos anos, bem como garantir o desenvolvimento sustentável.

Deste modo podem ser destacadas as seguintes ações, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no decorrer do exercício de 2001.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) aderiu ao Programa Lixo e Cidadania da UNICEF, que tem por objetivo erradicar a catação de lixo por crianças e adolescentes, capacitar os catadores de lixo como parceiros prioritários nos programas de coleta seletiva, gerar emprego e renda para as famílias envolvidas com a catação e, principalmente, erradicar os lixões, recuperando áreas degradadas e buscando técnicas, ambientalmente corretas, de disposição final do lixo.

Dentro deste contexto a SEMAD procurou, no decorrer de 2001, promover a consolidação no estado do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, lançado em um seminário no Minascentro, no mês de junho passado, com a participação de mais de 1.500 pessoas.

O Programa Lixo e Cidadania foi incluído, pelo Conselho de Segurança Alimentar do Estado, entre os programas prioritários para o combate à fome e à miséria em Minas Gerais.

Foi assinado, em novembro de 2001, convênio entre a SEMAD e a Loteria Mineira, no valor de R\$ 500.000,00, destinado à consolidação e ao fortalecimento do programa em Minas Gerais, mediante cursos e treinamentos que serão realizados a partir de dezembro de 2001, atingindo inicialmente os municípios do Vale do Jequitinhonha.

Já o convênio entre a SEMAD e a Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais - PRM (empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia) tem o objetivo de elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA-Sul/RMBH) e respectivo Plano de Manejo.

Também foram estabelecidas as diretrizes para "Parcelamento do Solo Urbano na APA-Sul/RMBH", visando ordenar a ocupação do solo no perímetro urbano, evitando o uso desordenado e clandestino do solo com fins de parcelamento (implantação de "condomínios fechados" clandestinos, sem o devido licenciamento ambiental e orientação da SEPLAN). Essa proposta, após a aprovação pelo Conselho Consultivo, integrará os estudos para o zoneamento da APA.

Os estudos programados para o Zoneamento Ecológico-Econômico visam:

- à promoção do desenvolvimento sustentável da região, organizando o espaço em distintos tipos e intensidades de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais, mediante um conjunto de zonas ambientais com seu corpo normativo;
- à proteção das áreas de recarga dos aquíferos e proteção dos mananciais responsáveis pelo abastecimento de água da RMBH;
- à organização do desenvolvimento futuro a partir da análise das vocações de cada área específica, em articulação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos vigentes e previstos para a APA, levando em conta as expectativas de seus usuários. Esse processo busca a redução de incertezas do processo e a ampliação da capacidade de formulação de ações adequadas para a solução dos problemas e conflitos.

A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA-Sul/RMBH e seu Plano de Manejo são instrumentos fundamentais de planejamento da Região Metropolitana e de orientação das ações estatais em matéria de proteção aos recursos ambientais e de estímulo às atividades econômicas, quando consideradas benéficas aos objetivos almejados pelo estado.

A SEMAD promoveu, durante o exercício de 2001, cursos para agentes municipais, objetivando capacitá-los a gerir a preservação do meio ambiente, fortalecendo a gestão ambiental descentralizada.

Dentro deste contexto se destaca o “Projeto Institucional de Treinamento e Apoio para os Municípios”, no âmbito do Programa de Municipalização Ambiental, em implementação pela SEMAD, que visa ao fortalecimento dos governos locais como instâncias de decisão e planejamento, capacitando-os a desenvolverem políticas próprias e a adotarem procedimentos ambientalmente corretos.

O projeto consiste de três módulos de treinamento, que compreendem a realização de seis cursos, visando contribuir na construção de uma política consistente de apoio ao município. Os módulos e respectivos cursos apresentam, preferencialmente, aspectos teóricos e práticos referentes aos seguintes itens temáticos:

- Módulo I: Estruturação de Políticas Municipais de Meio Ambiente;
- Módulo II: Agenda 21 Local; e
- Módulo III: Informação e Educação Ambiental.

O público-alvo é constituído por executivos e profissionais integrantes de equipes técnicas de administração pública municipal, membros dos conselhos municipais de meio ambiente e representantes de curadorias de meio ambiente, uma vez que a atuação conjunta entre os municípios e o ministério público é também instrumento relevante para o fortalecimento dos sistemas local e regional de meio ambiente.

Já foram realizados quatro cursos, tendo sido capacitados aproximadamente 120 agentes municipais.

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

O IEF, por ser o órgão responsável pela formulação e execução das políticas florestal e de pesca no estado, tem em seu programa de trabalho várias diretrizes visando ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, mediante fiscalização florestal, controle e combate aos incêndios florestais, atividades de ordenamento pesqueiro, fomento florestal, proteção e preservação da biodiversidade e educação ambiental.

Neste elenco, destaca-se a administração de unidades de conservação: a Autarquia gerencia atualmente 21 Parques Estaduais, três Reservas Biológicas, oito Estações Ecológicas, 12 APAs (Áreas de Proteção Ambiental), 20 APEs (Áreas de Proteção Especial) e uma Floresta Estadual – a primeira do estado: recentemente premiada, esta permite o uso direto e indireto – parte de sua área é reservada à proteção ambiental e parte propicia o extrativismo social. Tais unidades, quer sejam de proteção integral, quer de uso sustentável, representam patrimônio considerável, já que são 1.257.853,18 hectares de recursos naturais sob proteção legal favorecendo a pesquisa, a gestão planejada, a identificação e a conseqüente proteção de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. A par disso, o IEF vem orientando e incentivando a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, de categoria de manejo do domínio privado, com o objetivo de ampliar os percentuais de área protegida do estado, que hoje ultrapassam a 4%, se somadas as unidades federais e municipais em território mineiro.

Outra ação de extrema importância para proteção e preservação dos remanescentes florestais é o processo de monitoramento, controle e fiscalização da cobertura florestal do estado. Nessa ação, os técnicos do IEF promovem e executam uma vigilância constante, com imagens de satélite, vistorias técnicas a propriedades produtoras, bem como inspeção das fontes de suprimento e consumo de produtos florestais. Neste ano, foram realizadas operações aéreas e terrestres de fiscalização, com vistas ao combate ao carvoejamento clandestino, ao transporte e consumo ilegal de carvão e outros produtos e subprodutos florestais.

Para a execução das políticas, diretrizes e ações, o IEF possui uma estrutura descentralizada estrategicamente distribuída em todo o território mineiro, atende aos 853 municípios do estado, cobrindo todas as regiões de planejamento definidas legalmente pelo poder público estadual.

Seguindo a política de austeridade com relação ao uso dos recursos públicos, bem como a otimização dos serviços prestados à sociedade em geral, o IEF procura garantir ao estado a manutenção do equilíbrio de seu patrimônio natural. Nesse enfoque, procurou consolidar - e não ampliar - a criação de unidades de conservação e realização de obras, enfatizando a gestão mais eficiente do acervo já existente. Contudo, aquelas atividades que atendem à demanda social - e que incluem, entre outras, a demarcação de áreas de reserva legal, eventos de educação ambiental, concessão de registro para exploração florestal e licenças para exploração pesqueira - tiveram suas metas superadas, já que os setores economicamente dinâmicos exigiram da Autarquia maior empenho e agilidade para efetivo atendimento ao demandado, na prestação de serviços que considerasse o equilíbrio entre produção e proteção - missão precípua do Instituto.

Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM)

Em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentável e a promoção de formas de gestão ambiental que disseminem valores e responsabilidade ambientais, preconizadas nos Planos Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e Plurianual de Ações de Governo (PPAG), a FEAM, no âmbito de sua missão de melhoria da qualidade ambiental por meio da avaliação, controle e monitoramento do impacto ambiental proveniente de atividades industriais, minerárias e de infra-estrutura, bem como, mediante promoção da educação e extensão ambiental, implementou ações e medidas cujos principais resultados são descritos a seguir.

Considerando o realizado até outubro, acrescido da estimativa para o restante do ano, os empreendedores solicitaram à FEAM cerca de 1.200 pedidos de licenças, analisados, com pareceres técnicos e jurídicos de concessão ou indeferimento, e encaminhados para deliberação das Câmaras do Conselho Estadual de Política Ambiental ou direção do órgão seccional. Nas 39 reuniões das Câmaras do COPAM (de Atividades Industriais - CID, de Atividades Minerárias - CMI e de Atividades de Infra-Estrutura - CIF), 1.100 processos foram julgados. Foram, também, lavrados cerca de 1.700 autos de fiscalização, resultado proveniente de vistorias técnicas em diversos empreendimentos, lavrando-se, quando aplicável, os autos de infração, pela inobservância das normas ambientais estabelecidas.

Ainda na área de licenciamento ambiental, 34 municípios já estão habilitados à utilização do incentivo proporcionado pelo ICMS Ecológico com a finalidade de apoiar as suas ações no destino adequado do lixo urbano aos aterros sanitários, unidades de compostagem e estações de tratamento de esgotos, o que irá proporcionar benefícios a uma população da ordem de 3,3 milhões.

No monitoramento da qualidade das águas superficiais, o que abrange 98% da área do estado, foram publicados, em 2001, relatórios e mapa de qualidade das águas com os resultados do Índice de Qualidade das Águas (IQA) e o Grau de Contaminação por Substâncias Tóxicas, contemplando-se 2000 e a evolução no período 1998 a 2000. Não há ocorrência de cursos d'água na faixa de excelência do IQA. Verificaram-se 13 ocorrências na faixa de boa qualidade, 72 na média, 12 na ruim e duas na muito ruim. Na penúltima se encontram Ribeirões da Mata, Arrudas e Onça e Rio das Velhas (RMBH), Rio Itabira (Itabirito), Ribeirão Água Suja (Nova Lima), Ribeiro Marmelada (Abaeté), Ribeirão dos Vieiras (Montes Claros), Rio Caieiro (Barbacena), Rio Uberabinha (Uberaba e Uberlândia), Rio Paranaíba (Patos de Minas) e Rio Paraibuna (Juiz de Fora). E na última faixa: Rio das Velhas (Lagoa Santa e Santa Luzia), Rio Betim (Betim) e Rio Todos os Santos (Teófilo Otoni). Quanto à incidência por contaminação por substâncias tóxicas, para o estado no seu conjunto, houve tendência de queda na faixa do maior grau em 2000, o que também se verifica para as bacias hidrográficas, exceto a do Rio Grande.

Quanto ao monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência das três estações localizadas em Belo Horizonte, Betim e Contagem, a FEAM fornece, diariamente, os principais resultados do índice e da classificação (boa, regular, inadequada, má, péssima e crítica) da qualidade do ar ao público, por meio da imprensa e da sua página na Internet. Relatórios técnicos editados em 2001, consolidando dados a partir de 1995, mostram que, para os poluentes monitorados (PM-10, SO₂, CO e ozônio), a

estação de Belo Horizonte registrou apenas uma vez, e em 1995, a ultrapassagem do padrão diário da qualidade do ar. Contagem apresentou ultrapassagens para PM-10 entre 1995 e 1998 da ordem de 6, 9, 11 e 3 vezes. Betim para PM-10 em 1996 (7 vezes), 1998 (4 vezes) e 2000 (4 vezes). Apesar da restrição quanto à representatividade, a partir de 1998, nota-se tendência para a diminuição dos níveis de poluição atmosférica por partículas inaláveis, particularmente em Contagem, bem como melhor condição da qualidade do ar de Belo Horizonte em relação aos outros dois municípios.

A FEAM deu continuidade à atualização e à disponibilização, inclusive na Internet e em CD-Rom, do Sistema de Legislação e Normas Ambientais, trabalho pioneiro entre os órgãos ambientais do país, que representa importante instrumento de consulta aos profissionais e interessados em legislação ambiental. Obtiveram aprovação do COPAM deliberações normativas versando sobre prazo de validade das licenças ambientais, alteração do valor do parâmetro de eficiência dos sistemas de tratamento de esgotos domésticos, alteração de procedimentos de licenciamento, normas para o setor de ferro-gusa e alteração do padrão de Demanda Química de Oxigênio (DQO) para indústria têxtil.

Concluiu-se a instalação do laboratório de geoprocessamento, o que permitiu editar de forma georreferenciada o relatório final do Projeto: Cadastramento Dinâmico de Áreas de Restrição Ambiental - Subcomponente Bacia do Rio das Velhas.

No campo da educação e extensão ambiental, visando disseminar conhecimentos e informações ambientais e fomentar as ações dos municípios nas questões de licenciamento, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental, foram realizados 15 cursos, cinco seminários de municipalização das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental para grandes municípios e várias palestras em que se destacaram os seguintes temas: Agenda 21 em Minas Gerais, Educação e Extensão Ambiental, Enquadramento e Monitoramento da Qualidade das Águas, Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, Legislação Ambiental, Licenciamento e Fiscalização Ambiental e Atendimento em Acidentes com Produtos Perigosos. Nos cursos foram atendidos 94 municípios, beneficiando-se cerca de 600 participantes. De forma pioneira, foram realizados seminários para pequenos municípios das microrregiões de Montes Claros, Uberlândia e Juiz de Fora, contando com a presença de 110 municípios e 350 participantes. Foi criado, na Assessoria de Educação e Extensão Ambiental, núcleo para atendimento aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CODEMA.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), autarquia criada pela Lei 12.584 de 17 de julho de 1997, é o órgão responsável pelo planejamento e administração de todas as ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas de Minas Gerais. Para estar em consonância com as diretrizes estabelecidas no PMDI e no PPAG, o IGAM continuou desenvolvendo em 2001, programas, projetos e atividades que orientam a distribuição equitativa da água e que visem à conservação e revitalização dos recursos hídricos.

O Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (PROÁGUA) é executado por meio de um convênio entre o governo federal e os estados da região semi-árida brasileira, financiado pelo BIRD. No Estado de Minas Gerais este programa é coordenado pelo IGAM. Por meio do PROÁGUA foram promovidas ações na gestão de recursos hídricos, estudos/projetos, monitoria/avaliação, obras prioritárias e gerenciamento. Dentre as ações, tem-se o apoio estrutural e técnico aos comitês de bacias hidrográficas dos afluentes mineiros dos rios Paranaíba e Grande. Trata-se de apoio à implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, principalmente na região sul do estado, compreendendo as bacias dos rios Verde, Sapucaí, Araguari e Mogi-Guaçu Pardo. Uma outra linha de ação por meio do PROÁGUA são os trabalhos de mobilização da sociedade no encaminhamento de soluções para convivência com escassez de recursos hídricos na região do semi-árido. Nas sedes municipais de Águas Vermelhas e Divisa Alegre houve a execução de obras civis para o Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com o objetivo de ampliar a oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro.

Por meio da atividade de cadastramento de outorga, o IGAM desenvolveu metodologias e adotou procedimentos capazes de reduzir significativamente o tempo de análise dos processos de outorga. Com o objetivo de facilitar o trâmite dos processos e acompanhamento pelos usuários, o IGAM implementou toda a documentação (formulários e portarias) de outorga via internet no site da Autarquia, bem como a publicação de editais de entrada de processos e portarias de outorga. Com esse aprimoramento possibilitou-se maior conhecimento, por parte da sociedade, das outorgas e vazões concedidas no Estado de Minas Gerais, ou seja, transparência no serviço público.

O IGAM realiza o monitoramento de quantidade de água e a operação e manutenção da rede hidrométrica, o que possibilita o agrupamento de informações fundamentais para a gestão dos recursos hídricos. Entre outras, têm-se informações sobre a vazão dos mananciais (parte da bacia do Rio São Francisco e Rio Jequitinhonha); dados pluviométricos e fluviométricos (Bacia do Rio Grande e parte das bacias dos rios São Francisco, Grande, Paranaíba e Doce). Além do monitoramento da quantidade, o IGAM, em parceria com a FEAM, monitora a qualidade de água no estado de Minas Gerais com 242 pontos distribuídos pelo estado considerando-se 50 parâmetros (indicadores físicos, químicos, bacteriológico e ecológicos da qualidade da água). Essas informações vêm sendo a base para indicação de regiões problemáticas em termo de qualidade de água e daquelas em que a atuação integrada de gestão dos recursos hídricos já promoveu a melhoria da qualidade ambiental.

Por meio do Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-Árido Mineiro/Projeto de Manejo Integrado de Sub-bacias, que abrangeu 103 municípios relacionados no Programa de Comunidade Solidária que nas bacias dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e São Francisco (Médio Curso), o IGAM vistoriou barramentos a fim de verificar se foram realizadas obras e ações necessárias à sua recuperação e manutenção e atualização do banco de dados de matrizes do Programa.

Em consonância com a política de governo “Construindo o Orçamento Participativo” o IGAM, com apoio de outras instituições estaduais, avaliou 31 projetos de recuperação

de bacias hidrográficas e aprovou 13. Cabe ressaltar que um já se encontra em processo de execução no município de Santa Juliana. Por meio do projeto de operação do Alerta Hidrológico na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o IGAM está promovendo a modernização da rede de monitoramento hidrológico e zoneamento da planície de inundação de Governador Valadares e mais 16 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. O projeto de saneamento para o Estado de Minas Gerais - "O Esgoto Fora D'água" - atuou nos comitês de bacias hidrográficas para atendimento às comunidades rurais no setor de saneamento básico. Esse projeto está possibilitando melhorias das condições sanitárias e da própria qualidade de vida e meio ambiente, e redução da contaminação de rios com esgoto bruto em bacias rurais do estado. O Plano Emergencial de Redução de Danos Causados pelas Chuvas na Região Metropolitana de Belo Horizonte é o resultado de uma parceria entre o IGAM e a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC) com o objetivo de disponibilizar informações e atender às populações residentes em área de risco. Este plano é de suma relevância, pois a informação de como agir antes, durante e depois da ocorrência de chuvas pode evitar ou reduzir danos para as comunidades que vivem em áreas de risco (encostas, margens de córregos), e principalmente a perda de vidas humanas.

O IGAM, na qualidade de coordenador-técnico do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE), cuja estrutura resulta de uma parceria com a SECT/IGA realizou a implementação de sistema de processamento de dados meteorológicos das Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) do SIMGE e postos pluviométricos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O produto desse sistema é a construção de uma base de dados pluviométricos e meteorológicos e sistema de processamentos meteorológicos e hidrológicos em tempo real com vistas ao atendimento dos setores público e produtivo, e também da sociedade como um todo. O SIMGE divulga diariamente o risco de incêndio na vegetação, por meio do portal do sistema, permitindo ao estado ficar alerta e se preparar com a formação de equipes de prevenção e combate a incêndios.

Enfim, cabe destacar: uma das principais atividades desenvolvidas pelo IGAM com reflexo direto na sociedade consiste no apoio aos comitês de bacias hidrográficas já instituídos e formá-los, tendo como base os princípios da política de recursos hídricos e a educação ambiental. Quanto maior o número de comitês criados, maior será a eficiência do estado na gestão dos recursos hídricos, pois esses organismos têm o papel de exercer a gestão dos recursos hídricos de maneira descentralizada e participativa. Essa atividade apresenta grande relevância para o estado, visto que a organização das diversas bacias hidrográficas de rios estaduais para a gestão de recursos hídricos propicia a participação da sociedade nas discussões e tomada de decisões relacionadas aos recursos hídricos, culminando na implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Neste contexto ressalte-se o importante papel do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), que aprovou a criação de novos comitês de bacias hidrográficas do entorno do reservatório de Furnas, dos afluentes do Alto São Francisco, do Rio Santo Antônio, dos afluentes mineiros do Médio Rio Grande e Rio Uberaba.

Comitês de Bacias em Unidades de Planejamento e Gestão

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Legenda

Comitês federais existentes

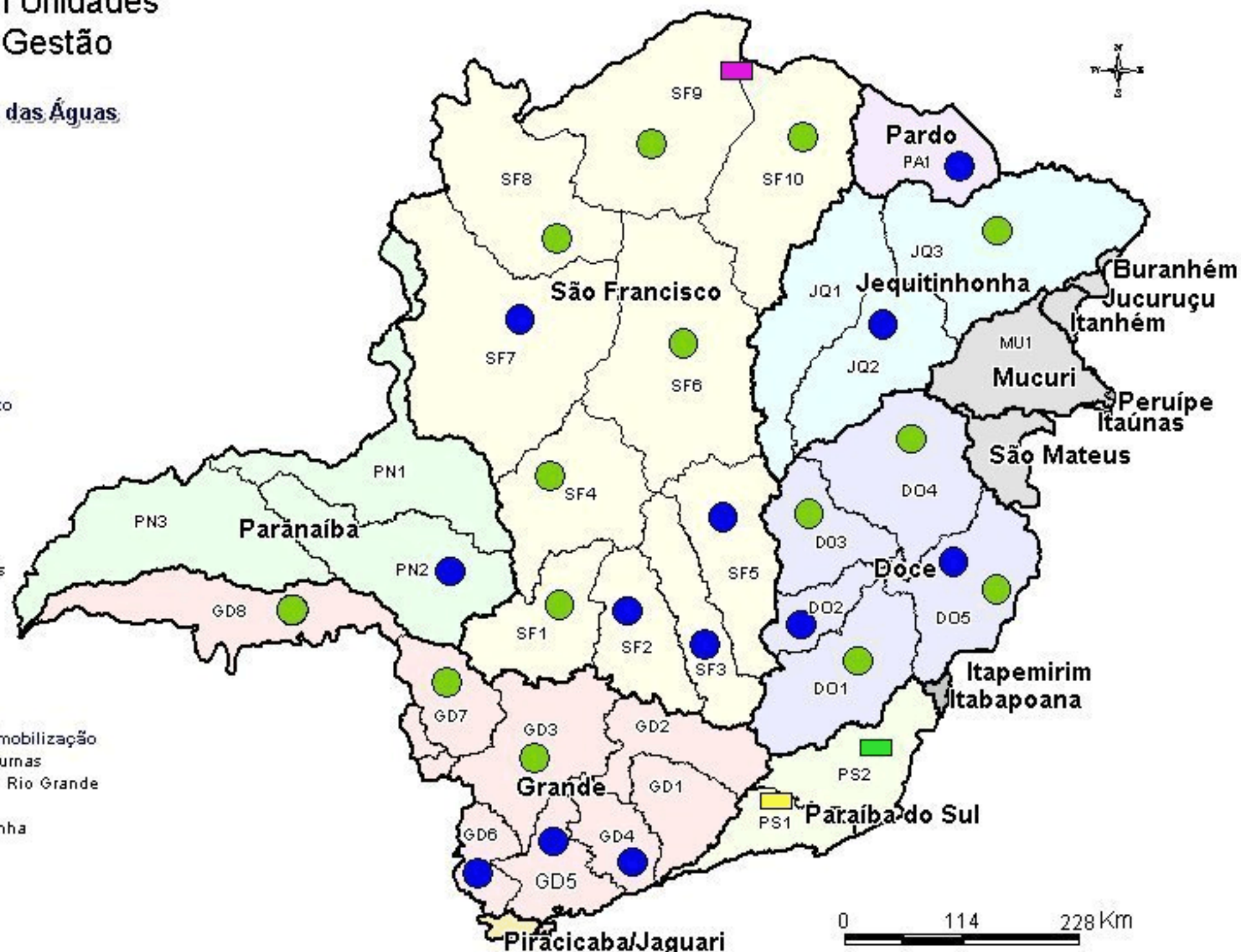
- Paraíba do Sul
- Pomba e Muriaé
- São Francisco

Comitês estaduais em funcionamento

- SF2 - CBH do rio Pará
- SF3 - CBH do rio Paraopeba
- SF5 - CBH do rio das Velhas
- SF7 - CBH do rio Paracatu
- GD4 - CBH do rio Verde
- GD5 - CBH do rio Sapucaí
- GD6 - CBH dos afluentes mineiros dos rios Pardo e Mogi
- PN2 - CBH do rio Araguari
- PA1 - CBH do rio Mosquito
- DO2 - CBH do rio Piracicaba
- DO5 - CBH do rio Caratinga
- JQ2 - CBH do rio Araçuaí

Comitês em processo de formação/mobilização

- GD3 - CBH - Entorno do reservatório de Furnas
- GD7 - CBH - Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande
- GD8 - CBH do baixo Rio Grande
- JQ3 - CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha
- DO1 - Afluentes Mineiros Alto Rio Doce
- DO3 - CBH Santo Antônio
- DO4 - CBH Suaçui - Grande
- DO5 - CBH Manhuaçu
- SF1 - CBH dos rios Bambuí / São Miguel / Machado
- SF4 - CBH - dos rios Abaeté /Borrachudo
- SF6 - CBH da Região do Rios Pacuí/Jequitaí
- SF8 - CBH do rio Urucuia
- SF9 - CBH dos rios Pandeiros e Calindó
- SF10 - CBH do rio Gorutuba



FONTE: Base GeoMINAS 1998 e Cartas do IBGE

Mapa do IGA escala 1:500 000

Comitês: Luiza de Marillac

APC - Assessoria de Planejamento e Coordenação

Geoprocessamento

Novembro/2001

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	6.629.166	2.569.491				
181210012.179.0001 - Planejamento Setorial	466.600	92.942				
181220012.206.0001 - Direção Superior	536.000	519.000				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	899.126	886.731				
181220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	50.000	23.064				
181226414.772.0001 - Gestão Ambiental Integrada	2.662.440	950.023	Projeto Coordenado e Apoiado (Projeto)	25	0	1
			Sistema Integrado de Licenciamento Implantado (Sistema)	1	0	1
			Evento de Educação Ambiental Apoiado (Evento)	30	5	4
			Cadastro de Órgão/Entidade Implantado (Cadastro)	1	1	-
			Prefeitura Municipal Apoiada (Prefeitura)	100	115	5
			Plano de Zoneamento Ambiental Elaborado (Plano)	5	3	7
			Projeto de Área Protegida Elaborado (Projeto)	10	1	4
			Unidade de Conservação Apoiada (Unidade de Conservação)	3	6	7
			Codema Capacitação Apoiado (Codema)	100	0	1
			Curso de Gestão Ambiental Realizado (Curso)	10	6	3
181266421.032.0001 - Rede de Informações Ambientais	1.500.000	0	Sistema de Gestão de Processos Implantado (Sistema)	1	0	1
			Treinamento Realizado (Treinamento)	285	0	1
			Sistema de Monitoramento Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	1

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	15.000	10.820	Balcão Virtual de Atendimento Implantado (Balcão)	1	0	1
			Sistema de Informação da Legislação Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	1
185126434.161.0001 - Apoio ao Saneamento Ambiental nos Municípios	500.000	86.911	Treinamento Realizado (Treinamento)	100	35	4
			Projeto Apoiado (Projeto)	100	18	4
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM	13.909.002	12.102.210				
181220012.206.0001 - Direção Superior	640.500	565.705				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.789.400	3.310.832				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	423.000	464.916				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.129.900	1.090.550				
185426444.166.0001 - Licenciamento e Fiscalização Ambiental	4.728.524	5.136.549	Vistoria Técnica Realizada (Vistoria)	800	0	8
			Processo Licenciado (Processo)	600	0	8
			Laudos Periciais Emitidos (Laudos)	200	310	5
			Seminário sobre Municipalização Implantado (Seminário)	3	5	5
			Capacitação para a Municipalização Promovida (Trein./Estágio)	3	6	5
			Convênio de Municipalização Implementado (Convênio)	2	1	11
			Curso Realizado (Curso)	8	15	5

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185426454.856.0001 - Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ambiental	4.197.678	1.533.658	Promoção de Atividade de Educação e Extensão Realizada (Evento)	2	40	1
			Auto de Fiscalização Emitido (Auto)	1.300	1.700	6
			Licença Analisada (Licença)	900	1.100	5
			Auto de Infração Lavrado (Auto)	300	300	-
			Programa Empreendedor Implantado (Empresa)	2	0	4
			Material Didático Editado (Publicação)	3	7	5
			Ação de Educação e Extensão Realizada (Evento)	4	7	5
			Audiência Pública Realizada (Aud. Pública)	4	6	7
			Estudo de Controle Ambiental Realizado (Estudo)	6	6	-
			Rede de Monitoramento do Ar Implantada (Rede)	3	0	8
			Indicador de Qualidade Ambiental Selecionado Consolidado (Indicador)	4	3	7
			Sistema de Informação da Legislação Ambiental Mantido (Sistema)	1	1	-
			Instrumento Econômico Analisado (Estudo)	1	0	7
			Base de Dados Geo-Ambientais Organizada (Banco de Dados)	1	1	-
			Estudo da Qualidade Ambiental Desenvolvido (Estudo)	6	7	-
			Norma/Padrão de Qualidade Ambiental Elaborada (Norma/Padrão)	5	5	-
			Mapa de Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas Elaborado (Mapa)	6	1	4
			Cadastro de Área de Restrição Ambiental Realizado (Cadastro)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Monitoramento da Qualidade da Água Realizado (Estação)	242	246	-
			Georeferenciamento de Atividade Realizado (Georeferenciamento)	1	1	-
			Monitoramento da Qualidade do Ar Realizado (Monitoramento)	365	365	-
Instituto Estadual de Florestas - IEF	40.785.667	27.767.158				
181220012.206.0001 - Direção Superior	210.000	118.111				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	11.638.096	9.233.504				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	705.136	728.153				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	2.805.000	3.096.734				
185416474.075.0001 - Proteção da Vida Silvestre e Administração de Unidades de Conservação	361.000	372.840	Unidade de Conservação Implantada (Hectare)	3	0	4
			Área de Reseva Legal Demarcada e Averbada (Hectare)	21.510	147.672	5 - 6 - 7
			Unidade de Conservação Administrada (Unidade)	37	30	4
185416474.075.0002 - Proteção da Mata Atlântica	7.835.780	0	Obra Realizada (Obra)	19	0	11 - 12
			Regularização de Unidade de Conservação Realizada (Hectare)	3.709	0	11 - 12

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185416474.078.0001 - Controle da Fauna e Flora, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental	17.230.655	14.217.816	Área Reflorestada (Hectare)	7.913	9.371	6
			Obra Realizada (Obra)	2	3	6
			Evento de Educação Realizado (Evento)	2.915	7.382	5 - 6 - 7
			Registro para Exploração Florestal Concedido (Registro)	1.221	8.090	5 - 6 - 7
			Vistoria de Controle Florestal Realizada (Vistoria)	12.245	15.365	5 - 6 - 7
			Muda Distribuída (Muda Mil)	7.178	12.650	7
			Microbacia Trabalhada (Microbacia)	24	100	6
			Brigada de Controle de Incêndio Criada (Brigada)	800	12	4
			Processo de Controle Florestal Formalizado (Processo)	7.988	16.046	7
			Área Liberada para Queima Controlada (Hectare)	2.621	107.237	6
			Área Liberada para Desmate Controlada (Hectare)	107.552	109.196	-
			Licença para Exploração Florestal Concedida (Licença)	2.162	10.535	6
			Área Vistoriada Concedida (Hectare)	110.173	0	8
			Registro para Exploração Pesqueira Concedido (Registro)	9.187	10.276	6
			Licença para Exploração Pesqueira Concedida (Licença)	214	14.735	5 - 6 - 7
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	38.252.249	10.503.190				
181220012.206.0001 - Direção Superior	36.160	17.298				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.135.145	2.826.104				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	100.400	35.653				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
181227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	40.998	70.802				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	316.622	331.622				
185446481.187.0001 - Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para Semiárido Brasileiro - Proágua	31.380.000	5.495.727	Estudo e Projeto Executado (Projeto)	4	3	4
			Fortalecimento Institucional Realizado (Comitê/ Entidade)	20	15	4
			Projeto de Obra Prioritária Executado (Projeto)	3	1	10
185446484.073.0001 - Controle das Águas	1.930.905	1.594.992	Outorga Concedida (Outorga)	1.728	946	4
			Usuário de Água Cadastrado (Usuário de Água)	4.464	1.227	4
			Quantidade de Água Monitorada (Posto)	1.996	1.996	-
			Qualidade de Água Monitorada (Posto)	242	242	-
			Plano Diretor Implantado/Supervisionado (Plano)	6	6	-
			Apoio ao Comitê de Bacias (Comitê)	7	7	-
185446484.074.0001 - Manejo Integrado de Sub-Bacias	850.174	103.462	Projeto Elaborado (Projeto)	7	7	-
			Evento de Educação Ambiental Realizado (Evento)	150	150	-
			Obra Executada (Barramento/Poço)	24	0	1
185446484.074.0002 - Sistema de Meteorologia de Recursos Hídricos	461.845	27.530	Infra-Estrutura Implantada (Estação)	10	0	1
			Serviço Prestado (Serviço)	7	7	-
TOTAL	99.576.084	52.942.049				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

AGROPECUÁRIA

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e as entidades vinculadas, EPAMIG, EMATER, IMA e RURALMINAS, vêm desenvolvendo as ações preconizadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, no Plano Plurianual de Ação Governamental, na peça orçamentária do estado e em conformidade com a decisão do governador em apoiar as políticas que visem atender ao pequeno produtor, para melhorar a qualidade de vida da sociedade rural.

Levando-se em conta que o principal fator restritivo da agricultura é a dificuldade de acesso a insumos de qualidade, foi lançado pela SEAPA o Plano Referencial de Qualidade (PRQ), com propostas de fortalecimento e revitalização de setores/produtos básicos da agropecuária mineira, mediante programas específicos.

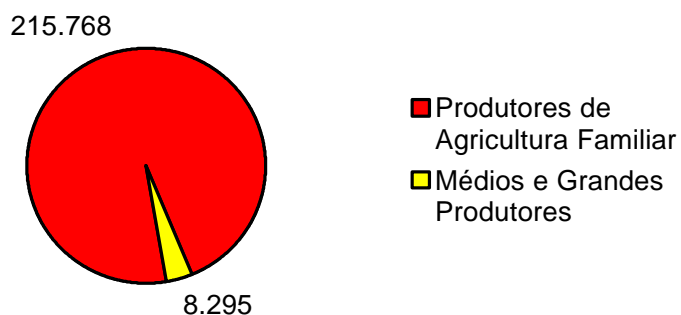
Priorizando a bovinocultura de leite e carne, por sua posição de liderança na produção leiteira nacional, a SEAPA reuniu seus órgãos e entidades vinculadas em torno do programa “Organização e Gestão da Pecuária Bovina”. A iniciativa deverá forçar a modernização do atual sistema de pecuária leiteira no estado, a partir da constatação de que, diante do rápido desenvolvimento de tecnologias num ambiente de instabilidade econômico-financeira, as competências são mais necessárias do que as tradições. É nesse contexto que a produtividade cede lugar à lucratividade.

Para atender à demanda por novas tecnologias, estão sendo conduzidos pela EPAMIG 116 projetos de pesquisa agropecuária, foram comercializadas 239 mil mudas (café, coco, banana, manga, citrus etc), 40 toneladas de sementes (arroz, café e feijão) e 160 cabeças de matrizes (bovinos, suínos e caprinos). Dias de Campo, além de publicações e seminários veicularam informações tecnológicas aos agentes envolvidos na produção agropecuária. Ações de ensino na área de laticínios e agropecuária são mantidas pelo estado para demanda específica.

A EMATER, responsável pela assistência técnica e extensão rural, manteve assessoramento a 3.586 grupos de produção/comercialização, 1.503 associações de produtores e 3.735 conselhos e associações comunitárias, totalizando 4.345 programas negociados com os agricultores familiares.

Presente em 723 municípios e em 7.497 comunidades rurais, assiste 224.063 pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Público Atendido em 2001





O Programa de Erradicação da Febre Aftosa desenvolvido pelo IMA alcançou resultados expressivos, pois a área mineira integrante do Circuito Pecuário Leste foi reconhecida, em maio deste ano, como área livre de febre aftosa pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

Com essa decisão, todo o Estado de Minas Gerais passou a ser declarado como área livre de febre aftosa com vacinação, já que a outra área mineira incluída no Circuito Pecuário Centro-Oeste foi reconhecida pela OIE no ano passado.

Foram vacinados contra febre aftosa 23.685.314 bovinos, 84.484.870 animais contra raiva dos herbívoros, 15.784 morcegos hematófagos foram capturados e tratados com pasta vampiricida, 1.474.702 bezerras foram imunizadas contra brucelose.

Ainda neste ano, Minas Gerais foi classificada como zona livre de peste suína clássica, pelo Ministério de Agricultura, com vacinação do rebanho suíno mineiro.

O IMA priorizou o serviço de fiscalização do comércio no uso de agrotóxicos perfazendo 15.920 fiscalizações. Monitorou resíduos de agrotóxicos em seis produtos agrícolas, por meio de 200 amostras analisadas, e fiscalizou o destino das embalagens vazias de agrotóxicos. Para garantir a sanidade de mudas e sementes foram inspecionadas 120.630 mudas de café e frutíferas, inspecionados 90.350 hectares de campos de sementes. Também fiscalizou 43.865 toneladas de carne e derivados, 51.460 toneladas de leite e derivados, 378 toneladas de pescados e 53 toneladas de mel e 492 estabelecimentos de produtos de origem animal. Fiscalizaram-se 41.668 barreiras, visando impedir a entrada de diversas pragas no estado, principalmente nas culturas de citros e banana. Foram realizados 16 mil levantamentos fitossanitários na cultura da bananeira para demonstrar que Minas continua livre de pragas que infestam essas culturas em outros estados da federação.

Atento à importância socioeconômica dos principais produtos estratégicos do agronegócio em Minas Gerais, o IMA implantou três programas de certificação de origem e/ou qualidade: Programa Mineiro de Certificação de Origem e Qualidade do Café – CERTICAFÉ; Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem e Qualidade dos Produtos da Bovinocultura – CERTIBOV; Programa Mineiro de Certificação de Origem e Qualidade de Produtos Agropecuários e Agroindustriais – CERTIMINAS.

A infra-estrutura de apoio ao processo produtivo e de preservação do meio ambiente, executada pela RURALMINAS, teve suporte significativo de veículos, máquinas e equipamentos que prestaram serviços a prefeituras, sindicatos e produtores rurais. Foram construídas 327 pequenas barragens, 85.270 metros de dragagem, 2.395 hectares de aração e gradagem e 485 hectares de irrigação, drenagem e saneamento agrícola. Foram construídos e/ou recuperados 4.946 quilômetros de estradas, 72 quilômetros de estradas rurais, 582 tanques de piscicultura, 25 silos, recuperação de 28 lagos e lagoas e 145 hectares de serviços para conservação de solo. É importante ressaltar a construção e conservação de 239,1 quilômetros de estradas em municípios do Norte e Jequitinhonha.

No suporte às atividades diretamente produtivas, em que se insere a mecanização agrícola, aproximadamente 1.900 produtores rurais foram beneficiados atingindo 89 municípios. No Programa de Preservação Ambiental os trabalhos de desassoreamento de cursos d'água beneficiou cerca de 330 mil habitantes.

Destaca-se entre as obras civis a construção do Mercado Livre do Produtor em Uberlândia, constituído de galpão coberto com área de 6.000m² e 26.000m² de estacionamento.

No contexto da irrigação, o Projeto Jaíba II é composto de 34.000 mil hectares, dos quais 16.332 serão irrigados. A implantação das obras civis e hidráulicas está terminada. Consiste em 14 quilômetros de tubulações enterradas, 1 aqueduto, 149 quilômetros da rede de canais, 336 quilômetros de sistema viário, 147 quilômetros de sistema de drenos, sistema energético para carga de 217.832 kva, sistema de abastecimento de água tratada e infra-estrutura auxiliar composta de oficina, laboratório, ambulatório, escola de oito salas e residência para técnico de nível médio e superior. Em cumprimento às condicionantes ambientais exigidas para o projeto, a RURALMINAS cadastrou de 92 mil hectares de parques, reservas biológicas e particulares.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	49.948.883	17.911.813				
201210012.179.0001 - Planejamento Setorial	116.238	229.314				
201217014.077.0001 - Coordenação e Avaliação de Programas e Projetos de Desenvolvimento do Meio Rural	39.643.804	6.132.044	Projeto de Pesquisa do Café e Fruticultura Coordenado (Projeto)	2	2	-
			Projeto para Agricultura Irrigado Coordenado (Projeto)	10	6	3
			Evento do Programa Pró-Cachaça Apoiado (Evento)	1	1	-
			Estudo Ambiental p/ Irrigação Coordenado (Estudo)	10	6	3
			Projeto Executivo de Engenharia p/ Irrigação Coordenado (Projeto)	10	6	3
			Projeto Raspa de Mandioca Apoiado (Projeto)	1	0	8
			Projeto de Desenvolvimento do Polo Norte de Minas Coordenado (Cooperativa)	2	0	8
			Projeto de Aqüicultura Coordenado (Projeto)	5	0	8
			Projeto de Verticalização da Produção Familiar Coordenado (Projeto)	1	0	3
			Projeto Mineiro de Biomassa Energética Coordenado (Projeto)	1	0	8
			Projeto de Implantação de Energia do Meio Rural Elaborado (Projeto)	1	0	8
			Divulgação das Atividades do Setor Agropecuário (Publicação)	2	0	3
			Projeto de Mecanização Agrícola Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Banco Referencial de Qualidade Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Mamona Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Redução de Desperdício de Alimentos - VITASOPA Coordenado (Projeto)	1	1	-
			Estrutura Física de Armazenamento, Abastec. e Comerc. Implantada (Projeto)	1	1	-
			Projeto Banco de Terra Coordenado (Projeto)	1	0	8

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
201220012.206.0001 - Direção Superior	616.240	1.101.733				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.038.324	1.726.079				
201220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	6.000	4.747				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	8.528.277	8.717.896				
Fundação Rural-Mineira - Coloniz. e Desenv. Agrário - RURALMINAS	17.382.010	18.946.004				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.668.273	1.885.433				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.629.931	2.375.308				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	106.824	31.284				
201227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	2.251.987	2.251.986				
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	5.855	0				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.812.739	1.855.842				
205416434.076.0001 - Preservação e Conservação Ambiental	269.400	170.289	População Beneficiada (Habitante)	305.000	330.000	5
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	43.300	22.957	7
206017134.615.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio à Produção Vegetal	4.040.207	5.102.613	Município Beneficiado (Município)	78	89	5
			Projeto de Irrigação, Drenagem e Saneamento Agrícola Implantado (Hectare)	680	482	7
			Aração Gradagem Executada (Hectare)	1.000	2.395	6
			Produtor Beneficiado (Produtor)	510	1.458	6
			População Beneficiada (Habitante)	27.000	46.000	5
			Obra de Infra-estrutura Executada (Metro)	13.000	17.344	6
			Poço Perfurado (Poço)	20	0	11

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206027134.616.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio a Produção Animal	133.200	27.760	Poço Equipado (Poço)	20	0	11
			Poço Recuperado (Poço)	20	0	11
			Poço Perfurado/Instalado (Poço)	20	0	11
			Escritório Mantido/Instalado (M ²)	1.600	0	7
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	55.739	44.264	4
			Município Beneficiado (Município)	20	16	4
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	5.290	5.989	5
			Produtor Beneficiado (Produtor)	190	376	5
			Plano Diretor em Elaboração (Plano)	2	0	3
			Área Disponibilizada ao Processo Produtivo sob Irrigação (Hectare)	5.890	0	3
206077124.558.0001 - Coordenação e Implantação de Planos, Programas e Projetos de Irrigação	4.463.594	5.245.489	Obra Hidráulica de Projeto de Irrigação em Implantação (Projeto)	4	1	3
			Estrada e Aceiro Construído e Conservado (Km)	220	150	3
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	33.491.950	34.367.710				
201220012.206.0001 - Direção Superior	833.972	965.203				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.454.666	4.913.811				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	54.000	49.740				
201220991.578.0001 - Construção de Unidade Predial	75.000	149.684	Projeto de Construção/Reforma de Abatedouro Elaborado (Projeto)	18	36	5
			Projeto de Construção ou Reforma de Parque de Exposição Elaborado (Projeto)	8	14	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Unidade de Preparo de Amostra Laboratorial em Construção (M²)	250	0	8
			Parque da Gameleira Ampliado e Reformado (Pavilhão)	6	5	4
			Projeto de Construção/Reforma de Laticínios Elaborado (Projeto)	3	0	8
			Projeto Construção/Reforma de Delegacia Regional Seccional Elaborado (Projeto)	8	1	4
			Sede do IMA em Reforma (M²)	1.000	1.000	-
201227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	845.107	819.443				
201257114.462.0001 - Fisc. do Comércio, Prop. Rurais e Estabelecimento Prestador de Serviço na Aplicação de Agrotóxico	126.373	105.177	Fiscalização do Uso de Agrotóxico Realizada (Propriedade Rural)	3.000	10.350	7
			Estabelecimento Comercial, Firma Prestadora de Serv. c/ Agrotóxico Fiscalizada (Fiscalização)	4.000	5.390	7
			Produto Agrotóxico Ambiental e Toxologicamente Avaliado (Produto)	600	600	-
201250012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	37.700	37.700				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.807.222	6.844.486				
206027054.458.0001 - Promoção, Apoio e Divulgação de Eventos Agropecuários e Educação Sanitária	316.906	365.633	Exposição Agropecuária na Capital Promovida (Exposição)	1	0	4
			Leilão, Feira e Exposição no Interior Apoiado (Evento)	800	935	5
			Evento Agropecuário Divulgado (Evento)	3	3	-
			Projeto de Educação Sanitária Promovido/Executado (Projeto)	51	54	-
			Promoção e Fiscalização de Leilão e Exposição na Capital Apoiada (Evento)	35	6	4
			Campanha Institucional Divulgada (Campanha)	5	5	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206037064.455.0001 - Realização de Testes, Análises e Produtos Laboratoriais	1.226.927	1.264.579	Análise Laboratorial Realizada (Diagnóstico)	128.000	149.440	5
			Pasta Vampiricida Produzida (Pote 100g)	300	0	9
			Vacina Contra Papilomatose Bovina Produzida (Dose 25ml)	300	439	5
			Análise de Água e Produto de Origem Animal Realizada (Det./Diagnóstico)	8.000	1.680	4
			Diagnóstico de Doenças Animais Realizado (Diagnóstico)	24.000	21.000	4
206037064.456.0001 - Prevenção, Controle e Monitoramento de Pragas e Doenças	4.671.811	3.598.229	Fiscalização Fitossanitária em Barreira Realizada (Fiscalização)	60.000	41.664	4
			Campanha de Combate ao Gafanhoto Realizada (Hectare)	200.000	217.634	-
			Levantamento da Ocorrência do Nematóide de Cisto de Soja Realizado (Hectare)	50.000	50.000	-
			Inspeção Fitossanitária Realizada (Inspeção)	3.000	3.712	6
			Levantamento da Ocorrência do Cancro Cítrico Realizado (Planta)	9.000.000	9.000.000	-
			Cancro Cítrico em Planta Erradicado (Planta)	2.000	0	4
			Levantamento da Mosca da Fruta Realizado (Hectare)	6.000	6.000	-
			Levantamento Fotossanitário na Cultura da Banana Realizado (Hectare)	16.000	16.000	-
			Anastrepha Grandis na Cultura da Curcubitácea Monitorada (Hectare)	3.000	3.076	-
			Levantamento da CVC Realizado (Hectare)	10.000	12.464	5
			Levantamento da Pinta Preta Realizado (Hectare)	10.000	12.464	5
206037064.457.0001 - Inspeção Vegetal	14.000	13.391	Campo de Produção de Semente Inspeccionado (Hectare)	100.000	90.350	-
			Viveiro de Produção de Muda Inspeccionado (Muda -Mil)	300.000	120.630	4
			Produtor de Semente e Muda Credenciado (Produtor)	1.500	1.410	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206047084.459.0001 - Erradicação e Controle da Febre Aftosa e de Outras Doenças dos Animais	10.938.242	10.358.396	Unidade de Beneficiamento de Semente Inspecionada (Unidade)	200	200	-
			Bovino Vacinado contra Febre Aftosa (Animal)	25.400.000	23.685.314	4
			Bezerra Vacinada contra Brucelose (Animal)	1.720.000	1.474.707	4
			Morcego Hematófago Capturado (Morcego)	18.400	15.784	4
			Animal Vacinado contra Raiva dos Herbívoros (Animal)	9.100.000	8.484.870	4
			Evento Pecuário Fiscalizado (Evento)	3.000	3.096	-
			Granja Avícola Inspecionada (Granja)	84	693	5
			Granja de Suínos Inspecionada (Granja)	84	228	5
			Fiscalização do Trânsito de Ave e Ovo Realizada (Guia de Trânsito)	88.000	67.014	4
			Trânsito de Bovino Fiscalizado (Animal/Mil)	6.000	7.618	6
			Revendedor de Vacina Fiscalizado (Revendedor)	600	744	6
206657094.460.0001 - Padronização, Classificação e Certificação de Qualidade de Produtos Agropecuários	2.161.696	2.314.367	Produto Agrícola Classificado (Tonelada)	1.200.000	600	11
			Certificado de Origem e Qualidade de Produto Emitido (Tonelada)	500.000	100	4
			Entidade Credenciada Fiscalizada (Entidade)	40	6	4
206657104.461.0001 - Ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	1.928.328	2.567.871	Produto de Origem Animal em Trânsito Fiscalizado (Fiscalização)	40	52	5
			Leite e Derivados Inspecionados (Tonelada)	42.000	51.460	5
			Mel e Produto Apícola Inspecionado (Tonelada)	74	53	4
			Estabelec. de Produto de Origem Animal Fiscalizado (Fiscalização)	500	492	-
			Carne Inspecionada (Tonelada)	37.000	43.865	5
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER	62.839.776	68.182.928				
201220012.206.0001 - Direção Superior	267.820	288.800				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	13.038.670	14.238.209				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de	13.000	0				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Informática						
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	363.787	350.000	Curso Realizado (Curso)	577	327	4
			Empregado Treinado e Capacitado (Empregado)	2.124	3.613	6
206067204.420.0001 - Assistência Técnica e Extensão Rural	49.035.299	53.111.330	Município Assistido (Município)	770	723	-
			Família do Pequeno Produtor Atendida (Família)	270.000	215.768	3 - 11
			Comunidade Assistida (Comunidade)	6.500	7.497	5
206067214.410.0001 - Manutenção, Atualização e Gerenciamento do Sistema Agridata	121.200	194.589				
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER	101.800	669.980				
201220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	20.000	133.990	Equipamento Adquirido (Equipamento)	30	50	5
			Veículo Adquirido (Veículo)	1	3	5
201222126.002 - Aumento de Capital	1.000	0				
206067208.030 - Assistência Técnica e Extensão Rural	67.800	469.010	Equipamento Adquirido (Equipamento)	50	98	5
			Veículo Adquirido (Veículo)	2	10	5
			Reforma de Escritório Realizada (Reforma)	1	1	-
206067218.410 - Manutenção Atualização e Gerenciamento do Sistema Agridata	13.000	66.980	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	3	45	5
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	29.374.055	22.555.678				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.427.863	237.607				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	13.572.119	10.405.875				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
201220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	130.000	5.500	Curso Realizado (Curso)	15	0	3
			Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	100	120	5
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	7.500				
203635404.436.0001 - Formação de Técnicos para a Indústria de Leites e Derivados	490.078	1.526.879	Aluno Formado (Aluno)	57	37	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	180	180	-
203635114.437.0001 - Formação de Técnicos para o Agronegócio de Minas Gerais	196.528	391.963	Aluno Formado (Aluno)	41	65	5
			Aluno Matriculado (Aluno)	245	245	-
205717034.433.0001 - Desenvolvimento de Projetos e Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	11.771.165	8.586.709	Projeto Negociado (Projeto)	37	133	7
			Projeto Elaborado (Projeto)	115	72	4
			Projeto Aprovado (Projeto)	95	13	2 - 3 - 11
			Demanda Realizada (Projeto)	48	3	2 - 3 - 11
			Cultivar Lançada (Cultivar)	4	2	7
			Processo Agroindustrial Desenvolvido (Processo)	5	1	1
205717034.434.0001 - Produção de Insumos Qualificados	562.210	631.952	Muda Produzida (Muda Mil)	340	239	7
			Semente Produzida (Tonelada)	230	165	7 - 9
			Matriz e Reprodutor Produzido (Cabeça)	720	160	7 - 9
			Material Genético Básico Produzido (Tonelada)	13	0	8
205717034.434.0002 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologia	571.495	452.984	Relatório Técnico Publicado (Edição)	4	0	8
			Artigo Científico Editado (Edição)	31	65	7
			Palestra/Curso Realizado (Curso)	34	70	5
			Revista, Boletim Técnico e Vídeo Técnico Editado (Edição)	27	13	3
205717034.434.0003 - Prestação de Serviços e Informações Técnico-Científicas	386.300	253.314	Assessoria Prestada (Assessoria)	3	1	9
			Análise Laboratorial Realizada (Diagnóstico)	50.200	45.300	7
			Consultoria Prestada (Projeto)	30	0	7 - 9
			Banco de Dados Implantado (Banco de Dados)	4	0	7 - 9
			Estudo Fisiográfico Realizado (Estudo)	2	0	7 - 9
			Estudo de Mercado Realizado (Estudo)	2	0	7 - 9

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
205717044.435.0001 - Ações de Desenvolvimento de Projetos Integrados	265.297	55.395	Levantamento Sócio-Econômico Realizado (Levantamento)	5	0	7 - 9
			Projeto Integrado Contratado (Contrato)	61	53	7
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	2.126.041	45.000				
201232126.002 - Aumento de Capital	1.000	0				
205717038.300 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa em Agropecuária e Agroindústria	2.125.041	45.000	Tanque de Psicultura Construído (Tanque)	1	0	1
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	295	3	3
			Veículo Adquirido (Veículo)	5	0	3
			Galpão Construído (Galpão)	3	0	3
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	10	0	3
			Cerca Construída (Cerca)	2	0	3
			Laboratório Instalado (Laboratório)	1	0	3
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR	1.000	0				
206067191.956.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento Agrícola e de Comunidades Rurais	1.000	0				
TOTAL	195.265.515	162.679.113				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Os setores industrial, comercial e de serviços vem sendo assistidos em Minas Gerais pelo Sistema Operacional de Indústria e Comércio, composto pela SEIC e seus órgãos vinculados, objetivando a atração de novos empreendimentos e apoio aos já existentes, contribuindo para a estabilidade econômica. Com assistência do INDI, 48 projetos industriais foram decididos para Minas Gerais em 2001. Envolvendo inversões de US\$ 165,6 milhões e a criação de 3.966 empregos diretos, 26 projetos referem-se a expansões de plantas industriais já existentes e 22 a novos empreendimentos.

Destacaram-se no ano, em termos de investimentos decididos os segmentos têxtil, mobiliário, material de transportes, componentes eletroeletrônicos, químico e produtos alimentícios, destacando-se os projetos das empresas Frangoletto, Manufatura de Brinquedos Estrela, Sinterama do Brasil Ltda, Brembo Brasil Ltda, Rima Industrial S/A e Coteminas.

As fontes do capital a ser investido são estrangeiras (37%), nacionais (33%) e mineiras (30%).

As regiões do Estado que conseguiram atrair maior volume de investimentos e, conseqüentemente, maior expansão no emprego industrial são: Sul (36%), Norte (28%), Central (23%) e Mata (12,2%).

Iniciaram sua implantação em Minas Gerais 30 projetos industriais, dos quais 14 são empreendimentos novos, 16 expansões de plantas já existentes, com absorção de investimentos de US\$ 138,3 milhões e criação de 3.274 postos de trabalho.

Em operação entraram 47 projetos que demandaram investimentos de cerca de US\$ 256,7 milhões e ofereceram 4.841 novos empregos diretos em suas plantas fabris. Pelos impactos que irão gerar na região onde se localizaram, destacam-se Bauducco (Extrema), Elma Chips (Sete Lagoas), Embaré (Lagoa da Prata), Quintas e Quintas (Sarzedo), Marangoi Brasil (Lagoa da Prata), Synteko Produtos Químicos S/A (Uberaba), Cia Manufatora Tecidos de Algodão (Cataguases), Paraguaçu Têxtil Ltda (Paraguaçu).

Além da missão de atrair novos empreendimentos industriais para o estado e de apoiar a expansão do parque fabril já existente, o Sistema Operacional de Indústria e Comércio, por intermédio do INDI, manteve seu trabalho de pesquisa e estudos setoriais a fim de oferecer subsídios a sua ação e atender às necessidades das empresas mineiras. Os principais estudos realizados em 2001 foram: Panorama da Indústria Têxtil de Minas Gerais; BR 381 – Rodovia Fernão Dias: delimitação da área de influência; Panorama da Indústria de Papel e Papelão.

A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), atendendo as diversas demandas de municípios mineiros no apoio técnico indispensável para o processo de industrialização, promoveu avanço econômico preservando o meio ambiente e a qualidade de vida urbana.

Buscando localizações estratégicas do ponto de vista socioeconômico, identificando potencialidades locais e regionais e direcionando os investimentos para o melhor

aproveitamento da infra-estrutura já instalada no Estado, a CDI-MG tem viabilizado a interiorização dos empreendimentos, contribuindo para a superação dos desequilíbrios regionais. Em seu conjunto, estas ações beneficiam diretamente mais de 50 municípios mineiros, contemplando praticamente todas as regiões de Minas, cujos projetos e trabalhos em desenvolvimento estão relacionados a seguir.

Pesquisa de municípios / áreas: Caeté, Caxambu, Curvelo, Prata, Bicas, Minas Novas, Ribeirão das Neves, Pompéu, Nova Lima, Ouro Fino, Tarumirim e Santos Dumont.

PROJETOS

Ubá	Fase final de projeto urbanístico, estabelecimento e definição de parcerias.
Ouro Branco	Concluído anteprojeto urbanístico.
Santos Dumont	Fase final do anteprojeto urbanístico.
Montes Claros	Concluídos projetos de reparcelamento.
Santa Luzia III	Em andamento projeto de desmembramento.
Pompéu	Concluído anteprojeto urbanístico.
Curvelo	Concluído anteprojeto urbanístico.
Extrema	Em andamento projeto de desmembramento de glebas.
Elói Mendes	Concluídos projetos de reparcelamento.
Sete Lagoas	Em andamento projeto de desmembramento.
Pouso Alegre	Concluído projeto de desmembramento.
Uberaba II	Concluído projeto de reformulação da 1ª etapa.
Uberaba II	Concluído projeto de reparcelamento na 2ª etapa.
Rio Pomba	Em andamento projeto de reparcelamento.
Uberaba III	Concluído projeto de loteamento da 5ª etapa.
Uberaba III	Concluído projeto de loteamento da 6ª etapa.
Uberaba III	Concluída unificação das áreas das matrículas que compõem o DI.
Uberaba III	Concluído projeto de desmembramento e alteração do uso do solo de parte do ramal ferroviário.
Ijaci	Concluído projeto de implantação e em andamento alterações de projetos promovidas pela Camargo Corrêa Cimento.

Obras de infra-estrutura – serviços técnicos visando à implantação, expansão, complementação e/ou manutenção de Distritos Industriais:

Barbacena	Concluída licitação da pavimentação do sistema viário e obras em andamento.
Manhuaçu	Obras de acesso e terraplanagem 50% concluídas e em andamento a reformulação do licenciamento ambiental.
Ijaci	Rede de água: definidas últimas alterações pela Camargo Corrêa e obras em andamento; Rede elétrica: Camargo Corrêa definiu alternativa a ser implantada na CDI-MG, concluída formatação da implementação com participação da CEMIG; Rede de Comunicações: Camargo Corrêa definiu alternativa a ser implantada, concluída formatação da implementação com participação da TELEMAR.
Paraopeba	Obras de implantação da infra-estrutura em andamento.
Santos Dumont	Obras de implantação da infra-estrutura em andamento.
Passos II	Obras de acesso à infra-estrutura em fase final.
Governador Valadares - Setor Norte	Concluído o processo de licitação das obras de infra-estrutura.

Com relação ao setor de comércio e serviços, a SEIC deu especial atenção ao comércio externo, por intermédio da Superintendência de Comércio e Exportação (SUCEX), que participa do projeto Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de difundir técnicas e conhecimentos inerentes ao comércio internacional.

Em 2001 houve a Primeira Feira do Queijo em Minas Gerais (Minasqueijo) com o objetivo de integrar pequenos e grandes produtores de queijo do estado e mercado consumidor.

O Programa Especial de Exportações (PEE), quer incrementar as exportações dos seguintes setores selecionados: calçados, imóveis, softwares, pedras preciosas, frutas e sucos de frutas, rosas ornamentais, eletroeletrônicos, fundição e obras de estanho, confecções, equipamentos mecânicos, cal industrial, cachaça, autopeças, artesanatos, fogos de artifícios, balas e confeitos.

Dando continuidade à promoção do desenvolvimento das atividades do comércio e serviços, participa do programa para implantação de Centrais de Atendimento Telefônicos (Call Centers) no estado, bem como de feiras, exposições e congressos.

Nesse contexto, a SEIC elaborou o calendário de feiras e exposições comerciais e industriais de Minas Gerais em 2001, para apresentar informações aos diversos setores da economia mineira, de modo a promover o desenvolvimento econômico no estado.

A Superintendência de Comércio e Exportação promoveu o estrito relacionamento com consulados e câmaras internacionais com o objetivo de desenvolver ações e divulgar vantagens vocacionais para ampliar o potencial exportador de Minas Gerais.

No ano, o COIND realizou três reuniões ordinárias e aprovou 22 financiamentos pelo Fundo de Incentivo à Industrialização (FIND); no Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial (PRÓ-INDÚSTRIA), para capital de giro, com investimentos de R\$ 811,3 milhões, geração de 3.831 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$ 349,1 milhões; e no Programa de Indução à Modernização Industrial (PROIM), financiamento para capital fixo de 11 projetos, com aplicação de R\$ 609,2 milhões, geração de 1.337 empregos diretos, com financiamento previsto de R\$ 119,8 milhões.

Já no Fundo de Desenvolvimento de Indústria Estratégica (FUNDIEST), foram aprovados dois processos para capital de giro do Programa de Apoio à Implantação de Indústrias Estratégicas (PROEINDÚSTRIA), com investimentos de R\$ 154,8 milhões, gerando mil empregos diretos com previsão de financiar R\$ 112,5 milhões por oito anos. No Programa de Apoio à Implantação de Agroindústrias Estratégicas (PROE-AGROINDÚSTRIA) foram aprovados investimentos de R\$ 111,5 milhões com geração de 465 empregos diretos e previsão de financiamentos de R\$ 41,7 milhões por oito anos.

Foi criado neste governo o Programa de Apoio às Empresas de Eletrônica, Informática e Telecomunicações (PROE-ELETRÔNICA) no âmbito do FUNDIEST, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a consolidação de pólos de eletrônica, informática e telecomunicações no estado. Por meio de capital de giro, foram aprovados sete processos para reforço de empresas localizadas em Belo Horizonte, Contagem e Santa Rita do Sapucaí, gerando 559 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$ 29,6 milhões por um período de quatro anos.

A SEIC, por intermédio da Secretaria Executiva do COIND, Superintendência de Industrialização – SUIND, e como gestora dos fundos de desenvolvimento, deu especial atenção ao setor industrial concedendo financiamentos, em 2001, para estimular a implantação, expansão e modernização de empreendimentos, no estado, dentre os quais:

- S/A - Usina Coruripe Açúcar e Álcool, localizada em Campo Florido, com investimentos de R\$ 112 milhões, gerando 465 empregos diretos e 2.740 indiretos;
- Quintas & Quintas Condutores Elétricos Ltda, localizada em Sarzedo, com investimentos de R\$ 79,8 milhões, gerando 165 empregos diretos;
- Synteko Produtos Químicos S/A, localizada em Uberaba, com investimentos de R\$ 37,4 milhões, gerando 50 empregos diretos;
- Indústria de Produtos Alimentícios Cory Ltda, localizada em Arceburgo, com investimentos de R\$ 35,7 milhões, gerando 270 empregos diretos;

- COTEMINAS, localizada em Montes Claros, com investimentos de R\$ 357 mil, gerando 290 empregos diretos; e
- Elma Chips, localizada em Sete Lagoas, com investimentos de R\$ 21,6 milhões, gerando 150 empregos diretos.

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, em consonância com as diretrizes do governo, vem promovendo uma revisão nos seus métodos de trabalho para cumprir com eficiência sua atribuição fundamental de órgão de registro público de empresas mercantis e atividades afins e ainda, com seus registros, servir a outras finalidades de relevante significação, relacionadas com o desenvolvimento econômico do estado.

Visando aprimorar técnica e profissionalmente seu potencial humano, a JUCEMG vem reforçando os ensinamentos jurídicos de seus servidores mediante cursos de reciclagem em direito comercial, técnicas modernas de gerenciamento e atendimento ao público, com visível melhoria na sua produtividade.

A JUCEMG organizou em Belo Horizonte curso sobre “Noções de Junta Comercial e Registro do Comércio” para diversas associações comerciais, o que propiciou a redução de pendências primárias e correções desnecessárias nos atos levados a arquivamento.

Objetivando a otimização no processamento das informações dadas aos seus usuários, implantou-se o sistema de consultas a serviços via internet, disponível no “site” www.jucemg.mg.gov.br.

Dentre as atividades executadas pela JUCEMG, destaca-se na área do registro empresarial, em 2001, um efetivo de 23.401 constituições de firmas individuais; 22.400 constituições de sociedades limitadas; 103 constituições de sociedades anônimas, 176 constituições de cooperativas e 74 constituições de outros tipos jurídicos. Ainda a extinção de 5.325 firmas individuais; 4.160 sociedades limitadas; 15 sociedades anônimas; 7 cooperativas e 14 de outros tipos jurídicos. No mesmo período foram registradas 119.944 alterações das diversas empresas mercantis. Terminou o ano com 685.945 empresas ativas, sendo 321.640 firmas individuais; 358.684 sociedades limitadas; 2.234 sociedades anônimas; 2.489 cooperativas e 898 outros tipos jurídicos.

Deve-se destacar que a JUCEMG (2ª Junta Comercial do País em volume de registros – a 1ª é a Junta Comercial de São Paulo) órgão modelo de registro empresarial em agilidade, segurança e no cumprimento da legislação, comprometida com o desenvolvimento de Minas, foi reconhecida nacionalmente, pelo quinto ano consecutivo, com o Troféu Ouro, dada sua qualidade e produtividade no registro empresarial, tendo sido conferido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio concomitantemente ao prêmio de Destaque Nacional por ter obtido a totalidade de pontos na auditoria feita por efetivos de outras juntas comerciais que aqui realizaram sua avaliação.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio	3.304.989	3.878.323				
221210012.179.0001 - Planejamento Setorial	95.651	119.075				
221222001.206.0001 - Direção Superior	162.343	137.005				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.277.390	1.464.971				
221220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	27.000	9.840				
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.359.477	1.702.920				
226617414.038.0001 - Estudos e Promoção da Indústria	227.156	214.531	Evento Realizado (Evento)	4	0	3
			Central de Dados e Informações Criada (Sistema)	1	0	7
			Ação de Interiorização das Ativi. de Fomento à Indústria Realizada (Evento)	4	0	3
226617414.520.0001 - Gestão dos Fundos de Desenvolvimento	4.000	0	Empresa Fiscalizada (Empresa)	30	0	9
236917614.071.0001 - Estudos e Promoção do Comércio e dos Serviços	145.972	179.981	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pequisa)	4	1	3
			Central de Dados e Informações Criada (Sistema)	1	0	9
			Estudo e Projeto Elaborado (Estudo/Projeto)	4	1	3
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	60	35	4
			Missão de Desenvolvimento Identificada (Missão)	4	0	3
			Ação de Interiorização de Ativ. de Fomento ao Comércio e Serviços Realizada (Evento)	4	0	3
236917614.521.0001 - Promoção e Participação em Eventos, Feiras e Exposição	6.000	50.000	Evento Promovido (Evento)	6	1	3
			Participação em Evento Realizado (Evento)	12	7	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG	10.173.717	8.133.060				
231220022.206.0001 - Direção Superior	695.520	647.123				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.572.949	2.130.757				
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.290.000	803.313				
231257634.254.0001 - Registro do Comércio	3.878.248	3.047.367	Requerimento Atendido (Requerimento)	320.000	298.059	-
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.737.000	1.504.500				
Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI	23.396.870	3.253.110				
221220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	102.000	7.610	Equipamento Adquirido (Equipamento)	8	6	3
			Obra Realizada (Obra)	5	0	3
			Móvel e Equipamento Adquirido (Móvel/Equipamento)	5	0	3
			Veículo Adquirido (Veículo)	2	0	3
226617473.013 - Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas	23.294.870	3.245.500	Seminário Realizado (Seminário)	2	0	3
			Projeto Executivo Elaborado (Projeto)	13	8	9
			Terreno Adquirido (M²)	5.820.000	811.182	11
			Obra de Infra-Estrutura Executada (M)	33.840	4.117	3
			Galpão Construído (Galpão)	2	0	11
			Estudo de Impacto Ambiental Elaborado (Estudo)	19	5	9
			Plano Diretor Industrial Elaborado (Plano)	8	0	3
Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI	28.877	15.651				
226617416.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	28.877	15.651	Equipamento Adquirido (Equipamento)	12	4	7
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	20	0	7
			Software Adquirido (Software)	0	5	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo de Incentivo a Industrialização - FIND	334.384.557	284.268.075				
226617451.052.0001 - Apoio Financeiro ao Prog. de Integr. e Divers. Ind. Agroind. - Pro-Indústria	67.594.956	155.998.126	Empresa Financiada (Empresa)	50	60	5
226617451.053.0001 - Extinção de Obrigações Creditícias	65.323.601	44.045.168	Empresa Financiada (Empresa)	10	1	4
226617451.054.0001 - Apoio Financ. ao Programa de Indução a Modernização Industrial - PROIM	201.465.000	84.224.781	Empresa Financiada (Empresa)	28	16	4
226617451.455.0001 - Programa de Equalização Financeira	1.000	0				
Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST	128.560.492	95.104.431				
226617451.055.0001 - Programa de Apoio Empresas de Eletrif., de Inform. e de Telec. Proe-Eletrônica	5.000	1.326.524	Empresa Financiada (Empresa)	15	2	4
226617451.182.0001 - Prog. de Apoio a Impl. de Empreend. Industriais Estratégicos-Proe-Indústria	55.155.492	42.869.485	Empresa Financiada (Empresa)	5	3	4
226617451.183.0001 - Prog. de Apoio a Implantação de Agroind. Estratégica Proe-Agroindústria	11.500.000	4.762.079	Empresa Financiada (Empresa)	1	1	-
226617451.184.0001 - Prog. de Estr. Comercial de Empreend. Estratégicos - Proe-Estruturação	61.900.000	46.146.343	Empresa Financiada (Empresa)	5	5	-
TOTAL	499.849.502	394.652.650				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001

TURISMO

Minas Gerais começou em 2000 a construção de uma política pioneira e inovadora para o turismo, que se encontra em consolidação e que trata dos atrativos mediterrâneos, influenciando órgãos federais e estaduais com uma visão avançada. Essa política encontra eco nas recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT). A construção dessa política acontece com a participação da sociedade, mediante planejamento descentralizado e regionalizado das prioridades para a expansão da atividade. Ela apresenta outro importante fator: o desenvolvimento sustentável não só para gerar emprego e renda, mas para resgatar, valorizar e preservar o vasto patrimônio histórico, cultural e natural.

Essa política privilegia a participação da sociedade, promove a descentralização e induz o desenvolvimento regionalizado da atividade turística. O turismo mundial tem no regional o principal instrumento indutor do setor. O turismo mineiro buscou o fim da ótica predatória do progresso a qualquer custo que resulta na aplicação de políticas neoliberais de caráter recessivo e de exclusão social. Isso foi possível porque o Governo Itamar Franco criou um novo padrão de relacionamento com a sociedade., sem o qual seria impossível construir um projeto de crescimento e fortalecimento da cidadania, além da renovação do estilo de planejamento como instrumento de ação governamental, apoiada na sustentabilidade social, econômica e do ambiente.

Circuitos – Os circuitos turísticos são formas de organização social, de caráter privado, embora contem com a participação dos três níveis de governo – municipal, estadual e federal. Não são associações microrregionais de prefeitos. Eles devem transformar-se em destinos turísticos, em um espaço que compreende determinada área geográfica caracterizada pela predominância de elementos da cultura, da história e da natureza, além da identidade entre os municípios que se consorciam para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com o objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com conseqüente geração de emprego e renda.

Os circuitos nasceram das oficinas de desenvolvimento do turismo, algumas delas realizadas em parceria com o Ministério do Esporte e do Turismo (MET). Nas oficinas, os municípios apresentam suas identidades, despertam o interesse para o associativismo e traçam planos de ações para desenvolver o turismo em cada microrregião. Cada um deve se organizar de forma a ter um gestor, recebendo seus ganhos via uma associação. Ele deverá atuar sobre os elos da cadeia produtiva dos serviços do turismo, procurando fazer com que as ações resultem em benefícios para o circuito, não constituindo ônus ao erário.

Foram realizadas 44 oficinas e 50 reuniões preparatórias e de acompanhamento com a participação de mais de duas mil pessoas. No geral, as oficinas contam com diversos parceiros do poder público e da sociedade civil, envolvendo mais de 30 entidades e instituições. Assim, estão em implantação 39 circuitos turísticos e mais três pólos ligados ao PRODETUR, em cerca de 520 municípios. Das oficinas realizadas foram elaborados planos de desenvolvimento, como o do Sul de Minas, entregue às autoridades estaduais e federais em solenidade que reuniu mais de 200 prefeitos e cerca de 1,5 mil pessoas em Caxambu, e o da Zona da Mata.

Cadeia produtiva – O turismo mediterrâneo apresenta uma cadeia produtiva mais complexa do que a do turismo de praia e sol, tal sua diversidade de atrativos e dispersão geográfica. Esta cadeia engloba os elos atrativo, meios de transporte, de

hospedagem e de alimentação, serviços de informações essenciais e turísticos, e comercialização. A Secretaria despertou o empresariado para a necessidade de criar agências e operadoras receptivas. Além disso, cada circuito deve se empenhar para horizontalizar todos os bens possíveis de serem adquiridos em cada município. É necessário complementar a oferta de atrativos turísticos, equipamentos, bens e serviços turísticos, a fim de que o fornecimento de insumos ajude a reter o máximo de cada real gasto pelo turista.

Descubra Minas – Para consolidar os circuitos, projetos e atividades da Secretaria, englobados pelo programa Descubra Minas, que é um guarda-chuva sob o qual estão abrigados projetos e diversas ações com o propósito de impulsionar a atividade, resgatando e preservando valores históricos, culturais e naturais, foi feito um marketing institucional. Daí o convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) para a criação do primeiro portal turístico do estado. A Rede Turismo disponibiliza informações de 370 municípios, que integram mais de 35 circuitos. Na Central de Informações Turísticas Digitalizadas estão mais de 80 inventários de cidades turísticas, 6.869 fotos de 550 municípios e localidades, 400 megabites de texto, fotos, bases de dado e sistema de gerenciamento, mapas, informações disponíveis em rede externa codificada e no Portal Descubra Minas, ambos na Internet.

Minas participou de 24 eventos nacionais e regionais, com seu estande sendo visitado por mais de 500 mil pessoas. Pelos postos de informações instalados na Secretaria, Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e Minascentro passaram 5.353 visitantes. O Palácio da Liberdade foi visitado por 3,6 mil pessoas. O “Minas em Festa” distribuiu mais de 4 mil informações sobre eventos municipais. Os atrativos foram divulgados, com a obtenção de espaços, sem ônus, em revistas especializadas e jornais, Guia Telefônico/2002, informes para as embaixadas brasileiras na Holanda, Inglaterra e para um guia destinado a turistas alemães e nos guias do motorista e de ecoturismo, bem como na promoção do Congresso Brasil-Portugal, entre outros. Obteve do MET R\$ 500 mil para a confecção de folheteria dos novos destinos turísticos.

Ecoturismo – A Secretaria liderou o movimento para que parques nacionais, como das serras da Canastra, Caparaó e Cipó tenham atividades terceirizadas, o que foi atendido pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Renováveis para a exploração sustentada do ecoturismo. Igual esforço foi feito para transformar os parques estaduais em atrativos turísticos. Em parceria com a iniciativa privada e sem ônus para o estado, a Secretaria pesquisou e ofereceu informações para a edição do Guia de Ecoturismo de Minas Gerais, o primeiro guia de ecoturismo do Brasil, lançado em novembro. O guia traz, em 270 páginas, informações de mais de 120 cidades, mostrando seus atrativos turísticos e os serviços oferecidos para facilitar o passeio dos turistas. A tiragem foi de 20 mil exemplares.

Em parceria com o Centro de Estudos de Cavernas/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e entidades da área de espeleologia, realizou-se o I Encontro Técnico de Desenvolvimento Turístico em Cavernas, que definiu a política para a organização da atividade, aliando preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. De igual forma, acompanhou na Assembléia Legislativa de Minas Gerais a elaboração da lei que regulamenta as atividades do

ecoturismo e do turismo sustentável no estado. A regulamentação da lei será feita pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria, que ainda integrou o Grupo Temático de Ecoturismo para a elaboração de proposta para o desenvolvimento ecoturístico nos principais parques nacionais e estaduais de Minas.

Turismo no espaço rural – Em continuidade aos trabalhos iniciados em 2000, a Secretaria cadastrou 320 propriedades rurais, que contarão com linhas especiais de financiamento dos bancos: Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Caixa Econômica Federal (CEF) para que possam ter outra alternativa de geração de emprego e renda, passando a atuar no setor turístico. Em trabalho com o Fórum Permanente de Turismo Rural, que envolve 29 entidades, está sendo feito o Guia de Turismo no Espaço Rural de Minas Gerais, a circular em 2002. Liderou, ainda, um grupo de participantes mineiros no Fórum de Turismo Rural da Região Sudeste, que acatou a proposta de organização da atividade, inclusive alterando a denominação turismo rural para turismo no espaço rural. A proposta foi levada ao Congresso Nacional de Turismo Rural, realizado em Brasília pelo MET, por intermédio do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), definindo a política para o setor.

Trens turísticos – A exemplo da implantação do trecho ferroviário entre Soledade de Minas e São Lourenço, onde uma maria-fumaça realiza passeios turísticos, Minas resgata com o projeto “Maria-Fumaça” a tradição das viagens de trem pelo estado. O objetivo é a revitalização de parte da malha ferroviária mineira. Os trechos Campinas-Poços de Caldas e Cruzeiro-Varginha encontram-se em fase de negociação com projeto de viabilidade técnica, econômica e financeira concluído. Os trajetos entre Cruzeiro-São Lourenço, Altinópolis-Guardinha e Guardinha-São Sebastião do Paraíso dependem de decisão do apoio financeiro do MET. Em 15 de fevereiro de 2001 firmou-se protocolo de intenções entre o Governo de Minas, Ministério dos Transportes, Companhia Vale do Rio Doce e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) para implantar o Trem Histórico Turístico-Cultural do Circuito do Ouro (Belo Horizonte-Ouro Preto e Mariana). Estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira jurídica concluídos em abril, prevendo investimentos de R\$ 14,99 milhões, dependendo de autorização do Poder Concedente, a União via Ministério, para transporte de passageiros; e para a exploração do Trem Histórico Turístico Cultural da Trilha dos Inconfidentes (São João del-Rei a Tiradentes). Concessão dada à FCA pelo período de um ano, renovável, já estando com investimentos em realização da ordem de R\$ 1,45 milhão.

Estrada Real – Por determinação legal, coordenou os trabalhos que objetivam transformar a Estrada Real em produto turístico. Foram mapeadas as práticas ecoturísticas ao longo desses caminhos. A iniciativa privada e outras instituições foram incentivadas a participar da busca do que é melhor para o turismo ao longo da estrada. Entre os principais resultados destacam-se as oficinas de sensibilização e conscientização das populações locais para a importância do turismo, o que foi feito em parceria com o SENAC. Com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG) aprovou-se o projeto Trilha Parque, já inaugurado no trecho entre Ouro Preto e Ouro Branco, que é uma rota alternativa para ciclistas, cavaleiros e caminhantes. Igual iniciativa ocorreu no trecho Conceição do Mato Dentro-Serra do Cipó.

Benjamim Guimarães – Graças aos esforços da Secretaria, o MET repassou à Prefeitura de Pirapora R\$ 350 mil para as reformas da embarcação Benjamim Guimarães. Trata-se do último exemplar dos navios que circulavam pelo rio Mississipi (EUA), e que está profundamente ligado à história das populações ribeirinhas do São Francisco.

Viaje Fácil – No intuito de incentivar o turismo interno, foi elaborado o projeto “Viaje Fácil”, que pretende aproveitar o potencial econômico de mais de 450 mil funcionários públicos, oferecendo-lhes facilidades e reduções de tarifas dos meios de hospedagem e operadoras de turismo que dele participarem. Aguarda-se decisão do apoio financeiro do MET.

Armazém de Minas – O projeto visa à construção de equipamentos turísticos próximos aos centros urbanos e principais vias de acesso aos circuitos turísticos, nos quais o turista obterá informações diversificadas e encontrará à venda os produtos do artesanato e da agroindústria familiar. Assim, pretende-se ampliar a divulgação dos circuitos, oferecer suporte ao visitante, incentivar e aprimorar a produção do artesanato e demais produtos típicos de cada microrregião, gerando trabalho e renda. Os recursos negociados com o MET foram de R\$ 900 mil e mais R\$ 180 mil do governo mineiro e circuitos.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil (PRODETUR-NE/II) abrange onze estados, sendo nove do Nordeste, a região mineira da área da extinta Sudene (semi-árido mineiro) e o Estado do Espírito Santo. A operação de crédito solicitada por Minas à STN é de U\$ 125 milhões, dos quais U\$ 25 milhões já foram aprovados pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. As contrapartidas dos governos estadual e federal são de U\$ 25 milhões, totalizando U\$ 175 milhões de recursos para Minas.

BID – O Programa de Cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pretende preparar a estratégia para aumentar o fluxo de turistas e sua estada. O estudo subsidiará a preparação do programa Gateway Brazil que procura desenvolver o potencial de alguns estados, entre eles Minas.

PIB – Mediante a relevância da análise e mensuração formal do potencial turístico de Minas, para orientar investimentos e atividades dos órgãos públicos e privados que possam gerar novos postos de trabalho e aumentar a renda, dinamizando, dessa forma, os destinos turísticos mineiros, foi elaborada proposta técnica para o cálculo do PIB do turismo mineiro, que está em análise para posterior assinatura de convênio com a Fundação João Pinheiro. É uma iniciativa pioneira no país.

Sinalização – O projeto elaborado em parceria com DER-MG, orçado em R\$1,25 milhão, objetiva a sinalização turística das principais entradas dos circuitos, com a instalação, em locais estratégicos das rodovias, de placas de informação visual e de acesso aos municípios. Para executar a primeira etapa do projeto estão previstos recursos da ordem de R\$ 462 mil.

Monumenta – O objetivo do Monumenta é resgatar e conservar, de forma sustentável, os principais conjuntos patrimoniais do país, atacando as causas da degradação e buscando a participação da comunidade na preservação. Hoje, integram o projeto 27

idades, sendo quatro de Minas: Ouro Preto, Congonhas, Tiradentes e Diamantina. Em Ouro Preto serão contempladas a urbanização do Vale dos Contos, a restauração de monumentos tombados, seus entornos e largos, e a recuperação de edificações situadas no centro histórico.

Sul de Minas – A partir das oficinas de turismo nos municípios do Sul de Minas foi elaborado o Plano de Infra-Estrutura Turística Regional-Participativo. Nele foram traçados os perfis dos projetos para a negociação com responsabilidade compartilhada e estabelecimento de parcerias. As demandas foram traduzidas em vários projetos.

Lagos da CEMIG – Estudos desenvolvidos pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) selecionaram os reservatórios de Camargos, Jaguará e Miranda para o incremento de atividades turísticas, o que otimizará a utilização múltipla dos lagos, reduzindo a poluição e a degradação ambiental. Os técnicos da CEMIG já foram indicados para compor o grupo de trabalho.

Pontinha – O resgate de parte da cultura mineira nascida nos quilombos foi trabalhado pela Secretaria na região do Circuito das Grutas para valorizar a comunidade negra rural de Pontinha, no município de Paraopeba. Esse é um projeto pioneiro que não visa apenas o resgate e a valorização da cultura em antigos quilombos, mas de toda a comunidade negra.

Fruticultura e Turismo – Para promover o desenvolvimento da fruticultura nas pequenas propriedades rurais do Sul do Estado, associando a produção de frutas e derivados à vocação turística da região, foi encaminhado projeto ao MET para que possam ser iniciadas atividades neste sentido em 2002.

Capacitação e qualificação – Com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais (CETER) a Secretaria obteve recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) para cursos de capacitação e qualificação nos circuitos turísticos e nas áreas de influência da Estrada Real.

Caxambu – Com a intermediação da Secretaria, a Prefeitura de Caxambu obteve recursos de R\$ 2,76 milhões do MET para a reforma do Parque das Águas, a fim de assegurar a manutenção das fontes e a qualidade das águas minerais, além de maior controle pela sociedade local.

Cidades temáticas – O projeto lançado em 2000, quando houve a primeira experiência em Mariana, despertando as cidades históricas para a obtenção de fontes de recursos para preservar os patrimônios históricos e culturais, lançou os fundamentos para outras iniciativas, como a preparação para a encenação da Inconfidência Mineira nas ruas de Ouro Preto, com a participação da comunidade local, objetivando fazer com que a atividade turística nos sítios históricos torne-se sustentável.

Minas Folia – O projeto pretende retomar a tradição dos antigos carnavais mineiros, que envolve cada família de foliões em um clima de tranquilidade e segurança. É um Carnaval diferente do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda. Mais de 70 municípios promoverão a festa, obtendo recursos para reaplicação na Folia de Momo dos anos seguintes.

Cadastramento – A intermediação da Secretaria junto à Embratur resultou na transferência para o órgão delegado – a TURMINAS – a responsabilidade de cadastrar os empreendimentos ligados ao turismo, liberando a reaplicação dos recursos obtidos na atividade turística. A medida beneficiou todos os órgãos delegados no país. Também foram desenvolvidos trabalhos em defesa dos direitos dos turistas, bem como na fiscalização.

Artesanato – O Centro de Artesanato Mineiro qualificou mais de 200 artesãos, ampliou as vendas de peças, a participação em feiras diversas e a prestação de informações.

Peregrinação – A tradição católica dos mineiros é reconhecida nacionalmente. O turismo religioso movimentou mais de 6 milhões de fiéis. Para fortalecer este atrativo, a Secretaria desenvolveu estudos e pesquisas para criar uma trilha da fé (peregrinação), com fim ecoturístico, entre Sabará e a Serra da Piedade, em Caeté.

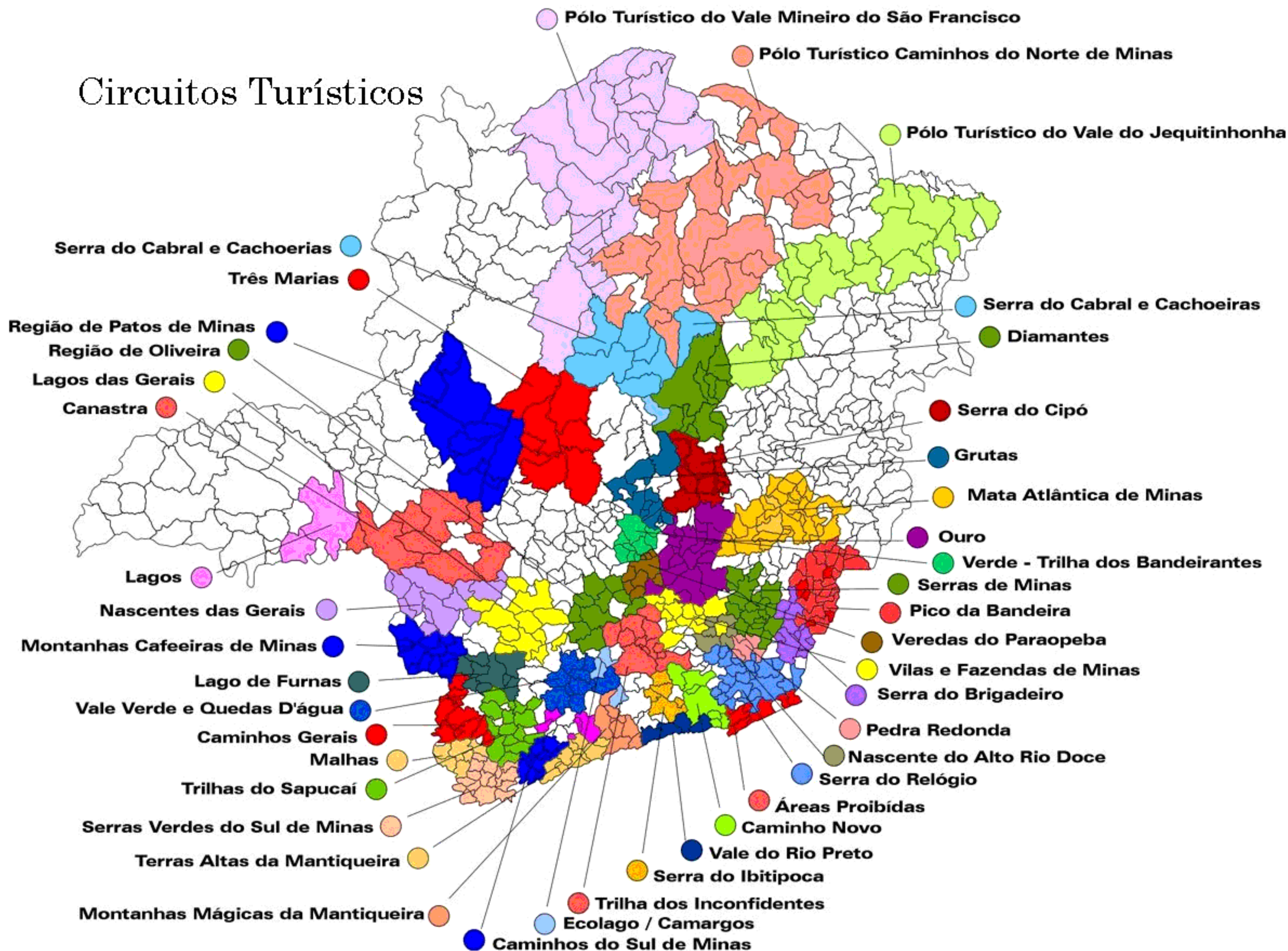
Em seus quase dois anos de funcionamento, a Secretaria de Estado do Turismo procurou despertar os atores da cena turística estadual com a formulação de uma política para o setor. Ao interiorizar suas ações via descentralização e regionalização do planejamento mais adequado a cada conjunto de circuitos, a Secretaria implantou uma política de trabalho que se torna excedível à medida do maior envolvimento das diversas forças da sociedade civil e do poder público.

Todo o trabalho da Secretaria e de seu braço operacional, a TURMINAS, concentrou-se não apenas na formulação da política para o setor como também para despertar o empresariado, a sociedade civil e os três níveis de governo a descobrir no turismo alternativas à geração de emprego e renda. Esse esforço foi coroado com a nomeação e posse do Conselho Estadual de Turismo, bem como a regulamentação do Fundo de Assistência ao Turismo (FASTUR), cuja gestão cabe à TURMINAS. Em suas atividades, a Secretaria conseguiu captar da União R\$ 7.713.592,00, estando em fase de negociação mais R\$ 32.709.811,00.

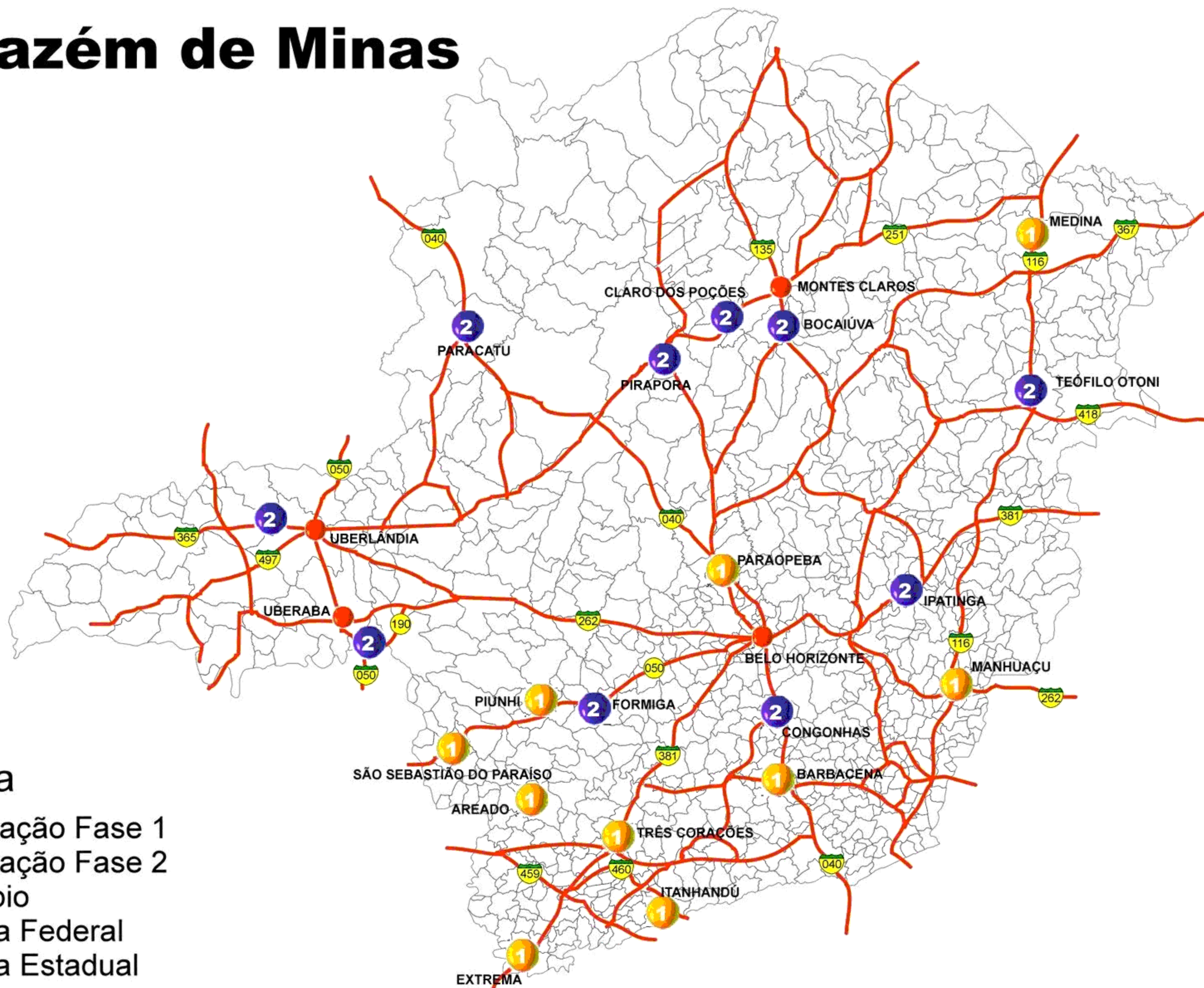
A política criada pela Secretaria há quase dois anos apresenta parâmetros semelhantes às recomendações feitas pelo Conselho Empresarial da OMT em seu “Programa específico de trabajo 2002-2003 en favor de los destinos”, de 14 de setembro de 2001.

Conforme a orientação da Secretaria, essa busca visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental, preservando e resgatando valores histórico-culturais e a dignidade de cada ator, rompendo a apraxia a que o setor estava condenado pela ausência de objetivos definidos.

Circuitos Turísticos



Armazém de Minas



Legenda

- 1 Implantação Fase 1
- 2 Implantação Fase 2
- Município
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Turismo	2.139.319	2.791.097				
231210012.179.0001 - Planejamento Setorial	67.720	121.822				
231220012.206.0001 - Direção Superior	391.123	492.850				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	617.100	623.934				
231220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	97.800	51.596				
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.000	0				
233062294.697.0001 - Gestão do Conselho de Segurança Alimentar Consea/MG	500.000	41.485	Seminário Realizado (Seminário)	10	3	7
			Forum Realizado (Fórum)	8	2	7
			Reunião Realizada (Reunião)	12	4	7
236957681.255.0001 - Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste - Prodetur	1.000	0				
236957624.072.0001 - Promoção ao Turismo	463.576	1.459.410	Município Atendido (Município)	250	525	6
Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS	1.055.330	1.849.345				
231220012.206.0001 - Direção Superior	314.476	503.415				
231220012.288.0001 - Serviços de apoio Administrativo e Financeiro	293.015	447.470				
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	27.000	0				
231232122.570.0001 - Participação Societária na PROMINAS	300	0				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
231257624.023.0001 - Cadastramento e Fiscalização da Atividade Hoteleira	67.382	167.800	Empreendimento Cadastrado (Empreendimento)	120	1.300	6
			Empreendimento Fiscalizado (Empreendimento)	120	35	4
236957624.453.0001 - Promoção do Turismo e da Atividade Artesanal	353.157	730.660	Evento Realizado (Evento)	3	2	4
			Participação em Evento Realizado (Evento)	10	24	5
			Artesão Apoiado (Artesão)	180	200	5
Empresa Mineira de Turismo -TURMINAS	1.000	0				
231232126.005 - Participação Societária	300	0				
236957626.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	700	0				
Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR	1.000	0				
236957661.364.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento do Turismo	1.000	0				
TOTAL	3.196.649	4.640.442				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) é responsável pelo desenvolvimento da política de gestão de todas as modalidades de transporte, além de ações visando ao saneamento ambiental e obras de edificações públicas.

Atuando nos setores de hidrovias, rodovias, portos fluviais, aeroportos, ferrovias, obras viárias e saneamento, a SETOP consegue importante interação entre os demais órgãos, desempenhando também um papel de destaque no cenário nacional devido às dimensões do estado.

Independentemente da amplitude de sua missão, procurou-se adequar a SETOP a uma estrutura mínima, ágil e adaptada ao processo de contenção de despesas. Buscou-se também a integração das modalidades de transportes e à implantação das obras públicas, adequando-se a nomenclatura das diretorias e superintendências a um novo estilo de trabalho, conforme estabelecido no PMDI, garantindo o cumprimento de suas metas e pautando suas ações no trinômio qualidade-modernidade-racionalização.

O ano de 2001 caracteriza-se como um importante marco no processo de resgate da missão desta Secretaria. O estado continuará investindo nas rodovias, mas terá que buscar alternativas para a questão da mobilidade. A orientação mundial no sentido da multimodalidade obrigou esta Secretaria a uma mudança do perfil que a levava a cuidar apenas da malha rodoviária, provocando o desmanche do que havia em termos de hidrovias e ferrovias, pagando-se um custo elevado pela movimentação das cargas. A SETOP continuará investindo em rodovias, dentre elas a duplicação da estrada que liga Lagoa Santa a Confins. Quer-se recuperar as ferrovias, fazer eclusas nos rios São Francisco, Grande e Paranaíba para torná-los navegáveis. Está-se fazendo uma campanha para salvar o Velho Chico, um patrimônio nosso, que nasce em Minas Gerais. Para isso, já foram apresentados projetos no Ministério dos Transportes e buscam-se recursos acima de R\$ 2 bilhões. Assim, poderá ser conduzida a carga de Minas até o Mercosul, numa modalidade que apresenta os custos mais reduzidos, ou seja, a navegação interior. Buscam-se parcerias para ativar terminais portuários de Chaveslândia e Iturama, antes mesmo da liberação de recursos externos para construir obras de transposição de desníveis.

A SETOP está construindo o Aeroporto Regional da Zona da Mata, a ser ligado à BR/040 e à Rede Ferroviária por uma rodovia de 38 quilômetros, atendendo a 142 cidades e a um milhão de pessoas. Já na área ferroviária, pretende-se recuperar algumas ferrovias com fins turísticos e mantê-las. A utilização intensa dos modais hidroviário e ferroviário vai baratear o custo de manutenção de nossas estradas, retirando delas cargas de alta densidade e baixo valor agregado, que destroem a pavimentação.

Um dos maiores entraves à obtenção de recursos federais foi resolvido com a abertura e procedimento para recebimento do metrô, autorizado pelo governador. O sistema estadualizado é denominado METROMINAS, cujas fontes de recursos estão garantidas até o próximo ano.

Com referência à campanha que a Secretaria iniciou em 2001 para salvar o Rio São Francisco, nos próximos meses, viabilizado por uma parceria, será lançado pela

SETOP “O Velho Chico Mineiro”, livro que conta a história do rio em seus quase 500 anos. É o primeiro passo para ampliar a navegação do São Francisco, que sempre foi chamado de Rio da Integração Nacional.

Ainda, como parte desta campanha, incentiva-se a mobilização da sociedade colhendo-se sugestões de como revitalizar aquele rio. As mensagens vindas de todas as regiões têm chegado em grandes quantidades e o objetivo é encaminhá-las aos órgãos competentes para que sejam analisadas técnica e economicamente. A idéia é mobilizar toda sociedade, principalmente as comunidades ribeirinhas. A grande questão do novo século que se inicia são as águas, cuja responsabilidade é de todos os cidadãos. Ao lançar esta campanha ficou plena a convicção de que se trata de uma obrigação coletiva, que envolve os poderes públicos, empresas privadas e a própria sociedade civil.

Salienta-se, ainda, a conclusão da pavimentação dos trechos Ouro Preto – Ouro Branco e Catas Altas – Samarco, que interligará todo o Circuito do Ouro e permitirá seu intercâmbio com o Circuito Trilha dos Inconfidentes.

Com relação aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) é o responsável pelo transporte rodoviário de pessoas e bens no estado.

No que diz respeito à execução de obras rodoviárias em 2001, o DER realizou a implantação e pavimentação rodoviária de 188 quilômetros e a implantação de 432 metros de obras de arte especiais. Além disso, fez a reabilitação de pavimento em 674 quilômetros em diversos trechos.

No tocante à BR-381, o DER concluiu as negociações com o BID e DNER para concluir sua duplicação, realizou novas licitações e reiniciou as obras. No ano em curso, foram executados 101,3 quilômetros de duplicação da rodovia, no trecho compreendido entre o Km 637,8 e o Km 893,2, executados 75 metros de obra de arte especial, e executadas 53 desapropriações.

Na área de infra-estrutura aeroportuária, é responsabilidade do DER a elaboração de projeto e construção de aeródromos, além da implantação de sinalização luminosa e balizamento noturno. Em 2001 foram executados melhoramentos em cinco aeroportos, destacando-se a conclusão da pavimentação do aeroporto de Três Corações.

O sistema de transporte intermunicipal de passageiros gerenciou e fiscalizou uma frota de aproximadamente 5 mil veículos, que ofereceu 3 milhões de viagens, atendendo a 91 milhões de usuários, cumprindo o objetivo central de oferecer transporte seguro, econômico e confortável. Da mesma forma, o transporte metropolitano de passageiros atendeu a 22.622.000 passageiros/mês, com uma frota de 1.948 ônibus.

Com relação às obras urbanas, foram realizados o revestimento asfáltico do trevo de Araxá, a terraplenagem e revestimento asfáltico do acesso a Macacos, parte do

revestimento asfáltico do trevo de acesso ao Distrito Industrial de Muzambinho, e parte do revestimento asfáltico do trevo de Sabará.

Dentre as ações realizadas no sentido de aumentar a segurança do usuário, destacam-se a sinalização horizontal de 170 quilômetros de rodovia, a colocação de 3.100 placas de sinalização vertical, e a implantação de 1 redutor eletrônico de velocidade.

No campo da Educação de Trânsito, o DER desenvolve uma constante agenda de atividades visando formar e informar a comunidade. Assim, foram ministrados 13 cursos, 523 palestras, realizadas 412 blitzes educativas e 160 ações diversas. Também foram treinados 214 servidores para atuarem como agentes da autoridade de trânsito.

Dos 1.159 quilômetros de projetos que foram elaborados, 337 são de implantação e pavimentação e 822 são de restauração de rodovias. Há também 49.180 m² de implantação e recuperação de obras de arte especiais e quatro projetos ambientais.

Na área de assistência rodoviária aos municípios, auxiliando-os nas tarefas de conservação e recuperação das rodovias municipais, foram atendidos 214 municípios e alocadas 80.019 horas de equipamentos na execução de diversos serviços rodoviários. Foi também fornecido material betuminoso para 32 municípios, tendo sido executados 768.800 m² de pavimentação urbana.

Em 2001, o DER foi parceiro da Secretaria de Turismo na elaboração de um projeto para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Estado. Para o planejamento dos circuitos turísticos, os técnicos do DER participaram das Oficinas de Trabalho, nas quais foram levantadas as carências, necessidades e aspirações da sociedade na área de transportes.

O órgão também participou da elaboração do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE-II, que pretende ações de implantação e pavimentação de rodovias nas regiões do Norte de Minas, do Vale do Rio São Francisco e do Vale do Rio Jequitinhonha. Este programa está em fase de negociação.

Outro destaque são as obras de pavimentação da MG-10, entre Cardeal Mota e Conceição do Mato Dentro, que irá viabilizar o acesso ao Circuito da Serra do Cipó e futuramente fará a ligação deste circuito com o Pólo do Jequitinhonha.

Com os recursos do FUNTRANS foram realizados serviços de manutenção em 126 quilômetros de rodovias e executados 187 quilômetros de lama asfáltica.

Também vinculado à secretaria de obras, o Departamento Estadual de Obras Públicas (DEOP) tem por finalidade precípua planejar, projetar, coordenar e executar, com exclusividade, as obras de engenharia de interesse da administração estadual, bem como atuar na área de desenvolvimento urbano do estado, observado o programa estabelecido pela SETOP.

A missão do DEOP é a racionalização das obras nos diversos setores da administração estadual. Com isto, o estado exerce estas atividades e evita a criação de setores de engenharia em cada órgão do governo para execução de obras.

O ano de 2001 foi um período de grandes realizações do DEOP, como comprovam os números dos resultados, com o conseqüente benefício para os municípios e para a população. Foram concluídas 54 obras de significado relevante para o povo de Minas. Outras 39 estão em andamento com desenvolvimento normal e previsão de acabarem em 2002. Dentre estas obras, pode-se destacar a atuação do DEOP nos diversos segmentos.

Na área da Saúde, em apoio às ações da FHEMIG, das Secretarias de Estado da Saúde, Justiça e Direitos Humanos e da própria Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, a atuação do DEOP foi muito positiva. Estão sendo colocados à disposição da população 813 leitos hospitalares, distribuídos em diversas regiões mineiras. O DEOP está concluindo o Pronto Socorro de Venda Nova, que vai beneficiar diretamente os 200 mil habitantes de Venda Nova, estendendo seus benefícios a toda a população da zona norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estimada em 1,4 milhão de habitantes.

As obras de reforma e ampliação do Hospital Regional João Penido, de Juiz de Fora, beneficiarão a Zona da Mata. Este hospital, em plena atividade, atenderá cerca de 2 milhões de habitantes.

Para a região de Patos de Minas, o DEOP está reformando e ampliando o Hospital Regional Antônio Dias, que irá beneficiar a mais de 500 mil habitantes.

Estão sendo executadas reforma e ampliação do Hospital Psiquiátrico Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, e do Hospital de Toxicômanos Padre Wilson, em Juiz de Fora. Além disso, está sendo concluído o Hospital de Custódia na Penitenciária de Ribeirão das Neves.

Estão sendo destinadas ao HEMOMINAS quatro unidades de coleta de sangue para atendimento da população mineira, em Divinópolis, Sete Lagoas, Uberlândia e na Capital.

O DEOP também participa da ação do governo na área da Educação, para dotar a rede escolar de novas salas de aula, visando atender a demanda da população. O programa de construção de escolas é apresentado pela Secretaria de Estado da Educação anualmente. Em 2001 foram construídas ou reformadas vinte e uma escolas e encontram-se em andamento mais quinze escolas, para término em 2002. Serão atendidos mais de 30 municípios e beneficiados mais de 30 mil alunos. No setor de construção de escolas, o Governo Itamar Franco aplicou mais de 43 milhões de reais.

Obedecendo ao Plano de Obras apresentado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos foram executadas sete obras de grande significado social, como a conclusão da reforma e ampliação do Centro de Internação de Meninos, na Capital, conclusão do Hospital de Custódia de Ribeirão das Neves e a Minipenitenciária de

Sete Lagoas, entre outras. Encontram-se em andamento outras onze unidades do setor Justiça, que terão sua conclusão prevista em 2002. Já foram licitadas em 2001 mais três penitenciárias regionais, para atendimento da demanda do Judiciário.

No exercício de 2001, o DEOP, por meio de sua Diretoria de Projetos, realizou 79 contratos de vistoria, topografia e sondagem, bem como elaborou 62 projetos, o que demonstra a grande atividade do setor e importância técnica para os órgãos de ação decisória do governo.

Atuando na área de saneamento, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG) tem como missão institucional proporcionar melhores condições de vida à população e infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social, através da oferta de serviços de saneamento ambiental, compatibilizado com as necessidades sociais.

Com uma série de ações para assegurar e ampliar o atendimento com serviços adequados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a COPASA consolida sua posição como principal agente de saneamento básico de Minas Gerais.

Em dezembro de 2001, a população atendida pela empresa com abastecimento de água ultrapassou 10 milhões de pessoas em 624 localidades do estado, representando um crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior. Para a expansão desse atendimento foi necessário o acréscimo de 104,5 mil ligações de água e de mais de 900 quilômetros de redes de distribuição.

Em relação ao esgotamento sanitário, a população atendida aumentou em 150,9 mil pessoas, totalizando 4,5 milhões de usuários em 2001. Para propiciar esse aumento no atendimento foram necessárias 56,7 mil novas ligações e a expansão de 533 quilômetros de redes de esgoto.

Atendimento com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 2000 / 2001

ITENS	ÁGUA			ESGOTO		
	2000	2001(*)	Variação	2000	2001(*)	Variação
Localidades Atendidas ¹	602	624	3,7%	60	63	5,0%
População Atendida (hab.)	9.701.167	10.012.301	3,2%	4.374.231	4.525.086	3,4%
Índice de Atendimento (%) ²	97,3	97,3	0,0%	78,9	80,4	1,9%
Número de Ligações	2.492.847	2.597.363	4,2%	973.350	1.030.012	5,8%
Extensão de Rede (km)	31.177	32.100	3,0%	8.857	9.390	6,0%

(1) - Sedes e Vilas.

(2) - População atendida em relação à população das localidades operadas.

(*) - Estimado com base nos dados disponíveis até novembro/2001.

Os investimentos efetuados pela empresa em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em preservação do meio ambiente e em adequação de sua

infra-estrutura operacional atingiram R\$ 176,1 milhões em 2001. Os recursos próprios tiveram importante papel na viabilização dos investimentos, respondendo por 76,3% do total investido.

Cabe destacar a atenção especial que a empresa vem dispensando às questões ambientais, refletida nas ações relativas ao tratamento dos esgotos sanitários coletados. Nesse sentido, a inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão Arrudas, que nessa primeira etapa do empreendimento tratará 4,5 mil litros/s de esgotos, removendo até 60% dos resíduos sólidos e 40% da matéria orgânica dos esgotos de Belo Horizonte e de Contagem, contribui para a melhoria das condições dos Rio das Velhas e do São Francisco.

As bacias do Rio Doce e Rio Verde também estão sendo beneficiadas, com a operação das estações de tratamento de esgotos já implantadas, respectivamente, nas cidades de Ipatinga e Varginha.

Ainda em relação ao meio ambiente, merecem registro as ações de preservação, recuperação e controle de mananciais, bem como de educação ambiental, de modo a garantir a qualidade e quantidade de água necessária ao adequado atendimento à população.

Destacam-se, também, as ações adotadas visando a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços, retratadas nos indicadores operacionais da empresa.

O índice de hidrometração é de grande importância para a empresa, na medida em que está associado ao desempenho do faturamento e ao controle do desperdício dos consumidores, atingiu 99,5% em dezembro de 2001, quase dois pontos percentuais acima da posição de dezembro de 2000. A produtividade de pessoal, medida pela relação “ligações/empregados”, também apresentou melhora atingindo 372,46 em dezembro de 2001, com crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Já o “índice de perdas de água” da empresa, o segundo melhor entre as companhias de saneamento estaduais, permaneceu na faixa dos 26% em 2001.

Finalmente, cabe mencionar que o racionamento de energia teve reflexo direto no consumo de água pela população, provocando sensível redução no volume faturado e faturamento da empresa, à partir de maio de 2001.

A empresa Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (METROMINAS), responsável pelo transporte metroviário e ferroviário na RMBH, prepara-se para receber o Sistema de Trens Urbanos operado pela CBTU federal.

Como não foram cumpridas algumas condições de eficácia, a cargo da União, a transferência do sistema ainda não foi implementada e uma nova negociação vem sendo conduzida, agora pela SETOP. Desde maio de 2001, está-se atuando junto ao Ministério dos Transportes e Banco Mundial, visando a melhores condições de recebimento do sistema pelo Estado de Minas Gerais e o cumprimento das obrigações contratuais firmadas com o BIRD.

Coube ainda à SETOP providenciar a regularização das contas da empresa, relativas ao exercício 2000, bem como a convocação das Assembléias Gerais, ordinária e extraordinária, para a atualização e posse dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e verificação do balanço e demonstrações financeiras do exercício findo.

Estão sendo realizadas reuniões entre a METROMINAS, PGE, CETEC, BHTRANS e STU/BH para solucionar o embargo às obras da Estação de Integração do Metrô José Cândido da Silveira. Também vem sendo discutida pelos representantes da METROMINAS, PGE e Ministério dos Transportes uma nova minuta de Convênio de Transferência, em substituição ao anterior.

Encontra-se em desenvolvimento um estudo contratado à Fundação João Pinheiro para auditoria e estimativa econômica do sistema da STU/BH, que, após concluído, permitirá a avaliação do empreendimento Metrô da RMBH, servindo de base para o processo de transferência em negociação.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas	80.736.855	106.376.428				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	358.150	444.469				
041220012.206.0001 - Direção Superior	550.161	584.211				
041220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	741.372	801.024				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	45.600	37.389				
041220991.048.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos	2.100.000	2.388.739	Unidade Predial Construída (Unidade)	1	0	10
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	2	4	5
041220991.230.0001 - Apoio Financeiro aos Municípios em Obras de Infra-Estrutura	22.747.024	11.076.226	Município Atendido (Município)	129	35	4
041220991.572.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Fazendárias	8.035.000	7.383.668	Unidade Construída (Unidade)	47	2	4
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	51	26	4
041220991.678.0001 - Construção do Centro de Convenção	1.606.890	0		1	0	10
041230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	228.180	203.887				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	2.742.106	3.202.422				
061220991.085.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Militar	785.000	101.072	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	0	1
061220991.501.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	330.000	0	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	0	1
061220991.573.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Civil	1.000	67.200	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
081220991.103.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Setascad	1.000	0	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1
101220991.576.0001 - Construção, Ampliação e Refoma de Unidades da Secretaria de Estado da Saúde	4.450.000	5.045.384	Unidade Construída (Unidade)	2	1	4
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	0	1
141220991.571.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Justiça	15.904.451	8.263.231	Unidade Construída (Unidade)	13	2	7
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	12	7
171228391.044.0001 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	5.461.000	5.174.000	Canalização Executada (Metro)	500	0	1
			Desapropriação Executada (Desapropriação)	1	5	5
			Via Sanitária Implantada (Metro)	500	0	1
			Urbanização Executada (Metro)	500	0	1
171228421.086.0001 - Saneamento Básico	9.759.945	19.434.006	Município Atendido (Município)	30	28	-
			Canalização Executada (Metro)	1	0	1
			Poço Perfurado Instalado Atendido (Poço)	5	0	1
261220991.047.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Portos e Aeroportos	2.101.000	37.233.642	Aeroporto/Terminal Construído (Aeroporto)	2	0	4 *
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	2	0	1
			Porto Construído Atendido (Porto)	2	0	1
			Porto Melhorado Atendido (Porto)	2	0	1
261220991.503.0001 - Constr., Ampliação e Reparos de Obras de Arte Especiais	150.000	176.882	Ponte e Viaduto Construído Atendido (Ponte e Viaduto)	1	1	-
			Ponte e Viaduto Ampliado Atendido (Ponte e Viaduto)	1	0	1
			Ponte e Viaduto Reparado Atendido (Ponte e Viaduto)	1	0	1
261220991.504.0001 - Fornecimento de Vigas Metálicas e de Mata-burros	2.558.976	4.758.976	Viga Metálica Fornecida (Viga)	636	479	4
			Mata-Burro Fornecido (Mata-Burro)	1.250	1.326	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
261228431.087.0001 - Obras de Complementação de Sistemas Viários	80.000	0	Trincheira e Viaduto Construído Atendido (Trincheira e Viaduto)	1	0	1
			Via Pública Pavimentada Atendida (Via Pública)	1	0	1
			Abriço de Passageiro Implantado (Abriço)	1	461	5 **
Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP	6.059.108	6.599.324				
041220012.206.0001 - Direção Superior	738.624	453.193				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.750.982	3.711.849				
041220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	73.096	93.415				
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	460.023	1.162.644				
041228404.422.0001 - Planejamento e Gerenciamento Técnico de Obras	50.000	0	Projeto Técnico Elaborado (Projeto)	30	62	5
			Serviço de Vistoria, Topografia e Sondagem Realizado (Contrato)	50	79	5
			Serviço de Gerenciamento Realizado (Contrato)	5	0	3
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	985.383	1.178.223				
171228391.044.0001 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000	0	Canalização Executada (Metro)	2.900	0	3
			Via Sanitária Implantada (Metro)	2.900	0	3
			Urbanização Executada (Metro)	3.200	0	3
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER	683.627.713	575.236.317				
261220012.206.0001 - Direção Superior	968.000	1.121.834				
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	58.808.855	98.336.401				
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.800.000	2.613.141				
261227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	30.538.832	30.934.924				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
262727777.060.0001 - Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	119.204.026	131.565.419				
264518311.078.0001 - Implantação e Melhorias em Rodovias	4.200.000	2.805.629	Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km)	20	0	7
			Trecho de Rodovia Vicinal Melhorado (Km)	50	0	7
264518311.078.0002 - Construção e Melhoramento de Aeroportos	51.950.000	1.580.963	Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	25	5	3
			Terminal Construído (Aeroporto)	2	0	3
264518311.078.0003 - Construção e Recuperação de Obras de Arte Especiais	600.000	1.000	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	40	0	1
			Obra de Arte Especial Restaurada (Metro)	120	0	1
264518311.078.0004 - Pavimentação de Vias Urbanas	645.000	3.771	Via Urbana Pavimentada (Km)	33	95	7
267820991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	244.000	141.155	Unidade Predial Reformada Unidade)	4	1	3
267828324.311.0001 - Sinalização de Rodovias	870.000	260.899	Sinalização Vertical Implantada (Unidade)	100	3.100	5
			Sinalização Horizontal Implantada (Km)	100	170	5
267828324.311.0002 - Segurança e Educação de Trânsito	50.000	0	Campanha Educativa Realizada (Campanha)	10	0	1
267828324.311.0003 - Controle Operacional da Rodovia	1.090.609	1.617.453	Balança Implantada (Balança)	16	0	10
			Redutor Eletrônico de Velocidade Implantado (Redutor Eletrônico)	3	1	4
267828324.311.0004 - Gerenciamento das Concessões Rodoviárias	30.000	0	Rodovia Gerenciada (Km)	500	0	9
267828331.001.0001 - Duplicação da BR-381 - Segmento BH/Divisa MG-SP	124.700.000	89.244.687	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	400	75	2
			Desapropriação em Execução (Desapropriação)	50	53	-
			Trecho de Rodovia Duplicado (Km)	185	101	2

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
267828331.001.0002 - Proteção Ambiental	21.580.000	0	Infra-Estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade)	2	0	11
			Área de Proteção Ambiental em Implantação (Unidade)	3	0	1
267828331.141.0001 - Implantação e Pavimentação de Rodovias	102.435.481	129.803.747	Estudo e Projeto Ambiental Executado (Projeto)	1	4	5
			Rodovia Implantada e Pavimentada (Km)	881	188	3
			Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Km)	426	1.159	5
			Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	500	88	3
267828331.141.0002 - Implantação de Obra de Arte Especial	8.535.400	9.249.563	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	205	432	5
267828331.141.0003 - Duplicação de Rodovias	30.000.000	0	Rodovia Duplicada (Km)	105	0	1
267828334.581.0001 - Gerenciamento, Manutenção, Operação Rodov. e Adequação Instituc. do Órgão	1.000	0	Instituição Adequada (Unidade)	1	0	1
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	37.459.940	53.137.162	Serviço de Manutenção Realizado (Km)	25.204	25.204	-
			Lama Asfáltica Executada (Km)	420	315	4
267828341.143.0002 - Recuperação de Obras de Arte Especiais	3.540.000	288.000	Obra de Arte Especial Recuperada (Metro)	1.550	117	4
267828351.135.0001 - Restauração de Rodovias	7.910.030	15.293.790	Trecho Restaurado (Km)	10	264	5
			Rodovia Restaurada (Km)	180	270	5
267828351.135.0002 - Restauração da Rede Rodoviária Federal Delegada	75.166.540	7.236.779	Rodovia Restaurada (Km)	479	140	3
267828361.144.0001 - Gerenciamento e Operação do Sistema de Transporte da RMBH	150.000	0	Via Pública Pavimentada (Km)	8	0	1
			Estudo Elaborado (Estudo)	1	0	1
			Terminal de Integração Implantado (Terminal)	1	0	1
267828361.144.0002 - Gerenciamento e Operação do Sistema de Transporte Intermunicipal	150.000	0	Estudo Elaborado (Estudo)	1	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	224.052.021	266.333.628				
171220016.011 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	2.674.287	6.169.140				
175126498.043 - Proteção e Preservação de Mananciais	479.000	33.733	Sistema Integrado de Proteção de Mananciais Implantado, Mantido e Monitorado (Sistema)	27	6	3
			Programa de Educação Ambiental Realizado (Aluno)	3.500	4.884	5
			Campanha de Prevenção de Incêndios Realizada (Campanha)	11	10	-
			Fauna Introduzida (Espécie)	15	0	1
175126498.044 - Pesquisa e Monitoração de Recursos Hídricos	148.800	93.151	Recurso Hídrico Monitorado (Recurso)	260	270	-
175126498.045 - Licenciamento Ambiental	750.625	76.607	Licenciamento Concedido (Sistema)	50	148	5
175128378.040 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento D'Água	71.773.121	89.508.956	Sistema de Abastecimento de Água Implantado e Melhorado (Sistema)	183	201	-
			Ligação de Água Acrescida (Ligação)	125.000	104.516	4
175128378.041 - Perfuração e Poços	1.152.000	60.304	Poço Perfurado/Instalado (Poço)	60	65	-
175128383.022 - Saneamento Ambiental das Bacias Arrudas e Onça da RMBH Prosam	2.000	0				
175128388.042 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sist. de Esgotamento Sanitário	73.412.318	80.192.652	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema)	53	53	-
			Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	45.000	56.662	6
178437777.003 - Amortização da Dívida Interna	68.228.064	85.907.266				
178447777.004 - Amortização da Dívida Externa	5.431.806	4.291.819				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	42.489.760	0				
261220012.206.0001 - Direção Superior	4.208.891	0				
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	370.230	0				
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	0				
267838454.563.0001 - Manutenção e Operação do Sistema de Trens Urbanos da RMBH	37.909.639	0	Passageiro Transportado (Passageiro)	1.500.000	0	12 ***
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	1.000	0				
267830016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	1.000	0				
Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Rib. Arrudas e Onça - PROSAM	17.664.280	10.171.597				
171229001.192.0001 - Contribuição ao FUNDEURB	15.897.852	9.154.438				
171229001.293.0001 - Contribuição ao Fundo FHIDRO	1.766.428	1.017.159				
Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB	308	0				
175126221.365.0001 - Apoio Financeiro para Implementação de Água e Esgoto	308	0	Projeto Executado (Projeto)	10	0	****
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS	16.000.000	22.502.066				
267828324.311.0003 - Controle Operacional de Rodovia	1.355.000	49.326	Redutor Eletrônico de Velocidade Implantado (Redutor Eletrônico)	30	0	10
			Infra-Estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade)	1	0	1
			Sinalização Implantada (Km)	30	0	1
			Balança Implantada (Balança)	10	0	10
267828324.311.0005 - Tratamento de Travessias Urbanas	1.645.000	0	Travessia Adequada (Metro)	300	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
267828324.311.0006 - Melhoramento de Traçados Geométricos	9.000.000	0	Trecho Melhorado (Km)	100	0	1
267828331.141.0001 - Implementação e Pavimentação de Rodovias	1.000.000	0	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	50	0	1
			Estudo e Projeto Ambiental Elaborado (Projeto)	8	0	1
			Rodovia Implantada e Pavimentada (Km)	2	0	1
			Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Km)	50	0	1
267828334.581.0002 - Restauração de Rodovias	500.000	0	Rodovia Restaurada (Km)	10	0	1
267828334.581.0004 - Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	500.000	0	Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	5	0	1
267828331.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	100.000	16.452.740	Serviço de Manutenção Realizado (Km)	50	126	5
267828331.143.0003 - Tratamento dos Pontos Críticos	300.000	0	Ponto Crítico Eliminado (Km)	30	0	0
267828331.143.0004 - Aplicação de Lama Asfáltica	1.600.000	6.000.000	Lama Asfáltica Executada (Km)	150	187	5
TOTAL	1.070.631.045	987.219.360				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* - Construção do Aeroporto Regional da Zona de Mata (Goianá e Rio Novo) em andamento.

** - Utilização de estoque antigo.

*** - Ainda não ocorreu a transferência do Sistema de Trens Urbanos da CBTU para o Estado.

**** - Fundo extinto pela Lei nº 13.848, de 19/04/2001.

MINAS E ENERGIA

As diretrizes traçadas para a mineração durante o ano tiveram o seguinte desempenho:

1 - Programa de Informações Minerais - encerrou-se a primeira fase do levantamento aerogeofísico de Minas Gerais, gerando até o final de novembro 338 requerimentos de áreas novas; em convênio com CPRM – Serviço Geológico do Brasil – concluiu-se o mapeamento geológico da região leste; deu-se continuidade ao mapeamento geológico do São Francisco, o maior em realização na América Latina; houve prosseguimento do banco de dados sismoestratigráfico do São Francisco em convênio com a Fundação Gorceix e a Escola de Minas de Ouro Preto; elaborou-se o projeto para o mapeamento geológico da Mata e do Sul de Minas em cooperação técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais; criou-se portal da mineração de Minas na internet e um de relações internacionais que passam a dar suporte a investidores do setor e deu-se continuidade à implantação do memorial da mineração de Minas, cuja inauguração completa prevê-se para fevereiro de 2002.

2 - Programa de Mineração Social e Desenvolvimento Sustentável - concluiu-se o projeto ardósia e iniciou-se o plano diretor incorporando as Secretarias de Estado de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Ciência e Tecnologia; o projeto quartzito continuou em cooperação com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; deu-se início aos projetos mármore e granitos com o Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos de Minas Gerais e ao Projeto Argila de Coromandel em cooperação com a prefeitura local.

O Fundo de Desenvolvimento Mínero-Metalúrgico recebeu novos aportes correlacionados com os avanços orçamentários obtidos pela Secretaria de Minas e Energia.

3 - Programa de Regulação e Fiscalização Mineral - gestão do convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Secretaria de Estado da Fazenda, assinado em 1999, fez com que a arrecadação da compensação financeira pela exaustão mineral passasse de R\$ 35 milhões em 1998 para cerca de R\$ 62 milhões em 2001 e realização do Fórum Hemri Gorceix de Mineração e Metalurgia que contribuiu decisivamente para o projeto de reestruturação do setor mineral brasileiro.

Os programas de desenvolvimento mineral e de desenvolvimento de negócios foram executados pela Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG).

As diretrizes para energia durante o corrente ano tiveram os seguintes resultados:

1 - Programa de Energias Complementares - Os programas de geração, transmissão e distribuição foram executados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); a Secretaria de Estado de Minas e Energia desenvolveu um programa de energias complementares, entre os projetos destaca-se o realizado em cooperação com a CEMIG e a COPASA para instalação de energia solar fotovoltaica em 100 municípios de Minas; proposição da lei dos projetos de utilização de gás do tipo de fornos siderúrgicos, principalmente no setor guseiro de Minas e concluiu-se um projeto em cooperação com a Federação das Indústrias de Mineirização da Petrobras.

2 - Programa de Regulação e Fiscalização Energética - a Secretaria de Estado de Minas e Energia elaborou o projeto de criação do Instituto Mineiro de Gestão da

Energia que será enviado ao Poder Legislativo no início de 2002. Ao mesmo tempo, o curso de especialização em gestão pública em nível de pós-graduação, com a cooperação da CEMIG, visa titular 40 profissionais ligados a instituições fornecedoras de serviços públicos regulados.

Principais realizações da CEMIG em 2001

GERAÇÃO



Além de participar da implantação dos aproveitamentos de Porto Estrela, Queimado e Funil, cujas obras foram iniciadas em 1999 e 2000, a CEMIG, juntamente com a iniciativa privada, iniciou em julho de 2001 as obras do aproveitamento hidrelétrico de Aimorés.

Destaca-se ainda, neste ano, o início da operação comercial de Porto Estrela, acrescentando 112 megawatts de energia ao sistema de geração do estado. A primeira unidade geradora entrou em operação em 4 de setembro, seis dias antes do prazo contratual, e a segunda unidade em 9 de setembro, na véspera da data contratual.

Nos próximos cinco anos, a CEMIG, em parceria com outras empresas, prepara-se para acrescentar 2.300 megawatts ao parque gerador de Minas Gerais. Prevê-se para 2002 o início das obras de implantação dos aproveitamentos hidrelétricos de Pai Joaquim, Irapé, Capim Branco I e Capim Branco II, além das termelétricas de Barreiro, Igarapé II e Sulminas.

PORTO ESTRELA - O Aproveitamento Hidrelétrico de Porto Estrela está implantado no rio Santo Antônio, afluente do rio Doce, por um consórcio composto pela CEMIG, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), cada uma com um terço de participação. A Usina, que abrange área dos municípios mineiros de Joanésia, Braúnas e Açucena, teve suas obras iniciadas em julho de 1999 e já se encontra em operação comercial. O investimento total é de R\$ 137 milhões.

QUEIMADO - Na construção do aproveitamento hidrelétrico de Queimado, de 105 megawatts, a CEMIG, com 82,5% de participação, tem como parceira a Companhia

Energética de Brasília (CEB). As obras de implantação, cujo custo total é de R\$ 150 milhões, foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial está prevista para abril de 2003. A usina está sendo implantada no rio Preto, abrangendo áreas dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás. Em 25 de julho de 2001, foi realizado o desvio do rio Preto, importante para as obras de implantação do aproveitamento.

FUNIL - O aproveitamento hidrelétrico de Funil, com potência instalada de 180 megawatts, está sendo implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. Sua construção começou em setembro de 2000 e a entrada em operação comercial será em dezembro de 2002. O desvio do rio Grande ocorreu em 16 de maio de 2001. O consórcio empreendedor é formado pela CEMIG, com 49% e CVRD, com 51%. O investimento total no empreendimento é de R\$ 228 milhões.

AIMORÉS - O aproveitamento hidrelétrico de Aimorés, a ser implantado no rio Doce, abrangendo área dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor, destaca-se por seu custo de implantação de R\$ 427 milhões para uma capacidade instalada de 330 megawatts. Nesse consórcio, a CEMIG participa com 49% do empreendimento e sua parceira, a CVRD, com 51%. O início da construção ocorreu em maio de 2001 e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003.

PAI JOAQUIM - A pequena Central Hidrelétrica Pai Joaquim, com potência de 23 megawatts é uma iniciativa da CEMIG. O projeto de relocação e ampliação da casa de força da usina, cujo custo estimado é de R\$ 28 milhões, está com início previsto para o fevereiro/2002 e a geração comercial para dezembro/2003.

IRAPÉ - O aproveitamento hidrelétrico de Irapé, com potência de 360 megawatts, está localizado no rio Jequitinhonha, na divisa dos municípios de Berilo e Grão-Mogol. O início das obras está previsto para abril de 2002 e a geração comercial para junho de 2005. O investimento total a ser realizado pela CEMIG é da ordem de R\$ 566 milhões. Destaca-se a Lei Estadual nº 13.954, de 20/07/2001, que autoriza o governo estadual a destinar recursos, provenientes de dividendos ou juros sobre o capital próprio recebidos da CEMIG, para a implantação desta usina. A lei prevê a liberação de R\$ 90 milhões, aplicados em parcelas anuais de até R\$ 22,5 milhões, a partir de 2002.

SULMINAS - Visando ampliar a produção de energia elétrica em curto prazo e evitar déficit na oferta, a CEMIG está estudando a implantação da Usina Térmica Sulminas, de 500 megawatts, um projeto em que participa com 31% do investimento total e partilha com a Petrobras (20%), Texaco (29%) e Alstom (20%). A usina térmica em ciclo combinado, utilizando gás natural da Bolívia, será construída no sul de Minas Gerais e faz parte do Programa Prioritário de Termelétricas do governo federal. O investimento total desta usina está estimado em R\$ 573 milhões. O consumo de combustível da usina somado ao mercado regional de gás deverá viabilizar a construção, em Minas Gerais, de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia para atendimento desta demanda. Espera-se que a construção comece em janeiro de 2002 e a geração em dezembro de 2003.

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação propiciando confiabilidade e segurança no fornecimento de energia aos nossos consumidores, a

CEMIG realizou, entre outras, as reformas e melhorias das UHEs mencionadas a seguir: Jaguará – construção de um canal de restituição do vertedouro até o leito do rio, visando à eliminação do aprisionamento de peixes a jusante do vertedouro; São Simão – substituição do sistema de comunicação de dados e transmissão de sinais analógicos entre a casa de força e a subestação de 500 quilowatts; Salto Grande – aquisição e instalação de máquina limpa-grades; Sá Carvalho – implantação do sistema de telessupervisão (1ª etapa da integração com o Centro de Operação do Sistema da CEMIG); e Rio de Pedras – início da implantação de nova tomada d'água, túnel extravasor e vertedouro de emergência.

TRANSMISSÃO

A implantação da SE Itajubá 3 continuou a passos largos neste ano de 2001. As obras para a implantação desta subestação foram iniciadas em outubro de 2000. As de montagem eletromecânica, com a entrega dos primeiros fornecimentos referentes às estruturas metálicas e de concreto, iniciaram-se no mês de junho de 2001. Essa subestação tem data de entrada em operação comercial prevista para o 1º trimestre de 2002 e deverá beneficiar cerca de 130 municípios e 300 mil consumidores na região sul de Minas Gerais. O investimento estimado é de R\$ 66 milhões.

Implantação da SE Vespasiano 2, uma instalação de 500 quilowatts na Região Metropolitana de BH, com capacidade de 600 MVA e custo estimado de R\$ 65 milhões. Encontra-se em fase de projeto com previsão de término para o primeiro trimestre de 2003. Esta obra deverá beneficiar cerca de 500 mil consumidores da região.

SUBTRANSMISSÃO

A CEMIG concluirá, até dezembro de 2001, obras num montante de 105 MVA de capacidade de transformação em subestações novas e ampliação de subestações existentes. Concluirá também 66 quilômetros de novas linhas de transmissão.

Em 2001 a CEMIG está implantando mais uma subestação em Contagem com capacidade de 25 MVA de transformação, aumentando a flexibilidade de atendimento àquele município e à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Outras subestações estão sendo ampliadas em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Entre elas, as subestações de Avatinguara, Pai Joaquim e Volta Grande no Triângulo, as subestações BH Bonsucesso e Neves 1 na região Central. Na região Leste, a CEMIG realiza ampliações na subestação de Caratinga. Na região sul, há ampliações em Alfenas, e na norte a subestação de Brasilândia também está sendo ampliada.

Cumprе assinalar também outras obras em andamento com significativos investimentos e que serão concluídas em 2002:

- Atendimento ao condomínio Alphaville, na Região Metropolitana de BH, com a implantação de subestação de Nova Lima 4, com capacidade de 15 MVA e custo estimado de R\$ 4,6 milhões. Encontra-se em fase de implantação com previsão de término para abril de 2002;

- Reforço para área de Paracatu - implantação de reforço na área dos cerrados mineiros, com a construção de 35 quilômetros de LT 138 quilowatts e instalação de 15 MVA na SE Paracatu 7 e custo estimado de R\$ 5,2 milhões. Encontra-se em fase de implantação, com previsão de término para outubro de 2002; e
- SE Itabira 3 - implantação de subestação na região Leste, com capacidade de 12,5 MVA e custo estimado de R\$ 2 milhões. Encontra-se em fase de implantação, com previsão de término para outubro de 2002.

DISTRIBUIÇÃO

Em 2001 a CEMIG pretende atender 244.262 novas unidades consumidoras, beneficiando a 742.216 habitantes na área urbana e 65.418 na área rural, considerando-se inclusive o adensamento em redes existentes. Atualmente, a CEMIG atende a 774 sedes municipais, 510 distritos e 4.131 povoados, totalizando 5.415 localidades.

Destaca-se em 2001 o andamento do Programa de Desenvolvimento Rural – LUMIAR / Luz no Campo, de caráter social, cujos primeiros contratos de financiamento da Eletrobrás foram assinados em 27 de junho de 2000. Até dezembro de 2001 está prevista ligação de 30.420 unidades consumidoras e a instalação de 56.304 postes. O investimento atual do programa está estimado em R\$ 472,8 milhões.

Este programa visa eletrificar 172.299 novas unidades consumidoras a fim de elevar a taxa de atendimento rural para valores próximos de 100% até o final do ano 2003, valorizar a qualidade de vida na área rural pelo acesso à energia elétrica, contribuir para a redução do êxodo rural, possibilitar o aumento da produção e da produtividade utilizando a energia elétrica para cultivos irrigados.

Desse programa está sendo executada, numa primeira etapa, a ligação de 113.150 unidades consumidoras, com investimentos de R\$ 219 milhões.

Uma segunda etapa foi disparada com o encaminhamento à Eletrobrás de um novo pedido de financiamento (em fase de análise), prevendo a ligação de mais 48.704 unidades consumidoras, com investimentos de R\$ 166,1 milhões.

Outros destaques na área de distribuição: operacionalização da Central de Atendimento a Clientes (CAC); pré-eletrificação rural por meio de sistemas fotovoltaicos; melhoria da qualidade do atendimento em agências; projeto Natal de Luz nas Gerais, Presépios de Minas; continuação da implantação de Centros Comunitários de Beneficiamento da Produção, conhecidos como “Casa de Máquinas”; intensificação do uso de Redes de Distribuição Protegidas (compactas); e prosseguimento do Sistema de Gerenciamento de Frota Veicular, via satélite, para elaboração de serviços na rede elétrica (AUTOTRAC).

SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

O Balcão Mineiro de Energia (BME), mecanismo criado pela CEMIG e seus parceiros CDL, Federação do Comércio, Associações Comerciais (filiadas a Federaminas) e FIEMG para permitir que os consumidores do Grupo B da indústria, comércio e serviços, com meta maior que 2 mil quilowatts/hora, possam aumentar as suas metas

de consumo mediante aquisição, via atendimento telefônico, de direito de uso de meta de energia disponível destes parceiros.

Para prover o atendimento de voz e dados necessário à operação da usina de Porto Estrela foram instalados equipamentos de telecomunicações por fibras ópticas (cabos OPGW) entre a Casa de Força e a SE dessa usina e a SE Ipatinga 1.

O projeto piloto “Power Line Communication” (PLC) que a CEMIG está desenvolvendo em conjunto com a Infovias S.A., representa vanguarda no acesso à última milha, interligando os futuros clientes a diversos serviços de telecomunicações como internet em alta velocidade, telefonia, telemedição, televigilância, etc.

Ainda em 2001, foram alterados programas e desenvolvidos outros para atender às resoluções e medidas provisórias determinadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia em função das normas do racionamento, atendendo a todos os prazos estipulados por ela.

No sistema GEMINI, responsável pela gerência da rede de distribuição de energia elétrica, foram feitas as seguintes implementações: introdução do módulo de cadastro na região oeste - OM/OE, aumentando a produtividade e confiabilidade da manutenção do banco de dados da rede elétrica; desenvolvimento do módulo de complementação de elementos da rede elétrica que permitirá a eliminação completa de plantas em papel; e implantação do banco de dados central disponibilizando dados da rede elétrica de toda a área de concessão da CEMIG.

Está em fase de seleção os candidatos recrutados em concurso público, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (FUNDEP), para integrar o Programa de Trainees da CEMIG. Esse programa destina-se ao pessoal de nível superior e técnico, com até dois anos de formado e terá a duração de 12 meses. Ao todo, são 142 vagas para o nível técnico, 75 para superior.

A CEMIG deu continuidade ao Programa de Educação Básica em 2001, atingindo seu objetivo de, em três anos de duração, possibilitar a 600 empregados a conclusão de seus estudos de nível fundamental.

Dentre os investimentos em treinamento e desenvolvimento de seu pessoal, que resultaram em mais de 400 mil homens-hora de treinamento, destacam-se: 67 empregados participaram de cursos de pós-graduação (mestrado em Geotecnia de Barragens, MBA Executivo em Gestão de Empresas Públicas, Finanças, Marketing, Administração de Negócios, Recursos Humanos e outros), totalizando 24.120 homens-hora de treinamento (360 horas por participante), patrocinadas pela empresa e também em parceria com o próprio empregado.

Em 2001 foram treinados, em sua Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de Sete Lagoas, 215 menores aprendizes, totalizando mais de 5.600 aprendizes efetivados no quadro da empresa deste 1973.

Em 23 subestações da Região Metropolitana foi implantada a vigilância e monitoramento eletrônico, permitindo maior segurança para as instalações e, principalmente, para o consumidor. Foram realizados levantamentos de riscos de outras 256 instalações em todo o estado.

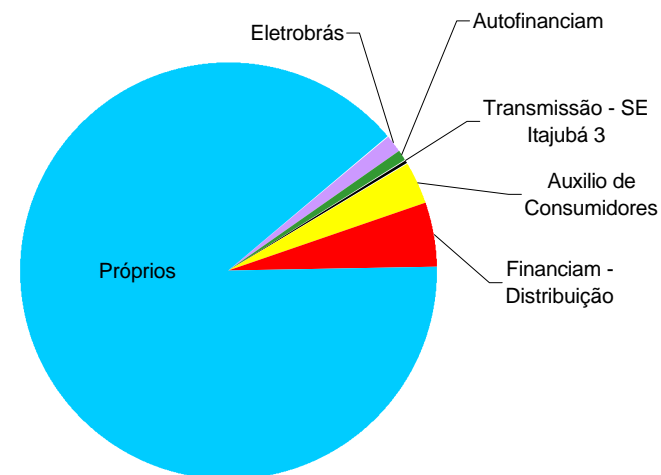
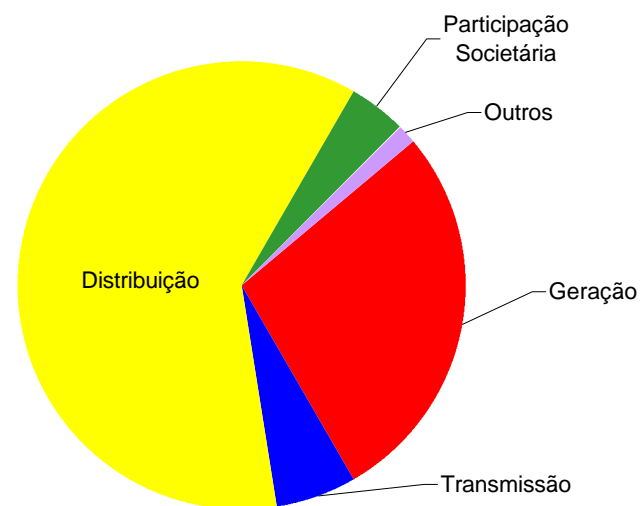
Programa de Investimentos e
Composição de Recursos - 2001
Base Financeira

Investimentos	R\$ Mil
Geração	159.335
Transmissão	34.080
Distribuição	347.798
Participação Societária	24.081
Outros	8.423
TOTAL	573.717

Recursos	R\$ Mil
Financiamentos/Empréstimos	61.683
Eletrobrás	7.614
Autofinanciam	4.647
Transmissão - SE Itajubá 3	1.712
Auxílio de Consumidores	19.847
Financiam - Distribuição	28.063
Próprios	511.834
TOTAL	573.717

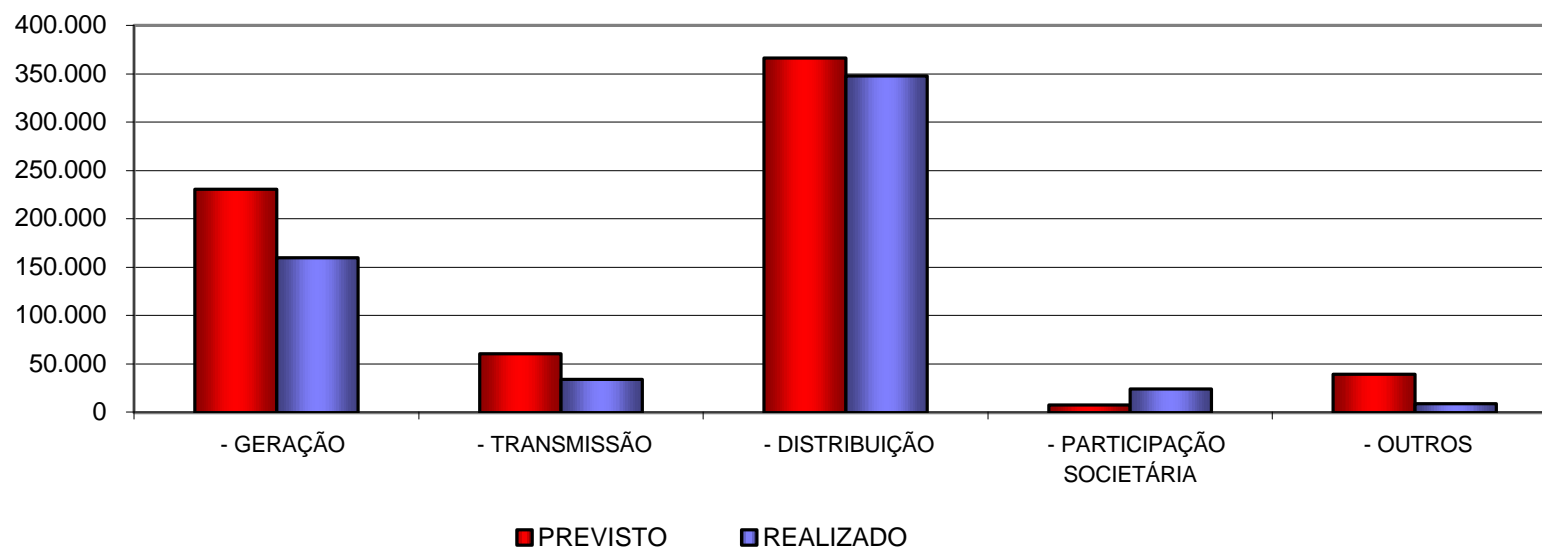
Fonte: CR/OC

Valores preliminares de 2001



DESCRIÇÃO	Valores em R\$ mil	
	PREVISTO	REALIZADO
- GERAÇÃO	230.222	159.335
- TRANSMISSÃO	60.426	34.080
- DISTRIBUIÇÃO	366.549	347.798
- PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	7.355	24.081
- OUTROS	39.100	8.423
TOTAL	703.652	573.717

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
VALORES PLANEJADOS X REALIZAÇÃO PREVISTA
EXERCÍCIO 2001



Valores preliminares de 2001

Principais realizações da GASMIG em 2001

Incrementando o Projeto de Utilização de Gás, neste exercício, a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG) concluiu o projeto de expansão da rede de distribuição de Juiz de Fora e iniciou as obras para o atendimento a 12 novas indústrias e seis postos de distribuição de gás para uso em veículos nessa região. Esse projeto representa uma expansão de 15,4 quilômetros da rede existente.

A GASMIG deu continuidade aos estudos e negociações para a implantação de três usinas termelétricas no estado, a saber: a Usina Térmica de Juiz de Fora, um empreendimento da Cataguases-Leopoldina e da Aliant Energy que vai gerar 82 megawatts em sua primeira fase, que atingirá 103 megawatts quando estiver operando em ciclo combinado; a Usina Térmica Ibiriterno, cujos empreendedores são a Petrobrás e a Fiat-Avio, com capacidade de geração de 240 megawatts em sua primeira etapa e a Usina Térmica Sulminas com capacidade de geração de 500 megawatts a ser implantada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

As termelétricas de Juiz de Fora e Ibiriterno, com previsão de início de operação para o final deste exercício, representarão um consumo de 1,6 milhão de metros cúbicos diários. Para atendimento da Usina Térmica de Juiz de Fora, está sendo construído 4,9 km de ramal de 8" e 10". Para o da Usina Ibiriterno, outro ramal de 1,2 quilômetros está sendo implantado.

Concluído o processo de licitação para a implantação da rede de distribuição de gás na cidade de Barbacena, essa obra com extensão de 10 quilômetros, seis consumidores industriais e três postos de gás automotivo.

A expansão da rede de Juiz de Fora e a implantação da rede de Barbacena, que se encontram em andamento, deverão ter suas obras concluídas no primeiro semestre de 2002, quando, então, ocorrerá o início de operação dessas redes.

O segmento veicular manteve seus índices elevados de crescimento. Ao final de 2000 Minas Gerais possuía sete postos de gás natural veicular em operação. Até novembro de 2001, foram ligados 22 novos postos. Estima-se que 34 postos estarão em operação em dezembro de 2001.

Em fevereiro, a Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME) publicou a Resolução 002/01, dispondo sobre a Classe Tarifária de Uso Geral, para atendimento a clientes comerciais e pequenas indústrias. A Companhia estima a ligação de 22 clientes nessa classe tarifária até março de 2002.

Encontra-se em fase final a elaboração da Resolução que visa às tarifas específicas para o gás das termelétricas.

Para o final de 2001, está previsto o início do processo de licitação para a execução da obra da segunda etapa do Tronco Norte. Esse trecho ligará o município de São José da Lapa à cidade de Sete Lagoas.

Está em processo de negociação com a Petrobras a construção de um gasoduto de transporte de gás natural que fará conexão do Gasoduto de Transporte Brasil-Bolívia/Gasbol ao Gasoduto de Transporte Rio-Belo Horizonte/Gasbel. Além de proporcionar mais uma alternativa de fornecimento para o estado, aumentando assim

a segurança do sistema, ele possibilitará, também, o atendimento à região do Sul de Minas.

Principais realizações da COMIG em 2001

A Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG), seguindo as orientações do governo, tem como objetivo fomentar e executar as políticas públicas do setor mineral e promover a geração de riquezas para o desenvolvimento econômico e social do estado.

A empresa atua também na organização e desenvolvimento de projetos ambientais, incentiva o segmento de turismo gerenciando o arrendamento de termas, fontes de água mineral, parques, balneários e hotéis, viabiliza várias oportunidades de negócios minero-industriais, além de se empenhar na preservação da tradição cultural de Minas Gerais.

Uma das ações mais importantes da COMIG foi a conclusão da obra de reforma, restauração e reequipagem total do Grande Hotel de Araxá, com inauguração prevista para 19 de dezembro de 2001.

O Grande Hotel possui 283 quartos e duas suítes de 200 m² cada, estando todo o imóvel magnificamente restaurado em sua arquitetura e mobiliário, sempre sob a supervisão do IEPHA, com equipamentos que o classificam entre os melhores padrões internacionais de hotelaria cuja operação ficará a cargo do Consórcio Santa Bárbara/Tropical, vencedor da licitação que determinou o direito de exploração turística do Complexo do Barreiro.

Todo este trabalho foi executado demonstrando que o turismo em Minas Gerais não é só fonte de saúde e lazer. É também um grande negócio, incentivado pelo governo por intermédio da COMIG.

Outra ação inédita foi a conclusão do Programa de Levantamento Aerogeofísico de Minas Gerais, que constitui um dos mais importantes métodos de prospecção mineral, otimizando os custos da pesquisa e reduzindo o risco dos investimentos.

Realizado pela SEME, e operacionalizado mediante convênio com a COMIG, este programa cobre seis áreas selecionadas num total de 78.084 km², que correspondem a 13,3% da superfície do Estado de Minas Gerais:

Área 1	Unaí – Paracatu – Vazante – Coromandel
Área 2	Pitangui – São João del Rei – Ipatinga
Área 3	Morro do Pilar – Serro – Guanhães
Área 4	São João da Chapada – Datas
Área 5	Januária – Itacarambi – Montalvânia
Área 6	Pedra Azul - Salto da Divisa

O acervo de informações obtidas pelo Programa de Levantamento Aerogeofísico inclui mapas e registros digitais georreferenciados, disponíveis na forma de banco de dados, arquivos de “Grids” e arquivos de mapas.

A COMIG é o órgão encarregado pelo governo mineiro de reunir e divulgar as informações minerais do estado, mantendo um Centro de Informações Aerogeofísicas no qual os interessados poderão encontrar todos os dados obtidos pelo projeto.

Dando continuidade ao Programa de Desenvolvimento Mineral do Estado, a COMIG realizou as seguintes ações: conclusão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA); Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de três áreas do projeto calcário na região de Pains, visando à obtenção da licença ambiental, e posterior Portaria de Lavra, o que possibilitará o arrendamento das áreas à iniciativa privada; término dos trabalhos de reavaliação do potencial mineral dos seguintes projetos: Projetos Areia Industrial - João Pinheiro, Caulim - Bela Vista de Minas, Diamante - Senador Mourão e Jequiitá, Rochas Ornamentais, Alexandrita - Malacacheta e Fosfato - Conceição do Mato Dentro, esta avaliação possibilitou a renúncia de 136 alvarás de pesquisa, desonerando a COMIG do pagamento de altas taxas de manutenção; e a conclusão dos trabalhos de integração de dados geológicos dos projetos Ouro Paracatu e Metais-Base Paracatu, para elaboração de dossiê técnico para interessar a iniciativa privada.

Em relação ao Programa de Mapeamento Geológico, a COMIG deu prosseguimento ao Projeto São Francisco que prevê, além do mapeamento, o levantamento dos recursos minerais e hídricos da Bacia do São Francisco abrangendo uma região de 220.000 km², correspondente a 38% da superfície do estado.

Foram também concluídos os trabalhos do levantamento aerogeofísico das áreas da COMIG dos projetos Ouro Paracatu, Metais-Base Paracatu e Metais-Base João Pinheiro, com financiamento a fundo perdido do TDA (U.S. Trade and Development Agency).

Dentro do Programa Mineração Social, a COMIG deu continuidade ao Projeto Ardósia localizado na região que engloba os municípios de Papagaio, Paraopeba, Curvelo, Pompéu, Felixlândia, Martinho Campos, Leandro Ferreira e Caetanópolis visando promover o setor produtivo de ardósias no estado, agregando valor aos produtos, ampliando o mercado, gerando emprego e orientando os procedimentos a serem adotados, tanto operacionais quanto ambientais.

A COMIG mantém também um extenso arquivo de dados e análises técnicas, que vem sendo constantemente ampliado e atualizado no seu Programa de Difusão Técnica do Setor Mineral e que estão disponíveis de diversas maneiras. Por um lado, mediante acervo de entidades como o Memorial da Mineração; por outro, via CD-Roms especializados, mapas geofísicos e geológicos e, ainda, por meio de várias publicações como: Levantamento Aerogeofísico de Minas Gerais (versões português e inglês); Mapa Geológico de Minas Gerais/Geological Map of Minas Gerais, Brazil; Programa do Setor de Ardósias do Estado de Minas Gerais, Brasil; Projeto Leste e Projeto São Francisco (banco de dados); Manual de Orientação do Pequeno e Médio Minerador – 2ª edição atualizada e Folders dos Projetos.

Com o objetivo de divulgar o potencial mineral do estado e os trabalhos desenvolvidos pelo setor, a COMIG realizou: IX Congresso Brasileiro de Mineração e IX Exposibran – 2001, em parceria com o IBRAN; XI Simpósio de Geologia de Minas Gerais – em parceria com a SBG; e a XI Feira Internacional de Pedras Preciosas – em parceria com a Prefeitura de Teófilo Otoni.

Participou, ainda, de vários outros eventos, merecendo citação: ECOLATINA 2001 – 4ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e 7 th International Congress of Brazilian Geophysical.

Dentro do Programa Gestão de Termas e Águas Minerais, destacam-se as seguintes atividades: acompanhamento da execução das obras de reforma e restauração do Grande Hotel de Araxá; fiscalização das obras de implantação dos sistemas de automação, ar condicionado, detecção de incêndio, exaustão, câmaras frias, sonorização e cozinha do Grande Hotel de Araxá; especificação técnica de todos os maquinários, equipamentos, móveis, artigos de decoração e outros, necessários a montagem do Grande Hotel, bem como o acompanhamento de todo o processo licitatório; recebimento e "patrimoniamento" de todos os bens adquiridos para o Grande Hotel de Araxá; contratação de estudos iniciais para implantação da Fase I do Pólo Turístico de Araxá; verificação do contrato de administração temporária com o consórcio Santa Bárbara/Tropical; término dos estudos hidrogeoambientais das estâncias hidrominerais de propriedade da COMIG; conclusão dos estudos de licenciamento ambiental das unidades engarrafadoras de Cambuquira, Caxambu, Lambari e Araxá; elaboração e publicação do edital de licitação das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá; e gerenciamento das atividades de exploração de águas minerais, parques, termas e hotéis.

Ademais, para completa revitalização do Complexo Turístico do Barreiro, houve a reconstrução do Lago Norte, as reformas das fontes Dona Beija e Andrade Júnior, a reforma da Praça de Esportes e a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com capacidade para atender a todo o Complexo.

Na Gestão de Negócios Mínero-Industriais acompanhou-se o contrato com a Bungue Fertilizantes S.A., viabilizando a oferta do fosfato natural 24% ao mercado, para atender os pequenos e médios agricultores; realizou-se leilão de todos os equipamentos da Unidade Industrial de Araxá; e houve gerenciamento dos arrendamentos da empresa.

Dentro do programa Gestão de Negócios em Serviços, o EXPOMINAS-BH coloca Minas Gerais como referência internacional na realização de feiras e eventos de grande porte, em todas as áreas de atividades.

Em 2001 a receita prevista é de R\$ 1,2 milhão com um aumento da ordem de 30% em relação ao ano anterior, e o número de contratos de locação de espaços celebrados passou de 34 para 63, o que representa um incremento de 84%.

A COMIG também adaptou a sua Unidade Industrial em Araxá e a transformou no Centro de Feiras e Exposições (EXPOMINAS-Araxá), que será inaugurado em dezembro, fortalecendo com isto o turismo de negócios no estado.

Ainda na Gestão de Negócios e Serviços foram realizadas diversas obras na forma de convênios, visando ao desenvolvimento dos setores de mineração e turismo no estado: duplicação da rodovia MG-30 ligando Nova Lima a Belo Horizonte; ligação viária BR 354 - LMG 706 no município de Vazante; construção de ponte e canalização no município de Monte Sião; conclusão da obra de ampliação do aeroporto de Poços de Caldas; reforma do quartel da Polícia Militar de São Lourenço e Caxambu; construção da 12ª Cia da PMMG no Vale do Jatobá; reforma do Gabinete Militar; melhoramento urbanístico no novo acesso ao município de Congonhas; e urbanização e canalização do Rio do Peixe em Itabira.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Minas e Energia	12.960.632	5.074.271				
221220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	55.000	28.396				
226638104.827.0001 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	90.000	0	Projeto Coordenado e Acompanhado (Projeto)	9	8	*
226638114.828.0001 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Geológico da Bacia de São Francisco	255.000	183.524	Projeto Coordenado e Acompanhado (Projeto)	2	2	-
226638114.828.0002 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Geológico da Região Sul	55.000	0	Projeto Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	0	11
226638114.828.0003 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Aerogeofísico do Estado	6.040.000	2.826.985	Projeto Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1	-
226638114.829.0001 - Difusão Técnica do Setor Mineral	120.000	0	Publicação Editada (Edição)	2	1	*
			Manual do Minerador Revisado (Manual)	1.000	4.000	5
			Perfil da Economia Mineira Editada (Perfil)	1.000	0	7
226638114.830.0001 - Memória do Setor Mineral	220.000	0	Projeto de Memorial da Mineração Mantido (Projeto)	1	1	*
			Projeto de Memorial de Geologia Mantido (Projeto)	1	0	9
251210012.179.0001 - Planejamento Setorial	133.753	87.951				
251220012.206.0001 - Direção Superior	335.858	365.971				
251220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	707.227	558.240				
251258074.822.0001 - Fiscalizações da Concessionárias e Distribuidoras de Gás, Derivados de Petróleo e Energia Elétrica	916.563	101.448	Concessionária de Energia Elétrica Fiscalizada (Concessionária)	3	0	7
			Concessionária de Gás Fiscalizada (Concessionária)	1	0	7
			Distribuidora de Gás Fiscalizada (Distribuidora)	5	0	7

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Distribuidora de Derivados de Petróleo Fiscalizada (Distribuidora)	1	0	7
251258234.839.0001 - Controle e Fiscalização por Delegação da Atividade Minerária do Estado	132.102	75.229	Empresa de Mineração Fiscalizada (Empresa)	30	36	5
252727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	102.129	130.468				
255738084.823.0001 - Promoção da Utilização de Energias Alternativas	1.985.000	716.059	Escola Eletrificada (Escola)	30	2	10
			Centro Comunitário Eletrificado (Centro)	50	0	2
			Estudo s/ Irradiação Nuclear Assinado (Estudo)	1	0	8
			Estudo s/ Utilização de Gás Aprovado (Estudo)	1	1	-
			Acordo de Utilização de Gás Assinado (Acordo)	1	0	7
255738094.824.0001 - Mineração Sustentável	20.000	0	Rodada de Negócios Sustentada (Rodada de Negócios)	1	1	*
			Acordo Assinado (Acordo)	1	0	8
255738094.825.0001 - Energia Sustentável	50.000	0	Rodada de Negócios Sustentada (Rodada de Negócios)	1	1	-
			Acordo Assinado (Acordo)	1	0	8
255738094.826.0001 - Mineração Social e Garimpo	1.050.000	0	Acordo Assinado (Acordo)	1	0	8 *
			Projeto Coordenado (Projeto)	5	1	8 - 9
257528061.136.0001 - Luz de Minas II	675.000	0	Propriedade Rural Eletrificada (Propriedade)	260	0	9
			Pessoa Atendida (Pessoa)	1.300	0	9
257528064.821.0001 - Instalação e Recuperação de Micro e Pequenas Centrais Hidrelétricas	18.000	0	Estudo de Recuperação Aprovado (Estudo)	1	0	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	28.747.000	26.745.520				
226637713.820 - Gestão de Termas e Águas Minerais	11.130.000	18.710.000	Grande Hotel de Araxá Concluído e Mantido (Hotel)	1	1	-
			Projeto Águas Minerais de Araxá Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Circuito das Águas Executado (Projeto)	3	3	-
			Projeto Poços de Caldas/Pocinhos Executado (Projeto)	2	2	-
			Projeto Contendas Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Águas Santas Executado (Projeto)	1	1	-
266637713.821 - Gestão de Negócios Minero-Industriais	1.753.000	30.000	Projeto Nióbio de Araxá Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Fosfato de Araxá Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário de Arcos Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Feldspato de Governador Valadares Executado (Projeto)	1	0	9
266637718.822 - Gestão de Negócios em Serviços	8.801.000	6.371.500	Evento Realizado (Evento)	4	4	-
			Estudo Elaborado (Estudo)	1	0	8
			Estudo Técnico Elabordo (Estudo)	1	0	8
			Obra Através de Convênio Realizada (Obra)	1	9	5
			Estudo de Mercado Realizado (Estudo)	1	1	-
			Centro de Feiras e Exposições de MG Acompanhado (Centro)	1	1	-
			Estudo para Implantação de Centro de Feiras e Exposições em Araxá Realizada (Estudo)	1	1	-
226638103.827 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	3.790.000	105.000	Projeto Rochas Ornamentais Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Feldspato Executado (Projeto)	1	0	8
			Projeto de Metais Básicos Executado (Projeto)	2	2	-
			Projeto de Ouro Executado (Projeto)	2	1	9
			Projeto de Diamante Executado (Projeto)	1	2	5
			Projeto de Areias Industriais Executado (Projeto)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226638113.830 - Memória do Setor Mineral	283.000	48.300	Projeto de Caulim Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Bauxita Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Sílica Executado (Projeto)	1	0	8
			Projeto Potássio Executado (Projeto)	1	0	8
			Projeto Manganês Executado (Projeto)	1	0	8
			Projeto Bário Executado (Projeto)	1	0	9
			Projeto Bário Executado (Projeto)	1	0	9
226638118.828 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	1.650.000	824.000	Estudo para Implantação e Gestão do Memorial das Águas Executado (Estudo)	1	0	8
			Memorial da Geologia Construído (Memorial)	1	0	9
			Memorial da Mineração Mantido (Memorial)	1	1	-
			Memorial da Mineração Mantido (Memorial)	1	1	-
226638118.829 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	1.650.000	824.000	Quilometro Quadrado Mapeado (Km²)	165.000	70.000	11
			Mapa Editado (Mapa)	23	4	11
226638118.829 - Difusão Técnica do Setor Mineral	460.000	135.000	Exemplar Editado (Exemplar)	6.000	12.000	5
255738093.826 - Mineração Social e Garimpo	490.000	81.720	Projeto Ardósia Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Quartizito Executado (Projeto)	1	0	9
			Projeto Feldspato Executado (Projeto)	1	0	9
			Projeto Fosfato Executado (Projeto)	1	0	8
			Garimpo Modelo Executado (Garimpo Modelo)	1	0	8
			Garimpo Modelo Executado (Garimpo Modelo)	1	0	8
255738098.825 - Mineração Sustentável	390.000	440.000	Rodada de Negócios Realizada (Rodada de Negócios)	2	2	-
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.472.670.398	1.473.003.761				
251220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	39.100.000	8.422.800				
251220016.005 - Participação Societária	7.355.000	24.081.463				
251232126.010 - Distribuição de Dividendos	158.999.498	158.999.498				
251232226.002 - Aumento de Capital	1.000	0				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257528033.056 - Usina de Porto Estrela	8.961.000	8.748.000	Usina de Porto Estrela com Capacidade de 112 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.502 - Usina de Irapé	36.602.000	3.402.000	Usina de Irapé com Capacidade de 360 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.503 - Reforma e Melhoria de Usina	8.300.000	29.443.200	Reforma e Melhoria de Usina Executada (Usina)	19	26	7
257828033.720 - Usina de Pai Joaquim	6.500.000	80.400	Usina de Pai Joaquim com Capacidade 23 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.790 - Usina de Funil	39.500.000	37.407.600	Usina de Funil com Capacidade de 180 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.811 - Usina de Aimorés	77.000.000	25.872.000	Usina de Aimorés com Capacidade de 330 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.812 - Usina de Queimados	16.359.000	54.315.600	Usina de Queimado com Capacidade de 105 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.831 - Usina Termo Elétrica de Poços de Caldas	20.000.000	24.000	Usina de Poços de Caldas com Capacidade de 500 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528038.123 - Suporte a Geração de Energia	17.000.000	42.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
257528043.032 - Reforma e Ampliação de Linhas de Transmissão e Subestação	6.280.000	11.473.200	Linha de Tansmissão em Reforma/Ampliação (km)	150	12	7
257528043.504 - Construção de Linhas de Transmissão e Subestações	53.146.000	22.375.200	Subestação em Construção (Subestação)	2	2	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2001**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257528048.124 - Suporte a Transmissão de Energia	1.000.000	231.400	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
257528053.033 - Expansão do Sistema de Distribuição	185.454.700	215.061.600	Consumidor Atendido (Unidade)	142.615	213.842	5 - 7
257528053.157 - Lumiar - Luz no Campo	105.700.200	90.746.400	Consumidor Atendido (Unidade)	43.501	30.420	4 - 7
257528053.173 - Projeto PRODECER III	1.000.000	0	Subestação em Construção (Subestação)	4	0	1 - 4 - 7
257528053.174 - Projeto Jaíba II	1.100.000	0	Linha de Transmissão em Instalação (Km)	1	0	1 - 4 - 7
			Subestação em Instalação (MVA)	1	0	1 - 4 - 7
257528053.505 - Expansão do Sistema de Subtransmissão	63.097.400	28.107.600	Subestação em Instalação (MVA)	60	72	5 - 7
257528058.125 - Suporte a Distribuição de Energia	10.196.800	13.882.800	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	12	12	-
258437777.003 - Amortização de Dívida Interna	95.131.900	152.689.000				
258447777.004 - Amortização de Dívida Externa	514.885.900	587.598.000				
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG	17.715.000	16.573.000				
226638013.200 - Rede de Distribuição de Gás Natural	17.715.000	16.573.000	Rede de Distribuição de Gás Construída/Ampliada (M³/dia)	1	1	-
Fundo de Desenvolvimento Mineiro-Metalúrgico - FDMM	2.200.000	421.000				
226637461.091.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Atividade Mineiro-Metalúrgica	2.200.000	421.000	Empresa Financiada (Empresa)	5	2	4
TOTAL	1.534.293.030	1.521.817.552				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2001.

* - Os investimentos financeiros destes projetos foram realizados por meio de convênio celebrado com a Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG.

ANEXO

CAUSAS DE DESVIO

- 1 Recursos Financeiros Não-Liberados
- 2 Atraso na Liberação de Recursos Financeiros
- 3 Insuficiência de Recursos Financeiros
- 4 Programação Superestimada
- 5 Programação Subestimada
- 6 Melhoria de Produtividade
- 7 Prioridade Redefinida
- 8 Meta Cancelada
- 9 Meta Suspensa
- 10 Entraves na Licitação
- 11 Demora na Celebração do Convênio
- 12 Descumprimento de Compromissos por Parceiros Interinstitucionais



www.seplan.mg.gov.br